

ISSN 1888-8763

2018

Boletim

*da Academia Galega
da Língua Portuguesa*

Josep J. Conill | José Paz Rodrigues | José A. Lozano
Higino Martins Esteves | António Gil Hernández
Ângelo Cristóvão | Xico Paradelo | Manuel Miragaia
Maria Dovigo | José M. Barbosa | Concha Rousia
Teresa Moure | Isaac Alonso Estraviz | Mário J. Herrero
Roi Vales da Oliveira | Agil-Ulfo | Luís G. Soto



Academia Galega da
Língua Portuguesa

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*



Academia Galega da
Língua Portuguesa

Presidente da AGLP

Rudesindo Soutelo

Conselho de Redação

Conselho Científico

I. Alonso Estraviz (UVi); C. Álvarez Cáccamo (UdC); C. Assunção (UTAD); J. Malaca Casteleiro (ACL); E. Bechara (ABL); Zélia Borges (UMackenzie); P. Borges (FLUL); A. Brito (ULP); R. Brito (Mackenzie); L. Garcia Soto (USC); M^a C. Henríquez (UVi); Á. Iriarte (UMinho); C. de Mello (UCoimbra); C. Módia (UdC); J. M. Montero Santalha (UVi); I. Morán Cabanas (USC); T. Moure (USC); J. Paz (UVigo); C. Reis (UAb); R. Reis (UVA); J. L. Rodríguez (USC); A. S. da Silva (UCP Braga); C. Taiibo (UAM); C. Teasley Severino (UdC); J. Torres (UdC); E. Vieira Ouriques (NETCCON-UFRJ); X. Vilhar (USC); B. Weigert (UÉvora).

Impressão

Diagramação: Lucía Cobo
Sacauntos Cooperativa Gráfica
Rúa do Avío, 11, 15705 Compostela

Depósito Legal C-2345/08

ISSN 1888-8763

Secretário da AGLP

Joám Evans Pim

Maria S. Dovigo, Ernesto Vasques Souza, Álvaro Vidal Bouzon, José M. Barbosa, António Gil Hernández (Diretor).

Conselho Assessor

Ângelo Brea Hernández; Margarida Castro; Chrys Chrystello; Henrique Correia; Marcos Crespo; Ângelo Cristóvão; Carlos Durão Rodrigues; Renato Epifânio; Henrique Salles da Fonseca; Luís Gonçalves Blasco; Higinio Martins Estevez; Anabela Mimoso; Mário Afonso Nozeda Ruitinha; Francisco Paradelo Rodríguez; Ramon Reimunde Noreña; Valentim Rodrigues Fa-gim; José R. Rodrigues Fernandez; Concha Rousia; Joám Trillo; Fernando Vazques Corredoira; Xavier Vásquez Freire; Crisanto Veiguela Martins.

Edita

Casa da Língua Comum
Rua de Emílio e Manuel, 3, r/c
15901. Santiago de Compostela (Galiza)

<http://www.academiagalega.org>

Conteúdos

Editorial

7-9

ESTUDOS

Extraterritorialidade literária e minorização linguística. Uma reflexão valenciana (e II)

Josep J. Conill

13-31

A ASPGP e a procura da inovação pedagógica do ensino na Galiza desde 1978

José Paz Rodrigues

33-59

Ética, paideia e anagogia. Algumas questões essenciais sobre a iniciação filosófica

José António Lozano

61-76

Mais algumas etimologias

Higino Martins Esteve

77-98

Johan Vicente Viqueira e a Comunidade Lusófona da Galiza (e II)

António Gil Hernández

99-134

INSTITUIÇÃO

Atividades da AGLP no ano 2018

Ângelo Cristóvão / Xico Paradelo

137-140

Fontenla e a geração da lusofonia

*Ângelo Cristóvão,
académico*

141-148

Vera Duarte, a escritora cabo-verdiana comprometida com a *morabeza*

Manuel Miragaia

149-167

Crónica do II Encontro de mulheres da lusofonia: Mulheres, Territórios e Memórias

*Maria Dovigo,
académica*

169-173

VII Jornadas galego-portuguesas de Pitões das Júnias	<i>José M. Barbosa / Maria Dovigo, académicos</i>	175-178
Mudança de narrativa na Galiza	<i>Concha Rousia, académica</i>	179-185
Galego, porta aberta para o mundo. Cursos de verão da USC	<i>Teresa Moure, académica</i>	187-189
VIII Festival Português Perto	<i>Xico Paradelo</i>	191-192
Jenaro Marínhas del Valle	<i>Isaac Alonso Estraviz, Vicepresidente da AGLP em 2018</i>	193-200
PUBLICAÇÕES		
<i>Não me consta</i> (pensamento débil sobre Os Passos da Procura de Celso Álvarez Cáccamo)	<i>Mário J. Herrero Valeiro</i>	203-206
<i>Tempo fósil</i> Pilar Pallarés	<i>Roi Vales da Oliveira</i>	207-212
<i>O Livro Branco</i> Alexandre Brea	<i>José António Lozano</i>	213-218
<i>Sobre Fomento de la instrucción gallega (2002)</i> Xosé Manuel Malheiro	<i>Agil-Ulfo</i>	219-224
<i>Dos vidas y un exilio. Ramón de Valenzuela y María Victoria Villaverde. Estudio y Antología</i> Carmen Mejía Ruiz	<i>Agil-Ulfo</i>	225-231
<i>Totalitarismo del mercado. El mercado capitalista como ser supremo.</i> Franz Hinkelammert	<i>Luís G. Soto</i>	233-238
<i>Políticas lingüísticas em português</i>	<i>Maria Dovigo</i>	239-244

Editorial

Gente leitora e curiosa, eis, já nas mãos o volume 11 do nosso boletim. O correspondente para o ano 2018, que baliza os primeiros 10 de andamento da AGLP; e que com as naturais demoras, próprias desta tipologia de publicações, vem a lume em fins deste agitado ano de 2020, consagrado à figura imensa de Ricardo Carvalho Calero e condicionado por uma pandemia mundial.

2018 foi um ano repleto de iniciativas e atividades. Cumpre destacar a cooperação da AGLP com a UMAR (*União de Mulheres Alternativa e Resposta*) em abril, no *II Encontro de Mulheres da Lusofonia*. «Mulheres, territórios e memórias» em Santiago. Ato que contou com apoio da Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira e presença da Diretora Geral Georgina Benrós de Mello, do Subdiretor Geral de Relações Exteriores e com a U. E. do Governo autónomo, Xosé Lago, e de Mariana Portas pela *Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa*, dos Observadores Consultivos da CPLP.

Como em anos anteriores, a nossa Academia colaborou nas *VII Jornadas Galego-Portuguesas de Pitões das Júnias*, organizadas por Desperta do Teu Sono e com intervenções de Maria Dovigo, Concha Rousia e José Manuel Barbosa. Em julho, a AGLP foi anfitriã do *Encontro de Lexicografia “Os novos vocabulários ortográficos”*, na Casa da Língua Comum, com participação da correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, Ana Salgado, na que se apresentou o projeto da 2ªed. do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* no que colabora a nossa instituição com destaque dos académicos Carlos Durão e Isaac Estraviz.

Decorreram com normalidade os Plenários da AGLP e Padroado, em 21 de julho e 29 de dezembro. Celebramos os atos do *Dia da Língua Portuguesa* em

colaboração com a CPLP e em setembro destacou o ato de Tomada de Posse da académica correspondente Inocência Mata, com discurso de receção do académico de mérito José Luís Fontenla Rodrigues e ato poético coletivo na Casa da Língua Comum.

Representados pela académica Maria Dovigo a AGLP participou nas reuniões da *Comissão Temática de Promoção e Difusão* dos observadores consultivos da CPLP na *Fundação Calouste Gulbenkian* em Lisboa (23 de janeiro, 20 de fevereiro, 13 de abril, 26 de junho, 19 de setembro, 23 de novembro e 21 de dezembro).

A AGLP participou também nos colóquios: “*Crioulos de base portuguesa: património linguístico*”, em 5 de junho, na sede da CPLP, organizado pela *Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa*; “*Unidade e diversidade da língua portuguesa*” da *Academia de Ciências de Lisboa*, em 10 de julho; e esteve representada à Noite da Plataforma 9 na sede da Fundação Gulbenkian, 6 de setembro; e na cerimónia da tomada de posse do novo diretor do IILP em 6 de dezembro, na sede da CPLP.

A AGLP participou na VIII edição do festival *Português perto. Aquelas nossas músicas*, organizado pela Vice-reitoria do Câmpus de Ourense- Universidade de Vigo, em colaboração com a *Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa* (Pró-AGLP), a Associação Galega da Língua (AGAL) e a A.C. Algarvia; no *VIII Encontro de Escritores de Língua Portuguesa na Praia* (Cabo Verde), organizado pela UCCLA, que contou com a académica Concha Rousia (19 a 21 de abril). Colaborou, também, com o *Curso de Verão “Galego, porta aberta para o mundo”*, Santiago, 26 a 29 de junho. da Universidade de Santiago, na Faculdade de Filologia, sob direção da Académica Teresa Moure, e com participação dos académicos Ângelo Cristóvão, Concha Rousia, Mário Herrero e Valentim R. Fagim.

Para completar o panorama da atividade da AGLP, referimos ainda contatos e colaborações com entidades e associações da sociedade civil da lusofonia. Com a UMAR, ONG com sede em Lisboa e com núcleos em várias cidades do estado; com o MIL-*Movimento Internacional Lusófono*; com a *Djass-Associação de Afro-descendentes*; com o CEMD- *Círculo de Escritores Moçambicanos na diáspora*; com o leitor do *Centro de Estudos Galegos* da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Gabriel André, dando continuidade à colaboração que já começara com o anterior leitor, Isaac Lourido.

Se somos como somos, por que pujo
quem a pujo esta arela
de sermos de outro jeito,
no nosso coraçom?

Seríamos felizes conformando-nos
com sermos como somos, ignorando
que de outro jeito poderia ser.

Ou bem é que nom somos como somos,
mas como quereríamos
ser, porque o ser non é
o que se é, mas o que se deseja
ser, e a felicidade
é resignada morte, e é a vida
a desgraça de querer ser outrem?

Renunciando assi à felicidade
e a sermos como somos,
e assumindo a desdita
de querer sermos de outro jeito, somos
talvez o que realmente
somos ao sermos um desejo puro
de outros querermos ser.

Porque talvez o sermos nom é sermos,
senom nom querer sermos como somos,
e aquilo que nom somos querer ser.

Ricardo Carvalho Calero (1990), *Reticencias*, p. 11.

Estudos

Extraterritorialidade literária e minorização linguística

Uma reflexão valenciana (e II)¹

Josep J. Conill

Resumo

Tradicionalmente, a reflexão sobre o fenómeno da extraterritorialidade ou desterritorialização literária pôs a ênfase no componente cosmopolita desta experiência, supostamente em harmonia com a globalização. Neste ensaio, pelo contrário, examinam-se as mudanças de língua literária desde a perspectiva dos escritores em línguas minorizadas, que ocupam um lugar subalterno na hierarquia linguística internacional e não sempre se acham em condições de eleger com uma ditosa liberdade o seu instrumento expressivo. Esta perspectiva crítica contribui a pôr ao descoberto as falácias tecidas pelos discursos dominantes — entre os quais figuram algumas destacadas contribuições do pós-estruturalismo francês e da crítica pós-colonialista — que reduzem a linguagem a um mero instrumento de comunicação, com um suspeito esquecimento das suas funções relativas à construção da identidade pessoal e o sentido social da realidade.

Palavras-chave

Cosmopolitismo, Colonialismo, Desterritorialização, Emigração, Etnia, Extraterritorialidade, Minorização, Morte das línguas, Pós-estruturalismo.

Abstract

Traditionally, a reflexion on the phenomenon of extraterritoriality or literary deterritorialization emphasized the cosmopolitan component of this experience, supposedly in harmony with globalisation. In this essay, on the contrary, we examine the switch in literary language from the perspective of the writers in minority languages, who occupy a secondary place in the international linguistic hierarchy and are not always in a position to choose with a happy freedom their instrument of expression. This critical perspective contributes to uncover the fallacies woven by the dominant discourse — amongst which are some outstanding contributions of French post-structuralism and of post-colonialist critique — which reduce language to a mere instrument of communication, suspiciously forgetting its function in relation with the construction of personal identity and the social sense of reality.

Key words

Cosmopolitanism, Colonialism, Deterritorialization, Emigration, Ethnicity, Extraterritoriality, Minorization, Death of languages, Post-structuralism.

¹ Este artigo desenvolve de maneira pormenorizada e com o aparato teórico e crítico correspondente uma nota breve que, sob o título de “La llengua i la mort”, apareceu publicada na revista *L'Espill*, 56 (outono 2017), pp. 81-85.

Solipsismos Linguísticos

Enquanto há alguém com quem falar, uma língua não deixa de cumprir a função de instrumento de comunicação, a partir do qual se deriva um sentimento de pertença recíproca, fundado na intercompreensão mútua. Não obstante isso, há duas situações em que este sentimento se vê drasticamente amputado, “a loucura e a morte, estados em que a linguagem já não significa” (Steiner, 1968: 98). Mais adiante examinaremos os vínculos entre a língua e a morte, segundo se concretizam na experiência de se conduzir uma língua à tumba. Mas, à maneira de contraste, paga a pena dar antes uma olhada aos misteriosos caminhos através dos quais a loucura se afasta da intercompreensão, fundamentalmente porque constituem justamente o invés de aqueles que segue a morte: esta age por *eliminação*; aquela, por *proliferação*. Por outras palavras: as línguas desaparecem do mundo da vida quando os seus falantes morrem, mas os loucos (e os infantes) cortam os laços comunicativos com o resto da humanidade por meio da criação de línguas particulares, amiúde geradas através de mecanismos perversos. Entrementes, há o fenómeno inquietante da *glossolalia*, consistente em “falar em línguas”, segundo se manifesta através da pratica de médiuns como Hélène Smith — com as surpreendentes encenações do sânscrito e a língua dos marcianos (Flournoy, 1900)— ou no culto das igrejas pentecostais (Dubleumortier, 1997). De acordo com Marina Yaguello (1984: 116), a glossolalia implica “la capacité d’inventer une pseudo-langue, qui, selon son degré d’élaboration, de stabilité, pourra ressembler plus ou moins à une vraie langue.” Com a condição de as “línguas” geradas por esta peculiar manifestação verbal dificilmente podem ser consideradas como uma sabotagem da intercompreensão, mas antes como uma via de acesso a realidades extra-sensoriais, um instrumento de predicação ou uma modalidade carismática de plegária pessoal, em cuja virtude o crente estabelece íntimo contacto com o Espírito Santo, que se exprime pela sua boca.

Quanto às maneiras e procedimentos por cujo meio os loucos e os infantes se situam além do terreno da intercompreensão, podemos ilustrá-los com alguns exemplos que nos ajudarão a compreender esta classe de condutas. Particularmente interessante resulta o caso do escritor norte-americano Louis Wolfson em *Le Schizo et les langues* (1970), obra na qual se embarca na lunática tarefa de transformar qualquer frase escutada ou lida na sua língua materna —

o inglês, face ao qual experimenta uma intensíssima rejeição patológica — em um saber que mantém a fonética e o sentido do original a partir de combinações de vocábulos procedentes mormente do francês, mas também do alemão, do hebreu e do russo. Também podemos recordar aqui a anedota, reportada por Paul Watzlawick (1977: 125-127), de um jovem paciente do psiquiatra Milton Erickson, que, para além da declaração do seu nome e as saudações formais, se exprimia durante todo o tempo em uma língua de invenção própria, obstáculo que tornava inviável a terapia. A curação foi possível apenas depois que Erickson decidiu administrar-lhe uma boa dose da mesma medicina e, durante as entrevistas com o paciente, começou a fazer servir uma língua tão ininteligível como a deste, até que depôs a sua resistência e, ao cabo de algumas sessões, propôs-lhe conversar os dois em inglês.

Mais complexa parece ser a questão das linguagens infantis: neste caso a vontade de se excluir da comunicação com os outros não parece tão evidente, já que o recurso do sujeito à sua linguagem particular em determinadas esferas não apenas exclui o uso da linguagem compartilhada na maior parte das atividades quotidianas. No livro citado, Watzlawick (1977: 61-62) fornece um par de referências dignas de ser tidas em conta a causa da sua complexidade. A primeira tem a ver com o italiano E. J., que desde criança desenvolveu uma língua própria, o *markuska*, cujos rudimentos ensinou aos irmãos e amigos e, de mais a mais, continuou cultivando-a ao longo da sua vida, até ao ponto de escrever nela poesia. O exemplo anterior evidencia os intensos liames existentes entre a criatividade linguística infantil e a atividade de certos escritores de ciência-ficção e dos inventores de línguas artificiais, mormente quando as suas propostas não obtêm nenhum eco, que costuma ser o mais habitual². Muito mais singular, a causa da adesão radical e de por vida à língua que concebeu, é o caso, reportado originariamente por Otto Jespersen, de uma criança nascida ao norte de Islândia nos inícios do século XIX, que começou a falar com o seu irmão gémeo em uma língua incompreensível para o resto da família. Todas as tentativas de lhe ensinar o islandês fracassaram e serão os parentes e amigos os que afinal aprenderam a falar na língua da criança. Era inteligente e de carácter bravo e ao irmão correspondeu traduzir o catecismo à língua que

² Sobre a criatividade linguística da literatura de ficção científica, ver Solé i Camardons (1995). Sobre a questão das linguagens artificiais, ver Janton (1976) e Eco (1994).

compartiam e fazer de intérprete perante o pastor para que pudesse receber os sacramentos da sua igreja (Watzlawick, 1977: 145). Apesar de o facto se tratar de condutas extremas, a maior parte das referências anteriores, tanto pelo que atinge à criatividade linguística dos loucos quanto, sobretudo, das crianças, questionam a afirmação de Steiner quanto à recusa da intercompreensão. Logo, inclino-me a crer que apontam face a uma modalidade de intercompreensão *sui generis*, que se fundamenta em umas regras distintas das que regem o uso linguístico quotidiano, porquanto os usuários destas línguas jogam uns jogos de linguagem diferentes dos do resto da humanidade. Estaríamos tentados a relacioná-los com o *código restringido* de Basil Bernstein (1971), se não fosse porque propendem ao solipsismo, traço que os transforma antes em *códigos restringentes*.

Em maior ou menor medida, todas as referências que acabamos de relembrear podem classificar-se na categoria dos comportamentos idiomáticos patológicos ou desajeitados, mas a questão do solipsismo linguístico também despertou o interesse da literatura. A história de Tommaso Landolfi, “Dialogo dei massimi sistemi” (1937), que dá nome ao livro do mesmo título, enfoca a questão da linguagem de um único falante sob uma perspectiva estética, próxima a alguns aspectos das posições de Wittgenstein. O protagonista recebe um dia a visita do seu amigo Y., uma pessoa tímida e preguiçosa que, após profundas meditações sobre o assunto, chegou à conclusão de que, para o poeta, é preferível escrever em um idioma pouco conhecido, porque essa circunstância requer a substituição de suas deficiências de vocabulário por meio de perífrase e imagens, sempre suscetíveis de enriquecer a expressividade do texto e afastá-lo de lugares comuns. O facto é que, como se fosse uma confirmação diabólica das suas intuições, Y. diz que há algum tempo entrou em contacto com um antigo capitão inglês que se gabava do seu conhecimento de uma grande variedade de línguas orientais, especialmente do persa. Ele ofereceu-se para ensiná-lo de maneira eminentemente prática, graças ao método de conversação e explicações gramaticais por escrito, na forma de notas. Um dia o capitão teve que partir para a Escócia, mas Y., convencido de que já havia avançado no domínio da língua, escreveu três pequenos poemas e, ao mesmo tempo, começou a se interessar pela literatura persa. Ansioso para conhecer o texto original dos versos de um poeta que admira, adquire uma cópia do seu

trabalho e descobre com espanto que não entende nada: o persa autêntico é uma língua completamente desconhecida, começando pelos personagens da escrita. Desconcertado, deve consultar linguistas, comprar gramáticas e antologias, mas não consegue identificar de forma alguma a língua que o velho capitão lhe ensinou. Finalmente, decide escrever uma carta para informá-lo de sua frustração, mas o capitão, em vez de dissipar as suas dúvidas, responde que não é capaz de identificar o idioma aprendido por Y. Ainda mais, diz que, embora durante as lições a memória possa ter pregado uma partida, Y. pode ter certeza de que a linguagem dos seus poemas não é a que ele ensinou, mas outra da sua autoria. Diante de uma situação tão absurda, Y. não tem escolha a não ser concluir que o capitão inventou a língua enquanto ensinava, e depois esqueceu tudo.

A coisa não importaria se não fosse porque, devido à fraude idiomática que ele sofreu, acontece que os três poemas de Y. são escritos em um idioma inexistente. Ele e o seu amigo, impressionados com a magnitude do problema, decidem consultar um famoso crítico local, que — depois de descobrir que, em um ataque de desespero, Y. destruiu todas as suas notas gramaticais — propõe considerar os poemas como os únicos vestígios de uma língua morta. Mas a solução não convence os protagonistas, uma vez que a linguagem dos poemas em questão não atende aos requisitos para poder considerá-la assim: o pseudopersona de Y. não se refere a nenhuma comunidade étnica desaparecida nem pode ser identificado com vestígios lexicais, gramaticais e sintáticos de alguma linguagem existente no passado. Por outro lado, a consciência dessa falta de uso social torna muito difícil, se não impossível, a tarefa de garantir um significado estável às palavras dessa “linguagem”, confinada à consciência de um único indivíduo, bem como o significado dos próprios poemas. O crítico sugere que o garante desse significado não pode ser outro senão o mesmo Y., que sempre poderá traduzir os seus poemas em um idioma compartilhado com outras pessoas. Mas Y. insiste na dificuldade de fornecer uma versão compreensível dos seus versos em qualquer outro idioma, com o argumento de que perderiam a melhor parte do seu significado no processo. Nesse caso, respondeu o crítico, enfrentaríamos uma obra de arte que só pode ser julgada por uma única pessoa, e será o mesmo Y. o único que pode decidir sobre o valor da sua produção poética. Ora, enquanto essa possibilidade for aceite, teremos de

concordar que de agora em diante só será necessário reunir alguns sons bonitos e sonoros e atribuir-lhes um significado arbitrário, para que cada poema possa ser colocado na origem de uma língua tão nova e incompleta quanto efêmera, acessível apenas ao seu autor, cuja glória literária ninguém terá o direito de contestar. Feito isso, basta dar outro passo e concordar que a criação poética pode acontecer sem qualquer significado.

Como o leitor já deve ter adivinhado, a narração de Landolfi constitui uma aguçada reflexão, não sem ironia, sobre as radicais consequências estéticas de certas propostas de vanguarda de origem dadaísta, como “Karawane” de Hugo Ball,³ que ergueram o significante fónico ou gráfico em protagonista absoluto da composição poética, desconsiderando qualquer referência a um significado posterior socialmente aceite. Não podemos parar por aqui para desenvolver as implicações filosóficas subjacentes a esses tipos de obras, cuja importância é apenas comparável aos *ready-made* de Marcel Duchamp. Observemos, no entanto, que, levando em conta a sua intenção provocativa — compartilhada com a narração de Landolfi —, essas obras podem ser consideradas como uma posta em cena paródica da língua privada de Wittgenstein e, ao mesmo tempo, como um questionamento *avant la lettre* da hegemonia do logocentrismo, entendido como metafísica da escrita fonética (Derrida, 1967), que privilegia no pensamento ocidental a experiência da voz que se escuta como expressão primitiva da consciência, já que, por um lado, usam a escrita como mera inscrição, desapegada de qualquer significado e, por outro, geralmente admitem várias realizações orais.

Extinção linguística e extinção pessoal:

A língua como donzela de ferro

O autêntico apocalipse linguístico sobrevém quando a menorização se consuma e a língua fica reduzida a um só falante, que concentra na sua pessoa o “silenci de tot un poble desaparegut” (Casajuana, 2009: 200). De facto, é discutível que o termo “falante” possa aplicar-se a esta classe de situações, porque se uma língua deixa de empregar-se nas relações interpessoais e sobrevive apenas como a veículo do monólogo interior de um único indivíduo dificilmente poderá ser considerada como tal. Ao longo do século XX psicólogos como Vigotski (1934)

³ Em linha: <https://www.youtube.com/watch?v=z_8Wg4oF3yo>.

estudaram o uso *egocêntrico* da linguagem e chegaram à conclusão de que as suas características não podem dissociar-se do uso *social*, já que respondem ao mesmo objetivo, embora este regule os intercâmbios e aquele a conduta — quer dizer, a *comunicação* e a *consciência*, respetivamente. Em sintonia com estes planeamentos, o sociólogo alemão Niklas Luhmann (1996) sustentava que a relação entre os indivíduos e a sociedade pode ser descrita em termos de *ensambladura estrutural*. Tudo o que se pode comunicar há-de passar em primeiro lugar pelo filtro da consciência individual, situada no entorno do sistema social e capaz de perceber os eventos do mundo. Mas os indivíduos não comunicam, esta operação é própria dos sistemas sociais. Ainda mais: trata-se da operação genuinamente social, já que requer a concorrência de um grande número de consciências — tese que integra implicitamente a sociabilidade como parte constitutiva da comunicação —, sem que possa ser imputada a nenhuma delas em concreto. Portanto, se a comunicação não depende da consciência, ela não é operacionalmente independente, pois a consciência não é mais comunicação, mas a sua função consiste em prover de perturbações os sistemas sociais através da *ensambladura estrutural*.⁴

A técnica literária do monólogo interior, empregada sobretudo por alguns dos grandes romancistas anglosaxões do século XX como James Joyce, Virginia Woolf ou William Faulkner, pelo mero feito de transformar em um recurso literário a transcrição do magma linguístico que habita a consciência individual, contribuiu a popularizar uma conceção ilusória da linguagem egocêntrica, já que funciona de um jeito bastante mais caótico e complexo do que deixa entrever a sua imagem narrativa (Siguán, 1986). Uma ilustração literária desta intuição podemos achar em *La machine à lire les pensées* (1937) de André Maurois, sátira implícita da fortuna alcançada pelo monólogo interior através do relato da invenção de uma máquina capaz de permitir aos seus compradores o acesso aos pensamentos do próximo. À partida, o invento é recebido com entusiasmo, mas ao cabo de pouco tempo os usuários advertem que resulta de todo inútil, porque o universo caótico da linguagem egocêntrica não comunica nada inteligível.

Seja como for, é inegável que a literatura representa um dos meios mais adequados para explorar os dramas pessoais inerentes à fase terminal de uma

⁴ O interesse destas questões para a sociologia da linguagem é abordado com detalhe no artigo de Conill e Salomé (2004).

língua, vivida pelos últimos falantes com uma intensa angústia. Neste campo, os valencianos podemos aduzir uma referência clássica: refiro-me ao poema “El mal ensomni” (1908) de Teodor Llorente, um exercício de prospetiva sociolinguística *avant la lettre* no qual o negro futuro que o patriarca da Renascença augurava ao nosso catalão aparece descrito como um horizonte a longo prazo, ainda que isso não conseguisse atenuar a angústia dos seus versos⁵. Um século mais tarde, o citado Carles Casajuana retomou a questão no romance *L’últim home que parlava català* em forma de reflexão corriqueira, que servisse de pretexto para urdir a trama de uma narração intrascendente e cheia de tópicos, endireitada ao consumo do grande público.

Mas, se queremos esquadriñar na fenomenologia existencial associada à condição de último falante de um idioma, cumprirá atender à literatura escrita em uma língua agonizante como a occitana. Penso, sem ir mais longe, em *Lo libre dels Grands Jorns* (1964) de Joan Bodon, traduzido ao catalão e prologado por Joan-Lluís Lluís em 2015 com o título de *El llibre dels finals*. Vale dizer que se trata de um relato muito interessante, mas não de uma obra prima – nem podia sê-lo, porque uma literatura “mai no s’acaba amb una obra mestra” (Bodon, 1964: 70). Joan Bodon foi um dos romancistas occitanos mais importantes do século XX, e nas suas obras desenvolve o destino trágico da Occitânia e da sua língua, aniquiladas pelo Estado francês. Uma das características da sua escrita é a estreita relação que se estabelece entre o naufrágio coletivo e a impotência dos protagonistas para o mudar. Não em balde, como assinala Joan-Lluís Lluís no prólogo,

conviveu, como tantos militantes de línguas ditas regionais da França, com um conjunto de paradoxos: admirava seu pai por não ter falado nunca em francês com ninguém, mas ele não falou nunca occitano aos filhos. Vejo duas razões possíveis e compatíveis entre elas, a esta não transmissão voluntária da língua. A primeira seria o conformismo, a incapacidade de resistir a olhada social niveladora, o medo do que dirá a gente; a segunda seria evitar de ter de transmitir aos filhos, com a língua, a dor da sua desapareição (Lluís, 2015: 11).

Sintomaticamente, da primeira página do romance, reencontramos a atmosfera angustiosa do poema de Llorente, mas sem o *pathos* romântico.

⁵ Pode ler-se o poema online no endereço <<https://publicacions.iec.cat/repository/pdf/00000201/00000069.pdf>>. O melhor estudo sobre a obra é o de Aracil (1983).

O protagonista é um condenado a morte por partida dupla, porque lhe diagnosticaram um cancro terminal e, de vez, é consciente de que a sua língua morrerá com ele: “La llengua mor. Jo moriré aviat. La mort dura més que la vida.” (Bodon, 1964: 48). Quando um amigo médico de Montpellier lhe transmite a má notícia (“no passaràs de l’estiu...”), decide abandonar tudo e toma o comboio para Paris, para morrer em solidão. Mas a viagem afadiga-o e, afinal, decide baixar em Clarmont d’Alvèrnia. Nesta cidade passará as derradeiras semanas, alternando as bebedeiras com a frequência de prostitutas e pranteando-se pelo destino de uma civilização occitana em vias de extinção, da qual se sabe o derradeiro representante: «Mai no ha passat pel cap de ningú d’anorrear catedrals. La nostra llengua és més que una catedral. ¿Per què són tants, doncs, els que volen demolir-la?» (Bodon, 1964: 57).

Lá faz amizade, se assim se puder dizer, com o Capelão de Cotofuny, um sacerdote incrédulo — inspirado talvez no protagonista de *San Manuel Bueno, mártir* (1931) de Miguel de Unamuno — que lançou o hábito às ervas, mas que se dedica ainda a consolar os moribundos para evitar que abandonem este mundo possuídos pelo pavor ao inferno. A medida que avança, o romance some-se pelas congostras da alucinação, sobretudo quando o anónimo protagonista entra em contacto com os últimos habitantes de Marxilhat, uma antiga comuna socialista na que maior parte dos membros morreram durante a guerra civil espanhola, nas fileiras das Brigadas Internacionais. Os poucos que não se alistaram, agora se dedicam ao pastoreio de ovelhas e a uma atividade bem estranha e sinistra: fazem funcionar umas máquinas que se encarregam de manter vivas as cabeças dos camaradas defuntos, amputadas dos corpos dos seus proprietários. Graças aos descobrimentos de um antigo integrante da comuna, o doutor Spallanzi, estas cabeças monstruosas sobrevivem de maneira artificial, porque “[u]n cap d’home alimentat artificialment no es mor. I qui diu el cap diu el cervell, és a dir l’home sencer, amb els seus pensaments, les seves idees, tota la seva vida passada. [...] Ens veuen, ens senten. Però no poden parlar” (Bodon, 1964: 152). Após esta visão repugnante, a dor que presagia o desenlace fatal do cancro apossa-se do protagonista, o qual não pode deixar implicitamente de reconhecer-se com horror nestas cabeças monstruosas, privadas de linguagem.

A final de contas, o drama de *Lo libre dels Grands Jorns* é o de quem já não pode viver em uma língua, mas que apenas pode morrer nela. Porém, a

crónica desta morte apenas no-la pode transmitir através de uma escrita narrativa entendida à maneira da mensagem postrema do suicida. Porque, como já sabemos, a linguagem egocêntrica não pode ser considerada na verdade como tal e as relações interpessoais do derradeiro falante de uma língua produzem-se sempre em um idioma diferente do próprio. A escrita então aparece como o único recurso suscetível de dar testemunho desta vivência da extraterritorialidade sem se mover da casa que acarreta a menorização e a extinção linguística subsequente. Um testemunho que, paradoxalmente, consiste em narrar no idioma materno um cúmulo de interações sociais efetivadas na língua dominante, mas que a tradição literária autóctone autoriza a reabsorver por meio de um enredo de ilusionismo conhecido como tradução. Não estou nada certo de os integrantes do *Institut d'Études Occitanes* serem conscientes deste paradoxo quando denegaram a permissão para uma versão francesa do relato com o argumento – ideologicamente impecável – de que esta constituiria um episódio mais da absorção do occitano pelo francês. Na realidade, poderiam ter advertido que tudo o que se narra nele acontece em um contexto dominante pelo uso exclusivo do francês, e o mesmo protagonista não emprega nenhuma outra língua no seu trato social. Porém, o occitano bole no interior da sua consciência, ainda que apenas ache ocasião de se exteriorizar em forma escrita, circunstância que permite a prolongação da prática literária além da perda de vitalidade oral da língua.

O sentido da experiência relatada por *Lo libre dels Grands Jorns* devem ainda mais pungente enquanto o contrastemos com outro romance coetâneo, com o qual em aparência não mantém nenhuma conexão. Refiro-me a *La Marge* (1967) do escritor francês André Pieyre de Mandiargues, traduzida para catalão em 1979 por Joan Oliver como *El Marge*. O relato, que em 1976 foi objeto de uma desafortunada adaptação cinematográfica de Walerian Borowczyk, conta o deslocamento em automóvel a Barcelona de Sigismond Pons, que se viu obrigado a substituir seu coirmão em uma viagem de representação de licores. Ao chegar, procedente da sua casa de campo nos arrabaldes de Montpellier, Sigismond recebe uma carta de Féline, a antiga ama de leite, com uma notícia perturbadora: seu filho Élie caiu na piscina e afogou; a seguir a mãe – a saber, sua senhora –, em um arrebatado de desesperação, subiu à torre e lançou-se ao vazio. Destroçado por uma tragédia a que se viu incapaz de a afrontar, guarda

a carta na habitação do hotel, sob um *souvenir* da estátua de Colom em forma de falo de vidro, e durante as quarenta oito horas posteriores se dedica a rondar pelos ambientes prostibulários do bairro do Raval, minuciosamente descritos. Sabe que se acha à margem da existência humana, que já deixou atrás a sua última hora e habita no interior de uma frágil borbulha onde “[l]a vida i la mort dansen abraçades” (Mandiargues, 1967: 156). Experimenta uma liberdade sobre-humana, que se traduz em uma simpatia espontânea face a graça dos vencidos, tanto se se trata de alguém como Juanita, a jovem prostituta com quem mantém relações sexuais, quanto do povo catalão, submetido à tirania de Franco, a quem Sigismond nomeia despectivamente o *fürhúnculo*. Do interior da sua borbulha, não pode deixar de constatar a presença doutra borbulha, enorme e toldadora, onde viu cativa a sociedade catalã, e acreditou – com excessivo otimismo, contradito pela história posterior – que o regime do *fürhúnculo* “ara ja és madur per al bisturí. La mà que l’operarà seguirà justament la llei natural. Rebentar l’abscés, destruir el principi, l’humor, el virus mortal és preservar la vida” (Mandiargues, 1967: 178-179). É por isso que a vida que bole no Paral·lel, apesar de que se sabe definitivamente excluído dela, o comove por “l’aire de disponibilitat que ofereixen dones i homes, nois i noies asseguts a les terrasses dels cafès o que van i vénen. Fàcils i orgulhosos indivisiblement, amb un gest borrascós, heus aquí allò que llur actitud revela, i és així com devien ser llurs parents sovint revoltats contra la gent de Castella. La vigilància furhoncolesca, present allí i fora d’allí, no pot evitar que exhibeixin llur caràcter” (Mandiargues, 1967: 107).

O trágico destino de Sigismond consumir-se-á durante o caminho de volta para a casa: quando deixa atrás Barcelona, para em um caminho rural o seu Renault, extrai do porta-luvas um pequeno revólver e dispara-se um tiro ao coração. Um desenlace que difere muito pouco do do anónimo protagonista de *Lo libre dels Grands Jorns*, ainda que os separe um pormenor fundamental: este morre só, voluntariamente afastado da família e dos amigos, face aos quais, cortado de vez o vínculo da língua, já não experimenta nenhuma empatia; por contra, Sigismond, que ao perder a esposa e o filho decidiu livrar-se da vida, não morre completamente desesperado. Ao longo dos dous dias da sua estada em Barcelona sentiu-se identificado com o destino de uma gente e uma língua que mal conhecia, mas que o interpelam entre perigos. E antes de premer o gatilho

da arma “pensa en el poble català, amb el qual se sent lligat amistosament i solidàriament. ¿Tindrà la força de no acceptar la derrota per sempre? ¿Serà capaç de no demanar a la llibertat altra cosa que partits de futbol, curses de braus, sardanes i plaers sexuals durant els dies i les hores permesos? Viurà orgullosament? La resposta que Sigismond es dóna (o li és donada) és, vol ser, afirmativa” (Mandiargues, 1967: 269).

Como se pode comprovar, os paralelismos entre os dous romances resultam em muitos aspetos surpreendentes, salvo que a extinção da língua constitui o núcleo temático do relato de Bodon, enquanto o de Pieyre de Mandiargues gira em torno da impossibilidade de sobreviver ao duelo suscitado pela morte trágica da esposa e do filho. Ora, os últimos dias dos dous protagonistas transcorrem de uma maneira perfeitamente póstuma, como a dos nonatos do mundo da vida pelo desmoronamento da sua saúde e a desapareição do seu universo cultural e familiar. Destacai também que os dous protagonistas se acham também fora do seu ambiente, afastados de aquela casa do ser que costuma edificar-se arredor das relações mais íntimas e que constitui também o último refúgio dos idiomas em retrocesso. Estou a falar do que os anglo-saxões denominam o *home*, entendido como o lugar *próprio* de uma pessoa, com o qual estabelece toda espécie de vínculos de adaptação mútua, porque o facto de *habitar* tem muito a ver com os *hábitos* (Aracil, 1995). Afinal, como mostraram Bachelard e Heidegger, o facto de habitar um espaço consiste em o transformar no próprio lar, a partir do qual se espalham as esperanças e as lembranças, a perceção do tempo das pessoas e em definitivo a sua maneira de passar pelo mundo e de lhe ter cuidado⁶. Sintomaticamente, aqueles que sobrevivem à devastação do seu *home*, que é também a esfera da língua materna ou conjugal, só são capazes de achar uma efémera consolação mercenária nos braços das prostitutas, porque, como escreve o anónimo protagonista do relato de Bodon: “¿Qui és la prostituta sinó la llengua d’Oc? La filla del castell ara jau al bordell. De l’amor cortès a l’amor per terra...” (Bodon, 1964: 56). A língua transforma-se assim em um jeito de *donzela de ferro* e deixa de cumprir a sua função de ninho acolhedor, em cujo seio o falante pode estabelecer contacto com os outros, enquanto o condena, para maximizar a duração do seu sofrimento, a permanecer atrapado no interior

⁶ Sobre estas interessantíssimas questões, a que aqui só podemos aludir, vejam-se as contribuições fundamentais de Heidegger (1954) e Bachelard (1957).

de um caixão idiomático cheio de cravos com aparência antropomórfica, cujo rosto pretendia ser uma representação de Maria, a mãe de Jesus.

Conclusão

É incontestável que uma das consequências salientáveis da globalização económica tardocapitalista foi a gestação de uma sociedade caracterizada por um incremento espetacular da complexidade e do risco. O planeta inteiro deveio na altura um mundo de emigrantes, onde os deslocamentos, amiúde em condições dramáticas, de grandes contingentes de população, tratados com peões insignificantes a reboque dos desígnios do capital e dos interesses estratégicos das grandes potências, não cessam de produzir-se. Tudo isso engendra contínuos e problemáticos processos de desterritorialização e reterritorialização, por o dizer à maneira de Deleuze e Guattari, que a nossa sociedade não se acha já em condições de ignorar. O discurso politicamente correto costuma entoar uma louvança hipócrita deste estado de cousas, incidindo nas vantagens do multiculturalismo e da mestiçagem, mas a realidade se acha muito longe de avaliar uma visão tão cândida do assunto.

A promiscuidade humana resultante, paralela em muitíssimos sentidos às profundas modificações experimentadas pelo ecossistema biológico — com os seus efeitos perversos, como agora a extinção de um grande número de espécies animais e vegetais —, dá passo a uma transformação igualmente profunda do ecossistema comunicativo global, como consequência do facto de, por primeira vez na história, assistirmos à emergência de uma sociedade de dimensões planetárias. A realidade tornou-se cosmopolita, nem que fosse nos âmbitos da banalidade, ligados ao consumo. Portanto, vivemos imersos no que Peter Sloterdijk (2005) designa como “o mundo interior do capital”, caracterizado por um *cosmopolitismo banal*, análogo em muitos sentidos ao *nacionalismo banal* que, segundo o psicólogo social Michael Billig (1995), segregavam (e segregam) os estados surgidos da primeira modernidade. Ora, esta vivência quotidiana da realidade cosmopolita acha-se longe de merecer a atenção de umas ciências sociais excessivamente apegadas a um *nacionalismo epistemológico* que universalizou a perspectiva própria dos estados-nação, elevando-a ao rango de princípio “lógico” por antonomásia, a partir do qual se explica ainda a dinâmica sociopolítica do mundo atual. Neste contexto, a existência de uma irreversível

cosmopolitização em todas as ordens da sociedade promove mudanças radicais das condições de existência das comunidades linguísticas, que não podem deixar de repercutir em uma reconsideração dos planeamentos em que se sustentam os nacionalismos linguísticos, autêntico substrato ideológico das instituições literárias vigentes (Aracil, 1986; Even-Zohar, 1994; Casanova, 1999).

Na realidade, cumpriria precisar, o olhar cosmopolita não suprime o anterior, ao contrário integra-o em um quadro superior, definido pela interdependência, o reconhecimento das diferenças mediante a contextualização histórica, a volubilidade das fronteiras e o princípio de amálgama cultural. Enquanto o olhar nacional, cindido sempre entre dilemas excludentes (isto/aquilo, próprio/alheio, interior/exterior, etc.), caracterizou-se pela clausura e a introversão, o olhar cosmopolita aparece como inclusivo, na medida em que é capaz de tomar em conta o olhar nacional e reinterpretá-lo de acordo com uma conceção epistemológica de complexidade crescente, rejeitando a cegueira do nacionalismo epistemológico perante o advenimento das transformações em curso. De acordo com uma analogia topológica, poderíamos dizer que lá onde o olhar nacional apenas era capaz de distinguir as duas caras opostas de uma mesma realidade, o olhar cosmopolita descobre um novo espaço articulado em forma de banda de Möbius, no qual resulta impossível distinguir claramente entre interior e exterior. Quer dizer, esta constatação debruça-nos sobre um mundo que cavalga a lombo da versão mais desbocada do paradoxo, um mundo que deveio um “manicómio babilónico” (Robert Musil *dixit*), onde as consequências de qualquer decisão resultam cada vez mais difíceis de prever, de maneira que os efeitos não procurados – benéficos ou perniciosos, é o mesmo – se multiplicam inevitavelmente⁷.

Os escritores em catalão não podemos deixar de nos sentir interpelados pela nova situação, que vem a somar-se aos reptos seculares que houve de enfrentar a nossa cultura. Agora, mais do que nunca, devemos evitar a tentação de cultivar uma literatura supostamente “normalizada”, sujeita ao desenho de uma retórica institucional que patrimonializa a linguagem das mais diversas instâncias, colocando-a ao serviço de uma conceção populista que mascara o nosso conflito linguístico e social, ao mesmo tempo que legitima a perpetuação das manifestações literárias tradicionais, encurraladas há muito tempo pela

⁷ Sobre esta questão, veja-se Beck (2004).

modernização e capazes de interessar apenas meia dúzia de ignorantes. Por outro lado, a menorização deve ser um incentivo de primeira ordem para romper o cerco ao qual a língua dominante nos submete, a fim de promover uma receção aberta, crítica e frutífera da vanguarda do pensamento contemporâneo, sem esquecer o diálogo sempre problemático com a diversidade de culturas e formas expressivas incorporadas pelos coletivos humanos localizados no país. Em outras palavras, trata-se de construir, não uma casa dentro de uma prisão, mas um enclave de complexidade global no meio de um território refratário, ou seja, articular uma cultura capaz de usar a conexão com os problemas globais e com a maneira como os estamos enfrentando localmente como trampolim para alcançar setores inexplorados e, assim, atingir a cota de universalidade que a restrição institucional e a autocensura colocam com frequência além do nosso alcance⁸.

Se nos atermos especificamente ao País Valencià, entre nós o catalão não chegou ainda, nem com muito, ao grau de decomposição terminal que reflete um romance como *Lo libre dels Grands Jorns*, embora os estudos empíricos e os modelos prospectivos existentes não convidem ao otimismo⁹. Faz mais de meio século, Joan Fuster, em *Nosaltres els valencians* (1962), pôs sobre a mesa com clareza meridiana a necessidade de tomar decisões cruciais sobre o futuro do País Valencià. Mais tarde, Lluís V. Aracil sintetizou o que estava em jogo com a formulação da existência de um *dilema valencià* referido não só à viabilidade do catalão:

El conflicte no serà conegut si no és abans reconegut, és a dir: ventilat a l'aire lliure de la discussió. Hem d'abocar la nostra gent a confessar i acarar amb coratge la brutal realitat del dilema en què es troben. Perquè la decisió col·lectiva siga de veres responsable i conscient, és condició que tothom se senta implicat i complicat en el problema. Ha de ser clarament inadmissible que ningú es puga dir indiferent o imparcial davant una grossa disjuntiva de la solució de la qual dependrà —potser en més de la meitat— el futur del País Valencià» (Aracil, 1966: 29).

Infelizmente, meio século depois estas palavras resultam mais atuais que quando foram escritas, tendo em conta que nos dirigimos a uma sociedade

⁸ Quanto a esta problemática, ver as reflexões de Fernández (2008) e Conill (2012).

⁹ Sobre esta questão, ver o excelente artigo de Miralles, Perucho e Querol (2015).

culturalmente depauperada, que mal lê em nenhum idioma e se acha submetida à manipulação constante de uns média de comunicação abertamente hostis ao catalão, o repto é — deixai-me remarcá-lo — singelamente maiúsculo, e as possibilidades de o conseguir muito escassas. Por isso, a experiência, sempre traumática, de nos contemplarmos ao espelho da tragédia que acarreta a desapareição de uma língua haveria de constituir um revulsivo para arrincoar velhos tópicos e defrontar um futuro cheio de reptos armados com um arsenal de ideias renovadas. Uns reptos, vale dizer, que não se esvairão por arte de magia com mais léria pedagógica sobre novas estratégias para o ensino do idioma nem com programas de educação plurilingue, senão que exigirão uma forma mais aberta e criativa, mais arriscada e valente, de viver (e escrever) em catalão, que não pode desligar-se da aposta para transformar as nossas reivindicações idiomáticas e os nossos desassossegos expressivos em um assunto de importância verdadeiramente pública, em íntima sintonia com as lutas de toda condição pelo reconhecimento que agitam a cosmópole. Fazer o contrário é perpetuar os sentimentalismos, ingênuos ou interessados, que proliferam em torno dessas questões e ignorar que, como argumentou o teólogo medieval Hugo de Saint Victor: “O homem que acha a sua pátria doce é um novato sensível; aquele para quem cada terra é como a sua já é forte; mas unicamente aquele para quem o mundo inteiro é como um país estrangeiro atinge a plenitude”.

Referências

[As referências consignadas no texto aludem ao ano de edição original das obras e os artigos da bibliografia, mas as páginas que citadas em nota correspondem sempre às reedições e traduções resenhadas.]

Aracil, Lluís V. (1966). «A Valencian Dilemma/Un dilema valencià». *Identity Magazine*, 24, pp. 17-29.

Aracil, Lluís V. (1983). «La llengua dels avis al País Valencià, una cronologia trabucada?». Em: Aracil, Lluís V. *Dir la realitat*. Barcelona: Edicions Països Catalans, pp. 155-170.

Aracil, Lluís V. (1986). «“Llengua nacional”: una crisi sense crítica». *Límits*, 1 (novembro), pp. 9-23.

Aracil, Lluís V. (1995). «Casa, presó, camí, frontera». Artigo publicado no tríptico anunciador do Seminari «*Casa, presó, camí, frontera*», ministrado pelo autor em Morella (3 -8/VII), s.p.

- Bachelard, Gaston (1957). *La poétique de l'espace*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Beck, Ulrich (2004). *Der kosmopolitische Blick oder: Krieg ist Frieden*. Frankfurt do Main: Suhrkamp.
- Bernstein, Basil (1971). *Class, Codes and Control*, v. I. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Billig, Michael (1995). *Banal Nationalism*. Londres & Nova Delhi: Sage & Thousand.
- Bodon, Joan (1964). *Lo libre dels Grands Jorns*. Tolosa: Institut d'Études Occitanes [*El llibre dels finals*. Barcelona: Club editor, 2015].
- Casajuana, Carles (2009). *L'últim home que parlava català*. Barcelona: Planeta.
- Casanova, Pascale (1999). *La république mondiale des lettres*. Paris: Seuil.
- Conill, Josep J. (2012). *Entre Calimero i Superman. Una política lingüística per al català*. Barcelona: El Tangram.
- Conill, Josep J.; Salomé, Anna (2004). «Elements per a una sociologia sistèmica del llenguatge». *Caplletra*, 37, pp. 153-194. Em linha: <<http://www.raco.cat/index.php/Caplletra/article/view/281601/370104>>.
- Derrida, Jacques (1967). *De la grammatologie*. Paris: Minuit.
- Dubleumortier, Nathalie (1997). *Glossolalie. Discours de la croyance dans un culte pentecôtiste*. Paris: L'Harmattan.
- Eco, Umberto (1994). *La ricerca della lingua perfetta nella cultura europea*. Roma-Bari: Laterza.
- Even-Zohar, Itamar (1994). «La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa». Em: Villanueva, Darío (ed.). *Avances en Teoría de la literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 357-377. Em linha: <<http://www.tau.ac.il/~itamarez>>.
- Fernàndez, Josep-Anton (2008). *El malestar en la cultura catalana. La cultura de la normalització (1976-1999)*. Barcelona: Empúries.
- Flournoy, Théodore (1900). *Des Indes à la planète Mars: étude sur un cas de somnambulisme avec glossolalie*. Paris: F. Alcan. Em linha: <<https://archive.org/details/desindeslaplanoooflou/page/416>>.
- Fuster, Joan (1962). *Nosaltres els valencians*. Barcelona: Edicions 62.
- Heidegger, Martin (1954). «Bauen Wohnen Denken». Em: Heidegger, Martin. *Vorträge und Aufsätze*. Pfullingen: Günter Neske.
- Janton, Pierre (1976). *L'espéranto*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Landolfi, Tommaso (1937). *Dialogo dei massimi sistemi*. Florença: Fratelli Parenti. [Invenciones. Madrid: Siruela, 1991, pp. 357-368].

- Lluís, Joan-Lluís (2015). «Pròleg: Tants finals infeliços». Em: Bodon, Joan. *El llibre dels finals*. Barcelona: Club editor, pp. 7-15.
- Luhmann, Niklas (1996). *Introducción a la teoría general de sistemas*. México: Universidad Iberoamericana-ITESO-Anthropos.
- Mandiargues, André Pieyre de (1967). *La Marge*. Paris: Gallimard [El Marge. Barcelona: Aymà, 1979].
- Maurois, André (1937). *La machine à lire les pensées*. Paris: Gallimard.
- Miralles, Clara; Perucho, Manuel; Querol, Ernest (2015). «Models dinàmics de competició entre llengües, aplicats al cas català-castellà, al País Valencià». *Anuari de psicologia de la Societat Valenciana de Psicologia*, vol. XVI, 1, pp. 31-55.
- Siguán, Miquel (1986). «La expresión literaria del lenguaje interior». Em: Signán, Miquel (coord.). *Estudios de psicolingüística*. Madrid: Pirámide, pp. 221-234.
- Sloterdijk, Peter (2005). *Im Weltinnenraum des Kapitals. Zu einer philosophischen Geschichte der terrestrischen Globalisierung*. Frankfurt do Main: Suhrkamp [*En el mundo interior del capital. Para una teoría filosófica de la globalización*. Madrid: Siruela, 2007].
- Solé i Camardons, Jordi (1995). *Les paraules del futur. Llengües i comunicació en la ciència ficció*. València: 314.
- Steiner, George (1968). *Extraterritorial. Papers on Literature and the Language Revolution*. Londres: Faber & Faber.
- Vigotski, Lev S. (1934). *Pensament i llenguatge*. Vic: Eumo-Diputació de Barcelona, 1988.
- Watzlawick, Paul (1977). *Die Möglichkeit des Andersseins*. Berna: Hans Huber [*El lenguaje del cambio*. Barcelona: Herder, 1989, 4ª edició].
- Wolfson, Louis (1970). *Le Schizo et les langues*. Paris: Gallimard.
- Yaguello, Marina (1984). *Les fous du langage. Des langues imaginaires et de leurs inventeurs*. Paris: Seuil.

JOSEP J. CONILL

Josep J. Conill (Castelló de la Plana, 1961) exerce como professor de língua catalã. Foi membro do Seminário de Sociologia de Valência (dirigido por Lluís V. Aracil). Em novembro de 2003 lecionou na Universidades de Santiago de Compostela o Seminário “Senso comum e comunidade de sentido: rumo a un tratamento libertário da complexidade sociolingüística”. Os seus trabalhos, sobre questões relacionadas com a sociologia da linguagem, foram dados a lume em diversas revistas da especialidade, como *Noves SL*, *Treballs de Sociolingüística Catalana* ou *L'Espill*. Dentre as suas publicações cumpre salientar *Del conflicte lingüístic a l'autogestió* (2007) e *Entre Calimero i Superman: Una política lingüística per al català* (2012), bem como os poemários *Desposseixió* (2002),

La nit en blanc (2011), *Signes antipersona* (2016) e os livros de aforismos *Submarins de butxaca* (2008) e *Sic transit gloria, mindundi* (2015).

O leitor interessado pode aceder a sua produção escrita na página pessoal:

<<http://www.josepconill.cat/>>.

A ASPGP e a procura da inovação pedagógica do ensino na Galiza desde 1978

José Paz Rodrigues

Resumo

Neste artigo, o autor faz um resumo do brilhante percurso da ASPGP (Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa, inicialmente Associação Sócio-Pedagógica Galega-ASPG) que, a partir de fins dos anos de 1970, se enquadrava dentro dos Movimentos de Renovação Pedagógica do Estado Espanhol, visando restabelecer uma pedagogia popular sobre bases independentes das oficiais, mediante cursos, seminários, oficinas pedagógicas, debates, atividades práticas, jornadas do ensino, escolas de verão, feiras do livro, roteiros e apresentação de experiências várias. Apesar de as primeiras edições terem sido reprimidas pelas autoridades, a sua atividade consolidou-se e durou até 2008, em diversas cidades e vilas da Galiza e N. de Portugal. A sua orientação linguística foi sempre firmemente reintegracionista, apesar das cisões isolacionistas logo superadas.

Palavras-chave

ASPGP (Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa), Renovação Pedagógica, reintegracionista, isolacionista.

Abstract

In this article, the author makes a roundup of the brilliant track record of the ASPGP (Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa [Galician-Portuguese Socio-Pedagogical Association], initially Associação Sócio-Pedagógica Galega-ASPG) which, starting in the late 1970s, fitted into the Movement of Pedagogical Renewal within the Spanish State, aiming at re-establishing a popular pedagogy on bases independent of the official ones, by means of courses, seminars, teaching workshops, debates, practical activities, teaching sessions, summer schools, book fairs, guided excursions and the presentation of various experiences. In spite of the first sessions having been repressed by the authorities, their activity was consolidated and lasted until 2008, in several cities and towns of Galiza and N. Portugal. Their linguistic orientation was always firmly reintegracionist, in spite of the isolationist splits which were soon overcome.

Key words

ASPGP (Galician-Portuguese Socio-Pedagogical Association), Pedagogical Renewal, reintegracionist, isolationist.

Graças especialmente ao trabalho desenvolvido pela pedagoga catalana Marta Mata i Garriga (contando com a colaboração de outros seis mestres e educadores da sua terra), que tinha fundado na Catalunha a 4 de outubro de 1965 a *Associació de Mestres Rosa Sensat*, esta comunidade autónoma do Estado Espanhol foi sem dúvida a pioneira na promoção da renovação pedagógica da escola, mesmo dez anos antes da morte do ditador Franco. Em primeiro lugar da catalana, e depois a do resto do Estado. Para o que, com o seu grande valor solidário, esta excelente pedagoga se deslocou por todo o país, incluída a Galiza, para promover a inovação educativa e animar os docentes das diferentes comunidades para que criassem associações similares à sua, que já nos anos oitenta se denominaram MRPs (*Movimentos de Renovação Pedagógica*). Ainda nos lembramos de quando, para levar adiante esta sua faceta, esteve em Vigo e no Ateneu de Ourense.

Depois de quarenta anos de ditadura, vivendo a longa noite de pedra franquista, em novembro de 1975, faleceu o fascista e nazi Franco, e se iniciou uma etapa de efervescência, não só política, mas também cultural e educativa. Sindicatos, coletivos pedagógicos, grupos de docentes e mesmo associações culturais, despertaram do seu sono e começaram a mobilizar-se. Num primeiro momento para renovar de raiz o modelo pedagógico e do ensino das escolas infantis, primárias e também secundárias, que durante tantos anos permaneceu inerte, repressivo, acrítico e antipedagógico.

O caso da Galiza é muito peculiar, onde a finais de 1975 e no ano 1976 saem à luz o *Manifesto da Universidade da Galiza* e o *Manifesto dos Ensinantes Galegos*, que, entre outras muitas propostas, pede um ensino galego, científico e popular, adaptado à realidade sociológica da nação galega, e normalizador da nossa cultura nacional. O dia 28 de agosto de 1976 começavam no colégio dos PP. Mercedários, em Os Milagres-Maceda (Ourense) as *Primeiras Jornadas do Ensino da Galiza*, que foram organizadas cooperativamente por diferentes coletivos de docentes galegos, incluídos sindicatos do ensino (nomeadamente a UTEG, o SGTE, a Fete-UGT e as Comissões Operárias do Ensino), com o apoio legal para a sua realização do Colégio Provincial de Doutores e Licenciados de Ourense. Esta primeira escola de verão galega, infelizmente suspensa *manu militari*, ao segundo dia de iniciada, pelo naquela altura governador civil de Ourense, constituiu realmente a única unitária organizada na Nossa Terra

até o momento. O espírito de liberdade que existia nos cursos, conferências e debates-papo, realizados no primeiro dia nas aulas e salas de atos do colégio macedão, não gostou à autoridade governativa ainda franquista, que mandou à Guarda Civil, para levar a cabo o despejamento do local dos mais de 500 ensinantes participantes nas atividades e debates, não sem antes ter que dar a conhecer os números dos seus bilhetes de identidade.

Ao ano seguinte de 1977, não se organiza outra edição da escola de verão, embora alguns dos responsáveis da edição de 1976 decidem participar na *X Escola d'Estiu* (nome em idioma catalão), que teve lugar no mês de julho no campus de Bellaterra-Barcelona, organizada pela associação *Rosa Sensat*, à que assistem mais de dez mil docentes dos diferentes níveis do ensino, dentro de uma participação sem precedentes.

Os galegos ali presentes, entre os que estava o que assina este artigo, tomamos a decisão de recuperar as *Jornadas do Ensino*, organizando a segunda edição em 1978, a poder ser de forma cooperativa, o que mais tarde, pelas típicas discrepâncias galaicas, não foi possível. A edição das mesmas, sob o apoio dos sindicatos de ensinantes nacionalistas, desenvolveu-se no Colégio *Altamar* de Vigo nos últimos dias do mês de agosto, antes do início do curso escolar. Desde este momento, de forma ininterrompida, até o ano 2008, realizaram-se em distintas localidades galegas, 31 edições das *Jornadas*. As sete primeiras edições tiveram como cenário das mesmas a dos Milagres-Maceda que já comentamos, Vigo, Ourense, Corunha, Compostela, Ponte Vedra e novamente Compostela (esta em 1983). Mais adiante daremos ampla informação de todas as edições até a última de 2008. O esquema inicial da primeira edição manteve-se durante o seu devir histórico, embora, com algumas pequenas variantes introduzidas em edições sucessivas, melhorando sempre a quantidade e qualidade dos cursos, seminários, obradoiros, oficinas pedagógicas, debates, atividades práticas, roteiros e apresentação de experiências.

Na segunda edição de Vigo de 1978, os participantes na mesma tomaram a decisão de criar a que ia ser a ASPG (uns anos mais tarde ASPGP). Para isto redigiram-se uns estatutos, com o objetivo de lograr a sua legalização no Ministério do Interior de Madrid. Pretendia-se que o seu nome fosse o de *Instituto Sócio-Pedagógico Galego* (ISPG), mas o Ministério, por ter reservada a denominação de Instituto só para instituições públicas, não aceitou

a denominação que se pretendia e houve que optar pela denominação de associação. Em outubro de 1978, a administração central aprova os estatutos, outorgando-lhe à ASPG o número 27003 no registo estatal de associações. É necessário sinalar que, depois do conflito criado em 1983, pela cissão produzida na entidade entre o setor defensor do reintegracionismo linguístico e o setor vinculado à UPG, mais proclive ao isolacionismo e à norma ILG-RAG, durante um tempo funcionaram duas ASPG com juntas reitoras diferentes, chegando-se ao acordo finalmente de que o primeiro setor mantinha o número de registo original, e o setor do Bloco criava com as mesmas siglas outra associação com número de registo diferente. A tal acordo chegaram no seu momento quem assina este artigo e o representante na altura do setor nacionalista Alberte Ansede Estraviz, que não interviu no seu dia na grave cissão dentro da junta diretiva. Depois deste acordo o setor reintegracionista decidiu modificar os estatutos da entidade, ampliar os seus objetivos e atividades e identificar a mesma com a denominação de *Associação Sócio-Pedagógica Galaico-Portuguesa* (ASPGP), que possibilitava ademais o poder organizar atividades em Portugal e colaborar com docentes, pedagogos e coletivos portugueses. Quando em 1993 se criou em Ourense a *Ludoteca* da ASPGP, com um amplo local para a mesma no centro da cidade, que facilitava o poder organizar outras muitas atividades e o funcionamento de diversos grupos e coletivos dentro da mesma (para crianças, mães e pais, jovens, mestres e docentes), houve que ampliar os estatutos, com o fim de que contemplassem essas atividades. Uma nova modificação e ampliação dos estatutos foi aprovada em assembleia de sócios no ano 1999. O 18 de fevereiro de 2005 o Ministério do Interior aprovou a definitiva e última redação dos estatutos da ASPGP, que estão vigentes na atualidade, nos que no seu artigo 3, apartado com letra X, figura o interessante texto que merece a pena recolher aqui:

Utilização do idioma galego reintegrado e também das variantes portuguesa e brasileira nas publicações e atividades realizadas no âmbito da Comunidade Galega, utilização do castelhano nas atividades realizadas no território espanhol e o catalão e euskera, no seu caso, quando as atividades se realizem nos territórios do País Basco e os Países Catalans. Quando o Acordo Ortográfico luso-brasileiro entre em vigor adotará-se como norma, aquela oficial nos oito países soberanos lusófonos de América, Europa, África e Ásia-Oceânia, para

as publicações e atividades a realizar no âmbito autonómico galego. Também se utilizará a língua galega na modalidade escrita sinalada na Lei 3/83 do 15 de junho de 1983, de normalização linguística e decretos posteriores que a desenvolvam, incluídas as modificações ortográficas que se vão produzindo, nas relações que por escrito realize a ASPGP com as instituições públicas galegas, especialmente com as diferentes conselharias, e as suas Delegações, da Junta da Galiza.

A administração central não teve qualquer problema em visar os estatutos que incluíam este texto, e a galega não podia discriminar à ASPGP nas ajudas económicas para as suas atividades, dinheiro finalista que cada ano a partir de 1983 chegava à Junta desde o Ministério, e que não podia usar para outros temas diferentes da promoção da renovação pedagógica do ensino.

Uma pequena história

A ASPGP nasceu com o nobre objetivo de agrupar os docentes galegos dos diferentes níveis, e também outros profissionais relacionados com a educação e a cultura, que, não sendo docentes, podiam achar algo para trabalhar na procura de uma escola autenticamente galega, que dera resposta às necessidades reais da sociedade galega, na que durante décadas se ignorou sistematicamente a língua e a cultura galegas, a nossa realidade histórica, geográfica, natural, sócio-económica, artística, etc., tratando de colocar a galegos e galegas em outra língua e em outra cultura, logrando pouco a pouco, a alienação dos galegos, provocando uma infravalorização do nosso próprio e uma hipervalorização do de fora. O problema da escola galega na altura era um problema basicamente de conteúdos, com um currículo no que não estavam incluídos os temas galegos, e também de expressão linguística e de metodologia didática. Os criadores da associação tinham claro num primeiro momento a importância e urgência de lograr a renovação pedagógica na Galiza e a inovação educativa do nosso ensino, a introdução de conteúdos adaptados à realidade galega, a defesa coerente da língua própria de mais de 80 % das crianças galegas, e também a formação dos docentes numa nova didática, com técnicas de ensino modernas, pois não basta com mudar os conteúdos, se estes se continuam transmitindo com a metodologia da escola tradicional e não da nova escola.

Apresentamos a seguir, de forma sintética, as metas e objetivos que desde o primeiro momento da sua criação, pretendia lograr a associação:

- 1.-Trabalhar pela normalização da nossa língua e da nossa cultura; e por uma normativa linguística que não permitisse a desapareição, em breve prazo, da nossa língua, que podia facilmente, como por desgraça realmente está sucedendo, converter-se num dialeto do castelhano.
- 2.-Procurar a integração da escola e do ensino em geral no seu entorno próprio e autêntico, evitando todo o tipo de alienação.
- 3.-Procurar que a atividade dos docentes tenha um carácter marcadamente científico e uma metodologia moderna e ativa.
- 4.-Fazer e promover pesquisas e estudos sociais e pedagógicos sobre a nossa realidade para aprofundar no conhecimento da sociedade da Galiza.
- 5.-Publicação de cadernos, monografias, unidades didáticas, roteiros, revistas, folhetos e livros para utilizar no ensino e nas aulas, sobre temas monográficos ou produções artísticas e lúdicas, históricas e científicas, da nossa cultura e da nossa realidade. Dando importância à nossa cultura popular tão rica e variada, que representa a nossa identidade (ciclo das festas populares, jogos tradicionais, artesanato, costumes, literatura popular, etc.).
- 6.-Fazer um estudo dos métodos didáticos existentes, e dos que vão aparecendo, e procurar aqueles que sejam mais adequados para aplicar na nossa escola e no nosso ensino. Para isto, devem promover-se o intercâmbio de experiências, de trabalhos e de propostas entre os ensinantes, os estudantes e os diferentes coletivos pedagógicos. Realizar também cursos e seminários de formação e reciclagem pedagógica, orientados prioritariamente a aportar conhecimentos e estratégias para o estudo e ensino da nossa língua, cultura, história, entorno natural, social e artístico, que os planos de estudo sempre ignoraram na formação inicial e permanente dos docentes galegos.
- 7.-Organizar ciclos de conferências, simpósios, encontros, colóquios, mesas redondas, debates-papo, projeções fílmicas, ciclos de cinema e, especialmente, escolas de verão como as *Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal*, para a formação dos nossos docentes e dos estudantes das nossas Escolas Normais, que mais tarde hão de ser docentes de infantil e primária.

Para lograr estas metas, a associação realizou um amplo desenho de atividades a desenvolver entre os docentes galegos, das que podemos destacar fundamentalmente a realização, promoção e divulgação de investigações e experiências didáticas sobre as diversas áreas e níveis do ensino na Galiza e a organização durante os períodos de férias, e nos meses com jornada só de manhã, cursos, seminários didáticos, oficinas pedagógicas, simpósios e escolas de verão.

As primeiras atividades realizadas

Nos seus primeiros sete anos de funcionamento a associação desenvolveu interessantes atividades, com quase nula ajuda económica, exceto algumas pequenas da Deputação de Ourense, as Caixas de Aforros de Vigo e Ponte Vedra e a câmara municipal de Compostela, e nenhuma da administração autonómica. Para a história devemos resenhar a realização nesta época das atividades seguintes: Cursos de Língua e Literatura Galegas, em Ferrol, Corunha, Compostela, Ribeira, Vila Garcia de Arousa, Ponte Vedra, Vigo, Ourense, Cangas, Lugo e Bueu; Cursos de História da Galiza, em Corunha, Compostela, Vigo e Ourense; Cursos de Formação para Preescolar ou Pré-primária, em Compostela, Vigo e Ourense; Curso de Práticas de Biologia no Laboratório, em Corunha, Compostela, Ponte Vedra e Vigo; Curso sobre o Ensino do Meio Natural Galego, em Ponte Vedra, Compostela, Cangas e Lugo; Curso de Desenho e expressão plástica, em Ponte Vedra e Vigo; Cursos de Psicomotricidade, coordenados pelo especialista Luís Pérez Rivas, em Ourense, Ponte Vedra, A Estrada, Compostela, Cangas e Vigo; Curso de Psicologia e Sociologia da Educação, em Ponte Vedra; Curso de Plástica Parateatral, coordenado por César Lombera, em Ourense; Curso de Didática da Matemática, em Ponte Vedra; Curso de Educação Física e Desportiva, em Cangas e Vila Garcia de Arousa; Curso de Arte Galega, dirigido por Filipe Seném Lopes Gomes, em A Corunha; Curso de Expressão Musical, em Lugo; Curso sobre Dificuldades da Aprendizagem, coordenado por Montse Erauskin e Gisela Oteiza, em Corunha; Curso sobre Meios de Comunicação no Ensino, em Ponte Vedra; Curso sobre programação científica do ensino, coordenado pelo professor da Escola Normal Júlio Rodrigues Lopes, em Compostela; e Curso de Dança Galega, também na capital galega.

Um programa tão interessante de atividades completou-se naquela altura com vários seminários e simpósios realizados em Compostela, com os títulos:

Problemática das Línguas sem normalizar: Situação do Galego e alternativas (do 4 de novembro ao 2 de dezembro de 1978), que mais tarde deu lugar à publicação de uma monografia, e no que participaram como conferencistas, entre outros, Ricardo Carvalho Calero e o catalão Lluís Vicent Aracil;

Técnicas de Análise Textual (do 21 ao 22 de março de 1980), coordenado pelo professor da Universidade de Coimbra Carlos Reis;

Simpósio sobre a Área Literário Galego-Portuguesa e Brasileira (do 3 ao 31 de maio de 1980), com a participação, entre outros, dos portugueses José Augusto Seabra e Manuel Ferreira e do professor galego Ricardo Carvalho Calero,

1º Simpósio sobre o Ensino do Meio Natural, coordenado por Adela Figueroa.

Atividades todas que tiveram grande sucesso, e em alguns casos, como o da última atividade citada, teve uma segunda edição, cujas palestras e conferências foram recolhidas num volume monográfico da revista *O Ensino*. Também a Escola de mães e pais que funcionou na Corunha durante um tempo, teve muito sucesso.

Menção especial à parte merece o projeto desenvolvido pela ASPGP coordenado desde Corunha por Filipe Seném Lopes Gomes, sob o lema de *Conhecer Galiza*, com roteiros e excursões culturais levadas a cabo por toda a Galiza (e mesmo por alguns lugares de Portugal, Itália e pela Bretanha francesa). Realizado em colaboração com o Museu Arqueológico Provincial de Corunha, desenvolveu-se a partir de maio de 1982, com roteiros a mais de uma dúzia das nossas mais lindas comarcas, tanto marítimas como do interior. E também a Braga, Viana do Castelo e Chaves, em Portugal.

1983, Um ano dinâmico decisivo para a ASPGP

A princípios de 1983, a assembleia da ASPGP acordou por maioria escolher para a mesma uma nova junta diretiva presidida pelo professor da Universidade da Corunha Jurjo Torres Santomé, cessando a dirigida por Pilar Garcia Negro. E este foi o início do conflito dentro da entidade, que se manteve durante

bastantes anos, pois os membros próximos ao grupo político do Bloco (na altura com as siglas BNPG), não aceitaram de bom grau a perda da maioria dentro da associação e da sua junta. Estando sempre na base a defesa ou não do reintegracionismo linguístico, como alternativa para a nossa língua. O professor Torres Santomé, claramente reintegracionista, contou com o apoio desde o primeiro momento de destacadas personalidades e docentes galegos, que por justiça queremos resenhar para que fique para a história. Entre eles os professores, e em algum caso também filólogos, José-Martinho Montero Santalha, António Gil Hernández, Isaac Alonso Estraviz, Manuela Ribeira Cascudo, Adela Figueroa Panisse, Júlio Rodrigues Lopes, Tibério Feliz Múrias, Maricarmem Ricoi Lourenço, Montse Erausquin Salazar, Xavier Vilhar Trilho, Domingos Preto Alonso e o que assina este artigo, que passou a ser secretário da associação. Entre as personalidades relacionadas com a cultura galega, apoiaram a Jurjo Torres o diretor do *Museu Arqueológico de S. Antão* e historiador da arte Filipe Seném Lopes Gomes, o tradutor Carlos Durão Rodrigues, o advogado e jurista José Luís Fontenla Rodrigues, o psicólogo Cipriano Jiménez Casas, o engenheiro Joaquim de Acosta Beiras, o animador cultural José Maria Vázquez Rodrigues (“Chema”), os membros de Escola Viva de Ponte Vedra António Espinosa e Rogélio Pérez Poça e o economista João José Santamaria Conde. Desde Portugal, entre outros, o experto em jogos populares António Cabral, de Vila Real, o etnógrafo António Lourenço Fontes (conhecido como Padre Fontes), os professores da Universidade do Minho em Braga João Formosinho, António Sousa Fernandes e Rui Vieira de Castro, os portuenses Hélder Pacheco, Milice Ribeiro dos Santos, José Nogueira Gil, Salvato Trigo e Maria Luíza Cortesão, o professor de Coimbra José Luís Pires Laranjeira, o dramaturgo de Lisboa Carlos Fragateiro, o psicólogo e psicomotricista da mesma cidade Vítor da Fonseca, o presidente da ANASC de Portugal Marcelino de Sousa Lopes, professor da UTAD de Vila Real e os filólogos João Malaca Casteleiro, da Academia de Ciências de Lisboa, e Inocência Mata de Angola.

Os dias 5 e 6 de fevereiro deste ano de 1983, coordenado pelo MRP *Concejo Educativo de Castilla y León*, realizou-se em Salamanca o *V Encontro Estatal de MRPs*, que chegou a contar com a presença do Ministro de Educação José M^a Maravall. Estes interessantes encontros vinham sendo realizados todos os anos desde 1979, com a presença de todos os MRPs do Estado, incluídos os

vascos e catalães, embora não os galegos. Por primeira vez assistiu a ASPGP a este encontro, pois a maioria que o Bloco tinha na entidade não permitia sair do território galego e, por isto, não se participava nos mesmos. Já com nova junta reitora, acudiram a Salamanca os novos presidente e secretário da ASPGP, professores Jurjo Torres e José Paz respetivamente. E ali estava já ao chegarem, representando ao MCEPG (Movimento Cooperativo da Escola Popular Galega) Antón Costa Rico, que ficou muito surpreendido pela presença por primeira vez de representantes da associação, toda vez que nos quatro anos anteriores não estiveram nos encontros realizados.

Esta edição do Encontro Estatal foi muito importante, não só por contar com a presença do ministro, que respaldava assim o labor dos MRPs na inovação educativa e formação dos docentes por primeira vez, embora também porque foram tomadas importantes decisões para o presente e o futuro destas entidades que já existiam e funcionavam legalmente. Entre elas, o estabelecimento de uma partida económica importante e finalista (que não podia ser utilizada mais que pelos MRPs para as suas atividades e funcionamento), nos orçamentos do Ministério, que seria transferida cada ano, depois de feito o reparto oportuno, às diferentes comunidades autónomas, e a organização do *I Congresso Estatal de MRPs*, subsidiado totalmente pelo Ministério, o que se ia realizar do 5 ao 10 de dezembro de 1983 no Palácio de Congressos de Montjuïc. Para poder aceder às ajudas económicas do MEC, para as diferentes escolas de verão, estas tinham que estar legalizadas como associações pedagógicas. Esta foi a razão pela que algumas escolas de verão procederam a redigir os seus estatutos para poder legalizar-se, como aconteceu com as de Extremadura, A Rioja, Aragão, País Valencià, Escola Viva, Universidade Popular de Verão de Corcubiom, e também as Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal, como escola internacional de verão. Neste caso foi registada, com os seus correspondentes estatutos, a Associação Pedagógica Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal (com as siglas de APJEGP), que presidiu a professora Ana M.^a Nóvoa Gil, e pôde aceder às ajudas para as suas atividades de formação do professorado, dentro das escolas de verão. Passado um tempo, foi criada na Galiza a denominada *Federação Galega de MRPs*, integrada pelos seguintes MRPs legais, e reconhecidos como tais pelo coletivo estatal: ASPGP, APJEGP, EV (Escola Viva) e Univ. Popular-Escola de Verão de Corcubiom. Da mesma foi presidente o autor do presente depoimento.

Do 5 ao 10 de dezembro de 1983 tem lugar no Palácio de Congressos de Montjuïc em Barcelona, patrocinado integralmente pelo MEC, o *I Congresso Estatal de MRPs*. Para proceder ao seu desenho e preparação, vários representantes de MRPs – entre eles, pela ASPGP, o que subscreve este artigo – deslocaram-se à localidade de Saïfores (Tarragona), durante quinze dias do mês de julho, à casa de Marta Mata (da *Associació de Mestres Rosa Sensat*), que hoje é uma biblioteca-museu pedagógico na sua lembrança. Lembramos que nas juntanças preparatórias realizadas, entre outros, participaram Luís Otano (de *Adarra* do País Vasco), Carlos Heráns (de *Acción Educativa* de Madrid), Fidel Garcia Berlanga (da *Escola d'Estiu do País Valencià*), Inmaculada Ortega (da *Escola de Verão da Rioja*), Enrique Pérez Simón (do MCEP), Ferrán Aguiló (de Baleares), José Luis Gamboa (da *Escola de Verão de Aragão*), Joan Domènech (da *Federació de MRPs de Catalunya*) e por parte da *Associació Rosa Sensat* um grupo presidido por Marta Mata, no que, entre outros, estavam M^a Josep Udina e Jordi Maduell. Por parte do MEC participaram Roberto Rey e Helena M^a Juárez. Todos os mencionados, e alguns mais, configuraram no seu momento o comité organizador do Congresso.

Representando a Galiza assistiram ao Congresso, ademais de quem subscreve, como membro da organização, apresentando ponências e comunicações, representantes dos MRPs que mais tarde iam configurar a Federação Galega de MRPs: Adela Figueroa Panisse, José Luís Fontenla Rodrigues, José Martinho Montero Santalha, Elígio Vilhaverde Garcia, Manuel A. Rei Chao (de *Escola Viva*) e Rafael Mouzo Lago (da Universidade Popular de Corcubión). Como NEGA (Nova Escola Galega) vinha de ser criada, foi convidado um seu representante para participar nas atividades. Na sua representação acudiu a Barcelona a infame professora Mercedes Suárez Pazos, furibunda antirreintegracionista (na realidade NEGA nasceu fundamentalmente para combater o reintegracionismo lingüístico, de aí que ainda hoje continue a sua colaboração com o ILGa, com Galáxia e com edições Xerais). Pela sua culpa, depois das grandes ofensas e tristes palavras proferidas por ela, contra os galegos presentes e, especialmente, contra D. Ricardo Carvalho Calero, já o primeiro dia de iniciado o Congresso, no espaço dedicado à Galiza (cada Comunidade Autónoma tinha o seu espaço acotado para poder reunir-se), levou consigo que nos seguintes dias os galegos não se juntaram mais. Tão desagradável foi o momento, para que isto sucedesse,

do que podem dar conta e testemunhar, por estar presentes, Fontenla, Adela Figueroa e Montero Santalha.

Cada Comunidade Autónoma, por decisão do comité organizador do Congresso, podia convidar a três ou quatro vultos ou personalidades destacadas, para que participassem no mesmo. Galiza convidou a Basílio Losada Castro, professor galego na Universidade de Barcelona, a Ricardo Carvalho Calero da de Compostela, que apresentou a sua ponência com o título de *Evolução histórica da língua galega*, e nos honrou com a sua presença e a sua agradável companhia durante os dias que durou o evento. Também foram convidados pela ASPGP os portugueses Luíza Cortesão e Hélder Pacheco. O encerramento do Congresso foi presidido pelo ministro José M.^a Maravall, junto com os conselheiros de educação das distintas comunidades autónomas, agás o da Galiza, o impresentável Vítor Manuel Vázquez Portomeñe, que, apesar de encontrar-se na altura em Barcelona, fez o espantoso e supremo ridículo de não assistir ao ato oficial, pelo que a única cadeira valeira foi a do representante da Galiza, na que só se podia ler o letreiro. O mesmo dia do encerramento, pela tarde, o conselheiro participava num ato do Centro Galego radicado nas Ramblas barcelonesas. Ali fomos todos os galegos, agás a professora Suárez, para recriminar-lhe o seu nefasto gesto de desprezo e a sua ausência no encerramento do Congresso. Comentou-se-lhe que no fundo de tudo estava o antirreintegracionismo do governo da junta galega e que se *Maomé não ia à montanha, ia a montanha a Maomé*. O que subscreve intentou por todos os meios, chamando várias vezes ao Delegado da Conselharia de Educação em Ourense, Daniel Barata Quintas, para que lhe pedisse e recomendasse ao seu conselheiro que, estando como estava em Barcelona, não faltasse ao ato de encerramento e não deixasse ficar mal a Galiza. Fica dito para a história e a posteridade tal ignomínia, de um conselheiro que, neste mesmo ano retirou-lhe a ajuda económica que lhe fora concedida e publicada no DOG às *Jornadas do Ensino* realizadas em agosto de esse ano em Compostela, e mesmo foram inauguradas por ele, acompanhado da inefável Paz Lamela. Tudo um contra-senso muito difícil de entender.

Com apoio económico do MEC foram editadas em 1984 nas quatro línguas do Estado as *Conclusões do Congresso de MRPs*, recolhendo as atas, ponências e comunicações apresentadas no mesmo. A tradução ao galego, utilizando

a norma etimológica reintegrada, fora realizada pelo professor, filólogo e lexicógrafo, membro da ASPGP, Isaac A. Estraviz.

Do 26 ao 29 de setembro do ano 1988, aproveitando as ajudas económicas que desde 1983 estabeleceu o MEC para as atividades dos MRPs, a ASPGP organizou na Residência de Estudantes *Casa do Brasil* de Madrid, situada na cidade universitária, um *Colóquio Internacional da Língua Galego-Portuguesa*, do que se tiraram importantes conclusões. No mesmo participaram, ademais do autor deste artigo, José Luís Fontenla (que levou o peso principal da organização), António Gil Hernández, José Ramom Rodrigues Fernandes, Inocência Mata (Angola), João Malaca Casteleiro (Lisboa), Rosa Sil Monteiro (Portugal), Benjamim Pinto Bull (Guiné Bissau) Evanildo Bechara (Brasil), Beatriz Weigert (Brasil) e membros de *Renovação-Embaixada Galega de Cultura*, defensores do reintegracionismo linguístico para a nossa língua.

As escolas de verão e outras atividades educativas e culturais

A atividade fundamental desenvolvida pela ASPGP, embora não a única, foram as diferentes escolas de verão para docentes dos distintos níveis do ensino, organizadas de 1978 a 2008 por toda a Nossa Terra (com uma edição em Viana do Castelo-Portugal), com o nobre objetivo da formação pedagógica permanente e em exercício dos docentes galegos que participaram nas mesmas. Tais atividades foram realizadas a maior parte nos dias anteriores ao início do curso escolar, a finais de agosto e princípios de setembro, outras no mês de julho ao final do curso, e bastantes durante a segunda quinzena de setembro, em sessões de tarde, graças ao horário escolar usual deste mês em jornada só de manhã.

A atividade estrela dentro das diferentes escolas de verão desenvolvidas pela ASPGP foram as *Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal* (Escola Internacional de Verão), com 31 edições de 1978 a 2008, sobre as que falaremos mais adiante de forma detalhada. Embora, para favorecer o aperfeiçoamento pedagógico e didático de outros docentes em exercício, a ASPGP realizou numerosas escolas de verão em diferentes comarcas da Galiza, que temos a bem resenhar: Escola de Verão da Corunha-Ferrol-Comarca de Ferrolterra (15 edições de 1994 a 2008); Escola de Verão da Terra de Lemos, em Monforte (12 edições de 1996 a 2008); Escola de Verão da Comarca do Deça, em Lalim (3 edições); Escola

de Verão da Comarca do Baixo Minho, com 5 edições em A Guarda, 6 em Tui e 3 em Tominho (um total de 14 edições); Escola de Verão da Comarca Terra de Soneira, com 5 edições em Vimianço e 1 em Camarinhas. Na província de Ourense foram realizadas as seguintes: Escola de Verão das Áreas Artísticas-Comarca de Monterrei, em Verim (11 edições); Escola de Verão da Comarca do Ribeiro, em Riba d'Ávia (4 edições); Escola de Verão das Terras de Cela Nova, na vila de S. Rosendo (2 edições) e Jornadas Sócio-Educativas de Vale-de-Orras, em colaboração com a associação pedagógica “*Vagalume*” de O Barco (3 edições). Finalmente, pelo seu interesse e a acolhida que teve por parte dos docentes da zona, queremos destacar a colaboração entre a Universidade Popular de Corcubiom, reconhecida no seu momento em 1983 como movimento de renovação pedagógica, e presidida pelo mestre Rafael Mouzo Lago, e a ASPGP, na organização na formosa vila corunhesa de Corcubiom, de 26 edições da *Escola de Verão da Comarca Néria-Universidade Popular de Verão*, de 1983 a 2008, com atividades educativas para docentes e também com oficinas pedagógicas para crianças.

Ademais das escolas de verão antes citadas, a ASPGP realizou ao longo dos anos outras muitas atividades de tipo pedagógico, filológico, cultural, literário, artístico, lúdico e de relacionamento com Portugal e a Lusofonia. Entre elas queremos destacar as seguintes: organização durante vários anos em diversas edições de diferentes ciclos de cinema (a partir de 1993 sob a organização do cinema clube criado dentro da associação com o nome de *Cinema Clube Minho* da ASPGP), especialmente em Ourense, embora também em O Barco, Celanova e Monforte. Tais ciclos de cinema, organizados especialmente para docentes, com o apoio também do Departamento de Didática da Universidade de Vigo, foram os seguintes: de Cinema Psico-Pedagógico, Cinema Educativo-Didático, Educativo sobre a Paz e a não violência, Educativo sobre as Áreas Transversais do Ensino, Educativo sobre os Direitos Humanos, Educativo ecológico, Educativo sobre a mulher, Educativo-Social, Direito e Cinema e Literatura e Cinema. Na cidade de Ourense organizou a ASPGP três edições da denominada *Mostra de Recursos Didáticos Alternativos* e outras tantas da *Mostra do Livro Português na Galiza*, em colaboração com a Livraria Minho de Braga. Tais mostras tiveram como cenário o Museu Municipal de Ourense. Para promover na Galiza o livro português, a sua venda e a sua leitura, a associação

logrou que numa edição de meados dos oitenta na Feira do Livro de Ourense, houvesse um pavilhão do livro lusófono, com apoio da Livraria Bertrand de Viana do Castelo. E para difundir o livro galego e as publicações das associações reintegracionistas da Galiza em Portugal, a ASPGP, na 27.^a *Feira do Livro de Viana do Castelo (11.^a da Lusofonia)*, realizada do 7 ao 27 de julho de 2007, manteve um pavilhão do livro dedicado à Galiza, que teve muito sucesso. O que assina e Estraviz participaram nos atos de homenagem a Manuel de Oliveira Guerra, organizados dentro do programa desta feira do livro.

Em colaboração com o *Centro Cultural Regional de Vila Real (CCRVR)*, a *Associação Cultural de Vilar de Perdizes*, a *Associação Cultural Penas Livres de Vilar-de-Vós*, o *Fato Cultural Os Chaos de Amoeiro* e as câmaras municipais de Verim, Monterrei, Vilarinho de Conso, Riba d'Ávia, A Mesquita, Montalegre, Ribeira de Pena, Corcubiom e Carnota, organizou várias edições dos denominados *Encontros de Jogos Populares Galaico-Portugueses*, dos que desde novembro de 1983 se organizaram com grande sucesso de participação edições dos mesmos em Vilar de Perdizes, Amoeiro (duas edições), Vinhais, Riba d'Ávia, Montalegre, Ribeira de Pena, Vilaça-Monterrei, O Barco, Verim, Vilar-de-Vós, Vilarinho de Conso, A Mesquita, Corcubiom, Carnota e Éçaro (este no concelho de Dumbria).

Finalmente, em Ponte Vedra, com o apoio das *Irmândades da Fala da Galiza e Portugal (IFGP)* e da Associação de Amizade Galiza-Portugal (AAGP), tiveram grande sucesso as cinco edições dos *Encontros Internacionais da Língua Galaico-Portuguesa*, realizados de 1981 a 1985. E os *Colóquios Pedagógicos*, com interessantes conclusões. Atividades coordenadas por Fontenla e Adela Figueroa.

Sem esquecer tão-pouco os atos organizados em A Mesquita, Alhariz e Quiroga, nos que participaram Estraviz e quem subscreve para lembrar os 75 anos da realização da *I Missão Pedagógica da República pela Galiza*, dirigida por Rafael Dieste e realizada durante os meses de verão do ano 1933. Também a edição das *Jornadas de Didática da Língua*, que, em colaboração com a AGAL, se realizaram em Alhariz.

As Jornadas do Ensino da Galiza e Portugal

A *Escola Internacional de Verão Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal* realizou-se de 1976 a 2008, completando 32 edições, das que 25 se desenvolveram na cidade de Ourense, e a primeira, tal como antes comentamos, no colégio *Os Milagres* dos PP. Paúles de Maceda. As outras edições tiveram como cenário Vigo, Corunha, Ponte Vedra e duas vezes Compostela. A edição de 1985, ademais de em Ourense, teve lugar numa segunda semana na localidade portuguesa de Viana do Castelo. Infelizmente, no ano 2008, por decisão da naquela altura diretora geral de formação do professorado da Junta, M^a José Pérez Mariño, não se cobrou a pequena ajuda económica, que fora publicada no DOG, e os organizadores, que tiveram que fazer frente aos gastos ocasionados desde o seu próprio peto, de esta e de outras nove escolas de verão, que se tinham organizado esse ano em diversas localidades da Galiza (Ferrol, Monforte, Corcubiom, Verim, Celanova, Vimianço, etc.), tomaram a decisão de não organizar mais escolas de verão para docentes. Desta forma terminou também na Nossa Terra a renovação pedagógica da escola e do seu professorado de infantil, primária e secundária. Que ainda a dia de hoje continua viva na maior parte das comunidades autónomas do país, e especialmente na Catalunha.

A primeira edição das *Jornadas do Ensino*, programada para os dias 27, 28 e 29 de agosto de 1976 não se pôde completar no seu calendário e programa inicial. O Governador Civil de Ourense, cujo nome queremos esquecer, e que era asturiano, transmitiu a ordem de suspender as sessões desta primeira escola de verão histórica galega, de forma imediata, ao seguinte dia de iniciar-se no Colégio de Os Milagres. A guarda civil, uma vez tomada nota dos bilhetes de identidade dos organizadores e assistentes, deitou-nos a todos para fora do recinto. Entre os perto de 600 docentes de toda a Galiza que ali nos encontrávamos, fomos testemunhas do acontecido de forma direta, por ser colaboradores da comissão organizadora dependente do Colégio Provincial de Doutores e Licenciados de Ourense, cujo decano era o professor Jurjo Pérez Pintos, ao que pouco tempo depois substituiu quem subscreve, também como decano. O dia 27 de agosto de 1976 dá-se início às *Jornadas*. A animação no centro educativo de *Os Milagres* era enorme, pois era a etapa da transição política no país. Por isso ali estavam docentes de todo o tipo, com plantejamentos díspares, de tipo sindical, político

e pedagógico. Líderes de diferentes sindicatos do ensino que começavam a sua andadura e laboravam por fazer-se oco. Defesa de diferentes modelos educativos. Havia debates profundos, levados com energia, mais sempre com respeito.

Os cursos, oficinas pedagógicas e obradoiros, incluídos no programa – os que se puderam fazer no primeiro dia – atraíam-nos. Ainda nos lembramos do curso de técnicas Freinet coordenado pelo pedagogo Antom Costa, que chegou a ser posteriormente Decano da Faculdade de Educação de Compostela. Muitos dos que ali estavam, foram no seu momento destacados políticos, docentes nos diversos níveis que sobressaíram pelo seu labor, dinamizadores de sindicatos e outros com cargos oficiais.

No verão do ano 1977 as *Jornadas* não se realizaram, e muitos fomos esse ano à *Escola d'Estiu Rosa Sensat* de Bellaterra-Barcelona, tema sobre o que já falamos antes. Os que estivemos ali decidimos recuperar as *Jornadas*. No verão de 1978, teve lugar no Colégio *Altamar* de Vigo a edição segunda. A terceira realizou-se do 29 ao 31 de agosto de 1979 na Universidade Laboral de Ourense. Em sucessivos anos, o Liceu *A Paz* de Corunha acolheu, do 25 ao 29 de agosto, a 4ª edição de 1980, a *Escola Normal de Compostela*, a 5ª do 26 ao 30 de agosto de 1981, e a 7ª do 29 de agosto ao 3 de setembro de 1983, e o *Instituto Valle Inclán* de Ponte Vedra, a 6ª do 5 ao 9 de julho de 1982. Onde foram apresentadas umas *Orientaçóns para a Escrita do Noso Idioma*, publicadas esse ano pela ASPGP, e redigidas por uma equipa de filólogos dirigida pelo professor António Gil Hernández.

Desde a oitava edição do ano 1984, Ourense é a sede permanente das mesmas, com uma prolongação no ano seguinte de 1985 à localidade portuguesa de Viana do Castelo. Onde numa semana se organizaram atividades de renovação pedagógica na sua Escola Superior de Educação. Desde esse ano a nova denominação foi a de *Escola Internacional de Verão-Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal*. Título que se manteve até o final, na sua última edição, a 32, do ano 2008, repartindo-se o local das atividades entre a Escola Normal de Ourense dos anos 1984 ao 1992, e um ano, o 1993, no Colégio *Padre Feijóo* da rua Dr. Fleming ourensana, para a 17ª edição. E de 1994 a 2008 no *Liceu Recreio Ourenzano*, com algumas atividades paralelas e complementárias de

tipo prático, no CEIP *As Mercedes*, na Ludoteca da ASPGP, na escola infantil *Lecer*, no edifício *Simeón*, na Aula Cultural da Caixa para as sessões de cinema educativo, em algumas academias privadas e no *Virtualciber*.

Sensibilizar os docentes para fazerem das suas aulas algo muito atrativo para os estudantes, que deviam sentir-se como peixes na água, era o objetivo fundamental das atividades que se organizavam. E apoiar a mudança de métodos, técnicas e estratégias didáticas. Para lograr um ensino mais vivo, mais dinâmico, mais autêntico, mais ecológico, mais humano e mais próximo ao entorno e aos discentes. No que os docentes se encontraram também muito a gosto com o seu labor. Para lograr isto se organizaram ao longo das 32 edições atividades eminentemente práticas, muitos obradoiros e cursos, sem descuidar nenhuma das áreas do ensino, tanto de expressão como de experiência, e dando-lhe muita importância a todas as áreas artísticas sem exceção. Os programas completavam-se com debates, foros, intercâmbios de experiências, mesas redondas, ciclos de cinema educativo, excursões o último dia a numerosos lugares de Galiza e Portugal (cidades e comarcas), roteiros da natureza e artísticos, visitas a museus, centros etnográficos e artesanais, exposições de recursos didáticos alternativos e variados, dança, música, canto, teatro e fantoches, recitais, jogos populares e tradicionais e festivais.

Em algumas das edições tiveram lugar atividades festivas, para animar os participantes com a atuação de grupos musicais e de canções populares galegos e portugueses. Ademais da animação com as suas formosas canções do cantautor Suso Vaamonde, lembramos os concertos de grupos como *Fuxan os ventos*, *Milhadoiro*, *Colheita Alegre* de Portugal, *Servando e Contradança*, o Coral de Ruada de Ourense e mesmo, com concerto na Praça Maior de Ourense, a Banda Juvenil de Música de Vilaza-Monterrei.

Nas *Jornadas do Ensino* participaram como docentes coordenando os diferentes cursos e oficinas pedagógicas destacadas figuras das universidades galegas, portuguesas, vascas e catalanas e também importantes monitores. E mesmo professores de Chile, Alemanha, Argentina e Hungria. O autor do presente artigo publicou um depoimento sob o título de *Pequena história das Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal* no suplemento *O Farelo* n.º 30 do jornal *Novas do Eixo Atlântico* n.º 55, editado em Ponte Areias em junho de 2019, página 4. É recomendável a sua leitura, pois no mesmo aparece a listagem

completa dos docentes que coordenaram cursos e dirigiram obradoiros de todo o tipo nas 32 edições das *Jornadas do Ensino*, de 1976 a 2008.

Criação da ludoteca da ASPGP

Pensando não só nos docentes e a sua formação pedagógico-didática (logicamente prioritária para a associação), senão também na formação das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos pais e mães, e mesmo das pessoas adultas, assim como dos estudantes universitários de magistério e educação social, em 1993 a ASPGP alugou um amplo local no centro da cidade de Ourense, no n.º 4 da rua do pintor António de Puga, levando a cabo o seu oportuno acondicionamento e criando a sua *Ludoteca* ou *Brinquedoteca*. Com duas amplas salas e mesmo com um laboratório de fotografia, nas mesmas, ademais de cursos, seminários e debates, organizavam-se atividades artísticas e lúdicas variadas para crianças, oficinas pedagógicas, ciclos cinematográficos de tipo educativo, obradoiros artísticos e de artesanato, atividades ecológicas e de animação à leitura, dramatizações, redações de cadernos, boletins e revistas, banda desenhada, manualidades, filatelia, etc., contando com uma interessante biblioteca e hemeroteca infantil e juvenil, com livros de leitura e monografias sobre atividades artísticas e roteiros didáticos.

Como é natural, para funcionar dentro da legalidade, foram ampliados os estatutos da associação, aproveitando para incluir nos mesmos o funcionamento dentro da entidade de diversos clubes e coletivos educativos, ecológicos, artísticos, lúdicos e culturais. Entre eles, temos que destacar os seguintes: Grupo de Fantoques ou títeres *Bululú*, Clube Juvenil *Êrvedo*, Coletivo ecologista *Ouriço*, Grupo de jogos ou brinquedos populares *A Bilharda*, Escola infantil de Música *Assobio*, Agrupação Astronómica *Lira*, Escola de pais e mães *Tagore*, Cinema Clube *Minho* (recuperando o antigo nome do primeiro cinema clube ourensano dos anos sesenta) e a Ludoteca-Brinquedoteca-Obradoiro *António de Puga*.

Ademais das atividades que se desenvolviam quase que todos os dias nestes locais, e, em especial nas sextas e sábados e durante as férias do Natal, Semana Santa, do entrudo e do verão, é necessário destacar a realização dos obradoiros de astronomia, coordenados pelo engenheiro Santiago Iglésias Lucas, o da preparação da festa popular dos Maiores, participando com os maiores artísticos,

enxebres e humanos, e com as suas correspondentes coplas, em diversas edições da festa organizada pelo concelho de Ourense, recebendo por tal participação diversos prémios nos diferentes anos. Também a realização de ciclos de cinema em escolas para ensinar as crianças a olhar a arte cinematográfica, e de encontros lúdicos de jogos populares nos centros dos distintos bairros da cidade ourensana. Como resultado de alguma destas atividades, tiveram lugar ciclos de cinema ao ar livre pelas noites de verão em distintas associações de vizinhos da capital e, com apoio de fundos europeus, se criaram o Parque de Jogos Tradicionais de Velhe, e o Roteiro das Constelações na cidade, que fora desenhado este por Santiago I. Lucas.

Embora, a atividade fundamental realizada fora dos locais da Ludoteca, pela cidade e província ourensanas, organizada pela ASPGP (que contava com um amplo fundo próprio de jogos tradicionais: chave, rã, argolas, zancos, bilros, roda, aro, sacos, corda, combas, tabas, bolos, diabólos, piões, bilharda, goma, pedaletas, indiakas, pratos chineses, paraquedas, canicas, etc.) foi o programa denominado *Ourense Lúdico*, que se desenvolveu durante 19 anos de 1995 a 2013, e sobre o que falamos de forma mais extensa a continuação.

Sobre o *Cinema Clube Minho* merece a pena a leitura do depoimento da autoria de J. Arneiros Torcela, publicado em castelhano a toda página na edição de Ourense do *Faro de Vigo* o dia 1 de outubro de 2017. No mesmo comentam-se os seus objetivos e os diferentes ciclos de cinema de tipo educativo que foram organizados pelo mesmo desde 1988 até 2008, os últimos incluídos dentro do programa das distintas edições das *Jornadas do Ensino*.

O Programa de Dinamização Infantil *Ourense Lúdico*

Patrocinado pela *Deputação Provincial* de Ourense, desde o ano 1995 no que foi criado, desenvolveram-se até 2013, dezanove edições do programa de dinamização da infância denominado *Ourense Lúdico*, sob a organização da Ludoteca da ASPGP. As suas distintas edições tiveram lugar nos três meses do verão de cada ano (julho a setembro) nos bairros da cidade de Ourense, nomeadamente nos locais das entidades vizinhais, recreativas, culturais e nalguns estabelecimentos de ensino, e em infinidade de concelhos do rural ourensano e nas suas distintas comarcas.

Em setembro, a partir do início do curso escolar, as atividades lúdicas e artísticas deste programa, tiveram lugar em numerosos colégios públicos do rural ourensano, aproveitando que por estar muito dispersa a população infantil de muitas comarcas, a única maneira de chegar a todas as crianças das mesmas era deslocar-se aos centros de ensino das zonas mais rurais e isoladas. Com um ludobus carregado de jogos tradicionais do fundo da associação (mais de 50 brinquedos populares) e de materiais para os diferentes obradoiros e oficinas pedagógicas, com monitores de tempo de lazer, educadores sociais e titulados de magistério, da segunda à quinta feira se deslocavam cada dia a três concelhos da província ourensana, para realizar as oportunas atividades de dinamização lúdico-artística das crianças de 3 a 14 anos de cada lugar, que participavam entusiasmados nas diversas atividades.

É recomendável a leitura do depoimento de J. Arneiros Torcela, dedicado a este programa de dinamização da infância, publicado em castelhano a página inteira na edição de Ourense do Faro de Vigo do dia 18 de agosto de 2015. No mesmo, analisam-se os objetivos básicos do programa, centrados em criar e brincar por parte das crianças, as atividades realizadas, os múltiplos lugares onde se realizaram (incluindo as localidades e entidades participantes) e a frustração por não poder continuar realizando este programa a partir de 2014, ao deixar de ser apoiado pela Deputação Provincial de Ourense, ao passar a ser presidida pelo inefável José Manuel Baltar. Um programa que sempre foi posto como modelo nos congressos sobre ludotecas e jogos populares realizado durante anos em Valência e outros lugares do Estado.

Carvalho Calero e a ASPGP

Por fim, e já era hora, a RAG vai dedicar-lhe no ano 2020 as *Letras Galegas* a Ricardo Carvalho Calero. Facto que já tinha que ter sido dez anos antes, em 2010, quando se cumpria o centenário do seu nascimento. Carvalho Calero teve com a ASPGP um relacionamento enormemente importante e decisivo e, de alguma maneira, foi sempre o guieiro da associação para esta assumir os postulados do reintegracionismo linguístico para a nossa língua e a vinculação com o espaço linguístico-cultural da Lusofonia e do Mundo Lusófono, integrado por Galiza, Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé-Príncipe, Timor Leste, Goa e Macau. Naturalmente, embora ser Carvalho o

guieiro principal, também o foram os históricos Biqueira, Vilar Ponte, Dieste, Bouça-Brei, Rodrigues Lapa, Murguia, Risco (em alguma época), Marinhas del Valle, Paz Andrade, Guerra da Cal, Blanco Torres, Diaz Pardo, Castelão, Manuel Maria e os, ainda felizmente vivos, Montero Santalha, Gil Hernández, Estraviz, Banhos, Barbosa, Carlos Durão e Fontenla.

A vinculação de Carvalho com a associação foi sempre muito extensa e estreita. Ademais da publicação pela ASPGP de vários dos seus livros, que citamos noutra secção do presente artigo, e da publicação de vários dos seus depoimentos nas revistas *O Ensino* e *Temas de O Ensino*, já em 1978 Carvalho participou como relator no simpósio realizado em Compostela sobre *Problemática das línguas sem normalizar*; em 1980 no da *Área Literária Galego-Portuguesa e Brasileira*, realizado na mesma cidade. Em 1983, como já comentamos amplamente, esteve presente todos os dias nos que se desenvolveu em Barcelona o *I Congresso Estatal de MRPs*, no mês de dezembro, e apresentou no mesmo uma palestra sobre a história da língua galega. Na década dos oitenta assistiu com uma delegação da ASPGP, ao *I Encontro de Poesia em Primavera*, realizado na linda localidade de Amarante, ao lado do Tâmega, onde pronunciou uma formosa palestra. Em 1985, junto com Fernando Alves Cristovão, presidente do ICALP, Luís A. Polanah, Estraviz, Santamaria Conde, Gil Hernández e Montero Santalha, participou no *IV Encontro Internacional da Língua Galaico-Portuguesa*, que se desenvolveu no Parador de Turismo de Ponte Vedra, do 6 ao 7 de dezembro de 1985. Onde se decidiu criar a comissão para estabelecer relações com a *Academia de Ciências de Lisboa* e a *Academia Brasileira de Letras de Rio de Janeiro*, para a revisão do *Acordo Ortográfico* e incluir à Galiza no mesmo. Este encontro foi realmente importante.

Em 1989, Carvalho participou pronunciando uma palestra sobre Otero Pedraio, nas *Primeiras Jornadas de Didática da Língua* realizadas na *Escola de Magistério* de Compostela, do 16 ao 18 de fevereiro.

A sua participação ao longo do tempo em diversas edições das *Jornadas do Ensino* foi muito destacada. Na edição 5.^a (Compostela, 1981) pronunciou uma palestra sobre *Castelão e o teatro da arte*; esteve também na 6.^a edição (Ponte Vedra, 1982); na 7.^a (Compostela, 1983) onde falou sobre a nossa língua; e na 8.^a (Ourense, 1984), participou com Paz Andrade e Diaz Pardo numa mesa redonda sobre o tema *Castelão, literatura, arte, política e ensino*.

Mesmo, nesta edição, assistiu, com organizadores e participantes, ao roteiro-excursão realizado a Cela Nova, onde se celebrou também um almoço ao ar livre no campo de uma linda carvalheira.

Com todo o merecimento, a ASPGP dedicou-lhe em 1987 um grosso volume da revista *O Ensino*, como homenagem à sua grande figura, incluindo os números 18 ao 22, com capa de Filipe Seném. O monográfico, coordenado por José Luís Fontenla, foi impresso nas oficinas gráficas da Barbosa-Xavier, da cidade de Braga. Vários exemplares deste volume conservam-se nos locais da AGLP em Compostela (*Casa da Língua Comum*).

As publicações da ASPGP

Além da importante revista *O Ensino*, à que a continuação dedicaremos uma secção, a ASPGP lançou à luz um amplo número de publicações, que a seguir resenhamos:

a.-Folhetos e trípticos:

Entre os que destacam os seguintes: *Orientaçóns para a escrita do nosso idioma*, *Observaçóns sobre as normas ortográficas do ILG-RAG*, *Para ler textos escritos em galego e Pequeno prontuário da língua galego-portuguesa*.

b.-Unidades Didáticas Globalizadas:

O tempo do entroido, *A mulher hoje*, *Os Maios*, *As fogueiras de S. Joam*, *O património artístico*, *A energia nuclear* e *A contaminação*. Quando dentro da associação se criou o Seminário Permanente de Desenho Curricular, foram publicadas dentro do diário *La Región* de Ourense, como suplementos do mesmo, as seguintes unidades: *A Paz*, *A festa popular dos Magustos*, *Os Direitos Humanos*, *O Meio ambiente*, *As árvores*, *Rodrigues Lapa*, *Carvalho Calero*, *Celso Emílio Ferreiro*, *S. Bernardo e o Cister*, e *Ourense, centro da nossa cultura*.

c.-Livros, cadernos e monografias: A ASPGP editou, com diversos selos editoriais, entre outros, os seguintes:

Torres Santomé, J. E Erasuskin, M.: *Para uma educação preescolar galega*. (Xistral, 1978).

Fernández Teixeira, Manuel Maria: *As ruas do vento ceibe (poemas para crianças)*. Ilustrado por Perfecto A. Estévez. (Xistral, 1979, 2 edições).

Carvalho Calero, R., Aracil, Ll. V. et alii: *Problemática das línguas sem normalizar: Situação do galego e alternativas*. (Xistral, 1980, 2 edições).

Sanjuán, A. E P. Pintos, J.: *Biología no laboratorio (Práticas para EGB, BUP e FP)*. (Xistral, 1980).

Varela Díaz, R.: *A contaminação das centrais nucleares*. (Xistral, 1981).

Fernández Teixeira, Manuel Maria: *Berenguela. Aventuras e desventuras de uma espinha de tojo*. Núm. 1 da coleção “Jogando ao Teatro”. Desenho e ilustrações de Pepe Barro. (Xistral, 1981, 2 edições).

Coletivo da ASPGP coordenado por António Gil Hernández: *Orientaçõs para a escrita do nosso idioma*. Chegaram a ter 3 edições e foram apresentadas nas *Jornadas do Ensino* realizadas em Ponte Vedra em julho de 1982, onde houve alguns problemas de acolhida das mesmas por parte dos antirreintegracionistas da entidade encabeçados, entre outros, por Fernando Martínez Vilanova¹.

Carvalho Calero, R. et alii: *A nossa literatura: Uma interpretação para hoje*. (ASPGP, 1982).

Bowlby, J.: *O vínculo mãe-filho e a saúde mental*. (Galiza ed., 1982).

Carvalho Calero, R.: *Da fala e da escrita*. (Galiza ed., 1983).

Montero Santalha, J.-M.: *Método práctico da língua galega*. (Galiza ed., 1983).

Pérez López, F. et alii (da Aula Castelão de Filosofia): *Antón Losada. Teoría e Praxe*. (ASPGP, 1984).

Torres Santomé, J.: *A Educação Infantil*. Núm. 1 da coleção “Cadernos de Inovação Didática”. (ASPGP, 1991).

¹ Em 1981 foram publicadas, com o título de *Orientacions para a escrita do noso idioma*, umas normas em castrapo, seguindo a norma isolacionista, que durante muitos anos foram as que na prática defendeu o Bloco nos seus escritos oficiais.

Paz Rodrigues, J.: *A festa popular dos Maios na escola*. Núm. 1 da coleção “Roteiros Didáticos”. (ASPGP, 1991).

Ander-Egg, E.: *O léxico do Animador*. Núm. 2 da coleção “Cadernos de Inovação Didática”. (ASPGP, 1999).

A revista *O Ensino*

Aos dous anos de ser fundada a ASPGP, em 1978, a entidade decidiu criar a revista galaico-portuguesa de educação *O Ensino* (com o subtítulo de *Revista de sócio-pedagogia e sócio-linguística*). Sob o desenho do desenhador gráfico galego Pepe Barro, autor também da maioria das capas da revista, a finais de 1980 saiu à luz o número zero desta publicação periódica, impresso nas oficinas gráficas de *La Región* de Ourense.

Os diferentes números e volumes da revista ao longo dos seus oito anos de vida, acolhem nas suas páginas numerosos e variados artigos nos diferentes campos da pedagogia, a história da educação, a didática, a psicologia, as didáticas especiais das diferentes áreas curriculares, os métodos de ensino, experiências de pedagogia prática, recursos didáticos, modelos educativos e as etapas da educação (infantil, primária, secundária e universitária), ademais de estudos sobre a educação pre-primária, especial, formação profissional, educação pela imagem, cultura popular, educação meio-ambiental e ecológica, áreas transversais, educação para a paz, problemática linguística, normalização e normativização e sócio-linguística.

Como secções fixas a revista incluiu as de *Notícias do Ensino* e *Afiando o lápis*, com críticas esta de livros, discos, filmes, material escolar, exposições monográficas, coleções e manuais escolares. O seu conselho redatorial estava formado por membros da junta reitora da associação, por destacados professores galegos e também por docentes portugueses. A nómina de colaboradores é muito ampla. Entre outros, a revista acolheu diversos artigos de verdadeira categoria, da autoria de Paulo Freire, Francesco Tonucci, os chilenos Pablo Berchenko e Adriana Castillo, Ana M. Charlemont, Hernani Maia, Luís Polanah, Jenaro Marinhos e Carvalho Calero. E também de destacados docentes das três universidades galegas, e das portuguesas de o Minho-Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e UTAD de Vila Real.

De novembro de 1980 a dezembro de 1987, saíram à luz 22 números de *O Ensino*. Ademais do zero publicado em 1980, em 1981 publicaram-se os números 1, 2 e 3; em 1982 o 4 e 5, e em 1983 o 6. Estes três últimos publicados na Corunha graças ao labor de António Gil Hernández.

Sob a epígrafe de *A Inovação Pedagógica da Escola*, em 1984 publicou-se um monográfico, ao cuidado de José Luís Fontenla, impresso nas Gráficas Barbosa-Xavier de Braga, com os números 7 ao 10, no que se recolhiam todos os trabalhos e relatórios apresentados pelos educadores galegos no *I Congresso de MRP*s realizado do 5 ao 10 de dezembro de 1983 em Barcelona.

Em 1985 publicou-se o volume que incluía os números 11 ao 13 da revista, também impresso em Braga.

O volume de 1986 (números 14 ao 17) é um monográfico muito importante dedicado ao *Ensino do Meio Natural*, coordenado por Adela Figueroa Panisse, que recolhe as ponências e depoimentos do *II Simpósio de Ensino de Meio Natural*, organizado pela associação.

Finalmente, em 1987, dentro de um grosso volume monográfico dedicado como homenagem ao professor e filólogo Ricardo Carvalho Calero, com uma ampla nómina de colaboradores, incluem-se os números 18 ao 22 da revista.

Ademais dos números ordinários, sob o título de *Temas de O Ensino*, foram publicados vários suplementos ao longo da vida da revista. Com o número 1, em 1981, publicou-se um interessante trabalho monográfico de Joaquim Lourenço (*Jocas*), intitulado *Os Enredos dos Rapaces*, no que se apresenta um trabalho seu de recolha de brinquedos e jogos tradicionais da comarca ourensana de Lobeira. Carlos Durão é o autor do *Prontuário Ortográfico das Irmandades da Fala*, que foi publicado em 1984 dentro do suplemento de *Temas de O Ensino*, números 2-3.

Para aprofundar mais sobre a história da revista, a nómina de colaboradores, temática dos artigos e os membros do seu corpo redatorial, é recomendável a leitura do artigo a toda página publicado em castelhano nas páginas da delegação de Ourense do *Faro de Vigo*, do dia 21 de maio de 2017, escrito por J. Arneiros Torcela.

Referências

- AA.VV. e MRPs do Estado Espanhol (1984). *Conclusões do 1º Congresso Estatal de MRPs*, Barcelona, MEC. Publicado nas quatro línguas do Estado. A tradução ao galego foi realizada por Isaac A. Estraviz.
- AA.VV. e MRPs do Estado Espanhol (1989.1990). *Segundo Congresso de MRPs: Atas* (Gandia, 1989). Ourense, Coordenadora Galega de MRPs, 170 pp. Tradução por Isaac A. Estraviz.
- AA.VV. (200). *Marta Mata i Garriga, una vida para la educación*. Madrid. MEC-Conselho Escolar do Estado-Secretaria Geral Técnica. 2007.
- Arneiros Torcela, J. (2015). “El Ourense Lúdico, en el recuerdo” in *Faro de Vigo* (edição de Ourense). 18 de agosto.
- Arneiros Torcela, J. (2017). “O Ensino, revista galaico-portuguesa de educación” in *Faro de Vigo* (edição de Ourense). 21 de maio.
- Arneiros Torcela, J. (2017). “El Cine Club “Minho”, promotor del séptimo arte educativo” in *Faro de Vigo* (edição de Ourense). 1 de outubro.
- Carvalho Calero, R. (1984). “Evolução histórica da língua galega” in *O Ensino*. Monográfico sobre *A Inovação Pedagógica da Escola*, núms. 7-10, pp. 189-194.
- Colectivo da ASPGP (1983). “Movimientos de Renovación Pedagógica: Galicia” in *Vida Escolar*, Monográfico sobre MRPs. Madrid. Servicio de Publicaciones del MEC, Dirección General de Educación Básica, núm. 223 (nova etapa), pp. 97-103.
- Paz Rodrigues, J. (1984). “A renovação pedagógica na Galiza: Alternativas e futuro” in *O Ensino*. Monográfico sobre *A Inovação Pedagógica da Escola*, núms. 7-10, pp. 95-100.
- Paz Rodrigues, J. (2019). “Pequena história das Jornadas do Ensino de Galiza e Portugal” in *O Farelo* (Ponte Areias). Suplemento, núm. 30, junho, *Novas do Eixo Atlântico* núm. 55, p. 4.

JOSÉ PAZ RODRIGUES

José Paz Rodrigues nasceu em Corna-Pinhor de Cea (Ourense-Galiza) o 12 de abril de 1948. Licenciado em Pedagogia e Graduado pela *Universidade Complutense* de Madrid (1966-1971) com a Tese de Licenciatura sobre *A Bemposta de Ourense* (1973). Conseguiu o Doutoramento na UNED com a Tese *Tagore, pioneiro da nova educação*. De 1972 a 2010 foi professor na *Escola Normal* e na *Faculdade de Educação* de Ourense (Universidade de Vigo). Foi Professor-Tutor de Didática no *Centro Associado da UNED* de Ponte Vedra de 1973 até 2010. Exerceu de Subdiretor da *Escola Normal* de Ourense de 1987 a 1990 e Diretor nos últimos três meses do curso 1989-90. Realizou atividades de renovação pedagógica e organizou ciclos de cinema educativo. Publicou *A festa dos maíos na escola* (1991) e numerosos artigos sobre temas educativos e sobre Tagore em diferentes publicações galegas, catalanas, castelhanas e bengalis. Atualmente é académico de número da AGLP.

Ética, paideia e anagogia

Algumas questões essenciais sobre
a iniciação filosófica

José António Lozano

Resumo

O tema deste artigo trata da relação entre a filosofia como iniciação à sabedoria, entendendo-a como um magistério espiritual que está presente desde as suas origens e que foi deliberadamente esquecido na modernidade. Trata-se de pensar na recuperação deste sentido de filosofia tradicional na obra do pensador português José Marinho. Um aspeto importante é o sentido tripartito da educação até a Idade Média: pedagogia, paideia e anagogia. Também se desenvolve uma revisão do autêntico significado do platonismo e das tradições espirituais nas suas raízes sapienciais.

Palavras-chave

Pedagogia, paideia, anagogia, historicismo, filosofia perene, platonismo, educação.

Abstract

The theme of this article deals with the relationship between philosophy as an initiation to wisdom, understanding it as a spiritual magisterium that has been present since its origins and has been deliberately forgotten in modernity. It is a question of thinking about the recovery of this traditional sense of philosophy in the work of the Portuguese thinker José Marinho. An important aspect is the tripartite sense of education until the Middle Ages: pedagogy, paideia and anagogia. A review of the authentic meaning of Platonism and the spiritual traditions in its sapiential root is also developed.

Key words

Pedagogy, paideia, anagogy, historicism, perennial philosophy, platonism, education.

HÁ MUITOS ANOS (recordação)

Há muitos anos um galego trabalhava como barqueiro em Lisboa. Era um homem paciente e bondoso, e tentava cumprir com os seus clientes da melhor maneira que sabia e podia.

Certo dia aconteceu que o seu cliente era um erudito versado em línguas românicas várias que, atentamente, percebeu erros no português do galego.

—O senhor nunca estudou língua, não é?- disse o erudito

—Nom, nom senhor. Nom houbo tempo- disse o galego

—Pois perdeu meia vida, amigo.

O rio Tejo parecia remexer-se intranquilo. O galego olhava o céu com simplicidade rústica e antiga. De súbito falou:

—O senhor sabe nadar?

—Nadar? Não, não... nunca tive tempo – disse o erudito

—Pois perdeu a vida inteira, amigo. Imos ao fundo!

(Tirado do Kitab al-Nasrudim al-Jaliqui)

Busca a verdade ainda que seja na China

(Provérbio)

Filosofia, ensino, iniciação

Em 1972 publicou-se o livro de José Marinho *Filosofia: ensino ou iniciação?*, editado pelo Centro de Investigação Pedagógica do Instituto Gulbenkian de Ciência. É um texto claramente situado, num contexto específico, e não orientado só a docentes de filosofia. Há nele uma vocação propedêutica respeito da finalidade que Marinho concebe à filosofia, mas ainda assim é suficientemente explícito para situar a questão da educação integral do ser humano em relação com todos os processos intencionais e não intencionais da formação do homem, vindo a ser o ensino filosófico o fundamento, processo e fim de toda a educação.

De tal posicionamento inicial é preciso fazer patente que se está desligando o ensino da filosofia como fundamento da educação dos âmbitos puramente institucionais ou estatais, não podendo estes garantir por si mesmos o conceito de filosofia que sustenta José Marinho sob o perigo de confundir o acessório com o essencial. Num sentido quase irónico, que veremos mais adiante, poderíamos dizer que o estado não pode garantir a educação que defende Marinho, baseada na tradicional iniciação platónica e que, certamente, também não pode impedi-la. Não quero dizer que o estado mantenha um posicionamento neutral ao respeito mas que, em última instância, é impotente naquilo que, para seguir parafraseando a Marinho, mais importa¹.

Desde o início, na introdução, Marinho põe a questão essencial do ensino e da iniciação da seguinte maneira:

Sem magistério espiritual entendido num sentido transcendente ou transcendental, não há modo de compreender a filosofia em intuição ou lógico discurso, não se alcança ciência possível do secreto e do patente. Carece então de significado a poesia, não alcançam então sentido as formas da imagética e da simbólica, incertos nos detemos quanto à possibilidade de íntima aceitação de qualquer princípio, conteúdo, norma e finalidade do mais espontâneo ou refletido pensar e agir. Poderemos acaso desde o limiar de um trabalho circunscrito anunciar que tudo depende disso?

Desde já fica patente a referência a um sentido transcendente ou transcendental do magistério espiritual. A oposição a uma compreensão da espiritualidade como uma categoria cultural derivada de um exercício exclusivamente humanista e histórico quer ser claramente marcado pelo sentido que dá Marinho às suas palavras. Magistério espiritual encontraria a sua oposição nos diversos historicismos de carácter humanista e livresco, remetendo a uma ideia de tradição diferenciada do modelo do *Geist* alemão,

¹ Entendo por estado, num sentido espinosiano, as diferentes formas em que se organiza a multidão com o objeto de uma organização cívica ou política, seja este concebido sob a forma que seja. Não podemos falar de um estado despótico, por exemplo, senão como uma correlação de forças e paixões de uma multidão canalizadas despoticamente, e não como o exercício despótico dum sujeito (a abstração do estado) sobre um objeto não menos abstrato (o povo). É, pois, mais importante, com vistas à liberdade humana e à sabedoria, compreender as funções qualitativas que ligam em interdependência aos seres que discutir pela forma política propriamente dita, o que sempre leva a formas de sofística e demagogia. Seja isto compreendido *cum grano salis*.

e, em geral, do conceito de *espírito* dos modernos, para reassumir a ideia de uma sabedoria espiritual mais na linha socrático-platónica e evangélica. O conhecimento filosófico é assim perspectivado como uma autognose que se desvincula do preconceito da filosofia como cousa sapiente, erudita e livresca. Esta oposição, refletida no pensador português, constitui quase um paradigma que nos permitiria estudar toda a filosofia a partir destes dois posicionamentos básicos, determinantes das diferentes formas em que o pensamento se exprime ou faz aparição. Dito de um jeito simples e claro: uma maneira que se transmite pela *letra* típica do humanismo latino, por exemplo, e uma outra que se transmite pelo *espírito*, que sopra onde quer e que não se constitui em património cultural mas em herança de um lar, uma morada que supõe um ethos específico: a chave de um verdadeiro caminho de realização. No segundo caso se cumpriria a máxima do imperativo categórico kantiano: fazer do ser humano um fim em si mesmo e não um meio para outra cousa.

Pondo, pois, esta limitação do historicismo são apresentados os três níveis da educação humana: *pedagogia*, *paideia* e *anagogia*. Neste esquema, nominalmente de origem medieval, a anagogia aparece como a finalidade e o sentido dos outros dois níveis. Propriamente é o âmbito da iniciação espiritual e segundo Marinho, *paideia* e *anagogia* resultam “repugnantes para latinos excessivos”. Ora bem, o conceito de *paideia* como educação tem sido considerado de diversos modos. Na Grécia clássica podemos distinguir dous modelos que nos servirão como comparativa: o modelo isocrático e o modelo platónico.

a) Para Isócrates a *paideia* elimina qualquer tipo de abstracção metafísica, ligando-se à pragmática das situações humanas. Destaca a *doxa* e a *phrónesis* concebida num sentido prático, uma inteligência dos assuntos humanos. Destaca a eloquência e a retórica, a importância das questões históricas, a convivência entre mestre e discípulo, a crítica da possibilidade de ensinar a virtude propriamente dita e a necessidade de cultivar os dons naturais. Mistura a esta perspectiva de um humanismo prático uma forma de nacionalismo pan-helénico como ideal cultural, como ideal de unidade que se exprime no *pathos* e *ethos* dos poetas tradicionais. Há uma clara crítica da verdade como algo absoluto. Há também uma crítica à sofística, surgida de um critério experiencial e pragmático, mas seria difícil distinguir grandes diferenças entre um

Protágoras e um Isócrates atendendo às suas tipologias. Se tivermos em conta o conceito de tipologia humana poderíamos dizer que a paideia isocrática, como a de muitos sofistas, concentra-se em torno do ideal humano da personalidade auto-suficiente, concentrada nas virtudes aceites socialmente, sem questionar-se a possibilidade dum conhecimento mais profundo ainda que admitindo a possibilidade de um saber mais convincente na ação prática.

b) O posicionamento socrático-platónico concebe a paideia tradicional com certa ambiguidade. De um lado admite a estrutura dos valores tradicionais gregos para desenvolvê-los desde o seu interior, transformando-os num plano mais sutil. Admite a faticidade dos modelos ideais da moralidade contemporânea para deslocá-los numa busca da autêntica excelência pessoal até o limite da própria experiência cultural. Um saber do não-saber que questiona os *“topoi”* sob os que se constrói a identidade do cidadão e que cria a consciência de um vazio que não pode ser enchido pela propaganda ou pela retórica. Enquanto as diferentes formas da sofística ilustrada admiram o homem superior e culto, o platonismo não elogia aquilo que causa impressão mas o que causa conhecimento, mesmo por meios não plenamente aceites por todos. O amor da sabedoria (a filosofia) não tem a sua origem numa empatia humanista pelo saber como forma de superioridade e domínio mas numa relação surgida do ser, gratuitamente, além de um conceito simplista de utilidade. Todo isto implica uma dupla configuração exotérico/esotérica do saber, abrindo-se para uma relação de intimidade, não só de exterioridade. A consciência de uma carência essencial é necessária para este tipo de aprendizagem. Os aspetos formais da filosofia são um meio, não o fim da mesma.

A esta breve e simplista caracterização mas suficiente para o nosso propósito convém acrescentar-lhe uma problemática. Trata-se de ver como o próprio platonismo se converte numa forma de ideal cultural, transmitido não como uma iniciação mas como uma construção histórico-cultural. Boa parte das críticas anti-platónicas surgidas na Modernidade apontam justamente a esta forma de via platónica historicista e/ou formal-logicista, sendo a de Nietzsche uma das mais fecundas e, portanto, a que permitirá posteriormente vislumbrar uma relação mais autêntica com a própria origem do platonismo como a via espiritual que realmente é. Isto permitirá fazer uma viragem completa, onde o ponto de partida e de chegada são o mesmo... e são completamente diferentes!

Num genuíno sentido platónico a paideia é o momento mediador do ensino dependente da anagogia. Se a própria paideia apresenta problemas à hora de tentar compreender a sua forma de transmissão e metodologia, isto revela-se muito mais difícil com a anagogia. Marinho lembra um debate típico da época clássica em que se põe o problema de se a filosofia se ensina ou não se ensina. O que no fundo é aquele de se a virtude se ensina ou não se ensina. E a resposta incorreta seria dizer sim ou dizer não, pois levariam a uma contradição prática. Isto é assim para a paideia, é duplamente assim para a anagogia. Vale a pena relembrar mais uma vez as palavras dirigidas por Platão na carta VII aos amigos de Dião em Siracusa sobre a finalidade do seu ensino:

Com efeito, não existe nem existirá nunca um escrito meu sobre estes temas, pois de modo algum é de algo que se possa falar como de outras disciplinas, senão que é por causa de um frequente contacto com o problema mesmo e por mor de uma convivência com ele que surge este saber na alma, igual que a luz que se desliga de um fogo que surge, alimentando-se então a si mesmo. (Introdução a Platón 1993)

Continua Platão explicando a inconveniência da argumentação sobre tais assuntos, exceto para aqueles que verdadeiramente estejam capacitados para tal conhecimento. Certamente, o problema que insistentemente se põe é: que significam então todos os diálogos platónicos?. Uma das respostas mais plausíveis é que são parte de um esforço propedêutico, de familiarização, parte de um instrumental de uma escola iniciática usado no âmbito da Academia, e que não pode ser mais do que isso. Pretender que uma pessoa divulgue todo o que sabe ou pensa é para Platão sintoma de que não sabe grande coisa, não por causa de um ocultismo avaro mas simplesmente porque não é possível nem funcional para o ensino propriamente dito, pelo menos no contexto e nas circunstâncias históricas nas que vivia Platão. A questão que se tem posto neste sentido fala da dimensão da oralidade no ensino platónico como forma de transmissão essencial mas penso que a questão não está tanto na oralidade como na ideia de uma transmissão viva, sincrónica, contemporânea onde tanto a palavra oral como a escrita são parte de uma ação total e mais abrangente, e onde muitos outros elementos são importantes. Em conexão com isto podem-se lembrar algumas afirmações de algum neoplatónico. O místico persa Jalaludim Rumi afirmou que não se interessava para nada pela poesia mas que como

bom anfitrião oferecia poemas aos seus amigos. Ele buscava ação, mas havia tão poucos que quisessem ação que acabava por oferecer poemas. Tudo isto foi dito depois de ter feito miles de poemas da melhor qualidade. Obviamente isto escandaliza à cultura literária e historicista, tanto de então como de agora, ligada a uma experiência fetichista das valorações mas incapaz de experimentar o sentido indicado.

Um outro exemplo está na hermenêutica medieval do Livro onde propriamente é utilizada a palavra anagogia, e onde o tratamento do texto está ligado a um autêntico esoterismo dependente do magistério espiritual, onde a própria ideia de texto ou Livro vai muito para além da hermenêutica dos *literatos*. Na *Tradição do Livro*, quer dizer, judaísmo, cristianismo e islamismo, percebidas desde a perspetiva esotérica e fundadas sob um platonismo evidente dá-se este especial tratamento da literalidade textual como autognose. É claro que se nos referimos a uma via platónica devemos decidir se o que buscamos é um critério identificativo pela forma ou pelo contrário assumimos que a sabedoria pode ter diferentes formas de dar-se e realizar-se, o que nos leva a um diferente modo de conceber a filosofia. Marinho indica dous modos de se relacionar com a palavra filosofia: a que se identifica com o amor à sabedoria e a que se define como ciência das ciências. Não necessariamente inconciliáveis mas que obedecem a orientações diferentes: mais intuitiva a primeira, mais discursiva a segunda. Para além disso, a própria palavra *amor* põe uma diferença substancial inscrita na articulação copulativa que liga ao filósofo com a sabedoria e a diferença da relação do peripatético com o saber: unitiva a do primeiro, cindida a do segundo.

Um dos problemas específicos da tradição culturalista é precisamente a de querer identificar a tradição da filosofia pela sua forma. Dentro do complexo de superioridade da cultura ocidental com respeito a outras culturas destaca-se o milagre grego da filosofia como um ato único e específico atendendo a *método* e *mathesis*, à racionalidade específica da tentativa. Isto é parte de uma propaganda repetida incessantemente de modo aberto e encoberto que não se corresponde com a realidade, no sentido de que aquilo que é propriamente filosófico não pode ser identificado pela sua forma de apresentação mas pelo seu sentido, pela sua consciência ética de auto-conhecimento, aspetos que não são predetermináveis nuns rasgos técnicos ou culturais. De aqui que Marinho se

refira deliberadamente a Eurásia e não a Europa, vendo as grandes realizações da metafísica no Oriente e não no Ocidente, ou como ele próprio diz, na tradição remota. O que nos leva a ver o rótulo *filosofia ocidental* como uma particular forma da cisão no interior de uma tradição mais ampla da que se desliga. Não se pode confundir a maneira externa em que uma tradição opera por motivos culturais e históricos, o que implica uma necessária radicação no espaço-tempo próprio, adequado às maneiras e características específicas, com a essência mesma, com a vitalidade íntima do ser. Como diz um velho aforismo: *A cor da água depende do copo que a contém*. Melhor será beber a água e deixar o copo tranquilo. Se há um axioma que a via iniciática em sua sutileza parece ter sempre repetido é que não se deve confundir o continente com o conteúdo. Claramente não é de estranhar que o fim da filosofia ocidental exceda os limites da sua forma face outras maneiras do pensamento e a expressão (Hölderlin, Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger, e um longo etc.). É sintomático o que neles se aprecia: uma rasgadura imensa no centro da tradição histórica, uma necessidade intensa de superar os limites do tradicionalismo agora disfarçado de progresso, uma profunda pergunta pelo *enigma* essencial do homem, a necessidade de reencontrar um caminho perdido.

Outro exemplo situa-se no fim da época clássica, após a morte de Aristóteles, em que a filosofia se exprime em escolas de vida e realização prática. Cínicos, estoicos, epicúreos, neoplatónicos são considerados menores com respeito aos chamados clássicos, são parte da *decadência* da filosofia grega. É provável que um Epíteto não seja tão estimulante para os eruditos como Platão e Aristóteles ainda que, em última instância, hesito que na balança da verdade o peso dos livros possa ser decisivo. Chegamos assim a um texto de Marinho intitulado *Historicismo e verdade* a partir do qual tentarei pensar as relações entre iniciação, tradição e filosofia, como parte de um compromisso ético que evita e se oculta à reflexão histórica nos seus aspetos mais essenciais.

Filosofia e tradição

Vi uma criança levando uma luz.

Perguntei-lhe de onde a trazia

Ela apagou-a e disse-me:

Agora diz tu para onde se foi

Hasão de Basra

Diz literalmente Marinho no texto intitulado *Historicismo e verdade*:

O não haver sobre certos acontecimentos e homens passados documentos suficientes dá mais decididamente aos historiadores a ilusão de reconstruírem com verdade o já vivido. Mas quem pudera explicar a própria vida, quanto mais a que outros viveram! (Marinho 1995: 136)

E mais adiante diz:

A história, esse romance do passado, é, todavia, necessária àqueles cujo espírito se não libertou para a busca direta da verdade. O animado do sério amor da verdade já só à verdade procura; a verdade para esse não se encontra nos escritos, palavras ou ações dos passados, contemporâneos ou vindouros. A verdade encontra-a quem verdadeiramente a procura, não quem a procura indiretamente através das obras de qualquer espécie dos que outrora a procuraram.

Não nega Marinho a utilidade da história, desde o momento em que esta seja um ponto de referência para uma hermenêutica em que a história mesma se dissolva como feito positivista. A crença na história como lugar imanente da verdade humana, aparece-lhe a Marinho como uma alienação mais da consciência contemporânea. É mais uma forma de ideologia, uma forma degradada do mito, que se apresenta como verdade e que constitui a forma da crença dominante. Isto tem importantes consequências no desenvolvimento da filosofia em vários sentidos:

1.- Por um lado na maneira de preterir a responsabilidade do homem (também dos filósofos) da sua realidade sincrónica, presente, que não pode evitar deslocar sempre para um passado melhor ou prolongar-se cara uma projeção futura de carácter progressista.

2.- Por outro nas conceções assentes na expressão *cristianismo histórico*. Aqui fica patente que o cristianismo não pode ser algo *histórico* sob o risco de deixar de ser cristianismo realmente. Entramos aqui na questão chave que nos põe a anagogia². Se existe uma compreensão superior da tradição religiosa e

² Para Marinho a anagogia revela-se como *aquela forma de educação sem limite nem fronteira em que mitos e poesia, em que a mística, a religião e tudo quanto não tem ou a quem não basta nome ou palavra, vem corresponder ao alvo supremo*. Digamos já que isto se corresponde com a noção de uma *teosophia*, uma *santa sabedoria* que liga a consciência de uma tradição iniciática, portanto, trans-histórica.

filosófica, de que maneira existe uma continuidade no tempo e no espaço? E sobretudo: como, segundo as aparências, pode esta perder-se?. Se existe uma óbvia continuidade histórica, de que maneira se produziria a continuidade viva da iniciação?

Existe uma ambiguidade aqui exprimida por Marinho ao referir-se à situação do homem no presente respeito dos conhecimentos que lhe seriam necessários:

A confiança dos grandes filósofos matemáticos e religiosos, como Pitágoras e Leibniz, em conciliar as duas vias [refere-se à filosofia como amor à sabedoria e como ciência das ciências] é adequada ao ensino da filosofia e à educação filosófica, mesmo quando, como hoje ocorre, não tenhamos saber ou formação para plenamente a garantir. (Marinho 1972: Introdução)

E mais adiante ainda:

[...] que nos falta hoje saber e informação para encontrar a convergência e harmonia entre os diversos e os opostos neste vasto domínio onde a unicidade do saber e a insondável pluralidade nos aparecem em insanável divergência e conflito. A situação atual do homem é, com efeito, na ordem do espírito como em mais práticos domínios, a de uma imensidade de possibilidades e recursos sem nexos ou intrínseca relação harmoniosa.

Hesito em considerar este *hoje* do que fala Marinho como circunscrito exclusivamente a este tempo. É o mesmo *hoje* da ignorância universal, no tempo e no espaço, que condena (democraticamente) a morte a Sócrates ou se decide por Barrabás. O contexto em que se exprime o filósofo português está claramente limitado a uma audiência de professores e é perfeitamente compreensível que Marinho reflita deste modo. Modo que não seria plenamente coerente considerado em termos mais dilatados ou em relação estrita com o seu próprio pensamento. Porque se há uma via iniciática que atravessa as limitações do historicismo, ou corre dum jeito vivo, em que sentido *hoje* saberíamos menos que ontem, ou ontem saberiam mais que hoje. Quem seria o sujeito desse saber ou saberes? Se a sabedoria é o que liga com a consciência do Absoluto, se esta dá-se no interior dum magistério espiritual de homens vivos, tal e como defende Marinho, de que modo pode perder-se a efeitos práticos, para além dos nominalismos e das formas exteriores? É um problema intempestivo,

como diria Nietzsche, que cada homem deve resolver por si mesmo ainda que não em solitário. É também uma questão não só intempestiva mas também intemporal ou eterna. Vale a pena lembrar as *Teses de filosofia da história* de Walter Benjamin: o pensador judeu-alemão certifica a maneira em que o historiador historicista (mas que historiador não acaba sendo historicista?) fica preso da melancolia ao comprovar como a sucessão histórica é uma tautologia de um poder que se continua entre crimes e barbárie e onde, afinal, fica a conclusão inevitavelmente cheia de misantropia: sempre o poder se sucede a si mesmo³. Seria curioso que a barbárie tivesse um poder tão universalista e a sabedoria fosse tão inepta como para não encontrar a maneira de se continuar entre os homens. Seria preciso aqui termos em conta o aforismo metafísico: *O ouro falso existe porque existe o ouro verdadeiro*, aforismo que esta a altura do *Parménides* ou do *Sofista* de Platão, se se compreendem com verdadeira profundidade.

Marinho clarifica o intemporal destes problemas no seguinte texto a propósito das religiões:

Os cristãos e os não cristãos falam ainda em suas obras e discursos da crise da religião. Ora, se religião e cristianismo têm um sentido, a crise da religião é já muito antiga e anterior ao cristianismo, nem deixou de prosseguir com o próprio cristianismo e no seu seio. (Marinho 1994: 345)

Vemos refletida aqui a ideia que no texto anterior se focava, aparentemente, numa outra direção. A intemporal presença de uma problemática que não é histórica mas substancial à condição humana. Como contraste caberia lembrar a Santo Agostinho e a sua apreciação de que o cristianismo, no seu sentido essencial, existia antes de Cristo. Acho que tais considerações podem perfeitamente ser levadas não só ao âmbito estrito da religião mas ao da filosofia, pois agora podemos sentir que se encontram necessariamente interligadas em atenção à sua finalidade transcendente. É bom referir ainda

³ Foi Aristóteles o que falou da melancolia dos grandes homens. Seria interessante discorrer sobre este sentimento em relação ao poder e à tirania. Os que não são grandes homens podem experimentar outros sentimentos: humor e ironia. Sócrates até foi o personagem d'*As Nuvens* de Aristófanes. Resulta inspirador seguir as vicissitudes dos verdadeiros sábios em relação à comédia, a ironia e o humor. A ironia seria o momento exterior e social de um sentido do humor que é realmente riso, que é o segredo profundo do sábio. Existe ainda uma tradição de sábios que se proclamam idiotas. São os discípulos do inefável Nasrudim: quem nunca disse nem dirá a verdade!

algumas considerações filosóficas a este respeito que espero que possam formar uma imagem quase caleidoscópica do que estou tentando dizer, e que possam evitar qualquer equívoco:

Saber que o autêntico ateísmo equivale à teologia mística dos últimos cumes libertar-nos-ia de vários aspetos da falsa fé ou da descrença presunçosa. Verificamos, porém, aqui como noutros pontos como é difícil o mais simples... [e continua mais adiante em harmonia com Teixeira de Pascoaes] Aquele que sabe como Deus reservou para si o autêntico ateísmo, torna-se, e por isso mesmo, infinitamente reservado mas muito atento perante os ateus e perante toda forma de descrença. (Ibídem)

Quicá toda a questão se reduza a essa dupla qualificação: *autêntico ateísmo*, ainda que simplesmente bastaria, segundo já se vê, com ser autêntico.

Desde este ponto de vista resulta verdadeiramente difícil estabelecer critérios supostamente objetivos da experiência da verdadeira espiritualidade, tal e como o pensamento comum costuma formular e pretende exigir, sem fazer uma investigação comprometida que necessariamente ameaçaria o seu *status*.

O que está em jogo é a compreensão da tradição desde a sua realidade efetiva, realidade efetiva que parece sempre discorrer através de uma diversidade de formas de manifestação que não são unificáveis a partir de um processo de intelectualização mas a partir de uma compreensão de outra ordem. Se admitimos a necessidade de um magistério espiritual que dá sentido à inevitável caducidade da filosofia ou da religião (desde o momento em que estas mesmas são concebidas como veículos, mais que como fins propriamente ditos) a primeira proposição ideológica que é preciso destituir é precisamente aquela que encerra dito magistério numa limitação histórica (no melhor dos casos) ou numa forma institucional ou mesmo pessoal determinada, mas ao mesmo tempo é preciso reconhecer a necessidade de uma cadeia iniciática que o mantenha vivo ao longo do tempo. A razão é muito simples: se a sabedoria existe, esta só tem sentido em homens concretos, vivos, e não em abstrações mais ou menos elaboradas. Se o magistério espiritual deve cumprir a sua função não terá menos necessidade de relacionar-se com todos os âmbitos da existência e constituir assim uma forma de comunicação permanente, em diferentes níveis, que lhe permita levar adiante as suas finalidades. É algo que não se improvisa, que não depende da genialidade tão cara aos românticos, e

também algo que não pode subsistir como um ato individualista: se há algo que a própria noção de uma tradição iniciática põe em claro é a continuidade trans-histórica de um legado confiado que não pode ser dilapidado nem apropriado por nenhuma religião, grupo, igreja, nação, pessoa ou qualquer outra instância. Pelo menos estas são as conclusões às que podemos chegar se fizermos caso aos diferentes espirituais que, procedentes de diferentes tradições culturais, têm exprimido uma e outra vez. Vejamos a este respeito o que diz Ahmad Yasavi, mestre espiritual de Ásia Central no século XIV:

Através de toda a literatura dervixe encontrarás que dizemos reiteradamente que não nos concerne a tua religião ou o teu ateísmo.

[...]

O refinamento do homem é a meta e o ensino interior de todos os credos tem este objetivo. Para poder lograr pervive uma tradição transmitida por uma cadeia vivente de adeptos que selecionam candidatos a quem transmitir este conhecimento.

Este ensino tem sido transmitido a homens de todas as classes. Devido à nossa dedicação à essência temos reunido, neste caminho, a todas aquelas pessoas que estão menos interessadas no externo e de essa maneira conservamos pura, e secretamente, a nossa capacidade para continuar a sucessão. Nas religiões dogmáticas literalistas judia, cristã, zoroástrica, hindu e muçulmana este elemento precioso perdeu-se [...]

Só quando conheças o Fator Superior, advertirás a verdadeira situação das religiões atuais e da falta de fé. E ainda esta mesma incredulidade é uma religião com a sua própria forma de crença. (Idries Shah 1992: 187-188)

Estas mesmas considerações ou análogas podemos encontra-las nas antologias realizadas pelo estudioso das civilizações orientais, Thomas Cleary. Especialmente no que respeita à transmissão interior do budismo e do taoísmo. Cleary evidencia, através dos textos, o verdadeiro esforço e continuidade dos mestres por manter a viveza da tradição numa renovação permanente. As características de todas estas escolas são similares mas fica patente a necessidade e o ênfase por superar as formas culturalistas. Por exemplo, enquanto a influência cultural do zen é enorme, os mestres que renovaram a

prática sempre são extremamente críticos com este uso meramente cultural (artístico, literário, etc).

Um outro exemplo contemporâneo do estudo da tradição, atendendo à sua hermenêutica própria, está em Henry Corbin. Particularmente, e na direção que estamos tratando, o ensaio intitulado *A iniciação ismaeli ou o esoterismo e o verbo*⁴ Corbin comenta um texto do S. X intitulado *O livro do sábio e o discípulo* em que é posta em toda a sua nudez o problema da transmissão iniciática do legado espiritual, que as tradições literalistas, neste caso do Islão, pretendem limitar à condição histórica do profeta Muhammad ou aos seus sucessores imediatos, sem ter em conta a tradição renovada dos hermeneutas espirituais, os Amigos de Deus, a Walayat. O que aqui se exprime de um jeito radical e com uma viveza dramática é a sempre presente função dos Amigos (wali), velados ou ocultos⁵ mas inevitavelmente presentes em função de um desenho cósmico, como equidade divina.

Todas estas informações permitem focar a ideia de uma transmissão espiritual através de um exercício que vai bastante além da mera reflexão filosófica à beira do fogão tranquilo e sábio, como diria Marinho.

Seria agora interessante retomar algumas frases do nosso filósofo a propósito de algo que também nos permitiria conectar com o direito natural espinoziano. Trata-se do texto intitulado *Providência e estado* que reproduz a seguir:

Há uma verdadeira política que é o processo pelo qual os homens se revelam, coexistindo, as suas possibilidades e criam as condições para realizá-las e as realizam. E há um artifício político pelo qual o homem, para chegar por milagre alheio àquilo à que só pode chegar por próprio esforço, criou, em substituição da oculta e suave vidência de Deus, a pomposa e degradante providência do Estado. (Marinho 1994: 344)

Uma das ideias presentes no contexto da Modernidade consiste em fazer que a *pomposa e degradante providência de Estado* se converta em artigo de fé. Os resultados parecem ter levado a certo pessimismo a Marinho quanto ao

⁴ Vid. Henry Corbin 1995, in *El hombre y su ángel. Iniciación y caballería espiritual*, 1995, Destino. Na 2ª parte do livro citado encontra-se o ensaio referido.

⁵ Esta ocultação pode ter múltiplas formas mas a mais evidente é devida à negação que o homem comum, e sobretudo religioso, realiza. É a própria negação a que *oculta* ao Amigo. A superstição comum diz algo assim: *os Amigos de Deus podem existir mas nunca aqui, ao meu lado*.

destino terrestre do homem. De qualquer maneira que o foquemos a questão está em saber se essa providência pode realmente substituir a *oculta e suave vidência de Deus* ou não. Se a resposta é negativa, como penso que deve ser, será preciso não só informação mas uma modificação da mentalidade à hora de focar o esforço filosófico. Restituindo e reconduzindo a experiência filosófica até o limite das suas possibilidades, para compreender a inutilidade de continuar moendo o já moído. Chegados a certo limite do pensamento é preciso perceber-se da insuficiência da reflexão respeito da formulação socrática do *conhece-te a ti mesmo*. A atitude filosófica recorda aqui, em muitos casos, ao Barão de Münchhausen tentando sair do poço apanhando-se a si mesmo pelos cabelos. Um complexo de autossuficiência que denota uma impotência patente. Incapacidade que não pode ser resolvida enquanto a forma seja mais importante que o fundo, por utilizar velhas palavras que são facilmente refutáveis, é claro, aos filósofos.

Referências

- Marinho, José (1972). *Filosofia: ensino ou iniciação?*. Lisboa. Editora Fundação Gulbenkian.
- Marinho, José (1994). *Aforismos sobre o que mais importa*. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Marinho, José (1995). *Ensaio de Aprofundamento e outros textos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ali-Shah, Omar (2004). *Pensamientos y conversaciones*. Madrid. Sufi
- Cleary, Thomas (1994). *Antologia zen*. Barcelona. Edaf.
- Corbin, Henry (1995). *El hombre y su ángel*. Barcelona. Destino.
- Durant, Gilbert (1999). *Ciencia del hombre y tradición*. Barcelona. Paidós.
- Platón (1993). *Cartas*. Madrid. Akal.
- Shah, Idries (1992). *El camino del sufi*. Barcelona. Paidós.

JOSÉ ANTÓNIO LOZANO

José António Lozano (1967, Corunha) é professor de Filosofia no ensino secundário. Foi finalista em 1988 do Prémio de poesia Nacional O Facho. Em 1989 publicou no livro coletivo *Fogo Cruzado* (AGaL), o relato O pêndulo sob o pseudónimo Jorge Mário Novais. Em 1993 foi prémio ex-aequo junto a Xavier Alcalá no certame de narrações breves Manuel Murguía de Arteijo pelo seu relato *Retrato antigo: pinturas e superfícies*, publicado em Laiovento. No mesmo certame recebeu em 2016 o 3.º prémio pelo relato *A Aranha*

José António Lozano

de Sidney. Publicou em 2002 no livro comemorativo dos 10 anos do Manuel Murguía intitulado *Paisaxe com palabras* o relato “Porco Transgênico”. Em 1995 publicou na obra coletiva *7 Poetas* com o grupo Hedral, do que fez parte.

Para contato: lozano786@edu.xunta.es

Mais algumas etimologias

Higino Martins Esteve

Resumo

Trás a publicação das *Etimologias obscuras ou esconsas*, continuaram a surgir enigmas. A docência consome tempo e, se bem suscita pesquisas, esse labor às vezes não deixa vagar suficiente. Ainda bem, a distância em que estou tira parte do desassossego provocado e devolve o prazer.

Palavras-chave

Etimologias obscuras, Poço Airão, Alude, Catrufo, Cortizela, empenar, Lovelhe, Mareco, Môdia, mofar, nata, pândega, pataca, patamar, Queição, taranhal, tona, traquinar, zombar.

Abstract

After the publication of *Etimologias obscuras ou esconsas*, new enigmas came up. Teaching work consumes time and, although it raises questions of research, some times that work doesn't leave sufficient space. Luckily, the distance at which I find myself takes away part of the anxiety provoked and returns the pleasure.

Key words

Obscure etimologies, Poço Airão, Alude, Catrufo, Cortizela, empenar, Lovelhe, Mareco, Môdia, mofar, nata, pândega, pataca, patamar, Queição, taranhal, tona, traquinar, zombar.

Trás saírem as *Etimologias obscuras ou esconsas* continuaram a surgir enigmas. Nestes últimos anos nos cursos de língua foram saindo perguntas que tentei responder. Eis, em relativa ordem alfabética, *Poço Airão*, *alude*, *Catrufo*, *Cortizela*, *creme*, *ei!*, *empenar*, *Lovelhe* e *Novelhe*, *Mareco*, *Marecos* e *Mareque*, *Môdia* e **môdia*, *mofar*, *nata*, *pala* “cova”, *pândega* e *pandegar*, *pataca* “batata”, *patamar*, *pátio* e *pataréu*, *Queição* e **queição*, *Sepúlveda*, *taranhal*, *taranhaira* e *taranhos*, o castelhano “tomar el pelo”, *tona*, *traquinar* e *zombar*. São logo apelativos, antropónimos, uma interjeição insuspeita, um topónimo antigo e verbos vários, quase tudo imbricado com vocábulos já estudados nas *Etimologias*.

Na mor parte dos casos a informação manejada procede da Rede, o que dispensa longas citações. O dicionário Estraviz é desnecessário ementá-lo, mas honra fazê-lo. No resto do casos, as notas de rodapé dão conta da fonte bibliográfica.

No latim, remeto em geral ao grande dicionário etimológico dos dois Alfred, Ernout e Meillet. Para as línguas da península sempre serão imprescindíveis os dicionários de Joan Coromines. Os sobrenomes galegos foram consultados no programa radial “Galiza Emigrante” em Buenos Aires (*Catrufo*, *Lovelhe*, *Mareco*).

O castelhano “tomar el pelo” estudou-se a tentar a reintegração plena do romance “O lápis do carpinteiro” de Manuel Rivas, nos cursos de língua. *Creme*, *nata* e *tona* estudaram-se juntos.

Outras peças do puzzle vieram a integrar-se sós a partir de *pata*. *Mofar* e *zombar* vêm da teima antropológica que envolve o riso e a linguagem como psique coletiva com consciência e inconsciente.

Enfim, *Sepúlveda* saltou como repto na busca de uma etimologia céltica que parecia impossível.

De momento, descanso no patamar das respostas atingidas. Se é certo que nunca se chega a certeza absoluta, tenho a confiança de ao menos se abrir o caminho das contestações.

Poço airão – pozo Airón

Li a erudita etimologia do Prof. Garcia Alonso, de Salamanca¹, a respeito desses topónimos, que a par são sentidos como apelativos para “poço profundo”. Crê vê-los na danada epígrafe de perto de Uclês, Conca, que ele lê *Deo A / ironi fecit fa / milia oc / ule(n)s(is)*... Daí tirou um nome divino *Aironis* ou *Airo*. Essa leitura parte do preconceito de ser essa a origem direta dos topónimos castelhanos *pozo airón*, que também são de Portugal (*poço Airão* ou *airó*) e ainda da Galiza (*airom* ou *eirom*); poços ou mananciais muito profundos.

Um *airon-* antigo não pôde dar o castelhano *airón* nem o português *airão*; hoje teríamos **erón* e **eirão*. Deve revisar-se primeiro a leitura da epígrafe, e depois recuar desde o atual tema comum *airon-* para um étimo possível, decerto não latino. A lápide está estragada nas partes superior e direita. Logo é de supor que trás o A, na borda atual da inscrição, houve uma ou mais letras apagadas. O ditongo do românico *airon-* exige supor no étimo um fonema interposto entre o A e o I, que ao cair produziu um hiato e em data românica o ditongo. A meu ver aí havia um vocábulo formado por três elementos:

1º) A preposição AD, no céltico hispano de valor intensivo (*Admata* “muito boa”).

2º) O adjetivo céltico ERIOS, ERIĀ, ERION “ulterior” (sem asterisco por estar em Íria [Flávia]), étimo do irl. *ire* “id.”, cujo étimo indo-europeu (neogramático) era **perios*.

3º) O sufixo nasal, adjetivante, -ON-.

Pela complexidade do caso, desenvolvamos o processo de atrás para adiante, sem nos meter em laringais por mor da claridade. No início haveria um célt. **AD-ERIION-*, isto é, adjetivo **ADERIĪŪ*, *ADERIIONOS*, “muito ulterior”, “de muita fundura”, que no céltico final escreveriam à latina: *adirion-*, isto é, *adirio*, *adirionis*. A passagem ao proto-românico trouxe a metátese do iode: **aiirone-*, que dá conta das formas românicas.

¹ García Alonso, Juan Luis (2006), “Etnología. Pozo Airón. Deo Aironi”, em *Pasado y presente de los estudios celtas*, Crunha, Fundación Ortigalia.

Alude

“Avalancha, nomeadamente de neve”. Veio no séc. XX pelo castelhano de falas pirenaicas, românicas e bascas, cf. Coromines no DCECeH². Cinjo-me a prosseguir a sua pesquisa para além dessas falas, cujas formas se leem no verbete do Mestre. Apesar da tarda documentação primeira (1880) no granadino Alarcón, a palavra estaria esparsa já dantes no centro e sul peninsular.

Transmitiu-se pelas falas românicas, cf. a prótese do A, que Coromines via vinda do artigo feminino mal segmentado. Hoje o castelhano *alud* é masculino, mas “em todos os dialetos é feminino, o que leva a supor que também o foi no castelhano”. É, sabida é a deriva castelhana para o masculino nas palavras iniciadas por A, sobretudo tónico, através do antigo artigo feminino *ela* (**ela águila magna* > *el águila magna*, mas **ela arte románica* > *el arte románico*).

Coromines chega aos étimos pré-romanos *LŪTE e *LŪTA, também presentes nas Dolomitas para “declive montês para deitar abaixo troncos cortados” (Vittorio Bertoldi). Omito ementar as formas pirenaicas cruzadas com o basco *elur* “neve”, que desviaram a pesquisa etimológica, mas que cedo carregaram a palavra do matiz dominante de “avalancha de neve”.

*LŪTE e *LŪTA não são vozes latinas. Alpes e Pireneus são montanhas, logo zonas arcaicas com muitos ecos pré-romanos. Quadra a hipótese indo-europeia, decerto céltica. Há rastros neocélticos? Há, à mão do que busque. No gaélico escocês há *lùth* m. “strength, power; força, poder” e *lùth* f. “sinew; fêvera, músculo; vigor”. Dantes foi *lúth* “vigour, energy; velocity, motion”³ As atuais formas escocesas, dos dous géneros, vêm de *LŪTOS e *LŪTĀ. O núcleo semântico é “movimento forte”. A mudança de género é recurso trivial para matizar.

A etimologia indo-europeia é dúbia. MacBain tirou *lúth* de **pleu-* “fluir, correr; nadar” (Pokorny 835-37) no grau zero **plu-*. A queda do P é regular no

² Coromines, DCECeH, ALUD: “desprendimento de nieve”, palavra de origem hispânica pré-romana, irmã do basco *luta* “desmoronamento de terra” e também relacionada com o basco *lurte* “id.” e “alude”, que por sua vez deriva de *lur* “terra” e de *elur* “neve”; parece tratar-se de um tipo pré-ibérico *LŪTE, contaminado nalgumas partes pelo basco (*e*)*lur*.

³ É fonte principal do gaélico antigo R.Thurneysen (1946), *A grammar of old Irish*, Dublin, The Dublin Institute for Advanced Studies. Também H. Lewis and Holger Pedersen (1961), *A Concise Comparative Celtic Grammar*, Gottingen, Vandenhoeck & Ruprecht. Para o gaélico escocês é essencial o dicionário de MacBain, disponível na rede, e *Gaelic Dictionary* de Malcolm MacLennan, Acair and Mercat Press, reprodução fotográfica de 1979 da primeira edição de 1925, Stornoway, Isle of Lewis, Escócia.

céltico. O que pede espaço é o *Ū* longo do étimo suposto. Será um alongamento intensivo, expressivo, pelo notado tamanho da avalanche. Intensificações similares na quantidade vocálica há no pronome pessoal **tu* ou **tū* e no advérbio de tempo **nu* ou **nū* “agora”.

Catrufo

Curioso sobrenome da Corunha. Que significa? A meu ver é singularização de *Quatro-ufos* “quatro aturujos, gritos de júbilo e desafio”. *Ufo* “aturujo” é forma pouco usada, deverbal de *ufar*, sinónimo lucense de *aturujar*, *ular*. Primeiro seriam os *Quatro-ufos*, a família dos dados a lançar *quatro-ufos*, a desafiar. Ao opacar-se o valor lucense de *ufar*, com pronúncia simplificada, passou a *catrufo* para um membro isolado do clã. Nasceria num lucense vindo para a Corunha nos últimos séculos e chegou a ser registado pelo apodo de clã de leve mudado.

Depois de registados os primeiros sobrenomes, a aldeia galega continuou a gerar novos nomes de família já sem registo institucional. Permita-se uma referência pessoal; eu sou da família *de Luís*, mas nos documentos sou um castelhanizado *Martínez* em vez do *Martins* perdido no caminho e recobrado quando publico.

Cortizela

Nome próprio de uma capela da catedral de Santiago de Compostela, que ainda é cabeça de freguesia por na origem ter sido edifício independente, de arquitetura pré-românica. Destruída por Almançor, reconstruída depois como românica e ao cabo integrada na catedral. Fala-se nela por todas as menções terem na sílaba tónica um C escrito. Os textos galegos amiúde foram estragados transmissores da língua.

A meu ver cumpre escrever-se com Z, como fruto do vulg. **cōrticella*, que pede o Z regular. Por que não o regular **Cortezela*? O I românico não é fruto regular do I breve latino. É que **cōrticella* não é latim puro, mas cruzamento do lat. vulg. *cōrs*, *cōrtis* com o homólogo céltico **GORTĪKĀ*, bem documentado na península.

Creme

Sabe-se *creme* vir do fr. *crème*, antigo *craime* e *cresme* (por cruzamento com *chrisma*). *Craime-crème* foi o lat. gálico *crānum* (e *crāmā* f.), em Venâncio

Fortunato no séc. VI. Foi palavra gaulesa, do gaulês KRĀMON, neutro como os mais dos nomes indo-europeus do leite, e também do posterior KRĀMĀ feminino. No português regista-se *creme* em Moraes (1813), mas suspeito entrada anterior segundo o paralelo castelhano, onde *crema* correu nos espanhóis dos Países Baixos no século XVII sem o uso passar à península. Sem desaparecer, por via náutica passou ao castelhano americano geral, que só usa *nata* no arcaico sentido de “tona do leite”, nunca no culinário de “gordura láctea”. No Brasil *creme de leite* sobranceia *nata*, bem que também corra. *Crema* é também qualquer outra gordura alimentícia pastosa como a do abacate.

Houve KRĀMON OU KRĀMĀ peninsular? Houve. Meyer-Lübke, no REW, traz o mirandês “*krama de l’olio* “Ölhefe”. É o *alpechim* “sumo negro e amargo das azeitonas premidas”, outra gordura. Aliás, Bloch-Wartburg, a falar na *crama* “nata” do lago de Como, cita o catalão *gramada* “resíduo do soro”. É que as zonas isoladas e montanhosas (Serra de Mogadouro, Alpes e Pireneus) costumam guardar as antiguidades.

Hoje paira a imagem dos untuosos cremes doces e salgados que o tempo trouxe às cozinhas e mesas. Lá a imagem de KRĀMON e KRĀMĀ era outra; como a *tona*, era a superior película crassa de líquido gorduroso, sobretudo leite. Bloch-Wartburg comparam com o galês *crammen* “crosta de ferida”, o que reduz o valor original a “película superior”. Não vejo ecos de KRĀMON-KRĀMĀ no gaélico antigo. Aí *creme* é *uachtar bainne* “parte-superior ou tona do leite”. O antigo gaélico *uachtar-óchtar* foi em céltico *OUXSTERO-, indo-europeu **oups-tero-*. O mesmo quadro semântico no céltico antigo e parcialmente nas neocélticas modernas.

Ei!

Interjeição para fazer andar os bois de tiro. Não a vejo dicionarizada, mas era bem presente enquanto no campo houve carros de bois. A meu ver não é outro que o indocumentado imperativo céltico, da raiz *ei/i* “ir, andar”. Certo que Ei! devera ter passado para Ê no céltico comum (às vezes para Ī, como em latim). Mas ao interjecionalizar-se pega a obrar o factor expressivo, que tira a voz da esfera de origem e a carrega de nova vida.

Empenar

“Cobrir(-se) de penas; emplumar(-se)”; “torcer-se (a madeira)”.

Vejo que se vem tirando de *pino*, (semi)erudito por *pinheiro*, mas *empenar* não parece palavra das vindas por essa via, é claramente popular. Além disso, fora contraditório *empinar* e *empenar* virem do mesmo étimo. Cumpre logo buscar um étimo regular e popular. A busca não é longa; no REW de Meyer-Lübke temos (4302) **impennare*, derivado do polissêmico *penna*⁴, *pīnna* “asa, pena, pluma”. A ampla polissemia une “asa”, “pena; pluma”, “pá de timão”, “ameia”, e romanicamente “pena, penha”.

Vinculá-lo a *pino* virá da aceção “desviar da linha de prumo” e a sua contraditória vertical. É miragem. Há paralelo na ideia que une “asa” e “curvatura”. O castelhano *álabe* “pá curva da roda hidráulica” deu *alabear* “empenar, curvar-se a tábua de madeira por calor ou humidade”. O caso é que *álabe* parece vir do lat. *alīpes* “alado”. Pouco relevante para a filologia, certa precisão sempre será bemvinda.

Lovelhe

Há confusão entre *Lovelhe* e *Novelhe*. Cuido que o segundo dissimilou aquele, que é o nome germânico de possessor **Liubahildi*, em geral feminino, que também foi masculino, cf. *Leovigildo*, baixo latim *Leovegildus*, que por sua vez parece vir daquele **Liubahildi* “amor-combate”, quer dizer, “luta de amor”.

Mareque, Mareco e Marecos

Falaram-me do nome de família galego *Mareco* (e *Mereque*). A buscar dei no lugar desse nome, freguesia de Sergude, em Boqueijão, comarca de Santiago, Corunha. Cumpre adir *Marecos*, sobrenome em Portugal, e que me informam ser de Guilhofrei, perto de Braga, na Galiza portuguesa. Imediato vem à memória o Juan Carlos Mareco *Pinocho*, polifacético artista uruguaio. Mareco é hispano, hoje concentrado no Paraguai. Bem que há noutros lugares, é raro, sem dados da frequência. É preciso unir *Mareque*, *Mareco* e *Marecos*. Nos dois últimos apenas há diferença de número, mas não se vê o nexo de *Mareque*.

Tirada a origem latina (aí sem base), cumpre passar ao árabe, do que nada sei. A quase exclusiva situação no norte peninsular fá-lo improvável. É possível

⁴ Este insólito timbre leva para um problema da história latina que nos distrai, mas não afeta o caso atual.

que o tema básico seja o conhecido célt. *MĀROS, MĀRĀ, MĀRON “grande”, com tantos derivados nas neocélticas e em muitos dos idiomas de substrato céltico.

E a desinência *-eco*? Vendo vozes de origem céltica com ela (*boneca*, *muñeca*, de *BUDINÉKKĀ através do registado *Bodenecas* e intermédio **bonneca*), chega um *MĀREKKO-, adjetivo de segundo grau, “magnífico”. Como explicar *Mareque*? Há pouco não se sabia que o céltico durara no norte até perto do ano 1000. O étimo imediato será *MAREKKI, que no calaico final viria do nominativo plural *MAREKKOI “os magníficos” ou do genitivo singular *MAREKKĪ “do magnífico”. Pendo ao último: *Mareque* nome de possessor de terra. Quanto a *Marecos*, seria nome de clã, e *Mareco*, a sua singularização. As palavras célticas datáveis nos dous últimos séculos do primo milénio vêm multiplicando-se e notam um céltico antigo insolitamente detido a respeito do mesmo período dos outros dialetos célticos subsistentes.

Môdia

Não lembro onde li que Monteagudo ouvira este sinónimo de *mâmoa* em Vilalva e a variante *múdia* em Baçar (Bazar), freguesia de Castro de Rei. Para além deste apelativo residual, dura como nome de vários topónimos de Lugo, uns poucos no norte pontevedrés e algum corunhês. Também no sobrenome lucense Môdia (escrito Modia). O confronto das escritas *Módea*, *Modia* e *Mudia* mostra um O tónico fechado. Aclaro que como sinónimo de megálito não aparece nos léxicos e dicionários, tanto portugueses, em geral, quanto galegos.

Sem mais dados léxicos nem étimos latinos, vou dar um passo nas trevas. A italiana *Mòdena*, sita no que foi o sul da Gália Cisalpina, que dantes foi *Mútena*, segundo os gregos Μουτίνη, Μοτίνη, Μοῦτινα, latim *Mutīna* e etrusco *Mutna*. Ainda não se sabe decerto donde vem. Arrisco ser o gaulês cisalpino **Mútēnā*, interpretável pelo gaélico *moth* “pénis”, “o que é masculino”, mesmo “homem”, do céltico **mutos*, irónico ou paradoxal nos afins latinos *muticus* e *mutilus* (Pokorny 753). Se atino, aqui estava o valor direto de saliência, o da tona da terra nos túmulos ou de órgão saliente. Na Itália seria “(a vila) masculina, de varões por excelência”, nome de alarde guerreiro comum nos célticos. O **mútēnā* calaico falaria em fálicos menires. De **mutos* também pudera vir *múdara*, talvez desse radical com o sufixo átono *-ro*, que se unia a temas verbais.

Mofar “bolorecer” e Mofar “escarnecer”

Em geral julgados criações expressivas, não vejo opiniões que os vinculem. A falar no segundo, em castelhano, Coromines cingiu-se a dar-lhe origem expressiva. Parece-me que não se podem separar de *mofo*, do que são verbos denominativos. Do ponto de vista semântico o mofo vê-se sempre como degradação da matéria em que sai. Havida conta do que se diz a respeito do riso ao tratar o cast. *tomar el pelo*, é claro que *mofar* “criar bolor” gerou *mofar* “escarnecer”. Dera obscuro porque a original construção transitiva “degradar alguém” mudaria o regime para transitivo indireto para melhor manter com univocidade o sentido escarnecedor. Assim *mofar-se de* foi próximo de *rir-se de*.

Mofo “bolor” é antigo na península. Há documentos do séc. XIII em castelhano e sem dúvida é antigo também em galego-português apesar da falta de documentos, explicável em assunto não nobre. O étimo seria **muffo*; **mufo* daria **movo*. Na Itália houve *muffo*, antiquado, mas há *muffa* e *muffare*. Alemão e neerlandês têm formas com *muff*-. Os alemães defendem a origem germânica. A tese expressiva paira no sul, enquanto não se dê com étimo plausível, que talvez exista com acréscimo expressivo. Imagino um eco da raiz **smeugh-/ smeug-* “fumo; fumejar”, que em céltico aparece sem o S-. A ideia de bafo sói acompanhar amiúde a de bolor. Mas apenas é uma hipótese ainda não desenvolvida.

Nata

Nata é comum nas línguas hespéricas do espaço europeu. Cria-se de origem semítica, por analogia com o lat. *mappa* “pano”, de étimo púnico e M-N alternante, cf. fr. *nappe*, donde ingl. *nap* e port. [*guarda*]napo). *Mappa* tem étimo e *natta* não, mas certo é que *natta* partilha a alternância M-N, cf. o REW de Meyer-Lübke⁵.

Natta sai em Gregório de Túrones (séc. VI) e parece-se com *matta* “storea,

⁵ Meyer-Lübke, REW, 5424. *matta* “Decke”, 2. **natta*.n 1. Aital. *matta*, siz. *matta*, neap. *matte* “Schar”, “Menge”, “Vereinigung” (meist in schlechtem Sinne), sublac. *matte* “Bündel”, altabruzz. *matto* “düres Reisig, das verbrannt wird”, velletr. *matto*, abruzz. *matte* “Strauß”, log. *matta* “Gebüsch”, “Baum”, frz. *matte* “geronnene Milch”, nprov. *mato* “Grasziegel”, “Heu- und Stroschober, die miteinander abwechseln”, “Algen”, katal., span. *matta* “Gebüsch”, “Strauch”, “Staude”, portg. *mata* “Wald”, “Holz”. – Ablt.: frz. *maton*, katal. *mató* “geronnene Milch”, “Lab”, wallon. *matō* auch Schneeballenstrauch”, lyon. *matō* “Rüibölkuchen”; frz. prov. *mat* “kompakt”, “fest” Dict. Gén. 2. Frz. *natte*; lomb. *nata* “schlechter Käse”, katal., span., portg. *nata* “Rahm”. – Ablt.: span. *nateron* “Streich- käse”...

tecido de vime ou esparto para tapete ou cama; cobertor”. Coromines une-o a *mato* (v. *mata*, *mato*, *matilha*). *Natta-matta* põe duas questões: a) a alternância M-N, e b) o sarilho semântico das palavras reunidas por Meyer-Lübke.

a) Primitivas são as formas com M-, de Itália, Hispânia e França, e mudadas as de N-, de França e Hispânia, de substrato céltico. No Império falava-se latim mal-aprendido no quadro de céltico a recuar e germânico a crescer no seu lugar. A mistura criava confusões e diferenças que serviam a distinguir significados.

b) *Mato* e *mata* são família viçosa, hispânica... e do sul da Itália. Coromines destacou os registos velhos ser coletivos: “grupos de árvores, pessoas ou animais”. *Ser mato* inda é “existir em abundância; ser grande, *bom* golpe”. O cariz coletivo tira a tese púnica, metáfora insólita no torrão, apenas apoiada nos usos castelhanos. Hispânia parte do céltico e Itália do osco, com a raiz **mā-* “bom”. Veja-se *mata* e *mato*.

Afim a *matta* é *nata*. Além de velhos coletivos e valores atuais, *matta* deu termos lácteos: fr. *maton*, cat. *mató* “leite preso”. É claro *mato* e *mata* virem de palavra-ônibus, expressiva ou intensiva, qual *aquelar* e *aqueloutro*, fruto da preguiça linguística em meio confuso. Em *mato* foi intensiva; em *nata*, de excelência. A *nata* vê-se na península como a *flor* do leite. *MATTĀ* era “muito boa”, e *natta* é a melhor parte do leite. O adjetivo *MATTĀ* concorda com nome feminino. Não seria o nome céltico do leite, neutro na mor parte das indo-europeias. Talvez **RASNĀ* “parte”. Destaca a diferença entre “nata” e “leite preso” o sufixo latino *-ōne-*, intensivo.

Pala “cova”

Medo dá a palavra e poucas opiniões se emitem. Os léxicos galegos, no meio da confusão com o castelhano *pala* “*pá*”, definem-na “cova; saliência de pedra que serve de abrigo; buraco sob as pedras onde há trutas”. Leite de Vasconcelos viu-a no norte de Portugal e falou no significado translato de “dólmen”.

O íngreme da cousa faria poucos penderem a supô-la pré-romana, sem passar daí porque o P tolhia crê-la céltica. Arrisco-me a supô-la do lat. *palla* “peça de tela”, antigo na língua, que deu *pallium*, de muito uso. O sentido de “veste” é próximo do de “cobertura”, claro em *pálio*. As incertezas rodeiam, mas continuemos.

Opor-se o *togātus* latino ao *palliātus* grego fez buscar o esquivo étimo grego. O Ernout-Meillet propõe o gr. φᾶρος “peça de tela”, tomado em data arredada através do derivado **pār(u)lā*. O latim que entrou na terra calaica era arcaico, republicano. Não é logo ousado supô-lo tomado rápido no sentido de “abrigo, cobertura”.

PÂNDEGA, PANDEGAR e PÂNDEGO

Documentam-se tarde, em português comum a meados do séc. XIX⁶ e nos falares galegos no XX (*pândiga* e *pândigo*)⁷. Apesar disso não tenho dúvidas de serem palavras patrimoniais de origem latina vulgar, que pela semântica muito popular não atingiram registo. Machado duvidava qual dessas palavras foi a primeira.

Julgam-se de origem obscura, bem que alguns tirem *pandegar* de **panticare* “encher a pança”, inviável na gramática histórica. É preciso buscar nos vocabulários latinos. Cuido que primeiro foi *pândega*, vindo de um vulg. **pandica* do mesmo valor. **Pandica* era o próprio do *pandex*, que segundo o CGL era “*qui semper pandit ora ad potandum*”, isto é, “que sempre põe a boca (plural coletivo) para beber”⁸. Hápax que fala num amigo do folguedo ou *pândega*. Li-o no Ernout-Meillet, no verbete de *pandere* “tender” e *pandus* “curvado”. *Pandex*, -*dicis* “amigo da bebida” deu **pandica*, donde nosso *pândega*. *Pandegar* é denominativo de *pândega*. Enfim, *pândego* “afeito às pândegas” é decerto o último elo da cadeia românica.

Pataca

Reviravoltas de uma palavra

Pataca é o nome galego usual da solanácea que é *batata* em português. Esta, de origem taina, não tem oposição na língua comum, mas aquela envolve enigmas que é interessante indagar. A história do *solanum tuberosum* começa no planalto andino central, donde é a palavra quéxua *papa*, espalhada na América castelhana e cantos do sul ibérico. Portugal tomou a taina *batata*. Trás a vagarosa expansão do tubérculo, pelo que tantos povos fugiram da fome, da mistura de *batata* e *papa* saiu o castelhano europeu *patata*.

⁶ Segundo Machado, *pândega* em 1854 e *pândego* em 1857.

⁷ Em Anibal Otero e Eládio Rodríguez González.

⁸ *Corpus Glossariorum Latinorum*, V, 608, 15.

Estamos a aproximar-nos da palavra misteriosa. Donde o galego *pataca* “batata”? Soa próxima de *patata*, do superestrato castelhano, e contudo o aldeão galego aí quis ver outro do seu entorno, as *patacas* “moedas de valor vário segundo as épocas”, afirm a *patacão* que em geral é “peso forte” no castelhano.

As palavras *pataca*, *pataco* e *patacão* não parecem autóctones; vêm da Provença ou da Itália, onde são mais antigas. A imediata etimologia viu-a Coromines com dúvida. Pensava se quadrava ligar ao catalão *patac* “golpe violento”, para ele onomatopaico. Não duvido desse nexos e cuido que não era onomatopeia.

Quadra trazer o alhures dito de *pata*, *pátio*, etc. Breve, lá seria um adjetivo intensivo tirado de *pata*, que expressava o golpe dado com esta, algo como *patada*. Cuido ter provado *pata* vir de *platta* “chata”, vulgar alusão à planta do pé na boca de bilíngues celto-latinos. O sufixo deveu de ser *-[a]cca*, geminação intensiva do sufixo *-ca*, decerto céltico. A moeda, dantes única forma do dinheiro, era redonda e chata, e o pagamento amiúde ia acompanhado do golpe da moeda na mesa do jogo ou do trato.

Ao ouvir *patata* os aldeãos galegos escutaram a palavra *pataca*, tão próxima no som. Além dessa afinidade, as *batatinhas*, *balocas*, batatinhas novas ou *pommes de terre noisettes* tinham cores e tamanhos próximos às humildes moedas de cobre que eram as que eles melhor conheciam.

Pátio, Patim e Patamar

A pesquisa não pode ignorar os frutos da etimologia de *pata*. Um golpe de fortuna fez-me ver que *pata* não se pode separar do étimo **platta* “chata” tal qual o galego *pouta* não se afasta de *plauta*. A semântica próxima pôde resultar do cruzamento que via Coromines, mas creio que o que se oculta na equação na verdade foi a redução provinciana do grupo PL. Tardei a ver que as palavras a estudo também foram atingidas pela redução e que também contêm o tema de *pata*.

Em *pátio* Coromines via a ideia original de “pastiçal”. O que eu vejo é “terreno sem cultura nem edificar”. O espaço cultivável ou edificável tem provável cariz chão, plano. Ora bem, Coromines bem via o berço de *pátio* ser a Provença, onde surge e a explicação dá coerente. O curso seria: vulg. **plattus* gerou o local **pattu-*, e estoutro adjetivo de segundo grau **pattuu-*, donde provençal *patu* [patü], depois *pati*, passado ao catalão *pati*, e depois ao

castelhano *patio*. O português pode ter vindo daí, mas é provável vir direto pelo caminho de Santiago, o que explica a abundância de palavras afins na nossa língua: *patim*, *patamar* e *pataréu*, todas para chãos no alto de escadas. *Patim* desloca o tom e parece diminutivo. Virá de **pattuīnī*, nominativo plural, logo “patamarinhos, chãozinhos no alto das escadas”. *Patamar-patamal* é obscuro. Arrisco o de vir de um híbrido lat. vulg.-célt. **pattomārī* ou **pattuomārī* “chãos grandes”, plural do composto de **platto* ou **plattuo* mailo céltico MĀRO-.

Pataréu é difícil. As palavras em *-éu* soem ser empréstimos, fora *céu* e alguma outra. *Pataréu* sai no XVI e é logo a de mais antigo registo. Talvez de um provençal **patarel* de L muito velar, vindo de **pattarellu-*. A documentação escassa tolhe avançar. Muito resta por estudar, mas a fenda aberta parece fértil.

Queição, Cainço e Caniço

No galego-português, reino da paretimologia

Em 1984, no 1º congresso reintegracionista em Ourense, conheci a já famosa romancista Maria José Queição (Queizán). Intrigou-me o sobrenome, mas adiei a pesquisa. Interpelado sobre a origem, dei num osso duro de rilhar. O perfil galego oculta um mistério de difícil iniciação. Sem topónimo sabido, quase sem apelativo afim, fui de balde por latim e românico e optei pelo substrato, cheio de paretimologias na luta da língua conhecida, latina, com a quase ignota, céltica, tanto tempo geral na Europa. Desta há rastros certos da dura no norte hispano até o 1000, como provam *Orraca*, *esquerda*, *Samos*, *samborinha* e mesmo *Ancares*. Mas vamos ao caso atual.

No galego-asturiano de Acevedo⁹ dei em palavras que orientam: *queiço*, *queiças* e *queiçada* (*queizo*, *queizas* e *queizada*) “tecido de tojo ou tábuas para a traseira do carro”, “espécie de ladrais (xelmas) de varas tecidas” e “carro carregado até a borda”. *Queiçada* supõe **queiçar* “pôr *queiço* ou *queiças*”. *Queiço* e *queiças* são o geral *xalma-xelma* e galegos *ladrais* e *cainços*. Damos na estranha vizinhança de *cainço*, que põe uma encruzilhada: *caniço-cainço* “entretecido de *canas* ou *vimes*”, de alternância inexplicável na gramática histórica. *Caniço* é de **cannīcius* (Meyer-Lübke 1604). Para além do som

⁹ Bernardo Acevedo Huelves y Marcelino Fernández Fernández (1932), *El vocabulario del Bable de Occidente*, Madrid, Junta para la ampliación de los estudios e investigaciones científicas, Centro de Estudios Históricos.

próximo, *cainço* pede mais que o *deus ex machina* rguido por Coromines: vulg. **canīciu-*, que aqui não vale. Houve paretimologia e volvamos às origens.

HIPÓTESE CÉLTICA: Vejo o gaél. *cáech* “cego; vesgo”¹⁰. Que foi “cego”, cf. o lat. *caecus* (que não é do caso; no tempo da latinização Æ já era um E aberto). *Cáech* foi o céltico **KAIKO-*. Segundo as etimologias calaicas citadas, tal perfil durava no calaico final. Forma prima seria *queiça*, vinda de **KAIKHĀ*, donde o gaél. *caíche* “cegueira”. “Cegar” foi “fechar”? O francês *fermer* é as duas cousas, e no castelhano também; não vejo a equação nos léxicos portugueses, mas vive no galego de Estraviz. Ora, como salvar o trecho morfológico e semântico que medeia entre *Queiçã*, *queiço* e *queiças*? Era *queiçã* o artesão que fazia os fechamentos? É possível aí termos o perdido nome desse ofício. No tempo de convívio das línguas, o calaico **KAIKHĀIKOS* passaria ao híbrido local **KAIKIANOS*, donde o românico **caičanu*, depois **queiçãnu*, e mais tarde o nosso *Queiçã*.

Donde Cainço e Quenço?

Cuido que o mistério da relação de *caniço* e *cainço* desvenda-o o cruzamento de *caniço* com **queiço*, precipitado pelos significados iguais e sons próximos. No cruzamento houve diversos graus. Os léxicos têm *cainço*, *cainças* e *quenços*, a designar vários tipos de grades e tecidos de *canas*, vimes ou varas, para cercar espaços ou aplainar terras. Os misteriosos galego-asturianos *queiças*, *queiço* e *queiçada* são frutos regulares do calaico **KAIKHĀ*. O seu arcaísmo é o dos territórios periféricos na teoria das ondas. Sem norma culta, os falares galegos guardaram vocábulos que a norma excluiu e que se implicaram vegetalmente. Elo da cadeia é *quenço*, registado por Valadares em 1884. Aí a nasalidade dos sinónimos *caniço* e *cainço* determinou a queda do ditongo EI. Em *cainço*, de vogais em hiato, a nasalidade perdurou provavelmente por influência de *caniço*. Mas na verdade a sequência cronológica é difícil de discernir. A mistura deveu dar-se nos remotos tempos bilíngues. Talvez soe arcaísmo desprezível, mas o certo é que é uma maravilhosa máquina do tempo que permite resgatar do olvido tesouros dignos de memória.

¹⁰ J. Vendryes (1987), *Lexique Étymologique de l'Irlandais Ancien*, lettre C, par les soins de E. Bachellery et P.-Y. Lambert, Dublin Institute for advanced Studies-Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.

Sepúlveda

As Sepúlvedas de Segovia e Salamanca vêm de velhas *Seppobrigas*. Sem entrar nos primeiros registos, deixo constância de dados que levam à etimologia. Sem dúvida é topónimo céltico, como prova o frequente *-briga*, que trás hesitações deu claro ser o acusativo (BRIGAN sem nasal final) do nominativo BRIXS, “castro; altura; vila alta forte”, cf. o par germânico *burg-*. O problema é que o céltico apresenta a perda do P desde os primos registos na Idade do Ferro. Foram os celtas alpinos que a espalharam pela Europa. *Ledesma*, do indo-europeu **Pletisamā*, revela o processo. Mas não sempre o P caiu. Josef Bruch viu que o pretónico -PN- deu -PP¹¹, cf. DRAPPOS “pano”, de **drapnós*. Daí vêm *trapo* e frs. *drap* e *drapeau*.

O primeiro membro do composto (que o céltico acentuava sempre na vogal temática) seria **SEPPÓ-*, mas este não dá a resposta, que temos com **SWEPPÓ-*. E assim **SWEPPÓBRIXS* seria “castro do sono”. Ficam duas dúvidas por dissipar:

1.º A semântica, tão estranha para o nosso tempo, e

2.º O gaél. *súan* “sono” vem do célt. **SWOUNOS*, indo-europeu **swópnos*, que não explica a conservação do P. A chave é a posição do tom. **SWEPPÓBRIXS* deslocou o tom por ser composto. Os compostos sempre tinham o tom na vogal temática do primeiro membro. **SWEPPÓBRIXS* logo vem de um **swepnóbhr̥ghs*. Além disso, a vogal E é própria da flexão verbal. Com efeito, é melhor traduzir “castro do dormir”.

Que era “castro do dormir”? Lembre-se os poderes curativos que os antigos atribuíam ao sono e ao sonho, na Grécia com Asclépios e o que se sabe da sua arte de curar. Entre os celtas temos o que permite entrever o topónimo galego *Içobre*, de **Ikkióbrix* “castro da curação” e estas *Sepúlvedas* “castros do dormir”.

Taranhos, Taranheira

Monteagudo supunha que os topónimos menores *Taranheira*, *Taranhos* e *Tarreira* (de Costa, Goiriz e Lanços, freguesias de Vilalva) puderam unir-se aos salmantinos *teriñuelo*, *tiriñuelo*, *туруñuelo* nomes para dólmenes. A hipótese não tem base nos léxicos portugueses e galegos; nunca é “megálito”. O que é que há na Galiza é outro, bem que isoladamente. Aí *taranheira* é “terra má” (Aníbal Otero e Elígio Ribas), *taranheiro* e “terra má” (Elígio Ribas) e “terra má deixada

¹¹ Josef Bruch, *Zeitschrift für Romanische Philologie* XLI, pp. 687.

a bosque” (Constantino Garcia). Apesar da rareza e isolamento, a extensão territorial é ampla, e também a de *taranhal* “id.”, a abranger quase toda a Galiza.

O sentido “terra não lavrada, de bosque e mouta” é claro em *taranhal*, *taranheira*, *taranheiro* e também de *taranjolo* (por **taranholo*). Todos virão de **taranha*, e esta de **tearanja*, fruto direto do vulg. *tēla arânĕa* “teia de aranha” (lat. *arânĕa* “teia de aranha”, *arânĕus* “aranha”). Logo é uma metáfora, sumida, das moutas e florestas selvagens comparadas com teias de aranha.

Castelhano “Tomar el pelo”

Este “apossar-se do cabelo” é frase exclusiva do castelhano para “mofar-se, rir de alguém”, e guarda mais do que mostra. Uma olhada rápida não revela hipóteses firmes da sua origem. Apesar da falta de dados antigos, conjeturo que é das origens desse idioma. Os étimos de *muchacho*, *mozo* e *chamorro* significavam “rapado” e “jovem”. Dantes os impúberes eram rapados. E nas línguas próximas os nomes para “servo” ou “escravo” vêm dos da mocidade: lat. *puer*, *puella* é “menino, menina” e “escravo, -a”. Na Argentina a criada doméstica é a *muchacha*, o criado do café é *mozo*, e *che*, *pibe!* é uma humorística piscadela de humilhação. As línguas indo-europeias associam-no siempre. Dumézil notou os senhores serem ditos “velhos”, sinónimo de “poderosos”. Ao invés, o povo que não governa era “jovem” com nota de “submisso”. *Tomar el pelo* fica claro. Foi “rapar” e a par “submeter, escravizar”. Falta precisar um par de aspectos: a) o velho valor jurídico de *tomar*, muito bem estudado por Coromines no DCECH, e b) o humor e a humilhação envolvidos, que nos embrenham no obscuro e debatido tema do riso.

Na frase hoje domina o humor, trás esvair-se o ríspido passado escravista. A cultura varreu da consciência o facto humano do riso, bem que algo anda a mudar. Eis *Il nome della rosa* de Umberto Eco e a *Via Láctea* de Buñuel. Aquele supõe a censura cristã do riso e o filme sustém que Jesus também ria. Tento definir o riso: *súbita e profunda sensação de prazer, manifesta em reflexos físicos*. Hobbes falava na *glória súbita*, paixão de grata superioridade ante mal ou defeito alheio, do que o que ri se sente isento. O génio atinou na origem; mas talvez o sentido de superioridade não esgote o elenco de causas. Só rimos os humanos e a par o riso é fenómeno involuntário; logo será toco de um processo evolutivo em nós virado. A análise do lado físico quiçá ajude: há pulsar do diafragma que parece dispor o fôlego para a carreira; há contração de músculos faciais e arreganhar de dentes.

Tudo próprio do predador encurralando, fascinando e paralisando a preia. O riso é herança da perseguição venatória, já longe dela e aberto a novos horizontes. Ouvi a ideia a Wimpi, jornalista e pensador uruguaio, apesar de que seu popular ensaio *La Risa* siga mais Bergson do que Hobbes. Além de arfar e arreganhar, notória é a risada, rítmico som exalado, complemento do pulso diafragmático. É exatamente o que se diz *riso*, franco e ostentoso, cujo intuito foi *amedrontar* a preia; ouvido, punha temor. A risada já é cultural, menos arcaica que os reflexos musculares, mas insinuada nos primates. O dito fala na origem e em muitos dos risos, mas no meio da definição talvez deva pôr-se o resultado, o *prazer*, que foi pressentimento de comida e hoje é sensação de superioridade ou a glória de ver-se livre do mal visto. Mas é também certo rir com glória súbita o infante com o prazer do alimento e a limpeza. E riem os adultos com o chiste vermelho não agressivo. Se é o prazer o que dispara o reflexo, talvez deva estar no nó da definição, em vez da causa que lá o gerou, bem que esta perviva no inconsciente e amiúde ainda o dispare.

Vi nojo visceral ante a paixão de superioridade. Soa soberba. Querem que o riso seja “humano e espiritual”. É, em nós libertou-se do cenário restrito e dá-se em contextos complexos e abstratos. O especial do ser humano não é a razão, já incipiente nos primates superiores; é aplicá-la a contextos ilimitados. O humano pode preten-dê-lo tudo, ser herói, traidor, santo, perverso, alta dignidade ou vil escória. Animal quase expulso da natureza, leva a herança animal sem a materna desculpa dos instintos, cómodos padrões de conduta herdados, e está obrigado a escolher e lavrar o seu destino à intempérie.

A pessoa pode *rir de ela mesma*, projetando a mágoa que reconhece e libertar-se. Há sorriso humanista, doído ante o erro alheio, compassivo, sem escárnio. Há riso estulto do que se crê superior, e riso cruel, sarcástico, próximo do reflexo pré-histórico, mais perverso que animal. Há risos tantos quantas possibilidades a condição humana tem. A complexidade humana gerou risos de puro prazer, como o de bebé – que nada inferioriza nem reprime – que nota a glória súbita de estar no mundo a que se assoma, por não falar do chiste vermelho. A glória súbita é às vezes erupção de grato sentimento de superioridade, outras só de libertação. Os gregos diziam com ἄρρεστος γέλως “inextinguível riso” rirem os olímpicos, super-homens livres da condição mortal. A sondagem no mundo grego, um dos subsolos da nossa cultura, nota que houve algumas aproximações ao riso melhor integradas do que a nossa.

Tona

A origem céltica de *tona* é sabida, o étimo exato não. Duas palavras célticas caíram em homofonia e foram imiscuídas. O fruto **TUNNĀ* era tanto “pele, película; superfície (da terra)” quanto “onda”. Semanticamente a mistura foi fácil; as ondas são a tona das águas. Vendryes cuidava **TUNNĀ* “pele” vir de **TOND-Ā*, raiz *tend-* “cortar”, cf. gr. τένδω, lat. *tondeo*. A sorte posterior de **TUNNĀ* “pele” foi vasta, cf. ant. fr. *tonel* (hoje *tonneau*), donde *tonel*. De “pele” passou a “odre” e, trás inventar-se os barris de aduelas e aros, a estoutros continentes de vinho. Mas a origem de **TUNNĀ* “onda” fica incerta. As opiniões variam, ou **teu-* “inchar” (Pok. 1082), logo de de **TUS-NĀ*, ou **snā-* “nadar; flutuar” (Pok. 972), logo de **TO-SNĀ*, de preposição *TO* e aquele tema verbal. No caso da gordura láctea, cuido termos a primeira das **TUNNĀ*, “pele, película”.

Traquinar

“Ser irrequieto, intrometido; fazer travessuras”, É palavra sem étimo conhecido. Julgam-no denominativo de *traquina* ou *traquinas* “irrequieto, turbulento”. Ao invés, cuido *traquina* ser deverbal de *traquinar*.

Surge tarde (Morais, 1813), mas a frequência no Brasil faz recuar a existência ao menos ao séc. XVIII. O lucense Aníbal Otero – copilador fiel e etimólogo audaz –, é único a registá-lo na Galiza. Traz *traquinar* (e *traquiñar* “afadigar-se”¹²). Propõe um étimo insólito, mas atina ao comparar *traquinar* com *entirquinar* (sic). Cuido que acertou e confesso-me surpreendido, vistas suas etimologias algo disparatadas. Porque com efeito *traquinar* evoca o galego *enterquinar*, que cuido vindo do catalão.

Traquinar empréstimo galego oral à língua comum? É possível, de veloz difusão. Como mudou *enter-* a *tra-*? *Enterquinar* na consonântica Lisboa soaria [en̪t̪ɾ̪ɐ̃k̪ɨ̃n̪ãr] e escrito **entraquinar*. Outro rumo fora *entrequinar* cruzar-se com o expressivo *traque*. Em qualquer caso, **entraquinar* terá soado a “pôr em”, que levaria a tirar o *en-* gerando o secundário *traquina*.

Enterquinar parece ter sido trazido para a Galiza pelos catalães imigrados nos séculos XVII e XVIII. Lá seria “irritar, enfastiar”, hoje só “enfastiar, amolar”. Há declínio natural na semântica de um vocábulo sem família visível. Assim passou de “irritar gravemente” ao atual “irritar de leve”.

¹² Vale pelo cast. *ajetrearse*.

Zombar

De origen controversa, Coromines meteu-o no saco das palavras expressivas. A expressividade é importante, mas às vezes fala-se nela para suspender a pesquisa. A vizinhança de *zumbir* e *zunir* facilita o atalho. No castelhano é claro que *zumar* é também (hoje menos) “mofar, ludibriar”. O nosso *zombar*, apenas “escarnecer”, aparece em Gil Vicente: *Mas zombai, senhor, zombai* (1526, *Farsa dos Almocreves*) e dá isolado.

Cuido que há espaço para continuar a busca na série de palavras de perfil similar e semântica afim, julgadas expressivas. Os dados coligidos por Coromines (DCECeH, *zumar*) notam uma cena que, mesmo se a origem fosse expressiva, recua o étimo ao tempo romano. O inglês *to jump* não pode afastar-se do sardo *iumpare* e o italiano meridional *dzumpà*, todos “saltar”. São ondas marginais a marcar a distância do afastamento. Suponho um vulg. **iumpare* “saltar”, cujo eco levariam a Britânia os anglo-normandos. Fica a expressividade mas a fonte recua no tempo.

Há outro grupo, gascão e basco, onde o sentido é “balançar; embalar”. Copio de Coromines: “gascão *jumplà* “mexer; balançar”, bascos *junphatu* “balançar-se na redeioça; embalar no berço” (baixo navarro e suletino), *junpa* “redeioça” no suletino e no baixo navarro de Amikuse e “berço” ao sul em Baigorri”. Coromines a seguir ementa formas bascas cruzadas com outras raízes, sempre dos valores notados. O arcaísmo destes vocábulos explica-os a montanha, que sempre guarda as ondas antigas.

Há outro grupo semântico que ainda não foi estudado. Sem registos antigos, as velhas falas galegas têm outro sentido constante. Aníbal Otero, etimólogo fraco e copilador fiel, recolhe *zomba* “curvatura, vergamento das árvores ou das tábuas”, *zombeiro* “messes ou ervas húmidas e pesadas (logo vergadas)”. Com U, *zumbelo* “lombinha pequena” e *zumba* “funda”. Tudo é “vergar” e “curva”. Elgíio Ribas recolhe em Ourense *zomba* “lingueta dos sapatos; funda; remendo de coiro no calçado”. Enfim, Bernardo Acevedo, eunaviego de Boal, recolhe *zumbano* “bem húmido, que não arde”, que A. Otero também anota. Para além da origem, expressiva ou não, este grupo é coerente no valor de “curva” e “vergamento produzido pela humidade”.

A chave será semântica. Que mais antigo, “saltar”, “balançar” ou “vergar pelo peso”? Dou num modelo que talvez ajude. O castelhano *columpiar* “balançar na redeioça” veio do leonês *columbiar* e este do astur *columbar*, do grego κολυμβᾶν “mergulhar-se; nadar”. O curso é “saltar na água” > “balançar, mexer”. “Saltar” tem a nota de queda, é “saltar sumindo-se”. Conforme o modelo “saltar caindo” > “balançar, mexer”, o grupo de *jump* e *iumpare* parece mais antigo que o pirenaico. Mas aquele tirou a nota de queda do “saltar caindo”.

O grupo do noroeste hispano, também arcaico, guardou e intensificou a nota de queda, chegando ao simples “cair” e “vergar”. Como vimos em *mofar*, os verbos para “rir” implicam a degradação do objeto de riso. Logo não duvido que *zombar* vem do antigo *zombar* “vergar (pelo peso da humidade ou por outras causas)”, que passou das aceções materiais às morais, a “degradar, escarnecer”.

Conclusões

- 1) Na ordem do meu interesse, destaco as que têm relação com o *riso* (“tomar el pelo”, *mofar*, *zombar*), que definem um fenómeno esquecido na cultura e tão importante para a verdadeira ciência antropológica, na que haverá convergir do saber religioso preterido com a mais nova psicologia objetiva num quadro holista.
- 2) Na perspetiva linguística histórica, reivindico as interjeições, humildes, esquecidas, desdenhadas e contudo tão valiosas para penetrar em tempos inacessíveis por outras vias. A humildíssima *ei!*, em muitas línguas mero elemento vocativo, sai do esvaído mundo da aldeia galega como uma escavação na pré-história junto de *arre!*
- 3) Também penetram no passado céltico invisível *Airão*, *alude*, *Mareco*, *Queiçã* e *Sepúlveda*.
- 4) Aquém do tempo soberano, já metidos na mistura imperial, há os derivados de *pata*, isto é, *pátio*, *patamar*, *pataréu* maila *pataca*. Pertence a esse espaço *tarantal* e os seus derivados.
- 5) Revela muito do comércio linguístico na raia galego-portuguesa o obscuríssimo catalanismo *enterquinar*, que se atino é a origem do português comum *traquinar*.

Referências

Fazer prolixa a bibliografia é-me impossível por repetir variações das minhas obsessões. Declaro livros, não artigos.

Quadros de gramática galega, impressos em Buenos Aires em 1992, 1993 e 1995. Mero instrumento didático para os cursos, como gramática está ultrapassada.

Conjuro da Queimada, ilustrações de Drusila, generosa plástica que me pediu abundantes textos. Andrómeda, Buenos Aires, 2008.

Ensaio de Gramática do Céltico Antigo Comum, Edições da Galiza, Barcelona, 2008. Sem gralhas

As Tribos Calaicas - Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos, Edições da Galiza, Barcelona, 2008. Suponho ser meu contributo à história. Saiu com muitas gralhas, o que se corrigiu na difusão na Rede, disponível em vários sítios, alguns gratuitos e outros não.

Edição reintegrada e com notas dos *Cantares Galegos* de Rosalia de Castro (2009), primeiro volume de Clássicos da Galiza, coleção da Academia Galega da Língua Portuguesa, Barcelona, 2009.

Edição reintegrada e com notas das *Folhas Novas* de Rosalia de Castro, 4º Clássico da Galiza da Academia Galega da Língua Portuguesa, Barcelona, 2011.

Etimologias Obscuras ou Esconsas, Academia Galega da Língua Portuguesa, Padrão, 2015. Bela edição em livro que agora vai ser acrescentada. Para melhor e maior difusão está na Rede em dois sítios. Muitas etimologias já foram apresentadas nas Atas dos Congressos reintegracionistas da AGAL

Inédita

Religião e Mitologia dos Povos de Língua Céltica, inédito como livro, mas fotocopiado para os cursos e subido à Rede no sítio adigal.org.ar.

Limiares da Cultura e outros ensaios (e as quatro primeiras narrações da epopeia pancéltica com provas dela na península), também inédito. Só difundido por partes nos 43 anos de cursos de idioma e próximo a aparecer em castelhano.

Tradução de *En las Orillas del Sar* de Rosalia de Castro, dívida adiada do galeguismo. É talvez o maior dos seus livros e ouso dizer que traduzido soa melhor, pelo peso do substrato galego no seu castelhano local. Deve editar-se nas duas línguas, castelhano nas folhas pares e português nas ímpares.

Mais biodados no vol. 2 do BAGLP.

HIGINO MARTINS ESTEVES

Higino Martins Esteves, académico da AGLP, galego nado em Buenos Aires, advogado e licenciado em Filologia, foi titular de *História da Língua Castelhana, Introdução à Linguística e Filologia Românica* na Universidad del Salvador, de fundação jesuítica. Desde 1977 leciona português da Galiza em instituições galegas de Buenos Aires, e desde 1004, estudos célticos no Instituto Argentino de Cultura Galega.

**Johan Vicente Viqueira
e a Comunidade
Lusófona da Galiza (e II)**

António Gil Hernández

Resumo

No artigo procura-se expor quais foram os fundamentos teóricos (e mesmo filosóficos) que Johán Vicente Viqueira (Biqueira) repetidamente utilizou para evidenciar que a Galiza frui da condição nacional, ligada intimamente à sua integração na Comunidade lusófona (e lusógrafa), de que, junto com a atual região do norte português (*usque ad Mondecum*), foi Mãe e Senhora.

Palavras-chave

Galiza, Comunidade lusófona, evolução criadora, projeto político, autonomia integral.

Abstract

The aim of the article is to state the theoretical (and even philosophical) foundations which Johán Vicente Viqueira (Biqueira) repeatedly used to evidence that Galiza enjoys a national condition, intimately linked to her integration into the Portuguese-speaking (and Portuguese-writing) Community, of which, together with the present-day region of northern Portugal (*usque ad Mondecum*), she was Mother and Lady.

Key words

Galiza, Portuguese-speaking Community, creative evolution, political project, total autonomy.

Ao Prof. Celso Ferreira da Cunha,

que, em congruência com os saberes romanistas, sustentou a opinião razoável de que *zelar pelo enriquecimento, aperfeiçoamento e difusão da nossa língua é, antes do mais, um ato patriótico, que visa evitar que se torne ela um mero instrumento de comunicação elementar entre os seus usuários.*

Tenho uma razão fundamental contra a ortografia fonética: admitindo-a apartar-nos-íamos do mundo linguístico inteiro. E isolar-se é morrer! Nenhuma língua se escreve foneticamente. Sobretudo isolar-nos-íamos do português. O galego, não sendo uma língua irmã do português, senão uma forma do português (como o andaluz do castelhano) tem-se que escrever, pois, como português. Viver no seu seio é viver no mundo; é viver sendo nós mesmos!

Johán Vicente Viqueira em *A Nosa Terra*, 5 de outubro de 1919

Federalismo: centralismo e hespanholidade

Acima citei o artigo *Autonomia*, de que volto a copiar este treito:

[...] Que mais anti-hespanhol e estrangeiro que o centralismo realizado pelas dinastias francesas e alemãs dos Áustrias e Borbões, que destrói a essência de Hespanha, que é ser uma admirável confederação de nações? (EeP 2011: 153; EeP 1974: 99).

Castelão, pela sua parte, amplia no “Livro I” do *Sempre em Galiza* [em diante SemG]:

Desde que reinaram na Hespanha as dinastias estrangeiras dos Áustrias e Bourbons — importadores do cesarismo unitário e centralista —, os Hespanhóis não podiam sentir-se identificados com a missão histórica da monarquia, porque a política dos reis tinha por norte afogar a livre respiração dos povos, tradicionalmente autónomos. Por isto, a pretensa unidade hespanhola não passou de ser uma de tantas ficções. Cumpre dizer que o republicanismo dos primeiros tempos — traduzido literalmente do francês — tão-pouco chegou ao cerne da consciência popular, que arelava tanto ou mais que o direito dos homens o direito dos povos. Mas quando surgiu a doutrina política do federalismo, todos os Hespanhóis liberais que moravam nos povos

assoalhados simpatizaram ou se incorporaram no novo ideal republicano. E veio a primeira República, que morreu por não ser federal. Desde então *monarquia* quer dizer *imperialismo*, *uniformismo*, *centralismo*, e *república* quer dizer *descentralização*, *autonomias*, *liberdade*. Não me seria dificultoso demonstrar que esta segunda Republica desaproveitou as experiências da primeira e que, por não ser federal, esteve a ponto de morrer assassinada pelos militares. (SemG 2010: 65-66)

Na realidade, como sabemos bem, a República foi assassinada pelos militares os quais volveram a colocar sobre a soberania popular o soberano bourbon, hoje a coroar a *unidad de la nación española*, descrita no art. 2.º da CE (1978) e garantida militarmente pelo art. 8.º § 1:

La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, [...]

O resto torna-se redundante, como a sequência dos acontecimentos demonstra.

Las Fuerzas Armadas, constituidas por el Ejército de Tierra, la Armada y el Ejército del Aire, tienen como misión garantizar la soberanía e independencia de España, defender su integridad territorial y el ordenamiento constitucional.

Castelão, do seu desterro em Badajoz, apostrofava às direitas no “Adro” do SemG. Permita-se-me a longa citação, de intensa atualidade:

Eu quero falar da *patriotice das direitas*. Elas consideram-se cumpridoras da postremeira manda de Isabel a Católica, porque não leram o seu testamento, que é unionista e não uniformista, e lançam injúrias e calúnias a eito sobre os que pensamos numa Hespanha verdadeira. Assim, os que não cremos que a unidade hespanhola seja anterior nem superior à sua variedade, somos uns canalhas. Os que cuidamos que o sistema unitário e centralista causou a ruína material e moral de Hespanha, somos uns falsários. Os que não queremos submeter-nos à violência assimilista que iniciaram os Áustrias e Bourbons, somos uns insurrectos. Os que qualificamos de imprudência o ressurgimento do tema religioso numa possível reforma da *Constitución*, passamos por ser inimigos do Cristianismo. Os que cremos que o sistema federal pode ressuscitar as melhores virtudes da tradição hispana, somos uns traidores. Os que, por

acatamento ao regime legalmente constituído e à sua *Carta fundamental*, não nos conformamos com uma autonomia cativa e pedimos um *Estatuto* para a nossa Terra, somos uns criminosos. E eis por que os patriotas catalães, bascos e galegos, somos ultrajados de cotio no café, no casino, na imprensa, na cátedra, no púlpito, no quartel e até no Parlamento.

Os *señoritos*, reaccionários pretendem anovar os sonhos imperialistas da monarquia absoluta com o intuito de restabelecer os tempos abolidos, sem se aperceberem do bárbaro sacrilégio que cometem, porque em nome de Deus nem se pode afogar a livre respiração do espírito dos homens nem se pode coutar o anseio dos povos que lutam pelo seu próprio ser. Os *señoritos* acreditam a pés juntos na *sacra unidad de la patria*, inaceitável para nós e amparo de privilégios anticristãos para eles; mas será bem declarar que nem têm consciência da unidade possível nem sentimentos de pátria verdadeira. E por muito que digam, são os únicos separatistas que conhecemos. Foram-no de Portugal, são-no da Catalunha, sê-lo-ão de Euscádi e da Galiza. (SemG 2010: 24-25)

Castelão insiste nessa mesma conceção noutras passagens do SemG. Por ex., no “Livro III”:

Aos Hespanhóis que, a barulho, se proclamam cumpridores da manda de Isabel será cordato dizer que no famoso testamento não existe o afã de unificar politicamente a Hespanha. Somente se enxerga o imperialismo castelhano de que se faz galas na seguinte passagem: ... *el dicho Reino de Granada, e las Islas Canarias e Islas de Tierra Firme del Mar Océano, descubiertas e por descubrir, ganadas e por ganar, han de quedar incorporadas en estos mis Reinos de Castilla e León* (para isso lhe foram concedidas por Bula Apostólica de Alexandre VI). Nem o *Tanto Monta* revela uma unidade de Estado e muito menos de Nação, pois a Rainha Católica só cede à Coroa de Aragão metade dos novos rendimentos, por *habernos... ayudado... a cobrar estos mis Reinos, que tan enajenados estaban al tiempo que yo en ellos sucedí*. Castela e Leão, pois, eram a metrópole dum Império, claramente confessado por Isabel sem a hipócrita declaração de *unidade hespanhola*, que, debaixo da pouta dos Áustrias e Bourbons, se trocou em *pingajo de león*. (SemG 2010: 360-361)

Federalismo: federação e iberismo

Viqueira, no artigo *Autonomia*, declara-se (lembro-o de novo):

Hespanhol sou eu, mas de uma Hespanha grande, futura, ainda por fazer, onde a suprema lei seja a liberdade, onde sejam livres as nações que a formam, livres os municípios ou concelhos, eminentemente livres os cidadãos, e que se amplie a uma Ibéria que com novos factos assombre o mundo. (Os 2011: 153; EeP 1974: 99-100).

Essa perspetivação baseia-se na distinção elementar entre as atividades objetivista e lírica, que se ligam com as duas *almas*: *A primeira é a alma de Castela, a segunda constitui a alma musical [harmónica] de Portugal e da Galiza, que nos leva em reminiscências, no além dos tempos, à nossa raça céltica*. (Os 2011: 66; EeP 1974: 114-115).

Castelão mantém essa confiança até descrever a Hespanha futura (“Livro III”, secção 13):

Para que ninguém nos acoime ligeiramente de separatistas, cumpre afirmar que nos sentimos bem Hespanhóis, mas que não queremos ser Castelhanos; que almejamos uma Hespanha grande, formada pelo livre consentimento das nacionalidades que a integram, unidas, ou, pelo menos, aliadas com Portugal; que o federalismo que nós propugnamos não coincide com a concepção estadunidense, nem com o regionalismo pimargalliano, nem com o regime de *Estatutos* estabelecidos pela *Constitución* do ano 31; enfim, que não nos deixaremos engaiolar pelos políticos Hespanhóis que continuam falando de Hespanha como nação única. Nós somos Hespanhóis duma Hespanha plurinacional, organizada em Estado único e capaz de reger os destinos da Península Ibérica. (SemG 2010: 359-360)

Mais uma vez, no remate do SemG, Castelão expõe o espírito que anima ou deve animar os republicanos galegos para conseguir a efetivação dos princípios ou objetivos a conseguir:

[...] nós somos Galegos; gente prudente e de bom-senso, liberal e pacifista, entusiasta até ao lirismo, certa de que *a luz virá[.] para a caduca Ibéria[.] dos filhos de Breogão*. Não temos nenhuma fé nos Hespanhóis; mas temo-la em nós mesmos e nas ideias que professamos. Estas ideias podem concretizar-se nos quatro princípios seguintes:

- a) *Autonomia integral da Galiza* para se federar com os demais povos de Hespanha.
- b) *República Federal Hespanhola* para se confederar com Portugal.
- c) *Confederação Ibérica* para ingressar na União Europeia.
- d) *Estados Unidos da Europa* para constituir a União Mundial.

A Galiza identificada: o nacionismo

Essa era a concepção viqueirana. Na dissertação sobre os debuxos do *Álbum Nós*, Viqueira dedica a secção V a definir *nacionalismo* (que eu digo e entendo como *nacionismo*), mas ligando-o ao *nacionalismo* de Castelão:

O *Nacionalismo* de Castelão é agre! Provavelmente de todos os elementos da sua arte o mais difícil de enxergar na sua realidade é o *Nacionalismo*. Como temos de entender aqui *Nacionalismo*? *Nacionalismo* é afirmação de toda a cousa nada dum povo: dos seus costumes, das suas artes, da sua fala e, indo para além dessa afirmação, é progredir para essa afirmação cada vez mais alta, maior. Alguns sentem que isso é uma regressão, uma volta atrás ou uma rachadura perigosa! Como pode entender-se na sua verdadeira essência o *Nacionalismo* e, portanto, o de Castelão? Em poucas palavras quero eu falar-vos agora disto.

Com o começo do século XIX surgiu no pensamento humano o que se costuma chamar *sentido histórico*. Que é o *sentido histórico*? O conhecimento de que toda a produção humana ou, antes, de que toda a existencialidade humana (portanto, a *Nação*) tem o seu processo histórico, se desenvolve historicamente. O *sentido histórico* vale, pois, para a vida da Galiza como para a doutro povo. Quer dizer: a Galiza, com toda a sua cultura, somente se explica considerando-a num desenvolvimento progrediente, numa superação no tempo. O *sentido histórico* faz compreensiva toda a forma humana e deixa-nos abranger uma concepção universal da Humanidade. (Os 2011: 71; EeP 1974: 119-120).

No meu *Colóquios com Manuel Maria* (revisto) [2018], passim, utilizo os vocábulos *nacionismo* / *nacionista* com significado e sentido que os distinguem dos habituais *nacionalismo* / *nacionalista*. Eis a minha concepção (que não é minha):

a.- Inicio o RETALHO DÉCIMO. *Saudade da harmonia* com a seguinte apreciação: “Acudo de novo ao Viqueira, agnóstico ou panenteísta. Ao refletir sobre a harmonia liga-a com o *nacionismo* e à convivência com a Natureza.” (GIL HDEZ 2017: 75)

b.- “Acho também que nessa sublimação não exclues elementos rastejáveis ao longo da história, como: 3.º Na Bíblia, cada grupo das doze tribos que integram os descendentes dos filhos de Jacó. Não excludo que também consideres esta aceção, porquanto sob o *nacionismo* (e ainda mais sob o *nacionalismo*) late o sentimento de fruir alguma seleção transcendente e quase divina. (ib.: 133)

c.- Citado do artigo “El corcho y el ancla” de Bernardo Atxaga (2009: 134, sic): Cuando miro hacia el pasado cercano, yo no encuentro a mi alrededor ideología más poderosa y extendida que la patriótica o *nacionista*, y la *nacionalista* [os itálicos são meus]. A veces, ha ido sola, como en el caso de Jose Luis Alvarez Enparanza; otras, mezclada con el comunismo, como en Gabriel Aresti; otras más, disimulada, adoptando una apariencia científica o poética, tal como ocurría con las dos teorías [...], la que hablaba de la lengua como visión del mundo y la que, poéticamente, expresaba la suficiencia del deseo. [...] (GIL HDEZ 2017: 134)

d.- Permito-me demorar brevemente sobre o nome e conceito de NACIONISTAS e NACIONISMO:

1.- Por NACIONISTA entendo o partidário do NACIONISMO, entendido como doutrina e práticas grupais que procuram constituir em estado uma nação que ainda não é [...].

2.- Por *nacionalista* costuma entender-se o cultor e partidário do *nacionalismo*, que desviadamente se atribui aos conjuntos humanos que carecem de estado, quando na realidade deve referir-se aos estados já constituídos. Em consequência, no *Reino bourbónico de España* [em diante RbE] devem considerar-se [...] *nacionalistas* unicamente os cultores oficiais do *nacionalismo español*, soberanamente definido hoje pela *Constitución Española* de 1978 [...] e pela legalidade derivada e nas sentenças do TC.

No RbE esses “no-nacionalistas”, mas *nacionalistas* radicais, praticam intensos o *nacionalismo* (de estado) *español*, enquanto os alcunhados de

nacionalistas pelos “no-nacionalistas” são, *toto iure*, NACIONISTAS a praticarem nalgum grau o NACIONISMO. (Ib.: 134-135)¹

Unidade e pluralidade

Continua Viqueira a explicar o (seu) *nacionalismo*:

A Humanidade, una em ideia, desfaz-se na sua realização em momentos concretos e individuais, que vêm coincidir em pontos centrais, *Nações*, que são os esteios certos da cultura. Pois, em definitivo, onde se baseiam comércio, ciência e outras atividades humanas senão nas *Nações*?

A Humanidade, para cumprir todas as promessas que leva no seu seio ou, ainda melhor, para criar tudo o que leva em potência (pois, antes de ser, onde jaz?), desfaz-se em *Nações*. Já a vida precisa, para ser, do Princípio de individuação, a saber, de ser como indivíduo ou concreções de indivíduos. Idêntico princípio é o da evolução humana que também é cósmica, quer dizer, uma parte do processo universal.

Como vedes, o meu *Nacionalismo* tem uma base cósmica e metafísica.

A Humanidade desfaz-se em *Nações*, porque precisa órgãos. As *Nações*, pois, são órgãos da Humanidade. Elas fazem tudo o que é factível em cada tempo. Não num momento de tempo, mas no se sucederem os tempos. E aqui, também, cada uma tem a sua missão; e quando a sua missão acaba, morre!

¹ No citado *Colóquios* ... acabo com uma citação de Pessoa, acerca do sentimento espontâneo e pré-racional, religioso e transcendente sobre o qual, a meu ver, os *nacionistas* elaboram a racionalidade da *nação*:

O patriotismo [= *nacionismo*?] [...] é a base do instinto social — é, mesmo o único instinto social verdadeiro; não é, de resto, mais que um egoísmo colectivo, ou, melhor, a forma colectiva do egoísmo, base de toda a vida psíquica. Demonstrámos também que, ao contrário da inteligência, que busca compreender [...], o instinto odeia tudo quanto não seja ele, que o instinto é, portanto, radicalmente *antagonista*. No campo individual isto dá a ânsia da concorrência, a tendência constante para esmagar e enterrar o esforço alheio (no que individual) que é a base da vida da humanidade, a causa dolorosa de toda a civilização. Se o amor é a fonte de toda a vida individual, o ódio é a fonte de toda a vida social. É do ódio entre homem e homem que a civilização nasce, e não só do ódio entre homem e homem, como do ódio entre nação e nação. [...] A expressão vulgar uma nação amiga, quando não seja uma amabilidade [...]; há só uma nação amiga, é a própria; só há uma nação que estimamos como nação, é a nossa. O resto é lixo de teorias. (1919. *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*. Fernando Pessoa. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão.) Lisboa: Ática, 1980. - 58.- Rascunho para o artigo “A Opinião Pública”; online <http://arquivopessoa.net/textos/744>).

Mas a missão da Galiza chega e por isso ressurgue.

Se é lei o de a Humanidade se desfazer em *Nações*, é preciso por isso as *Nações* se oporem entre si; daí os conflitos, por vezes chegando até o sanguiniento, até as duras palavras e os exclusivismos.

Mas a Humanidade não pode ficar aqui na sua marcha; tem de ir além, porque no seu seio radica a saudade da harmonia. A contraposição na multiplicidade das *Nações* tem-se de resolver numa nova unidade. E que pode ser essa unidade?

Reparai bem e ser-vos-á evidente: esta unificação não há de ser mais que a volta de todas as *Nações* ao seio da Humanidade mesma. Mas estas *Nações* não podem deixar o seu ser, pois se regem pela lei suprema da individualidade (tudo o que é, é como indivíduo). Portanto, como voltar ao seio humano? Criando uma individualidade superior: a Humanidade mesma, harmonia das diversas *Nações*. (Os 2011: 73; EeP 1974: 120-121).

Unidade e federalismo

Em vez de comentar argumentos, prefiro citar a letra dos textos viqueiranos, bem inteligíveis:

[...] A descomposição em *Nações* é um momento capital no processo da Humanidade, porque a *Nação* é órgão da Humanidade neste processo. A *Nação* é, pois, essencial. Por isto pode qualquer juntar em si mesmo o universalismo e o nacionalismo e, sendo nacionalista, fazer sua, com todas as consequências, a sentença antiga de Demócrito que diz: *A pátria duma alma nobre é o mundo inteiro*. Por isso pode ser-se universalista (porque em qualquer momento da evolução espiritual se descobre a Humanidade) e nacionalista, ao mesmo tempo, num senso infinito e ontológico, enquanto se reconhece preciso, para a Humanidade, se fazer *Nações*, em processo infinito, para cumprir a sua obra. Deste jeito é-se nacionalista, primeiramente, na Galiza, mas depois também na Irlanda, Polónia, Egito, em Finlândia ou Letónia, pois a alma, percorrendo o mundo, entende necessariamente cada *Nação*. Também aqui tem a sua explicação o facto de, ao mesmo tempo que com a guerra atual [1914-1918] surgiam tantas novas *Nações* no mundo, se acentuar o movimento internacionalista. *Nação* e Humanidade são termos correlativos.

Este é o Nacionalismo cósmico e metafísico que vejo eu na obra de Castelão: a Galiza tem de ser, deve ser porque é um momento essencial no progredir da Humanidade.

Mas não basta uma posição negativa. Não basta uma afirmação exclusiva. Temos de dar mais um passo adiante. Esse passo é de síntese, de harmonia; este passo é um passo para, outra vez, o seio da Humanidade. Porque suponho que já vos tereis decatado: o Nacionalismo não é, politicamente, separatista; segundo os seus princípios, mesmo filosóficos, o Nacionalismo, frente a todo o separatismo, é unionista. Toda e qualquer Nação acha-se compreendida no seio da Humanidade.

Mas, antes de chegar a esta sua compreensão suprema, a esta sua organização suprema (que eu pressinto não só como política, mas como ideal), pode entrar noutros enlances uma nação por novas ataduras, poderíamos dizer, históricas, que a obrigam.

Surge então o nexu federativo e, como as Nações se complementam na Humanidade, começa a sua complementação, historicamente necessária, nas federações. De maneira que a estridência nacionalista se resolve como um acorde dissonante numa consonância federalista.

No caso concreto de que tratamos, no caso da Galiza, numa federação ibérica, maior, mais fecunda que esta unidade de força (já bem velha) que se chama o reino unido de Castela e Aragão, feita no século XV pelos Reis Católicos, que mais vale esquecer nesta Terra que eles assovalharam! (Os 2011: 75; EeP 1974: 122-124).

É no artigo *Pensamentos. À memória do insigne galego Luís Porteiro Gareia*² (p. 2 do núm. 72 de *A Nosa Terra* (15 de novembro de 1918)) que Viqueira resume a sua conceção política para a Galiza:

² Da minha *Obra seleta* de Johán Vicente Viqueira (2011), tomo esta nota: *No núm. 71 (5 de novembro de 1918) de ANT, já na primeira página, dá-se conta da morte de Luís Porteiro Gareia*:

Nasceu em Lugo [16 de novembro de 1889]-Finou em Compostela o 27 de outubro de 1918. Irmãos: que o morto, que alenta nos seus pensamentos, viva sempre em vós; sigamos o caminho, cheio de luz que abriu o seu génio.

No *In memoriam* (ib.: 2-4), de Antão Villar Ponte, o seu introdutor no galeguismo, é chamado *Opensador, O génio e O homem*. Sob a epígrafe *A iniciação nacionalista* diz Villar Ponte: *Eu fiz um folhetinho com nacos do meu ser de homem natureza. Aquele folhetinho tem para sempre encarcerada a minha alma. Serviu, decerto, de gelosia de confessorário para que Porteiro, todo o galego, confessasse e peneirasse*

I. - Quais são os povos que hoje emergem à face da história? Os que tinham criada a sua consciência nacional: Hungria, Finlândia, Boémia.

O dia de amanhã será também a Irlanda e... tantos outros! O primeiro para uma nação ser livre é conhecer a sua própria essência, o seu próprio ser; melhor ainda, senti-lo varuda e fundamente, ser consciente dele. A única verdadeira política para as gentes oprimidas é o despertar da sua alma!

II.- Lembremo-nos! De Návía para acô fala-se galego, os que moram naquelas terras são galegos. E grande parte do Berzo é também nosso! A Galiza histórica é mais extensa do que a *Galicia* atual!

III.- Hoje atravessamos por um dos maiores momentos da história do mundo. Não esqueçamos o nosso dever; cumpramos a nossa missão! A Humanidade espera-a de nós!

IV.- Eis o que deve ser o nosso programa imediato:

1.º AUTONOMIA INTEGRAL PARA A GALIZA, substituindo as atuais deputações por um Parlamento galego.

2.º AUTONOMIA MUNICIPAL. (Condições as duas para o que se segue:)

3.º LEIS SOCIAIS: libertação dos labregos, leis para os operários e labregos, reformas da velhice, segurança contra o desemprego forçoso, doença, etc.

4.º REFORMAÇÃO DO ENSINO: ampliação de escolas, reorganização do bacharelado, ampliação e renovação da Universidade, criação das Escolas Técnicas.

nele o seu sentimento. As folhas do meu folhetinho, escritas com sangue, ajeitaram-se para que o lume aceso no coração de Porteiro prendesse nelas e pudéssemos oferecer assim à Galiza uma fogueira cheia de muxicas ideais que, como as sagradas das antigas vestais, não tenha acabamento jamais.

No semanário, dedicados ao saudoso galeguista, há textos de Luís Penha Novo, Ramão Villar Ponte, Afonso R. Castelão, R. Cabanilhas, M. Banet Fontenla, *Um irmão*, Correa Calderón, além dumas *Linhas biográficas* e *Carta póstuma. As derradeiras palavras do lutador*.

Xavier Castro diz: *O nacionalismo de Porteiro Garea está incardinado de mais na problemática geral da Espanha para ser um nacionalismo intransigente e de tom excluinte. Admirador fervente da obra de Joaquín Costa, concebe o ressurgir da Galiza no contexto do ressurgimento espanhol após o abalo brutal que na consciência nacional incutiu a crise do 98.* (Porteiro Garea, 1974, p. 158)

Vid. Ernesto Vázquez Souza (2009), *Luís Porteiro Garea (Lugo 1889-Frades 1918) O ideólogo do nacionalismo irmandinho* (on line http://www.pglingua.org/images/stories/pdfs/2009/031109_luis_porteiro_garea.pdf), editado por Foucelhas. Associação Cultural. Comarca de Ordes.

5.º FOMENTO DA RIQUEZA: proteção à agricultura, aumento das indústrias pesqueiras, fundação de linhas mercantes e aperfeiçoamento dos portos, construção de caminhos-de-ferro, pelo menos o da costa e o de Santiago à Crunha, estabelecimento de privilégios alfandegários, no sentido livre-cambista, para a Galiza.

Isto é um esquema. Sob as epígrafes anteditas, deve de ir toda uma ampliação que farão os especialistas.

V.- Quanto mais longe da Terra, mais galego sou, mais sinto a minha gente! Não foi em Paris, em Berlim e em Londres onde mais chorei a nossa decadência? Era que ali sentia o que podíamos valer. Os nossos chamados cosmopolitas têm de aprender a olhar para o mundo! Daquela far-se-ão galeguistas.

VI.- Sou hespanhol! Mas hespanhol duma Hespanha grande e verdadeira que tenha por suprema lei a liberdade, onde todas as modalidades e individualidades (nações, cidades, indivíduos) possam chegar à sua máxima expansão! — Não duma Hespanha podre e decadente.— Eu enxergo no horizonte o nascer da minha Hespanha! (Os 2011: 101; EeP 1974: 128-130)

O artigo está datado (e escrito) em Badajoz, em 4 de novembro de 1918. Como o próprio Viqueira diz, *isto é um esquema*, mas (sem paradoxos) ainda por cumprir hoje quase todas as previsões aí esboçadas, salvo o referente ao *status quo*, que no fundo continua a ser o então existente.

Modelo linguístico

Como acontece no relativo ao *modelo linguístico* (de que a *formalização idiomática* depende) que o RbE rapinou e rapina aos utentes do idioma da Galiza. O conteúdo desta secção atinge principalmente aos usos do idioma galego, que posso denominar *harmonia de usos da linguagem, universais em âmbitos universais*.

A meu ver, Viqueira concordaria com a (minha) proposta da efetiva correlação entre:

<i>projeto político</i>	<i>modelo linguístico</i>	<i>formalização idiomática</i> ³
federalismo ou confederação	organização jurídica democrática dos usos da língua	formalização para a pervivência
<i>vs.</i>	<i>vs.</i>	<i>vs.</i>
centralismo	subsidiariedade dos usos da língua regional face à língua nacional	formalização para a extinção

Na sequência da melhor tradição europeia, Viqueira denomina língua literária a resultante do processo que eu digo formalização idiomática, não subsidiária da castelhana, língua nacional do RbE, também e sobretudo submetida aos usos dominantes dessa língua⁴.

Assim o explicava e estabelecia no início da conferência [Os] *Nossos problemas educativos*: [em diante NPE]

Vou falar-vos duma classe de problemas que muito nos interessam. Mas, antes, quisera indicar-vos algo a respeito do *galego literário*, porque há já um *galego literário* à diferença do galego vulgar.

Uma língua tem de ser ante tudo *instrumento* cultural, e portanto, num certo momento do seu desenvolvimento, tenderá a tomar uma forma, sábia e geral, e deixará aquela variedade, multiplicidade e incerteza que tem nos lábios do Povo. A *língua literária* é mais lógica, mais regular do que a vulgar; faz uma seleção de formas e palavras desta.

Hoje vemos surgir uma *língua galega cultural e científica* que há muito pouco tempo não existia. Neste *galego cultural, literário*, é que tento falar-vos.

Fazem bem os poetas em continuar empregando nos seus versos a língua popular. Já disse o grande vate catalão Maragall como os *dialetos* se ajeitavam para a poesia lírica.

³ Faço esta distribuição inspirado nas sentenças do *Tribunal Constitucional* do Bourbon contra as leis de normalização linguística basca, catalã e galega (junho de 1986), sustento a tese de que o *projeto político* (ou nacional), o *modelo linguístico* (de usos) e a *formalização idiomática* (ortografia) são correlativos.

⁴ Cumpre assinalar que, na perceção espontânea (inconsciente!) dos galegos e não galegos domiciliados na CAG, todo o mundo pode falar e mesmo escrever o “galego” como por ciência infusa ou inspiração do anjo protetor da indivisível *nación española*.

Mas a *língua literária* é precisa para outros fins da vida, como a ciência, o comércio, e devemos trabalhar por ela.

O que a nós agora nos acontece, aconteceu sempre a todos os povos, com as suas linguagens. Por ex., a história do povo e da língua grega não nos amostra outra cousa. E o povo grego é o inventor da civilização! (Os 2011: 35; EeP 1974: 144)

O idioma galego tem de usar-se, a teor duma legalidade positiva, nos âmbitos que são habituais nas *Comunidades Linguísticas normalizadas* e, formalizado como *instrumento cultural*, *tenderá a tomar uma forma sábia e geral, e deixará aquela variedade, multiplicidade e incerteza que tem nos lábios do povo*. Em consequência, será lógico, regular, constituído por seleção de formas e palavras da língua vulgar.

Em 1973 o saudoso Professor portugalego Rodrigues Lapa ecoava (sem as citar) estas considerações do Viqueira. Explicava no seu injustamente doestado *A recuperação literária do galego*:

[...] Ninguém vai à mão aos que assim falam [pôr *pra* ou pôr *a-iauga*]; mas a *língua literária* tem outros gostos e outras leis e coloca-se, às vezes discutivelmente, acima da língua popular. É norma aceite universalmente: não se escreve como se fala, porque a fala é um simples meio de comunicação, menos bem elaborado, ao passo que a *língua literária* é mais do que isso: é uma obra de arte que se vai polindo através dos tempos, deixando para trás o que parece inadequado, obsoleto e sem beleza.

Há pois que restaurar o galego e obrigá-lo a ser o que já foi: um instrumento artístico, que as devastações do tempo, a maldade e incúria dos homens foram deteriorando e desfigurando, até ficar no estado em que o vemos. Totalmente identificado, nos séculos XII e XIII, com o português, separou-se deste por razões conhecidas⁵, mas nem por isso deixou de ser radicalmente a mesma língua. Que fazer para o converter de novo em *idioma literário*? Insistir, como até aqui, em fazer provisão da enorme e desordenada riqueza que lhe oferecem os falares locais para o restauro da sua forma culta? Já vimos o que isso tem de inoperante e até mesmo de ridículo. Nada mais resta senão admitir que,

⁵ Que o Professor não torna explícitas, talvez por serem esclarecidamente políticas, de política de estados, de projetos nacionais confrontados, o castelhano contra o português, hoje o do RbE contra a República portuguesa... Apesar do adoçamento zeloso dos textos emitidos sobre o assunto.

sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata. (*Estudos Galego-Portugueses* 1973: 63-64)

Viqueira advertia, na secção IV da conferência citada:

[...] Com certeza não podemos por hoje substituir o castelhano nem disto se trata. O que nos importa é que o galego não fique, não seja totalmente relegado e que se estime no seu atual valor. Quer dizer, que se ensine e sirva para ensinar. No momento, para que a nossa fala entre na escola só falta que o mestre permita às crianças a expressão do pensamento na sua língua; e que, quando for inevitável, como acontece com o ensino dos rapazes que começam a frequentar a escola, não tema empregar o galego como língua auxiliar. Ademais, têm de levar à escola a poesia e a música popular ou quase popular que não só educará o sentido estético do menino, senão que lhe mostrará uma língua bela e pura. Convirá também que os rapazes escrevam as suas cantigas afazendo-se deste jeito ao uso escrito do galego. (Os 2011: 40; EeP 1974: 149)

Pela sua parte, o Prof. Rodrigues Lapa continuava no lugar citado:

É com este material da velha casa comum, e sem pôr de lado o castelhano para o que for provisoriamente necessário, que se deve forjar progressiva mas aceleradamente a língua de cultura indispensável à Galiza. Nela poderá então o Galego exprimir, sem vergonha de ninguém, toda a complexidade do homem e da vida moderna; e desaparecerá talvez para sempre o complexo de inferioridade que tem marcado pungentemente o seu carácter e sensibilidade. (*Estudos Galego-Portugueses* 1973: 64)

E concluía a sua argumentação, esperançado:

Daqui a vinte e cinco anos [1973 + 25 = 1998], essa língua renascida para a civilização, incorporada já de pleno direito no idioma de portugueses e brasileiros, seria lida por mais de 200 milhões de indivíduos; e num prazo de cinquenta anos, assim o dizem os futurólogos da demografia, serão 400 milhões a falar o galego-português. É uma perspectiva risonha, que nos deve encher de júbilo e ufania! (Ibídem)

Viqueira, na secção II da referida conferência (ditada em 1920), exprime-se de jeito muito semelhante:

[...] Senhores, o tempo dos lamentos é passado; o futuro, ainda o presente, é o tempo das grandes afirmações, como no-lo mostra o espectáculo atual do mundo. Falar-vos-ei com clareza, sem aparato, do que podemos todos unidos fazer, do que devemos fazer imediatamente (ou quanto mais antes) para renovar a nossa vida educacional. Tentarei evitar a inútil retórica, como disse, se ainda que a defeito se me queira impor, e demonstrar-vos qual é a tarefa e que a tarefa não é tão dura como parece. (Os 2011: 37; EeP 1974: 145-146)

Modelo linguístico e ensino público

Assinalo, com João V. Viqueira, que *Não houve corrente espiritual do mundo, nacional, social, religiosa, que não tivesse como consequência uma educação própria; que não trabalhasse como por necessidade vital pela sua educação e ensino*. (Os 2011: 37; EeP 1974: 146)

O ensino há de servir de instrumento socializador, de fator para introduzir *pacificamente* o menino na sociedade existente ou para revolucionar, também *pacificamente* a sociedade atual. Ainda mais, o ensino galego há de *transmitir quanto há de bom na nossa raça e fazer germolar quanto há de grande nela* (Os 2011: 39; EeP 1974: 148), no nível do ensino primário e no secundário e no universitário: *tudo, desde o ler até ao ensino mais alto, faça-se pensando no porvir do nosso povo e lembrando-se dos seus fins na humanidade*. (Ibídem).

Viqueira valoriza o ensino como o instrumento político capaz de preparar os homens que hão de verificar a *utopia* (hodierna) num prazo não muito longínquo. A essa transformação da sociedade galega contribuirão o ensino primário, o ensino técnico, a formação do professorado (*Escolas de Magistério*), o bacharelado e a reforma e implementação universitárias. Será a criação da nova *Faculdade de Filosofia*, a qual constitui um novo tipo de universidade interdisciplinar que abrange complexivamente todos os ensinos, de letras e ciências, e mormente o ensino técnico, elementar e superior. Relativamente ao ensino universitário, garantidor da qualidade dos outros ensinos, Viqueira propõe na secção VII da conferência NPE:

[...] Dir-se-me-á: Para que juntar as duas *Faculdades* (de *Letras e Ciências*) de estudos tão pouco semelhantes? Responderei eu: para poder criar grupos homogêneos de estudo e deixar ao estudante a máxima liberdade precisa em toda a evolução mental. No dia de hoje nada desses grupos existe. Um

geógrafo nem sabe *Geologia*, nem compreende de facto uma palavra de *Antropologia*, nem de *Ciências Naturais*. O seu estudo é somente literário; quer dizer, não é geógrafo. Um filósofo não pode ser, da mesma maneira, mais do que um retórico, já que, sendo a *Filosofia* a reflexão sobre o saber e a vida, ignora toda a ciência as mais das vezes, dadas as condições em que o põe a *Universidade* perante a vida. Por outra parte, toda a educação filosófica falta ao físico, ao naturalista, de maneira que as suas produções serão sempre pobres e limitadas no horizonte intelectual. Toda outra coisa acontece com o sistema alemão ou francês, onde o aluno escolhe livremente umas quantas disciplinas, onde trabalha do ponto de vista duma especialidade nos anos da sua vida universitária. Nesta *Faculdade de Filosofia* claro é que temos de criar a *Cadeira de Língua e Literatura Galaico-Portuguesa*. (Os 2011: 47-48; EeP 1974: 157-158)

Viqueira detém-se mesmo na organização dos exames, na realidade do exame, único:

[...] Para tal exame cumprirá ter feito um trabalho sobre um tema duma das disciplinas do grupo (tese) e conhecer os meios de investigação e fundamentos das disciplinas do grupo. Poderá este considerar-se composto de três matérias: uma capital e duas acessórias, afins à primeira (sistema alemão). Ao título assim conseguido chamá-lo-emos Doutoramento. (Os 2011: 48; EeP 1974: 158)

Acrescenta o objetivo talvez mais importante da *Faculdade de Filosofia*, que, segundo se perceberia, vem a ser um estudo geral ao serviço da sociedade, principalmente para *conscientizar* (diria o brasileiro Paulo Freire) os novos cidadãos:

A Faculdade de Filosofia cumpre ainda, e acai-lhe cumprir, outra missão: a de formar os mestres secundários e os universitários. Hoje cousa nenhuma se faz na Espanha pela preparação do professorado; uma missão tão transcendental exige que tenhamos algum interesse por ela. Precisa-se, pois, organizarmos a formação pedagógica dos mestres como se faz nas Universidades da Europa. O que faz falta são anos académicos de estudos e trabalhos práticos. Ao fim dum determinado tempo de labor obterá o candidato ao professorado o título de Licenciado em Pedagogia. (Os 2011: 48; EeP 1974: 158-159)

E conclui, cético perante o ensino espanhol, na necessidade de criar algum tipo de instituição galega que deveras galeguize:

O meu ceticismo a respeito das reformas feitas *por decreto*, o meu idealismo prático, levam-me a pensar que, se não podemos criar de novo a *Universidade*, podemos ao menos fazer nascer dum jeito vital e verdadeiro a nossa *Faculdade de Filosofia* (quer dizer, de *Ciências e de Letras*). Não temos de começar com um decreto que a crie; deve principiar-se com um ensaio de *Faculdade*. — Como se pode fazer isso? — Reunindo os homens dedicados à investigação e ao saber da nossa Terra e dando-lhes meios de trabalho, deixando-os que, segundo determinado plano, organizem cursos e conferências e fazendo assim um *Instituto Científico Galego*, um verdadeiro *Instituto Científico Galego*. Quando esse Instituto se firmar, quando as suas produções prometerem bom caminho, convertê-lo-emos numa *Faculdade de Filosofia*. (Os 2011: 49; EeP 1974: 159)

E isso foi o que começaram a fazer as gentes das *Irmandades da Fala* especializando-se arredor da revista *Nós* ou criando o *Seminário de Estudos Galegos*.

La questione della lingua e a nova educação do povo galego

Viqueira, na secção X de NPE aborda especificamente as características da nova educação galega destinada aos cidadãos da Galiza. Já na secção VII assinalara que [n]esta Faculdade de Filosofia *claro é que temos de criar* a Cadeira de Língua e Literatura Galaico-Portuguesa.

Antes de explicar os traços ou características da nova educação galega, faz as seguintes considerações:

Muitos problemas restam por tratar, mas para agora basta-nos o dito. Somente me ocuparei ainda das características da nova educação galega e da sua relação com a linguagem.

Platão, para salvar a Grécia que se afundava na decadência, no grandioso diálogo sobre A República (ou o Estado) esperava tudo duma nova educação. Fichte, muitos séculos depois, no meio da crise das guerras napoleónicas, nos seus patrióticos discursos à nação alemã, esperava duma nova educação a renovação da vida do seu país. Esta perdurante preocupação dos grandes

pensadores mostra-nos como o progresso e a adaptação a um tempo duma educação é essencial ao progresso e vitalidade dum povo. Nós, da mesma maneira, esperamos duma nova educação a renascença do Povo galego. (Os 2011: 51-52; EeP 1974: 162-163)

Platão (428/427-347 a.C.) no “Livro Sétimo” de *A República ou sobre a justiça* explica o mito da caverna, de interesse para a educação porquanto esta seria auto-atividade ou processo mercê do qual o educando patenteia as ideias que fecundam a sua vida, de modo que os mais aproveitados serão os governantes de todos os integrantes da República.

Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) dedica à educação o *Segundo, Terceiro, Nono, Décimo, Undécimo e Duodécimo* dos *Discursos à Nação alemã*. Estima que o estado natural do homem em maneira nenhuma se caracteriza pela liberdade; se assim fosse, a convivência humana não precisaria de lei nenhuma. É por isso que deve ser educado e ele próprio deve educar-se para a moralidade.

Nova educação e Renascença galega

A seguir, numera e comenta as características da nova educação para a renascença da Galiza:

Quais são as características desta nova educação? Foram já expostas em parte na ocasião de cada um dos problemas. Agora convém expô-las em unidade. Cobiçamos com a nossa educação espertar e cultivar todas as possibilidades do Povo. Quer dizer, a nossa educação será:

[a] *Uma educação de vida, de iniciativa e de personalidade*. Quanto mais fortes, mais pessoais, mais capazes de iniciativa forem os indivíduos, mais fácil será que triunfem no mundo. Portanto, não será uma educação mecânica, livresca e passiva. Pensaremos sempre

[b] *na ação onde só se forma a pessoa na sua maior potencialidade; só produzindo se vive e só vivendo se aprende a viver*. Não se me diga que o menino não pode produzir; todos podemos criar, desde o menino de escola até o mais profundo matemático. Isto é um facto de Psicologia.

Vale insistir: *vida* manifesta-se na *harmonia* e esta na *ação*, consciente, livre, decidida. Continua Viqueira:

A nossa educação, se for vital, será [c] *funda, radical*, terá ante si a total vida do indivíduo; não será, como é a atual, superficial e fracionária, que se afigura que tudo está feito quando se gravam a um rapaz na memória quatro conhecimentos e quatro hábitos.

A nossa educação será [d] *ideal, essencialmente idealista*, porque sem ideal a vida perde o seu valor, esmorece e morre.

A exigência duma tal educação existe hoje em todos os países e nalgum se acha em parte realizada. Não podemos ficar retardados. Só esta educação será capaz de transformar o estado lamentável da nossa juventude, só esta educação criará gerações cheias de ideal, varudas, que trabalhem pela prosperidade da sua Terra, pela sua libertação e os grandes ideais da Humanidade. Dela surgirá a riqueza da indústria, o comércio florescente, a agricultura no seu máximo esplendor, a nossa marinha cruzando os mares que sempre foram nossos, a nossa cultura iluminando o mundo, o nosso nome em todas as partes respeitado!

Glossando umas palavras de Goethe, direi que ela fará surgir *Numa terra próspera um povo livre e grande*.— Por ela devemos lutar todos para a realizarmos: operários, capitalistas, artistas, intelectuais, homens de todas as ideologias políticas, já que dela nascerá a nossa esperança dum porvir glorioso. (Os 2011: 52-53; EeP 1974: 163-164)

A língua instrumento e símbolo da Nação

Sobre o facto (e a obsessão) de a língua ser *instrumento e símbolo* da nação e, portanto, *o nosso problema linguístico ser de suma importância* (Os 2011: 54; EeP 1974: 165), Viqueira expõe três motivos razoavelmente fundados, validáveis mesmo da parte espanhola: dous visam a recomposição do corpo social (e nacional) galego; o terceiro refere-se à universalidade comunicacional, a verificar por meio do idioma nacional da Galiza, que, à sua vez, reverte nos dous motivos primeiros, que eu reduzo a um e denomino *recomposição da sociedade galega*.

Começara o ¶ XI [*Idioma galego: correção e uso progressivamente extenso*]:

Já vimos que o [idioma] galego se introduziria na *Escola [Primária]* e de que maneira — vimos também que na nossa *Faculdade de Filosofia* haverá uma

*Cadeira de Língua e Literatura Galaico-Portuguesa*⁶. Creio conveniente que, para obter o grau de *Doutor*, se exija esta matéria de modo que as teses se escrevam em língua galega. No *Ensino Secundário* pode combinar-se muito bem o trabalho do castelhano com o trabalho do galego. Também lembrarei agora que deve ensinar-se o galego aos Técnicos, pois precisam dele como é evidente na vida prática. (Os 2011: 53-54; EeP 1974: 164)

A seguir Viqueira explica os três motivos apontados.

Recomposição da sociedade galega

Os dous primeiros motivos ou motivações são, com maior propriedade, razões socializadoras:

[1.] O primeiro motivo é que a língua é um naco da nossa alma coletiva, do qual nenhuma lei humana poderá obrigar a desprender-nos. (Os 2011: 35; EeP 1974: 165)

Penso que esta razão, junto da terceira, costuma ser considerada, ontem e hoje, como mais forte, se confrontada com a segunda. Mas acontece um simples facto, quantificável: hoje já não pode sustentar-se que o número de galego-utentes domine sobre os não galego-utentes; não digo castelhano-falantes, porque com bastante fundamento cabe afirmar que a gente galega castelhano-falante mais do que castelhano fala um galego com vestimenta castelhana deficiente. Por sinal, é nessa deficiência hispanófono que, a meu ver, pode radicar ainda algum jeito de correção lusófono dos galegos, ambivalente, por outro lado.

[2.] O segundo motivo é que a divisão linguística traz consigo uma divisão cultural perigosa na Galiza. Cinco sextas partes dos galegos falam galego e só uma sexta parte castelhano ou, antes, uma cousa que as mais das vezes somente com aproximação pode chamar-se castelhano. Entre as duas classes de população linguística existe uma divisão fundíssima, quase um abismo, que é preciso desfazer. E isso não pode abranger-se praticamente mais do que falando o galego, aprendendo e usando habitualmente o galego a sexta parte da população que é a que representa a cultura superior ou, pelo menos,

⁶ A *questão da língua*, começou e continua por ficar envolvida (e quase reduzida) em *discussões denominais*: Qual seja o nome apropriado (ou apropriante) da formalização idiomática que realizam os falantes, cada um pelo seu idioleto, que se acham domiciliados na *Comunidade Autónoma de Galicia* [GAG], dentro do RdeB.

pretende, e pode, representá-la. Só assim a cultura atual penetrará até os mais longínquos currunchos da nossa Terra e surgirá uma moderna e rija cultura galega⁷. (Ibídem)

Universalidade comunicacional do idioma galego

A terceira razão socializadora aponta para que, em definitivo, se logre *cultivar e firmar a nossa língua*:

[3.] Ainda há outro motivo para o cultivo e afirmação da nossa língua. O galego, pela sua semelhança com o português, é um instrumento de comunicação internacional que à Espanha inteira convém cultivar e conservar. Um galego bilingue tem mais probabilidades de êxito no mundo que um galego que não conheça mais do que o castelhano, porque aquele tem abertos à sua atividade o mundo português (Portugal, as suas colónias e o Brasil) e o mundo da língua castelhana, e este somente o mundo de língua castelhana. (Os 2011: 55; EeP 1974: 165)

Acudo para esclarecer esta proposta e posição às palavras do próprio Viqueira:

a. Numa perspetiva individualizada, pragmática, para além de cultural,

Chama-se-nos por vezes egoístas e anti-humanitários. Justamente somos o contrário, porque não apenas nos opomos a que se prive a alguém do seu direito de expressão na sua própria fala, quer dizer, a uma violação da Humanidade no indivíduo, mas também preconizamos para a nossa Terra a renascença duma língua que a deixará entrar em relação com a Humanidade, com os povos que a integram, dos mais diversos modos. (Os 2011: 55; EeP 1974: 165-166)

b. Numa perspetiva societária ou, antes, política, a cultivação do idioma galego, enquanto variedade do português, logrará outros benefícios, que Viqueira, com entusiasmo, anuncia, quase profetiza, topando-se então (e hoje) com o raquítico nacionalismo *español* radical, claramente evidenciado nos artigos constitucionais, acima citados.

[...] Ainda pela semelhança do galego com o português podemos servir à Espanha e à Humanidade noutra forma: trabalhando pela inteligência de

⁷ Hoje, como é bem conhecido por uns e por outros, a correlação material inverteu-se, mas, apesar de tudo, a formal e a funcional mantêm-se sob aparências idiomáticas divergentes.

Espanha e Portugal para formarem os dous Estados uma grande Ibéria.— A importância disto é enorme, se se considera que só pelas sucessivas confederações nacionais se chegará à *paz perpétua*.— Primeiro unir-se-ão em confederações os povos mais afins; depois, estas confederações entre si. Mas de nenhuma maneira se fará a futura confederação ibérica sem uma Galiza totalmente galega e isto quer dizer, falando galego, já que a língua é essencial à sua personalidade. A razão é que uma Galiza autónoma, dona de si, dissipará os receios de absorção castelhanista que Portugal sentiu sempre e sente justificadamente, motivo do seu distanciamento de nós. Portanto, à Galiza, se é fiel a si própria, está reservada, pela sua língua e pela sua história, tão portuguesas quanto espanholas, a missão de fazer a união ibérica, que (indico de passagem) exige também na Espanha mesma um regime geral federal. (Os 2011: 55; EeP 1974: 166)

O entusiasmo do Viqueira provoca a fazer digressões, sobre alguns dos conceitos exprimidos.

Uma atinge à expressão *Paz Perpétua*, nédia alusão ao opúsculo de Immanuel Kant (1724-1804), intitulado *Zum ewigen Frieden* [Sobre a Paz perpétua] (1795). Nele Kant estabelece que a paz perpétua apenas será possível por meio da constituição republicana e segundo os princípios:

- 1.º da liberdade dos membros da sociedade (enquanto humanos),
- 2.º da dependência de todos a respeito da única legislação comum (enquanto súbditos) e
- 3.º de conformidade com a lei da igualdade de todos os súbditos (enquanto cidadãos): é a única que deriva da ideia do contrato originário e sobre a qual devem basear-se todas as normas jurídicas dum povo. (Kant 1795.1994: 15)

Saliento o uso e ligações que Kant (traduzido) faz das palavras e conceitos *Paz, Harmonia, Garantia* e em definitivo *República*. Sobre esta vale citar o início da SEGUNDA SECÇÃO. *Que contém os artigos definitivos para a Paz Perpétua entre os estados. Primeiro Artigo definitivo para a Paz Perpétua. A Constituição civil em cada Estado deve ser republicana:*

O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre todavia

uma ameaça constante. Deve, pois, instaurar-se o estado de paz; a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz e, se um vizinho não proporcionar segurança a outro (o que só pode acontecer num estado legal), cada um pode considerar como inimigo a quem lhe exigiu tal segurança.

[...]

A constituição republicana, além da pureza da sua origem, isto é, de ter promanado da pura fonte do conceito de direito, tem ainda em vista o resultado desejado, a saber, a paz perpétua; daquela é esta o fundamento. – Se (como não pode ser de outro modo nesta constituição) o consentimento dos cidadãos se exige para decidir *se deve, ou não, haver guerra*, então nada é mais natural do que deliberar muito em começarem um jogo tão maligno, pois têm de decidir para si próprios todos os sofrimentos da guerra (como combater, custear as despesas da guerra com o seu próprio património, reconstruir penosamente a devastação que ela deixa atrás de si e, por fim e para cúmulo dos males, tomar sobre si o peso das dívidas que nunca acaba (em virtude de novas e próximas guerras) e toma amarga a paz. (Kant 1795.2008: 11-13)

Outra digressão atinge à conceção viqueirana da *autonomia integral da Galiza*. Condição precisa para a união ibérica, a privilegiar a união portuguesa, esta conceção, e o projeto subsequente, foram extensamente explicados por Castelão no SemG. Dentre as abundantes referências, valha esta tomada da secção XVIII do “Livro III”:

Cumprе buscar na variedade inquestionável da Península uma harmonia dos caracteres diferentes, expressão do ideal comum, indivisível e próprio de todos os povos hispanos. Busquemos, pois, o sentido moral e superior da unidade hispana, capaz de ser politicamente tão poderoso como foi a ideia católica no período da Reconquista. Mas a paz e saúde de Hespanha so virá com a integração de cada indivíduo à sua própria terra e com o respeito à variedade dos caracteres nacionais.

Cumprе dizer que os Galegos não provocaremos lutas destrutoras, das quais estamos bem aborrecidos; mas, sim, provocaremos a realização do hispanismo patrimonial dos dous Estados da Península e das várias nações que integram Hespanha. Somos ardidos defensores da união ou aliança ibérica, porque no fundo insubornável da nossa alma ferve o anseio de nos achar a Portugal e

de nos confundirmos com ele; mas primeiro anelamos dar remate feliz a nossa obra hespanhola (a obra do pacto de *Galezuca*).

Nalgum momento da decadência de Hespanha existiu o perigo de levar até ao Ebro a fronteira francesa, entregando a Galiza a Portugal e dividindo a Península em dous Estados de igual peso.

Pois bem; nós, os Galegos *nacionalistas*, imos fazer uma declaração bem meditada: *Lutaremos sempre em contra de qualquer pensamento que minuar as possibilidades duma Hespanha grande*. Nós queremos abolir a hegemonia de Castela porque o nosso nacionalismo é predominantemente cultural, e já dissemos que a única solução que nos apraz é a do federalismo ibérico, porque assim o nosso espírito, agora oprimido, se confundiria com o português na missão conjunta de criar para o mundo atlântico uma nova civilização. (SemG 2011: 385)

A *questione della lingua* no contexto galeguista do Viqueira

Não perco de vista a *tríade sequencial* a que acima aludi para explicar o sentido e importância da *questione della lingua* não só no pensamento viqueirano. Refiro-me à correlação (ou tensão dialética) entre o *projeto nacional* (de estado!), a *organização dos usos idiomáticos* e a *formalização do idioma* adequada à verificação do projeto nacional.

Na Galiza (para outros ‘Galicia’ ou *Comunidad Autónoma de Galicia*) podemos comprovar ou falsar, *a contrario*, a tese em causa, porquanto o RbE, por meio de pessoas fiéis e de instituições próprias, arbitrou uma determinada formalização da *lengua española*, de nome ‘galego’, não constitucional, mas apenas estatutário⁸, integrada em uns determinados usos linguísticos, *nacionais* e *autonómicos*, cujo objetivo declarado é duplo:

- a. impedir que ‘Galicia’ possa ser *Galiza*, quer dizer, que a *región española, Galicia*, alcance a condição de estado, independente ou federado, *Galiza*, e
- b. consolidar o estado-RbE em que hoje ‘Galicia’ se acha inclusa.

Na realidade Viqueira enxergou essa correlação e por vezes mesmo a torna quase explícita, como no artigo NPE em que expõe a sua conceção da hoje

⁸ Advirta-se que no art. 3.º da CE 1978 só tem nome a *lengua nacional, o castellano, oficial del estado*.

denominada *questione della lingua* referida à Galiza e aos galegos conscientes da sua condição. Não me desculpo pela citação extensa, porquanto nela poucas explicações e acréscimos são precisos:

Temos, pois, de considerar com seriedade o *problema linguístico*⁹. A nossa fala não tem de ser só um meio para falarmos aos labregos, ainda que isto seja digníssimo, se se lhes fala de liberdade para os espertar e fazer livres. A nossa fala tem de chegar a exprimir a infinda riqueza da nossa alma galega e tem de encher aquela missão internacional de relações com os países de língua portuguesa, que antes cobiçávamos para a Galiza. O que quer dizer que a língua galaica tem de converter-se num requintado e refinado, admirável meio de cultura, instrumento espiritual. É, antes de tudo, preciso que todos os galegos falem e escrevam o galego, como souberem e como puderem. Mas isto não basta; é preciso depois que o falem e o escrevam à perfeição.

A douda *Academia Galega* fez muito por este idioma refinado, se se considera o ambiente pouco favorável para um renascimento linguístico que teve até há alguns anos. Sobretudo devemos-lhe a *conservação da nossa antiga ortografia*, a que deu valor oficial infelizmente ainda não reconhecido.

[...]

Precisamos do mesmo jeito estudos sobre a sintaxe, sobre a maneira peculiar de formarmos as frases, que vai tão perdida. E derradeiramente temos por força que *reformatar a ortografia*. Hoje existem três ortografias galegas.

Uma delas é a fonética; esta tem o inconveniente de que na Galiza há muitas fonéticas, algumas ainda desconhecidas, e que nos ilha do resto do mundo, sobretudo do português, porque nem este nem nenhuma outra língua se escreve hoje foneticamente.

Deixando de lado esta, temos ainda duas ortografias: A vulgar, utilizada por Rosalia de Castro, Curros, Carvajal e hoje usualmente, e a académica ou etimológica, admitida sabiamente pela Academia Galega, empregada por Pondal e, em geral, pelos eruditos. A diferença entre as duas é pequena, e consiste em que na vulgar não se usam o *g* e o *j* no som suave e sim somente *x*, e na académica

⁹ O cotexto justifica o facto de estimar adequadamente a *Questione della Lingua* (eu considero-o *Questão de Correção idiomática*) o que Viqueira denomina *problema linguístico*. Contudo, reconheço que ele não estima exercer como linguista ou filólogo, mas como ativista social ou político.

o *g* e o *j* têm o seu lugar como sons suaves. Exemplos: Escreve-se na ortografia vulgar *xa* e na etimológica *ja*; na vulgar *surxir* e na etimológica *surgir*.

Destas duas a que *temos de admitir é a etimológica* pelos seguintes motivos:

- a) É etimológica.—
- b) Foi a nossa sempre e com ela estão escritas cousas tão belas como as *Cantigas* do Rei Afonso.—
- c) É a mesma que a portuguesa e, portanto, possibilita as relações linguísticas entre os dous povos (Galiza e Portugal).—
- d) Coincide com as das restantes línguas neolatinas (francês, italiano, etc.).

Alguém me dirá que é difícil. Responderei dizendo que é muito útil e que vale a pena aprendê-la. Mais difícil é a ortografia inglesa (sem regras) e empregam-na muitos milhões de homens. Para quem conheça o português, o francês, o italiano ou o latim, a nossa ortografia etimológica não lhe será difícil. De todos os jeitos, é questão de quinze dias ou um mês de trabalho. A melhor maneira de a aprender é não querer escrever com outra. Não posso aqui dar regras determinadas para ela e talvez não existam, mas apresento-vos alguns *princípios* que vos ajudarão grandemente. (Os 2011: 56-59; EeP 1974: 167-169)

A seguir Viqueira oferece uns princípios de boa escrita; na verdade são uns breves apontamentos ortográficos. Seja como for, acaba a secção de NPE:

Insisto muito nisto da ortografia porque ela terá, unida à purificação da língua, uma virtude mágica: *Fará da nossa fala campesina, ilhada e pobre, uma língua universal, de valor internacional e instrumento da cultura. Ademais, capacitará a todos os galegos para lerem o português*, o qual, diga-se o que se quiser, hoje não podem fazer. (Os 2011: 59-60; EeP 1974: 170. Itálico no original)

O Prof. Rodrigues Lapa, no fim do artigo, *A recuperação literária do Galego* (1973.1979: 64-65), lembra alguma das práticas iniciais de aquela insistência viqueirana posteriores à guerra da Espanha (1936-1939)¹⁰:

¹⁰ Houve diversos escritores que, antes da guerra de Espanha, também praticaram essa proposta, para além do próprio Viqueira. Mas, a meu ver, o processo de reintegração iniciado por Guerra Da Cal e continuado por diversas agrupações reintegracionistas, após a transición democrática no RbE, está hoje a lograr que a grafia tradicional do Galego, continuada no Português, seja reconhecida sem grandes conflitos, apesar de tudo ...

[...] um desses escritores, cidadão do mundo, que até nisso é galego-português, Ernesto Guerra Da Cal¹¹, já iniciou esse trabalho de integração nas obras que tem composto e prefaciado. Nos seus dois livros de poesia, *Lua de além mar* (1959), prefaciado por Jacindo do Prado Coelho, e *Rio de Sonho o Tempo* (1963), este *mestre da nova Galeguidade*, como lhe chamou justamente Otero Pedrayo, não hesitou em utilizar a ortografia portuguesa para todos os fonemas galegos que por meio dela possam ser representados. Deu para isso duas razões: uma porque o sistema ortográfico vigente para o galego não tinha base histórica nem científica; a segunda e a mais importante:

é o considerarmos inadiável o restabelecimento dos vencellos tradicionaes das nosas letras con o âmbito amplo e rico da cultura luso-brasileira, à cal, tanto pola verba, canto polo esprito pertencemos [...] (*Lua de além mar*, p. 14)

Abundam as intervenções do Viqueira sobre a *Questão da Ortografia adequada ao Galego*, quer dizer, sobre a *Questione della Lingua*, denominação recebida dos processos de formalização gráfica (e oral) do toscano até ao italiano atual; refiro-a aqui às falas galegas.

Em 1917 (ANT, núm. 22, 20 de junho, p. 1), escrevia na que era a sua primeira colaboração, que lhe intitularam “Dum novo irmão. Duas ideias”:

Os leitores do galego podem ser numerosíssimos; quer dizer, que quem escreve em galego escreve quase para meio mundo.— Devemos lembrar-nos de que em Portugal e Países de Língua Portuguesa a nossa literatura tem ardentes partidários. Ultimamente em Coimbra, no grande teatro da vila, ouvi eu aplaudir com todo o entusiasmo as poesias de Rosalia de Castro, recitadas com enxebre acento por uma grande artista portuguesa, Amélia Rei C[ol]jaço¹², que os galegos deviam conhecer! — Ademais, lembremo-nos também de que nos países de lín-

¹¹ É obrigado remeter à tese de Joel Gomes sobre Guerra Da Cal e, em particular, ao seu *Ernesto Guerra Da Cal, do exílio a galego universal* (Santiago de Compostela, Através, 2015), em que pormenoriza o labor constante do Professor em prol da reintegração do Galego à Lusofonia pela via, também, da recuperação ortográfica. É à sua mediação perante os vultos portugueses e brasileiros, junto com o labor persistente de José Luís Fontenla, que se deve a participação de observadores galegos não governamentais nas sessões dos *Acordos Ortográficos* do Rio de Janeiro (1986) e Lisboa (1990).

¹² Acho que Viqueira está a referir-se à grande atriz portuguesa Amélia Schmidt Lafourcade Rey Colaço Robles Monteiro (1898-1990). Vid. online <http://cvc.instituto-camoes.pt/teatro-em-portugal-pessoas/amelia-rey-colaço-dp11.html#.XaXTZSX3FTY>.

gua castelhana não se achará dificuldade nenhuma para nos compreender! — Por isso no porvir até a nossa correspondência comercial se fará em galego!

Para conseguir o que acima digo fazem falta duas cousas a respeito da nossa língua. Primeiramente faz falta afirmar a nossa linguagem literária. Por isto devemos imitar os países que se encontraram na nossa situação (Grécia, Flandres, Catalunha); devemos estudar os clássicos galegos e os quase nossos clássicos portugueses, bem como a nossa literatura popular, e não como alguns fazem, transcrever a fala de aldeias já corrompida e que corresponde ao castelhano de López Silva¹³.— Segundo, para adaptar a nossa literatura aos leitores portugueses temos de admitir a sua ortografia, quer dizer, a hoje válida em Portugal, somente com aquelas modificações (decerto bem pequenas!) que exigem as diferenças da língua. Este caminho já foi seguido pelos flamengos na Bélgica, que tiveram de tomar a ortografia holandesa, o qual lhes aumentou de maneira considerável os leitores.— Façamo-lo pois! (Os 2011: 81-82; EeP 1974: 182-183)

Também em 1917 em nota no fim do artigo *A nossa escola. Palavras dum mestre* (ANT, núms. 28-29, 30 de agosto, p. 2) Viqueira resume os motivos por que utiliza a ortografia etimológica:

A ortografia que emprego nos meus trabalhos, admiti-a — respeitando imensamente os que não a usam — pelos seguintes motivos: (a) É a antiga ortografia galega; (b) parece-se muitíssimo com a portuguesa e facilita, pois, o aumento de leitores; (c) coincide com as das outras línguas [neo]latinas; (d) é etimológica; (e) foi defendida e empregada nas suas publicações por António de la Iglésia no século XIX; (f) pode ser base para a reforma da fonética galega, hoje tão castelhanizada. (Os 2011: 88; EeP 1974: 140)

Viqueira, a meu ver, contesta, educadamente, a observação que os redatores de ANT colocaram em nota de rodapé ao artigo *A nossa Faculdade de Filosofia* (ANT, núms. 25, 20 de julho de 1917, p. 2), os quais perceberiam ou receberam queixas de leitores, populares ou sábios. Dizia a nota: *Por respeito ô autor conservamol-a ortografia qu'emprega nos orixinaes.*

¹³ José López Silva (1861-1925) foi colaborador do semanário satírico *Madrid cómico* e autor de sainetes e zarzuelas, em que as personagens falam à maneira artificialmente castiça atribuída às camadas populares madrilenas. Famosa é *La Revoltosa* (1898), escrita em colaboração com Carlos Fernández Shaw, com música de Ruperto Chapí.

Já em 1918 Viqueira escreve diretamente sobre a ortografia preferível para o Galego e detém-se nalgumas particularidades. Intitula o artigo *Tema de verdadeiro interesse. Pela reforma da ortografia* (ANT, núm. 43, 20 de janeiro, p. 1). Reproduzo os parágrafos pertinentes:

É um problema entre nós a reforma da ortografia e um problema duma grande transcendência. De facto existem hoje duas maneiras de escrever o galego: uma, que podemos chamar *erudita*, *etimológica* ou, melhor, *histórica*, e outra, *popular*. A diferença está em que na primeira se empregam o *j* e o *g*, na forma que se faz em português ou francês, e na segunda substitui essas letras no seu antedito som o *x*. O meu propósito no presente artigo é mostrar que temos de admitir imediatamente a ortografia erudita, se cobiçamos a máxima eficacidade do nosso idioma, e que no porvir temos de modificá-la num sentido ainda mais útil.

Vejamos por quê. Uma língua deve escrever-se de maneira que possa ser entendida pelo maior número de homens. Não acontece isto tendo em conta a fonética, que com as suas frequentes variações tende a esnaquizar a linguagem e que, antes, importa sujeitar, mas tendo em conta a história. As ortografias históricas mostram uma ortografia unificada por necessidades duma cultura que tem traços unitários. Assim, a atual ortografia grega não só unifica a total linguagem grega, mas também unifica a linguagem moderna com a antiga. É sabido que existia entre a antiga fonética grega e a atual umà diferença profunda. Da mesma maneira a ortografia castelhana serve de base para uma cheia de fonéticas (a andaluza, a castelhana, a leonesa e outras, como as americanas) e para a velha literatura anterior ao século XV (cuja fonética não era a atual). Portanto, vemos que as ortografias históricas são essencialmente instrumentos práticos e unificadores, que ampliam a eficácia duma língua. No galego dá-se o mesmo caso. O português é um filho do galego e, entre os dous, não há mais capitalmente que diferenças fonéticas que não são tão grandes, quiçá, como as que existem entre o andaluz e o castelhano. Se nós empregamos a ortografia histórica galaico-portuguesa, teremos salvado a dificuldade que separa as duas línguas e daremos ao galego um carácter mais universal, fazendo-o acessível ao maior número de homens.

[...]

O momento atual é apropriadíssimo para empreender a reforma da ortografia. Quanto mais tempo se passar, mais difícil será fazê-lo, pois a ortografia se irá arraigando com a grande riqueza da produção literária galega. O meu artigo é somente uma indicação para o benévolo leitor, que, se está de acordo comigo, o melhor meio de trabalhar pela obra que proponho é escrevendo com a nossa ortografia galega que foi a velha da nossa idade de ouro. (Os 2011: 39-40; EeP 1974: 174-176)

Nos inícios de 1919 publica o artigo *Da renascença linguística* (ANT, núm. 77, 6 de janeiro, pp. 4-5) em que insiste não só na grafia adequada às falas da Galiza, mas também na pronúncia:

I.- Para os tempos novos, fala nova! O galego é algo que se faz, que se cria, não algo feito. Mas para o fazer, deve conhecer-se as suas possibilidades atuais (a sua gramática) e as suas possibilidades futuras em germe nas atuais (o seu dinamismo). [...]

V.- Muito bem diz o meu amigo Correa Calderón: *Temos de criar o galego do nosso século!* — Eu engado: o galego integralmente, no seu léxico, na sua gramática, na sua pronúncia. — Esta pronúncia, ou dicção nossa, tem de ser o selo dos galegos escolhitos! — Devemos não só pronunciar melhor, mas dar-nos uma maior riqueza fonética no galego. E isto pode ser! — Do século XV ao XVI mudou totalmente a fonética do castelhano, ainda que os gramáticos académicos favorecessem a conservação da antiga pronúncia! — Libertemonos da fonética castelhana e depuremos a nossa!

VI.- Que quer dizer velhos e novos? Não os que têm poucos e muitos anos. Mas os jovens de alma e os velhos de espírito. Há homens de vinte anos que são velhíssimos e velhos de oitenta que são ainda valentes rapazes!

VII.- Que não temos clássicos galegos? — Façamos nossos os clássicos portugueses. Sobretudo Camões pode ser o nosso mestre!

VIII.- A ortografia etimológica deve ser a nossa. Precisamos estudá-la. Como? Aprendendo a escrever em português. — Nós, galegos futuristas, temos de exprimir-nos indiferentemente em espanhol, galego, português e inglês! Estas quatro línguas hão de ensinar-se na Escola Primária. Extravagância? — Não: faz-se na Bélgica, em Suécia e noutros países. (Os 2011: 40-41; EeP 1974: 177.178-179)

Nestes artigos Viqueira estima que ortografia vai muito além do que letras (e as pronúncias); identifica ortografia [orthographia] com cultura, à partida, literária (clássicos, Camões), mas também com história (a nossa idade de ouro, universalismo, produtos mais perfeitos da civilização). Aliás, no discurso sobre o *galego autónomo* entremeia o *exprimir-nos indiferentemente em espanhol, galego, português e inglês*.

Avançado o ano 1919 mais uma vez Viqueira escrevia sobre ortografia e língua, e vice-versa “Pela reforma ortográfica” (ANT, núm. 102, 5 de outubro, p. 2):

I.- Tenho uma razão fundamental contra a ortografia fonética: Admitindo-a, apartar-nos-íamos do mundo linguístico inteiro. E ilhar-se é morrer! Nenhuma língua se escreve foneticamente. Sobretudo, ilhar-nos-íamos do português. O galego, não sendo uma língua irmã do português, mas sim um português, uma forma do português (como o andaluz do castelhano), tem-se de escrever, pois, como português. Viver no seu seio é viver no mundo, é viver sendo nós próprios!

II.- Escrevendo com a nossa ortografia etimológica (admitida pela nossa Academia), escrevemos quase como em português. Mas esta ortografia é difícil, já que o galego não se ensina na escola. Baseando-se na ortografia etimológica, pode fazer-se uma ortografia popular muito próxima da erudita ou propriamente etimológica e, ademais, prática. [...]

IV.- O único problema difícil da nossa ortografia é o do X, G e J. Com a minha solução creio que pode praticamente ficar resolvido.

V.- Em resumo: A ortografia fonética é a morte da nossa língua; a ortografia etimológica é a sua vida, cada vez maior. E, pois a derradeira é difícil, cheguemos à solução conciliante que eu proponho. (Os 2011: 120-122; EeP 1974: 180-181)

Em 1920, no artigo *Pela pureza linguística* (ANT, núm. 121-122, 15 de junho, pp. 11-12), reitera:

I.- A nossa língua desenvolve-se rapidamente e, para não caminharmos numa direção falsa, precisa-se que nela intervenham as críticas eruditas. Aconselho por isto aos inteligentes que falem e trabalhem nesse senso. Se isto não se fizer, chegaremos aginha a uma anarquia linguística certamente ruinosa. De todos os que falamos e escrevemos galego arela o presente um esforço de clareza, de depuração.

Explica a seguir como devem fazer-se os plurais da palavras acabadas em -al, os adjetivos de terminação -vel, os vocábulos de sufixo -zón ou -çon e os plurais de rei e lei. E remata o artigo:

VI.- Cada día são mais os partidários da ortografia etimológica, única maneira de unificarmos os dialetos galegos e de nos aproximarmos do português, quer dizer, a ortografia etimológica é um método de potência. (Os 2011: 126-127; não achei que esteja recolhido em Ensayos e Poesías 1974)

Se Viqueira acode a argumentos de toda a ordem, também aos filológicos, para firmar a identidade de língua entre as falas galegas e as portuguesas de toda a Lusofonia, Castelão apenas (ou nada menos) insiste nos argumentos glotopolíticos para chegar à mesma conclusão. Cito um excerto do SemG, tomado da secção IV do “Livro primeiro”¹⁴:

Tem a Galiza um idioma proprio?

Estamos fartos de saber que o povo galego fala um idioma de seu, filho do latim, irmão do castelhano e pai do português. Idioma apto e ajeitado para ser veículo duma cultura moderna e com que ainda podemos comunicar-nos com mais de sessenta milhões de almas. O galego foi instrumento maravilhoso da grande e única poesia lírica da Hispânia e nele escreviam os engenhos peninsulares — tanto de dentro como de fora da Galiza —, quando a língua de Castela não tinha categoria literária. O galego é um idioma extenso e útil, porque — com pequenas variantes — se fala no Brasil, em Portugal e nas colónias portuguesas. O galego ressurgiu no século passado com poetas tão egrégios como Rosalia, Curros e Pondal. O nosso idioma tem tal formosura que um poeta andaluz como Garcia Lorca — o poeta mártir —, não foi quem de resistir o seu engodo e compôs poemas em galego. O galego — somente refugado pelos *señoritos* ou por trabalhadores que quiseram ser *señoritos* — é hoje o idioma que preferem os intelectuais como veículo da nossa cultura; mas ainda que carecesse de tantos méritos contraídos, bastar-lhe-ia ser a fala do povo trabalhador para estar dignificado por si, pois o galego é uma executória viva do trabalho e uma cédula honrosa de cidadania e democracia. Não esqueçamos que se ainda somos Galegos é por obra e graça do idioma.

¹⁴ Castelão voltou sobre o mesmo assunto e insistindo nos mesmos conceitos noutras secções do SemG; assim na XV do “Livro terceiro” (2010: 372-373), na III do “Livro quarto” (2010: 520-521).

A esta fala popular, viva e gloriosa, os imperialistas chamam dialecto. Mas eu perguntar-lhes-ia: *Dialecto de que idioma? Do que vós chamais espanhol?* De nenhuma maneira, porque o idioma que vós impusestes pela força é um irmão menor do galego. *Por acaso quereis dizer que é dialecto do latim?* Pois então chamaí dialecto ao francês, ao italiano, ao romeno, porque também são filhos do latim e irmãos do galego. [...]

As numerosas faces do problema dão matéria para um livro; mas com o que foi dito já fica patente a coincidência do galeguismo com as doutrinas mais prestigiosas e predominantes neste ponto concreto das nossas reivindicações. Quero afirmar, também, que a ideologia liberal — defensora da dignidade dos homens e da autonomia moral dos povos — não pode refugar os nossos anseios de liberdade, fincados em princípios de justiça e de progresso.

A solução do problema — tanto político como pedagógico — dá-la-emos no seu dia. Por ora basta o que ficou dito. (SemG 2010: 46-48)

Conclusão

Concluo já brevemente:

1.- Face ao pessimismo risco-espengleriano, Viqueira cultiva o otimismo real: *O nosso dilema é, galegos, ser ou não ser. Seja um ato de vontade a resolução final. Seremos com toda a plenitude da existência.*

2.- Uma das vias organizativas para promover o otimismo real é a atual ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, que em colaboração com grupos de toda a índole, sobretudo reintegracionistas, está a lograr que a Galiza e o galego sejam reconhecidos na Lusofonia toda.

3. Será que os radicais nacionalistas *españoles* entenderam perfeitamente o que Castelão, na sequência do Viqueira, afirma na secção VI do “Livro terceiro” do SemG? (2010: 329):

A todos nos consta que o romance galego — obra de arte criada pelo nosso povo — foi a língua que preferiam os dizedores, trovadores e jograis de Hespanha toda; mas, além disso, sabemos que avançava naturalmente sobre os outros romances até chegar a ver-se o seu resplendor de Aragão e a Catalunha. A língua galega seria hoje o idioma hespanhol se os avanços da Reconquista não tivessem fendido pelo ponto mais fraco a comunicação dos idiomas extremos,

quer dizer, do galego e catalão, pois só à expansão guerreira de Castela se deve a expansão do seu romance. Pois bem; o nosso génio criador — na sua expressão mais popular, ou seja no idioma — marcava aos varões façanhosos da Galiza o caminho que deviam seguir, e este não era outro que o de se juntarem a Portugal em vez de ajudarem Castela. A grandeza histórica de Portugal faz-nos ver hoje o que significaria para Hespanha uma restauração da antiga unidade galaica — a dos tempos romanos e suevos —, pois presentemente estariam coordenadas as variedades hispânicas num Estado europeu, principalmente atlântico.

De Castela e dos módulos castelhanos só podia sair a Hespanha que estamos vendo e padecendo.

Ponte-Vedra, 1986 / Crunha, 1991 / Bergondo, 2011

Referências

J. V. Viqueira (1930/1974), *Ensaio e poesias* [compilação de textos vários com critério e fidelidade insuficiente], Vigo, Galaxia.

J. V. Viqueira (2011), *Obra seleta*, Sant Cugat del Vallès, Edições da Galiza.

C. Álvarez Cáccamo (2015), “Ou autodeterminação e socialização também linguísticas ou não há nada que fazer” in PGL, online: <http://pgl.gal/ou-autodeterminacao-e-socializacao-tambem-linguisticas-ou-nao-ha-nada-que-fazer/>

M.^a D. Arribe Dopico/A. Gil Hernández/J. C. Rábade Castinheira (1983.1984), “Que galego na escola. Tese reintegracionista” in *Que galego na escola?* (Ponencias dos I Encontros Labaca), Sada-Crunha Eds. do Castro, pp. 43-175.

A. Cu villier (1939), “Introdução à Sociologia: a especificidade do social: a sociologia naturalista e a sociologia psicológica”. Online: <http://www.consciencia.org/introducao-a-sociologia-a-especificidade-do-social-a-sociologia-naturalista-e-a-sociologia-psicologica>

M. Ferreiro (2001), *Pondal, Eduardo. Poesia galega completa II* Poemas Impresos, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco

J. L. Fontenla Rodrigues (1987), “João Vicente Viqueira, precursor do Reintegracionismo galaicoportuguês. Seu pensamento filosófico, pedagógico e linguístico. Homenagem no centenário do seu nascimento” in *Nós* (Braga / Ponte Vedra) núms. 4-6, pp. 25-46.

A. Gil Hernández (1984.1986) “Aproximação à análise dos discursos sobre a língua em textos da filologia oficial na Galiza” in *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, Crunha, AGAL, pp. 81-126.

- A. Gil Hernández (1986), “Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza” in *Temas de O Ensino* (Braga / Ponte Vedra), núms. 6-10, pp. 247-286.
- A. Gil Hernández / H. M. Rabunhal Corgo (1989), “O conceito de diglossia, segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia deslocada” in *Nós* (Braga / Ponte Vedra) núms. 13-18, pp.361-388.
- M. Miragaia (1990), “A realidade portuguesa no pensamento galeguista” in *Agália* (Corunha) núm. 23 (Outono), pp. 269-288.
- A. S. Porto Ucha (1986), “Conexiones del galleguismo con el institucionalismo: Juan Vicente Viqueira” (§ 7.3. do cap. VII) in *La Institución Libre de Enseñanza en Galicia*, Sada-Corunha, do Castro, pp. 319-333.
- A. S. Porto Ucha (1989), “Bernardino Machado e a Institución Libre de Enseñanza” in *Nós* (Braga / Ponte Vedra), núms. 13-18, pp. 435-442.
- Antero de Quental “Nirvana”, soneto (on line http://www.vidaslusofonas.pt/antero_de_quental.htm)
- J. Villalobos (1992), “Giner de los Rios, pensador liberalista” in *Cuadernos sobre Vico* 2, pp. 321-238.

ANTÓNIO GIL HERNÁNDEZ

António Gil Hernández (1941) foi membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia na Academia Galega da Língua Portuguesa e diretor do *Boletim da AGLP* no Conselho de Redação e Administração da revista. Nado em Valhadolid (*Comunidad de Castilla y León no Reino de España*), vive na Galiza desde 1969. *Licenciado em Filosofia y Letras, secção Românicas, subsecção Espanhol*, pela Universidade de Santiago de Compostela, exerceu a docência no Colégio Universitário da Crunha, dependente então da Universidade de Compostela, como professor de Linguística Geral e Crítica Literária. Ministrou aulas no Liceu Salvador de Madariaga, também na Crunha, a estudantes adultos do Ensino Secundário. Hoje está felizmente reformado. Cofundou a *Associação Galega da Língua* em 1981, de que foi secretário. Entre outras entidades, participou ou participa na *Associação Sócio-Pedagógica Galega*, nas *Irmândades da Fala da Galiza e Portugal*, na *Associação de Amizade Galiza-Portugal*, bem como na *Sociedad Española de Lingüística*.

Instituição

Atividades da AGLP no ano 2018

Ângelo Cristóvão e Xico Paradelo

Organização

- SANTIAGO, 6 a 8 de abril. *II Encontro de Mulheres da Lusofonia. Mulheres, territórios e memórias*, em colaboração com a UMAR - *União de Mulheres Alternativa e Resposta*. Realizado na Casa da Língua Comum e outras sedes em Santiago de Compostela. Apoio institucional da Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira e presença da Diretora Geral Georgina Benrós de Mello. Presença do Subdiretor Geral de Relações Exteriores e com a União Europeia do Governo autónomo, Xosé Lago, e de Mariana Portas pela Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da CPLP.
- SANTIAGO, 5 de maio. *Celebração do Dia da Língua Portuguesa e Culturas da CPLP* na Casa da Língua Comum, com projeção de vídeo do Programa *CPLP audiovisual*, sob o título *Paraíso ameaçado*, centrado na problemática que envolve a exploração dos hidrocarbonetos existentes na costa do arquipélago dos Bigajós, na Guiné Bissau, com especial atenção às variedades linguísticas registadas no documentário.
- PITÕES DAS JÚNIAS (MONTALEGRE), 26 e 27 de maio. *VII jornadas galego-portuguesas de Pitões das Júnias*, organizadas por Desperta do Teu Sono, com apoio da AGLP e participação das académicas Maria Dovigo e Concha Rousia e do académico José Manuel Barbosa.

- SANTIAGO, 21 de Julho. Realização do *Encontro de Lexicografia Os novos vocabulários ortográficos*, na Casa da Língua Comum de Santiago de Compostela. Participação da correspondente da *Academia das Ciências de Lisboa*, Ana Salgado, com a apresentação do projeto da segunda edição do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e a participação dos académicos galegos Carlos Durão e Isaac Estraviz, da AGLP, acompanhados pelo presidente da Academia, Rudesindo Soutelo.
- SANTIAGO, 21 de julho. Reunião do Pleno da AGLP na Casa da Língua Comum.
- SANTIAGO, 29 de setembro. *Ato de Tomada de Posse* da académica correspondente Inocência Mata, com discurso de receção do académico de mérito José Luís Fontenla Rodrigues e moderação do Presidente da AGLP, Rudesindo Soutelo. Vídeo acessível na página www.academiagalega.org
- SANTIAGO, 29 de setembro. *Ato poético na Tomada de Posse* da académica Inocência Mata, na Casa da Língua Comum, com participação de Teresa Moure, Tiago Alves (Portugal) Carlos Quiroga, Maria Suárez, Íria Sánchez, Irene Veiga, Jéssica Azevedo (Brasil), Luís Fontenla, José Manuel Barbosa, Joana Magalhães (Portugal), Inocência Mata (São Tomé e Príncipe).
- SANTIAGO, 29 de dezembro. Reunião do pleno dos membros da AGLP na Casa da Língua Comum.

Assistência a Reuniões da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, dos Observadores Consultivos da CPLP

Realizadas no edifício da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, sede da coordenação: 23 de janeiro, 20 de fevereiro, 13 de abril, 26 de junho, 19 de setembro, 23 de novembro, 21 de dezembro. A AGLP tem-se feito representar pela académica Maria Dovigo nas reuniões realizadas com regularidade no edifício sede da coordenação. O foco principal das reuniões é a articulação entre todos os membros para a organização de atividades que durante o ano melhor promovam os

fins da CPLP na área da Língua Portuguesa e efetivem as suas linhas estratégicas. A AGLP tem tido o apoio da CT para a realização de atividades e divulgação das mesmas. Por sua parte, a AGLP colabora com os eventos organizados por outros membros da CT. A presença na CT tem permitido fazer parte do balizamento do conceito de lusofonia e consolidar uma rede contactos pessoais.

Representação institucional

- Assistência ao colóquio *Crioulos de base portuguesa: património linguístico*, em 5 de junho, na sede da CPLP. Colóquio organizado pela Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa.
- Assistência ao colóquio *Unidade e diversidade da língua portuguesa* da Academia de Ciências de Lisboa, em 10 de julho.
- Assistência à Noite da Plataforma 9 na sede da Fundação Gulbenkian, em 6 de setembro.
- Assistência à cerimónia da tomada de posse do novo diretor do IILP-Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em 6 de dezembro, na sede da CPLP. Presença dos académicos Ângelo Cristóvão e Maria Dovigo.

Presença/colaboração noutros eventos

- VIII edição do festival *Português perto. Aquelas nossas músicas*, organizado pela Vice-reitoria do Câmpus de Ourense- Universidade de Vigo, em colaboração com a Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa (Pró-AGLP), a Associação Galega da Língua (AGAL) e a A.C. Algaravía.
- *VIII encontro de escritores de língua portuguesa* na Praia (Cabo Verde), organizado pela UCCLA, que contou com a participação da académica Concha Rousia (19 a 21 de abril).
- SANTIAGO, 26 a 29 de junho. Colaboração com o *Curso de Verão Galego, porta aberta para o mundo*, da Universidade de Santiago. Realizado na Faculdade de Filologia, sob a direção de Teresa Moure, com a participação dos académicos Ângelo Cristóvão, Concha Rousia, Mário Herrero e Valentim Rodrigues Fagim.

Colaboração com entidades da sociedade civil lusófona

Para completar o panorama da atividade da AGLP, referimos ainda contactos e colaborações com entidades e associações da sociedade civil da lusofonia. Com a UMAR-*União de Mulheres Alternativa e Resposta*, ONG com sede em Lisboa e com núcleos em várias cidades do estado; com o MIL-*Movimento Internacional Lusófono*; com a Djass-*Associação de Afro-descendentes*; com o CEMD-*Círculo de Escritores Moçambicanos na diáspora*; com o leitor do *Centro de Estudos Galegos* da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Gabriel André, dando continuidade à colaboração que já começou com o anterior leitor, Isaac Lourido.

Fontenla e a geração da lusofonia

Ângelo Cristóvão, académico

Chantada,
2 de setembro 2018

Discurso de Ângelo Cristóvão, em nome da AGLP, durante o ato em que a *Fundação Meendinho* entregou a José Luís Fontenla Rodrigues o Prémio Meendinho. Chantada, 2 de setembro 2018.

Começo esta breve intervenção dando os mais sinceros parabéns ao José Luís Fontenla e à sua família, em nome da Academia Galega da Língua Portuguesa, que aqui venho representar, pelo Prémio Meendinho do ano 2018, que a ele honra, e através do qual todos nos sentimos partícipes também.

José Luís Fontenla Rodrigues, filho de Maria Rosa Rodrigues e José Luís Fontenla Mendes, quem fora membro das Mocedades Galeguistas, do Partido Galeguista, do Seminário de Estudos Galegos, de Labor Gallega de Ponte Vedra e da editora SEPT, nasceu em Ponte Vedra a 9 de fevereiro de 1944. É escritor, jornalista, poeta, artista, ativista político e cultural, tendo utilizado diversos pseudónimos como João Padrão, Luís Roiz, António Eirinha e outros. Algumas das suas obras foram traduzidas para hebreu, japonês, russo, romeno e inglês. Licenciado em Direito pela Universidade de Santiago, iniciou a sua atividade como advogado em 16 de setembro de 1967, dividindo os seus esforços entre a atividade profissional e a faceta intelectual e de criação, como impulsionador e colaborador de múltiplas iniciativas cívicas que definem uma etapa da Galiza.



De direita à esquerda, José Luís Fontenla e Alexandre Banhos.

No âmbito da atividade profissional e cívica durante a ditadura franquista destaca em 1970 a sua implicação a favor da abolição da pena de morte, pela amnistia e os direitos humanos, a título pessoal e em iniciativas coletivas por meio da Ordem dos Advogados. No terreno político cofundou o Conselho de Forças Políticas Galegas, em reunião realizada no seu escritório de advogado de Ponte Vedra em janeiro de 1976, mantendo relação direta e epistolar com as mais relevantes figuras políticas do âmbito espanhol. Fundou o Partido Galego Social-Democrata, sendo candidato ao Senado espanhol pelo Partido Socialista Galego em 1982. Foi representante da Galiza na Plataforma de Convergência Democrática durante a ditadura franquista, na clandestinidade. Colaborou com o Euskal Sozialista Bitzarrea - Partido Socialista Vasco e o grupo socialista “ex-Reagrupament” de Josep Pallach para criar uma Federação de Partidos Socialistas com o PSOE (H) histórico. Elaborou um projeto de Constituição para a Galiza fazer parte de um possível Estado Confederal Espanhol. Como advogado, fez as gestões em Madrid para a legalização da Assembleia Nacional-

Popular Galega (AN-PG) em março de 1978, antecedente do atual Bloque Nacionalista Galego (BNG).

Como ativista cultural e cívico com atuações iniciadas há mais de 50 anos fundou a *Asociación de Amigos da Cultura* em 1970, com sede em Ponte Vedra. Foi cofundador e segundo presidente da *Asociación para a Defensa Ecológica da Galiza (ADEGA)*, participando decisivamente, entre outras, na campanha contra os depósitos radiativos no Oceano Atlântico. Contribuiu para a realização de ofícios religiosos em galego em condições politicamente difíceis. Fundador da *Associação de Amizade Galiza-Portugal*, *Associação Cultural Lusófona Irmandades da Fala da Galiza e Portugal* (IFGP), *Associação Socio-Pedagógica Galega*, *Círculo Republicano Lusófono*, *Centro Internacional de Estudos pela Paz*.

Na sua faceta editorial foi fundador e diretor de *A Nosa Terra* e, para esse semanário, jornalista da secção internacional. Colaborou com a editorial católica galeguista SEPT (Serviço de Estudos, Publicações e Trabalhos). Foi também diretor e fundador revistas das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal: *Nós*, *O Ensino*, *Cadernos do Povo* (Biblioteca de Autores Lusófonos), *Temas de O Ensino*.

Participou na *Comissão Galega do Acordo Ortográfico* em 1986, na sede da *Academia Brasileira de Letras*, no Rio de Janeiro, junto a Isaac Alonso Estraviz (representante por delegação de Ernesto Guerra da Cal) e Adela Figueroa Panisse. Em 1990 presidiu à Delegação de Observadores da Galiza participando, com António Gil Hernández, na sede da *Academia das Ciências de Lisboa*, nas reuniões que conduziram ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, tratado internacional que só começaria a entrar em vigor a partir de 2008. Faz parte do Centro de Estudos Luso-Brasileiros (CELB) da Universidade de São Petersburgo.

Em 5 de outubro de 2012 foi nomeado membro de honra e mérito da *Academia Galega da Língua Portuguesa*.

Entre os múltiplos encontros internacionais sobre língua e cultura organizados sob a sua direção, com participação dos mais notáveis linguistas e investigadores de todo espaço lusófono, saliento um momento determinante. Já o nosso homenageado tem indicado que a primeira vez a ser utilizado publicamente a expressão *lusofonia*, como elemento essencial de uma política

de visão ampla, abrangente e multipolar, foi no *I Encontro Internacional da Lusofonia*, realizado na Casa do Brasil de Madrid, sendo no seu papel de presidente das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal. Foi nos dias 28 e 29 de setembro de 1988, há 30 anos, com assistência do Embaixador da República Federativa do Brasil em Madrid e de todos os adidos culturais de embaixadas de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como Adriano Botelho, representando a República de Angola.

Se o congresso de Madrid foi um exemplo notável de bom fazer, de abertura e de inovação na conceção das relações internacionais, tenho para mim que o livro mais simbólico dos produzidos nessa etapa é o que leva por título *Ressurgimento galego, essa Lusofonia*, volume VI de *Temas de O Ensino de Linguística, Sociolinguística e Literatura*, do ano 1990, pelo conjunto e pela mensagem que transmite, um bocado anti-saudosista: *do conceito em construção à ação*, por palavras de Fontenla, Rui Vieira de Castro, Beatriz Weigert, Rosa Sil e Inocência Mata, o que poderia servir como título para um livro de investigação sobre o seu percurso vital.

Merece ser salientada a sua conceção da lusofonia dentro de uma visão global dos problemas, a sua capacidade de análise dos problemas e antecipação estratégica, com o acerto de pôr o foco de especial atenção em África, o que poderá ser verificado na documentação da *Comissão Galega do Acordo Ortográfico* e das *Irmandades da Fala da Galiza e Portugal*, que a AGLP irá disponibilizar publicamente em formato digital, mostrando centenas de comunicações epistolares com autoridades galegas e espanholas, com as missões diplomáticas acreditadas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e instituições culturais de vários países. Como exemplo, a petição por carta do embaixador brasileiro Aparecido de Oliveira, enviando-lhe o rascunho dos estatutos originais da CPLP, solicitando o seu parecer.

Fontenla é também autor prolífico no terreno da poesia, teatro, ensaio e pintura, com ensaios sobre arte e cultura, provavelmente inéditos, tendo grande influência os seus artigos e conferências sobre política de língua, com artigos publicados na que se denominou *ortografia reintegrada*, pelo menos desde 1980. Referência imprescindível na defesa do papel da Galiza no Acordo Ortográfico de 1990, uma participação galega que não foi resultado do acaso ou a boa sorte, e cujo valor político e diplomático vai muito além dos aspetos

linguísticos, sendo atualmente reconhecida como um símbolo coletivo que pertence a todos.

A sua dedicação ao bem público e à dignificação da Galiza implicou um grande sacrifício pessoal e familiar, de que pouco se sabe publicamente, pois não há constância de que tenha escrito as suas memórias, já que continua fiel à ética e lema da sua geração: *As pessoas não importam, o importante é o coletivo*. Como cidadão que defende um modelo de língua coerente com os pontos de vista de Ernesto Guerra da Cal, Manuel Rodrigues Lapa ou Jenaro Marinhos del Valle, sem cedências, é considerado alheio ao sistema cultural galego oficialmente reconhecido, portanto silenciado, ostracizado, como a prática totalidade dos seus colegas e companheiros de geração. Porém nada pode evitar que uma parte da história cultural e política do país só possa explicar-se pela sua atividade, o que o converte numa espécie de sujeito elíptico na história da cultura galega. Ele está, é acessível e sempre atende amavelmente os telefonemas. Até pode comprar-se os seus livros, porém o autor não existe na contagem e bibliografia oficiais.



Alguns dos assistentes ao ato de homenagem ao amigo Fontenla.

Temos aprendido com ele a importância das relações internacionais, do sentido da diplomacia como meio para o reconhecimento do carácter nacional e lusófono da Galiza. Temos aprendido a pôr o interesse do país num lugar destacado, e a ir sempre para a frente, inspirados por uma filosofia do otimismo vital, dando a oportunidade de que tenham sucesso os projetos que iniciamos, por muito difíceis que pareçam ser em teoria. A experiência das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, por ele presididas, demonstrou que não se consegue o que não se intenta. O pessimismo de quem afirma que a Galiza e a sua língua não tem remédio, só serve para desmobilizar o pessoal e dar a razão de facto ao vitalismo mortífero, essa ideologia da cratolatria que inspira a pior etapa da história da Europa, e que é predominante na história do século XX no estado espanhol.

Temos descoberto, com Fontenla, o valor do ativismo, da sociedade civil em ação sem dependências dos poderes públicos, contra a superstição estendida de que nada pode subsistir fora das margens estabelecidas pelo Estado Moderno. Temos descoberto, também, a necessidade de as linhas discursivas e mesmo os termos utilizados para explicar a situação galega não serem diferentes de um lado e outro da fronteira. Que um mesmo discurso e uma mesma mensagem tem de ser entendida, percebida, interpretada, da mesma forma por galegos e portugueses, e além.



De direita a esquerda, os bons amigos, Fontenla, Carlos Durão, Estraviz.

Acho que as pessoas presentes, e muitas outras que não podem estar fisicamente neste ato de homenagem por diversos motivos, com independência da idade cronológica de cada uma, temos um sentimento de pertença a uma mesma geração, a *Geração da Lusofonia*, de que Fontenla é um claro exemplo, ao dar impulso ao reintegracionismo e defender a dignidade nacional da Galiza, contribuindo de forma notável à cultura, fornecendo experiência, conceitos e elementos discursivos para convertê-lo no vigoroso Movimento Lusófono Galego que hoje é, com um papel crescente na sociedade.

Falo de uma geração de mulheres e homens com um nível de auto-exigência e de compromisso com a Galiza fora de toda dúvida. Com um sentido especial da ética e da estética, sem cedências, mas com a melhor disposição para o diálogo com todos. Falo de uma demonstrada resiliência, um otimismo realista assente na experiência, uma predisposição às iniciativas de intervenção social, uma tendência à liderança, e um contrato inquebrantável na defesa da unidade da língua nascida na velha Gallaecia, que podemos chamar legitimamente portuguesa ou galega, mesmo por existir a língua antes que Portugal, em 1090, como afirmava o Pe. Sarmento.

Finalizo esta breve intervenção de homenagem a quem tanto devemos com um desejo. Da mesma forma que Fontenla se definiu, nalguma oportunidade, como continuador das ideias linguísticas e a conceção do patriotismo da Geração Nós, também os mais jovens, aqui presentes, nos sentiríamos honrados em ser considerados continuadores da obra de José Luís Fontenla Rodrigues, bom e generoso.

Bem haja.

Bibliografia mais significativa de J. L. Fontenla

POESIA

Sememas (Antologia Poética) (Braga, 1990), com o pseudónimo de João Padrão.

Tempo Terra khronos kai kairós (Antologia Poética) (Braga, 1992), com o mesmo pseudónimo.

Poemas de Paris e Outros Poemas (Braga, 1985) como José Luis Fontenla.

A Mátia da Palavra (Antologia de Poetas Galego-Lusófonos) (Braga, 1990), como José Luis Fontenla e João Padrão.

“A ansiedade da influência — um poeta apresenta-se”, in *Antologia de Poesia Lusófona* (Braga, 1994), como João Padrão.

Poemas Lusófonos. Carpe litteraturam (Braga, 1997), como João Padrão e Luis Roiz.

Poemas para Cynara. (Non sum qualis eram bonae sub regno Cynarae) (Braga, 2000), como João Padrão.

Sem título, Fragmentos sem nome e Metamorfose(s) (Braga, 2005), como João Padrão. Trilogia de livros de poesia.

Cadernos de Poesia do Clube Pickwick, como João Padrão, publicados de 2000 a 2005.

A hora do chá. Braga, 2018.

TEATRO

Ítaca e outras peças de teatro (Braga, 1989), como João Padrão. 12 pp.

**Vera Duarte, a escritora
cabo-verdiana comprometida
com a *morabeza***

Manuel Miragaia

A escritora, intelectual, jurista e política cabo-verdiana Vera Duarte analisa o seu percurso vital e literário e fala dos condicionantes e do desenvolvimento de Cabo Verde e da sua literatura. Na entrevista também se refere à marcante figura de Amílcar Cabral. Por último, conclui expondo as possíveis e desejáveis relações futuras entre a cultura cabo-verdiana e a galega, e entre a *Academia Cabo-verdiana de Letras* e a *Academia Galega da Língua Portuguesa*. Eis a entrevista conduzida pelo Prof. Manuel Miragaia.

Vera Duarte nasceu em Mindelo, na ilha de São Vicente, em 2 de outubro de 1952. É uma jurista, política e escritora de Cabo Verde. Estudou Direito na Universidade Clássica de Lisboa. De volta a Cabo Verde foi a primeira mulher magistrada no país, e depois juíza-conselheira do Supremo Tribunal da Justiça e conselheira do Presidente da República. Entre 2008 e 2010 chegou a ser Ministra da Educação e do Ensino Superior.

Em 1995 recebeu o *Prémio Norte-Sul* do Conselho da Europa em reconhecimento da sua luta na defesa dos Direitos Humanos. Integrou a *Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos* e a *Comissão Internacional de Juristas*. Recebeu a condecoração de 1ª classe da *Medalha do Vulcão*, outorgada pela sua relevância na área das Letras, e o 1.º grau da Medalha de Mérito em Literatura.

Foi Presidente da *Academia Caboverdiana de Letras*. É sócia correspondente da Academia das Ciências de Lisboa desde maio de 2017 e também membro correspondente da Academia Gloriense de Letras a partir de novembro de 2017.

Ainda que já de miúda escrevera, estreou-se oficialmente na literatura em 1993 com o livro de poemas *Amanhã A Madrugada*. O seu segundo livro neste género, *O arquipélago da paixão*, publicado em 2001, recebeu em Marrocos o *Prémio Tchicaya u tam 'si* de poesia africana. Depois viria o livro *Preces e súplicas ou os cânticos da desesperança* (2005), obra em que lembra a história da escravização e denuncia os horrores da África, *Exercícios poéticos* (2010), *De Risos e Lágrimas* (2018) e *Reinvenção do Mar* (2018).

O seu primeiro romance, *A Candidata* (2003), a história de uma heroína que participou da luta armada, recebeu o *Grande Prémio Sonangol de Literatura*. Em 2017 publicaria o romance *A Matriarca - Uma Estória de Mestiçagens*.

O seu livro de ensaio *Construindo a utopia* aparecerá em 2007. Como livro de crónicas, editado em 2013, tem *A Palavra e os Dias. Cabo Verde: um roteiro sentimental, viajando pelas ilhas da Sodad, do Sol e da Morabeza*, outro livro da sua autoria, trata-se de um guia muito pessoal escrito a quatro mãos por Vera Duarte e sua sobrinha Susana Duarte.

Conta também com variadas colaborações de prosa e poesia em jornais, em revistas literárias e em obras coletivas nacionais e internacionais. Destas cabe salientar, entre outras *Across the Atlantic: An Anthology of Cape Verdean Literature* (1988), *Mirabilis de Veias ao Sol* (1998), *Antologia da poesia feminina dos PALOP* (1998), *Na Liberdade* (2004), *Destino de Bai* (2008) e *Portuguesia Contraantologia* (2009).

Vera Duarte gozou sempre de muito boas críticas e as suas obras têm sido objeto de estudo e de teses de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento em várias universidades. O seu nome aparece associado em Cabo Verde à literatura, aos Direitos Humanos e ao feminismo.

Nos últimos anos dedica-se quase plenamente à família e à escrita.

Falarmos com a escritora e intelectual Vera Duarte é mergulhar-nos na cultura cabo-verdiana e conhecermos em primeira mão a situação da nossa língua no país africano, na denominada terra da *morabeza*, um vocábulo que significa gentileza, além de beleza interior, paz espiritual e alegria de viver.

MANUEL MIRAGAIA [M.M.].- *Como lembra a sua infância na cidade de Mindelo? Como via naquela altura a colonização portuguesa? Qual foi a sua própria experiência?*

VERA DUARTE [V. D.].- A minha mãe disse-me que eu fui sempre uma menina algo especial porque nasci com a cabeça dentro do saco amniótico e, por isso, era uma criança *buteada* [inicializada?]. Assim, ou seria uma pessoa especial ou sofreria de atraso mental.

Ainda eu bebê, era magrinha e frágil. Um dia escapei dos braços da minha mãe e rolei pela escada de serviço, que tinha uns trinta degraus. Ela ficou paralisada a gritar: *A minha filha morreu!* Vieram ter dela e encontraram-me no último degrau com um sorriso no rosto. Posteriormente era para eu morrer, pois tive uma doença que me tirou toda a vontade de comer. Pacientemente a minha mãe obrigava-me a comer enquanto eu lhe pedia que parasse, pois só tinha uma boca e precisava dela para falar e cantar. Quando toda a gente me dava por morta eu sobrevivi e até hoje cá estou neste planeta Terra. Mas foi uma infância feliz, cheia de brincadeiras ao ar livre.

Do lado materno a minha família é de origem judaica, de um certo Isaac Benrós que veio de Marrocos para Cabo Verde, passando por Gibraltar. Do casamento de Isaac Benrós com Gertrudes Felicidade Silva, de origem europeia, veio uma descendência que chegou à minha mãe Eufémia Filipa Benrós de Melo Duarte. Esta ascendência determinou o meu porvir, mas sobretudo marcou a minha infância. A minha família materna era anticlerical e por isso os meus pais não se casaram pela Igreja Católica, maioritária no Arquipélago, nenhum dos seus filhos foi batizado e não frequentamos a igreja matriz que, por coincidência curiosa, ficava na nossa rua, em cuja *Pracinha de Igreja* muitas vezes íamos brincar e eramos mimados pelo poeta Jorge Barbosa, que adorava ver-nos a brincar.

O meu pai, Domingos António Duarte, que fora ajudante de sacristão na sua ilha natal de São Nicolau, ao casar-se com a minha mãe, passou a frequentar a Igreja Nazareno e nós, as crianças, íamos à igreja dominical. Ali comecei a experimentar o gosto pela poesia, pois não só aprendi a dizer poemas que declamávamos nas festividades natalícias, como também éramos estimuladas a escrever poemas.

Enquanto criança e adolescente -e estou a falar das décadas de 50 e 60 do século XX- não tinha consciência da situação da colonização. Mas na década de 60 comecei a notar algo que se prendia de alguma forma ao racismo, pois o meu pai, que era um *self made man* e se tornou num abastado comerciante, após ter sido um ótimo marceneiro, apesar de ser um nativo das ilhas, mestiço escuro, foi admitido como sócio da principal agremiação da ilha, o Grémio Recreativo do Mindelo, onde a maior parte dos sócios eram de pele clara, senão mesmo portugueses vindos da *metrópole*.

Por aí comecei a tomar a vaga consciência de que havia gente rica e gente pobre, gente branca e gente preta, e nós, apesar de mestiços, por sermos abastados, fazíamos parte da média e alta burguesia da ilha.

Quanto a mim, apesar de ser mulher e mestiça, nunca aceitei nem assumi o lugar de inferioridade que vi as mulheres ocuparem, não só porque os meus pais já tinham uma mente aberta e tratavam todos os filhos, rapazes e meninas, de forma igual, como por minha própria índole libertária. Pesquisando depois, descobri que o facto de a cultura judaica dar um lugar privilegiado às mulheres, de alguma forma, ainda que inconscientemente, terá estimulado a minha postura.

Porque sempre fui boa aluna, aos 14 anos já fazia retiros em grupo na ilha de Santo Antão, e aos 15 anos fui escolhida para fazer um retiro no norte de Portugal, no Minho, com moças de todas as então chamadas províncias ultramarinas. Nessa altura estava a começar a ter não só consciência da situação de colónia como da existência de estratificação social com base no sexo, nas posses, na cor da pele e na formação intelectual. Também nessa altura, em 1968, porque o Liceu Gil Eanes de São Vicente, que eu sempre frequentara, não tinha previsto a alínea para o 6.º e o 7.º ano, que dava acesso ao curso de Direito, fiquei logo

em Portugal, como interna no Colégio das Doroteias em Lisboa. Desde os 10 anos de idade, que tinha dito que ia ser advogada e, nunca desisti de tal intento.

Em resumo, tive uma infância alegre e bonita, com oito irmãos e inúmeros primos, amigos, companheiros de brincadeiras ao ar livre, e com a presença permanente de uma mãe e um pai amantíssimos e cuidadores. Sem esquecer que da janela da minha casa via o mar e a baía do Mindelo com toda a sua beleza esplendorosa. Não posso deixar de registrar que foi no Liceu Gil Eanes que conheci e passei a admirar grandes nomes da nossa literatura como Baltazar Lopes, António Aurélio Gonçalves, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, entre outros, cujas obras lia na estante de livros da casa de meus pais e na biblioteca municipal.

Poderia ainda ressaltar alguns momentos marcantes da minha infância:

Aos 7 anos tive a minha primeira participação pública, ao declamar um poema durante a noite de Natal nas comemorações da Igreja Nazareno, em São Vicente.

Aos 10 anos fui a única na minha sala de aulas a responder à pergunta da professora sobre o que queríamos ser quando fôssemos grandes, e eu disse “advogada”.

Aos 14 anos pertenci à primeira classe de ginástica feminina a ter lugar no Liceu Gil Eanes – e talvez em todo o Cabo Verde –, orientada pela professora Norma Miranda, jovem alemã casada com o cabo-verdiano Rui Miranda, que nos transmitiu muitas ideias em prol da emancipação da mulher.

Aos 15 anos foi escolhida para fazer a intervenção de encerramento do 2.º ciclo – 5.º ano dos liceus –, que até hoje guardo.

Aos 15 anos fui para Portugal fazer o 6.º e o 7.º ano dos liceus, para poder ingressar no curso de Direito.

M. M.- *Como valorizaria o processo de independência de Cabo Verde e os resultados conseguidos? Como analisa o período socialista, quando governava o Partido Africano da Independência de Cabo Verde? Conserva-se algo daquele período na sociedade e na política cabo-verdianas atuais? Alguns falam de Cabo Verde como um sucesso democrático no panorama africano, qual é a sua opinião?*

V. D.- Aparentemente quando Cabo Verde acedeu à independência era um país inviável. Pequenas ilhas abandonadas no Atlântico com cerca de 260 mil habitantes, com elevada taxa de analfabetismo, pobreza endémica e permanentemente fustigadas pela seca. O poeta Ovídeo Martins escreveu com toda a propriedade *Nós somos os flagelados do vento leste* e acrescentou, com absoluta verdade *as cabras ensinaram-nos a comer pedras para não perecermos*. Este é o retrato mais impressionante que podemos ter do Cabo Verde antes da independência.

A luta vitoriosa do PAIGC permitiu, contudo, que no dia 5 de julho de 1975, orgulhosamente hasteássemos a bandeira nacional, ao som do hino escrito por Amílcar Cabral: *Esta é a nossa pátria amada*.

Aí começou a extraordinária odisséia que transformou estas dez ilhas pequenas, pobres e periféricas, num país viável, credível, bem governado e uma voz ativa no panorama internacional. Para tal contribuíram todos os seus filhos, quer aqueles que vieram das matas da Guiné-Bissau, onde travaram uma luta armada contra as forças colonialistas portuguesas, quer os que viviam no interior do país e na sua grande diáspora, espalhada pelos quatro cantos do mundo.

É claro que houve os profetas da desgraça, como em todos os processos, que vaticinaram que iríamos caminhar irremediavelmente para o abismo. Muitos deles demandaram outras paragens, sobretudo a metrópole colonial, para viverem em segurança.

Mas como também disse o poeta, é verdade que os que ficamos aqui *morremos e ressuscitamos todos os anos para desespero dos que nos impedem a caminhada e acrescentou teimosamente continuamos de pé num desafio aos deuses e os homens, e as estiagens já não nos metem medo*. Ao longo dos 45 anos que levamos de Independência, temos vindo a construir um país cada vez mais sólido e resiliente.

À luz dos ensinamentos de Amílcar Cabral, com o aprendizado adquirido seja nas zonas libertadas das matas da Guiné-Bissau, seja nas escolas, seja com a ajuda solidária da comunidade internacional, os cabo-verdianos, não importa a geração nem a cor política, têm-se dedicado a construir um verdadeiro Estado de Direito Democrático nestas ilhas atlânticas.

É óbvio que o extraordinário legado que Amílcar Cabral nos deixou é valorado diferentemente, conforme o poder político se encontra, alternadamente, nas mãos do PAICV, partido político de pendor social que sucedeu ao PAIGC, ou do MPD, de pendor liberal. Só para ilustrar basta dizer que as barragens que Cabral sonhou para Cabo Verde, para ajudar a subtrair o país da aleatoriedade das chuvas, foram mandadas construir durante os governos liderados pelo Doutor José Maria Neves, um digno continuador de Cabral.

Embora estejamos agora a viver um regime democrático, pluripartidário, de inspiração liberal, a dimensão social continua a marcar a política cabo-verdiana. É claro que o pensamento e a obra escrita de Cabral, poderia ser muito mais estudada e difundida. Mas a *Fundação Amílcar Cabral*, liderada pelo antigo Primeiro Ministro e Presidente da República, Comandante Pedro Pires, tem marcado presença. A título de curiosidade também cabe referir que a *Academia Cabo-verdiana de Letras* (ACL), criada em 2013, prestou homenagem a Amílcar Cabral, ao incluí-lo no grupo dos 40 patronos imortais.

Mas ainda que tenha insuficiências, a democracia cabo-verdiana é uma realidade e o nosso país tem-se sobressaído na África e no mundo como um Estado que tem como objetivo fundamental a realização da democracia económica, política, social e cultural e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que assegure o pleno exercício das liberdades fundamentais a todos os cidadãos. Cabe enfatizar que Cabo Verde goza de boa reputação e surge invariavelmente bem colocado nos mais diversos índices que avaliam o desempenho dos países nas mais variadas áreas de atuação. Embora enquanto cidadã exigente haja sempre alguma crítica a assinalar ao processo em curso, enquanto ativista dos Direitos Humanos que tenho sempre sido, congratulo-me com o que Cabo Verde vem fazendo em prol do desenvolvimento e do bem-estar dos seus cidadãos.

M. M.- *Vera Duarte, uma mulher multifacetada, também foi Ministra de Educação. Como foi a sua experiência? De quais realizações se orgulha mais?*

V. D.- Liminarmente cabe dizer que o desempenho das funções de Ministra da Educação e Ensino Superior no Governo paritário liderado pelo Primeiro Ministro, Doutor José Maria Neves, foi uma experiência magnífica que me deu a oportunidade de crescer enquanto ser humano, mas sobretudo permitiu-me fazer algo pela população que tanto amo, que é o povo cabo-verdiano. Todo o processo foi empolgante, mas limitar-me-ei a referir alguns dos aspetos mais marcantes:

1. Antes de mais a experiência de introdução no currículo escolar cabo-verdiano da Educação para Cidadania. Enquanto presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania tive a oportunidade de endereçar ao Executivo a recomendação da introdução no currículo escolar de uma disciplina que pudesse abarcar os Direitos Humanos, o direito humanitário e a cidadania, para melhor formação dos jovens cabo-verdianos, recomendação que foi aceite. Por uma feliz coincidência, pouco tempo depois passei a integrar o mesmo Executivo, na pasta da Educação, encarregada desta temática a disciplina de Educação para Cidadania passou a fazer parte do currículo escolar cabo-verdiano.

2. Generalizamos o acesso ao ensino básico com a idade de 6 anos.

3. Realizamos a superação da monodocência no 5º e 6º anos do ensino básico.

4. Iniciamos a experiência piloto de introdução das TIC`s no sistema de ensino e com o projeto “Mundo Novo” ambicionamos distribuir 150 mil computadores aos alunos e professores de todos os níveis de ensino, embora não o tenhamos conseguido.

5. A criação das salas de recurso para os alunos com necessidades educativas especiais. Foi com imensa alegria que, na presença do Primeiro Ministro Doutor José Maria Neves, inauguramos a primeira sala de recursos na escola Aurélio Gonçalves, em São Vicente. Desde então outras salas de recurso foram sendo criadas em outras ilhas, e

embora, ainda deficiente o nosso sistema de ensino, encontra-se cada vez melhor preparado para lidar com os alunos portadores de deficiência.

6. Também reforçamos o processo de experimentação para estender o ensino obrigatório ao 8º ano de escolaridade.

7. Atentas às dificuldades apresentadas pelos alunos nas disciplinas de português e matemática acordamos com o Brasil a realização de um estágio anual em Fortaleza, Ceará, de 40 professores de português e matemática e a realização de Olimpíadas de Matemática e Português.

8. E já num registo diferente, gostaria de enfatizar a alegria que me deu ter iniciado uma campanha de plantação de árvores nas escolas.

M. M.- *Com certeza, um grande trabalho o realizado... Recentemente a BBC elegeu Amílcar Cabral como o segundo líder da história mundial. Nelson Mandela afirmava que era o maior de todos os líderes africanos. Para além disso, Cabral era um defensor da nossa língua comum e um interessante poeta. O que pensa da figura do político e intelectual cabo-verdiano? Acredita que a sua luta e, em geral, a dos povos africanos colonizados por Portugal foi determinante no surgimento da Revolução do 25 de Abril? Têm de agradecer os portugueses a sua democracia à luta dos povos africanos? Como veem hoje os cabo-verdianos a sua figura de líder africanista e progressista?*

V. D.- Eu sempre tive uma imensa admiração pelo homem extraordinariamente singular que foi Amílcar Cabral. Agrónomo, poeta e pensador, Cabral foi o líder vitorioso de uma guerra injusta imposta pelo imperialismo colonial português. A ele dediquei o meu primeiro romance, vários textos e alguns poemas. Enquanto primeira mulher a integrar a *Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos* tive a oportunidade de propor à Comissão a adoção de um *Protocolo Adicional à Carta Africana* relativo aos direitos das mulheres, por entender que a Carta não era suficientemente protetora nesse domínio. O protocolo veio a ser aprovado pela *União Africana* e entrou em vigor em 2005. Já tive oportunidade de fazer algumas conferências evidenciando como o pensamento de Amílcar Cabral foi preconizador de várias das disposições deste protocolo e, mais do que isso, como as ideias expressas por Cabral

sobre a mulher, antecederam mesmo os princípios avançados pela extraordinária *Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*.

Acredito que tanto nos domínios da luta contra a dominação colonial imperialista, contra a discriminação, pela cultura, pela educação e por uma administração justa e progressista nos nossos países, o pensamento de Cabral foi revolucionário. Foi ele mesmo que ensinou com uma clarividência e inspiração ímpares que *a luta de libertação nacional é um ato do cultura*. E foi nessa perspetiva humanista que ele conduziu sempre a guerra injusta a que os colonialistas o obrigaram. Fazendo a guerra, sim, porque era necessário, mas preparando a paz com uma capacidade ilimitada de amar.

Acho que as lutas pela Independência dos povos africanos de expressão portuguesa foram decisivas para o eclodir do 25 de Abril em Portugal, até porque muitos dos dirigentes militares que fizeram a *Revolução de Abril* passaram pelas antigas colónias de África, sobretudo a Guiné-Bissau. Mas também é verdade que o 25 de Abril em Portugal viabilizou o processo das independências de forma pacífica, sem mais derramamento de sangue. Há assim uma relação dialética insofismável entre a *Revolução dos Cravos* em Portugal e as Lutas de Libertação das colónias portuguesas de África.

O facto de a BBC ter declarado Amílcar Cabral o segundo líder mais aclamado da história da humanidade vem permitindo um reavivar da figura do herói e fundador da nacionalidade, que, em boa verdade, não tem tido o tributo de que é amplamente merecedor. Tive o privilégio de conhecer Nelson Mandela e subscrevo a ideia dele.

M. M.- *Vera Duarte leva muitos anos não só preocupada pela situação da mulher, senão trabalhando ativamente como feminista. Como vê a emancipação e a situação da mulher em Cabo Verde e nos países lusófonos de África?*

V. D.- Acho que percorremos um longo e doloroso caminho pois não nos podemos esquecer que ainda no século XIX se discutia se a mulher era ou não um ser humano, embora a tendência fosse para acreditar que sim. Disto mesmo nos dá conta Dostoievski no seu notável romance

Crime e Castigo. Mas as conquistas têm sido de modo a compensar-nos dos sacrifícios consentidos e a reforçar a convicção da justeza e bondade da nossa luta, pois desde o tempo ainda não muito distante em que a mulher era tratada como um ser inferior *de jure e de facto*, passando pelas diversas declarações de igualdade jurídica e consagração de oportunidades, até chegarmos ao hoje aos governos paritários, em que Assembleia Nacional já proclamou a *Lei da Paridade*, foi grande a luta e entrega das mulheres e homens de boa vontade.

Atualmente o edifício jurídico cabo-verdiano comporta uma multiplicidade de instrumentos nacionais, regionais e internacionais que consagram o princípio da Igualdade de Género e instituem os meios para sua real efetivação. Para além disso, diversas organizações da sociedade civil como a *Organização das Mulheres de Cabo Verde*, a *Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas*, a *Comissão Nacional Direitos Humanos e Cidadania*, o *Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade do Género*, entre outras, laboram na área da Igualdade e Equidade de Género. Por isso entendo que estamos na via certa, apesar de haver ainda muito caminho a percorrer.

Aliás tem sido agora uma preocupação nascente a de dar visibilidade a tudo quanto foi participação da mulher, seja na luta de libertação nacional seja no edifício literário cabo-verdiano ou outros em que a invisibilidade foi reinante, naquilo que vimos chamando de combate ao memoricídio de que as mulheres foram vítimas.

Orgulho-me de ter sido proponente de um instrumento jurídico que vem ajudando substancialmente a melhorar a vida das mulheres africanas, que é o *Protocolo Adicional à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos* relativo aos direitos da mulher, adotada em 2005. Dado que este protocolo faz a condenação e consequente proibição das práticas tradicionais africanas degradantes e contrárias aos direitos humanos da mulher, tais como a excisão genital feminina, o espancamento da mulher, a herança das viúvas, entre outras, temos vindo a assistir a um movimento crescente de repúdio e criminalização dessas práticas, com a consequente diminuição do imenso sofrimento que elas provocam nas mulheres e meninas africanas.

Por isso nossa posição é de otimismo. Acreditamos que a mulher africana está a fazer um grande caminho para sua dignidade, liberdade e felicidade.

A nível nacional, enquanto jurista e primeira mulher a integrar a Magistratura cabo-verdiana, tive a oportunidade de influenciar o processo de emancipação da mulher, entre outras vias, pela via da legislação, pois participei na feitura de leis extremamente importantes para o estatuto jurídico da mulher, como as leis do casamento, divórcio e filiação, a lei da interrupção voluntária de gravidez, agravamento da legislação penal sobre a violência doméstica, que passou de crime particular a semi-público e finalmente a crime público.

Também, enquanto Procuradora da República, pude intervir e desencadear processos ligados à investigação de paternidade, ação de alimentos e outros, tão importantes à mulher. Por tudo isso posso asseverar que desde a independência temos vindo a fazer um caminho ascendente em prol da dignidade da mulher.

M.M.- *O arquipélago de ilhas de origem vulcânica de Cabo Verde não só é um país conhecido a nível internacional pela sua música, sobretudo, pela da extraordinária cantora Cesária Évora, senão também pela sua rica literatura, com inúmeros e grandes escritores. A literatura cabo-verdiana começou já no século XIX. Em 1936, em pleno período colonial, nasceu a Revista Claridade, ao redor da que apareceu uma geração de marcantes escritores, que já defendiam a autonomia do país. Criaram-se desde então aos poucos editoras, uma Associação de Escritores Cabo-verdianos e uma Sociedade Cabo-verdiana de Autores. Alguns dos seus literatos chegaram a receber o prestigioso Prémio Camões, como foram Arménio Vieira e Germano Almeida. Que escritores cabo-verdianos destacaria? Por que acha que em Cabo Verde há tantos políticos que escrevem ou tantos escritores e escritoras que são políticos profissionais?*

V. D.- *Condição de ilhéu! Para mim não há outra explicação para a profusão de cantores, poetas e escritores que estas pequenas ilhas tem produzido, num rácio absolutamente espantoso, se tivermos em conta que, à data da independência a população era de 260 mil almas e atualmente*

estamos com cerca de 500 mil habitantes. Isto, claro, sem contar com a população que vive na nossa diáspora pelo mundo. Mas a condição de ilhéu pode explicar este fenómeno e eu explico porque digo isso:

Antes de mais, o mar que nos cerca e isola, mas também nos embala e nos permite demandar o caminho da terra longe. Eu escrevo porque todos os dias posso contemplar o mar, ouvir o barulho das ondas e sentir o vago receio que ele me isole do mundo. Desde a barriga das nossas mães que escutamos o som melódico das ondas e isto, sem dúvida, nos influencia na nossa idiosincrasia e na nossa musicalidade.

O isolamento. O poeta Jorge Barbosa intuiu que o isolamento era o santo e a senha das ilhas e disse-o no poema “O Mar”: *Ai o mar que nos dilata os sonhos e nos sufoca desejos*. O isolamento aliado à impressão de reclusão que a ilha provoca faz desencadear a angústia que leva a criação poética.

A chuva, ou falta dela, que marca cada dia das nossas vidas e nos provoca os poemas mais sentidos.

O vento, pois é ele que nos embala o sono e os sonhos, nos rodopia e nos traz a melodia de muitas canções.

A ânsia pela terra longe. Defendo que o cabo-verdiano, por ter a sua origem remota nos continentes europeu e africano, tem no seu âmago algo que aspira ao regresso às origens. Por isso emigra e vai, mas sempre com intenção de voltar, pois *si ca badu ca ta biradu*. E se não vai fisicamente efabula uma pasárgada onde se refugia. E daí surge a criação poética e literaria.

Outras fontes de inspiração haverá e antes de todas o amor, o desamor, a traição, mas essas são comuns de todos. Aliás a condição de ilhéu exacerba estas outras fontes de inspiração. Por todos veja-se o caso de Eugénio Tavares, que da sua ilha da Brava cobriu o arquipélago das mais lindas canções de amor.

Por isso muitos políticos cabo-verdianos, face ao ecossistema difícil em que têm de trabalhar, *país pequeno pobre e periférico*, recorrerem à poesia para sobreviver espiritualmente.

A música deu-nos essa imensa Cesária Évora que levou Cabo Verde

a todo o mundo, uma verdadeira embaixatriz cultural. Mas a literatura também, tem contribuído para ampliar as fronteiras deste nosso país de tanto mar e tão pouca terra. E para só destacar os contemporâneos, eu convoco antes de mais o nosso *Prémio Camões* em prosa, Germano Almeida que foi Procurador da República e agora tem levado as gentes e a gesta cabo-verdiana para todo o mundo através dos seus romances magistrais, onde ele retrata a vida quotidiana do povo caboverdiano, sobretudo das ilhas de São Vicente e Boavista. Também convoco o nosso *Prémio Camões* na poesia, Arménio Vieira, que é talvez o mais internacionalista e erudito dos nossos poetas, com um pendor universalizante que faz de cada obra dele um manancial do que de mais poético a humanidade já produziu.



Vera Duarte e Wole Soyinka, Prémio Nobel de Literatura, 1986¹

¹ Akinwande Oluwole Babatunde Soyinka, conhecido como Wole Soyinka (Abeokuta, 1934), escritor nigeriano, recebeu o Prémio Nobel em 1986. É autor, entre outras, das seguintes obras. TEATRO: *Ke-ffi's Birthday Treat* (1954), *The Invention* (1957), *The Swamp Dwellers* (1958), *A Quality of Violence* (1959), *The Lion and the Jewel* (1959), *A Dance of the Forests* (1960), *My Father's Burden* (1960), *Before the Blackout* (1964), *The Road* (1965), *The Bacchae of Euripides* (1973), *Jero's Metamorphosis* (1973), *Opera Wonyosi* (1977), *Requiem for a Futurologist* (1983), *Sixty-Six* (short piece) (1984), *A Play of Giants* (1984) ...- POESIA: *Ogun Abibiman* (1976), *Mandela's Earth and other poems* (1988), *Early Poems* (1997), *Samarkand and Other Markets I Have Known* (2002) ...- ENSAIO: *Towards a True Theater* (1962), *Culture in Transition* (1963), *Art, Dialogue, and Outrage: Essays on Literature and Culture* (1988), *From Drama and the African World View* (1976), *Myth, Literature, and the African World* (1976), *The Blackman and the Veil* (1990) ... (cf. wikipédia)

M.M.- *Como foi o seu percurso literário? Em que períodos o dividiria?*

V. D.- Quando olho para o meu percurso literário sinto que já é um olhar influenciado por aquilo que outros, máxime os estudiosos da minha escrita, a quem serei eternamente grata, dizem sobre ele.

Alguém já escreveu que a minha poesia tem duas componentes fundamentais: uma lírica que expressa os afetos e as encruzilhadas das relações pessoais e uma outra, muito mais interventiva, de consciência social. Será? Acho que sim, embora no momento da criação literária não me desse conta do teor mais lírico ou interventivo da escrita produzida. Mas *a posteriori* é possível constatar tal dicotomia. O certo é que definitivamente, eu venho da poesia. Comecei a escrever poesia timidamente na adolescência e na juventude, coincidentemente com o momento revolucionário da pré-independência. Participei no primeiro concurso literário realizado no pós-independência, em 1976, em que fui a única mulher, e fui distinguida com uma menção honrosa. Diria que a primeira fase da minha escrita é essencialmente poética. Até o meu romance de estreia, *A Candidata*, tem muito de prosa poética.

Depois passei para uma fase eclética de poesia, prosa e ensaio, mas cada vez mais venho vivendo a fase prosa, sobretudo nestes últimos anos. Tenho neste momento no prelo uma coletânea de *Contos Crepusculares*, estou escrevendo um romance e coletando material para um próximo romance. Embora a poesia esteja sempre presente, a atual fase é mesmo de prosa, embora eu considere que a minha prosa é profundamente inspirada no escrever poético.

Quanto ao percurso diria que, após um primeiro momento muito fecundo, as exigências profissionais e de reconstrução nacional fizeram relegar a escrita para o segundo plano. Mas desde que me aposentei, em 2010, estou de novo vivendo uma fase muito produtiva. Em relação aos temas, acredito que se mantêm na continuidade. Toda a minha vida, desde que me conheço como gente, tenho refletido e reagido em relação à situação de inferioridade, discriminação e submissão em que viviam as mulheres cabo-verdianas. Outras causas sempre me mobilizaram e quis juntar a minha voz à voz de todos aqueles que combatem a injustiça, a discriminação, o racismo, os abusos, a corrupção. Assim e com alguma

ousadia, confesso que o meu percurso tem sido de combate, através da escrita, em prol da liberdade, tem sido uma escrita de resistência. Aliás, a grande característica da escrita de mulheres do período pós-independência, como outros já assinalaram, é exatamente a de estarmos perante uma linguagem que se liberta, que extravasa e envia mensagens emancipatórias, para que os ideais de dignidade, igualdade e liberdade da mulher sejam incorporados no inconsciente coletivo cabo-verdiano.

M.M.- *Quais são os principais temas da sua obra?*

V. D.- Sempre o amor seja romântico, seja pelas gentes, o desamor, a liberdade, a mulher, as crianças, a luta pelas causas, a injustiça, a busca da felicidade.

M.M.- *Sente-se mais poeta ou narradora?*

V. D.- Cada vez mais escrevo prosa ficcional, embora a minha prosa tenha muitas vezes sabor a poesia.

M.M.- *O que está a escrever Vera Duarte agora?*

V. D.- Acabei de escrever *Contos Crepusculares*, que estão no prelo. Estou escrevendo um romance e juntando elementos para um próximo. Entretanto vou escrevendo os mais variados textos:

Um sobre o papel das mulheres juristas, enquanto primeira mulher na magistratura em Cabo Verde, para uma obra coletiva, nos EUA.

Um comentário à *Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos*, para uma edição comentada apenas por juristas africanos.

Um texto de homenagem, em Cabo Verde.

Um texto sobre os 60 anos de criação de Brasília, que vai integrar uma obra da CPLP.

Algumas *short stories*.

Entrevistas, depoimentos e participação em várias obras coletivas.

M.M.- *A Galiza é um país marítimo como Cabo Verde, com um oceano Atlântico comum. Qual é a imagem que tem da Galiza e dos galegos?*

V. D.- Tenho uma imagem absolutamente fraterna da Galiza. Primeiro por a ter identificado sempre com Santiago de Compostela, que todos

idealizamos como uma pasárgada onde *somos todos irmãos do rei* e todos queremos conhecer para desfrutar do recolhimento e da interioridade que representa. Depois é fundamentalmente porque tenho conhecido a Galiza através dos seus escritores. Tem sido um diálogo muito fraternal e de muita cumplicidade, que me tem enriquecido imenso.

Começo com a minha mais nova velha amiga e confrade, a poeta Yolanda Castanho, que conheci em 2017 no *Festival de Literatura Mundo do Sal* e que teve a gentileza de me convidar, no âmbito do seu *Ciclo mensal de leituras internacionais Poetas D`inversos*, a dizer minha poesia na Corunha, em fevereiro de 2019, no Centro Ágora, que compartilhei com a poeta e agora amiga, Lucía Novás. E foi sensacional, pois fiquei convencida que os galegos me compreenderam perfeitamente e se identificaram muito com a minha poesia. Pude ainda presenciar a alegria de Yolanda pela abertura da Residência Literária 1863. Sinto grande admiração pelo poeta Xosé Lois Garcia, que me incluiu na sua estupenda *Antologia da poesia feminina dos PALOP*, editada em 1998. Suso Díaz, com quem compartilho admiração pelos *Capitães de Abril* e me convidou a participar na obra de homenagem ao Capitão Salgueiro Maia, Antón Laia Lopes e Xoán Costa, com quem venho mantendo um diálogo extremamente interessante. E agora tu Manuel! Estes são apenas alguns nomes com quem venho mantendo um gostoso e frutífero diálogo o que faz da Galiza para mim uma pátria irmã na poesia e na literatura.

M. M.- *Na Galiza há uma importante comunidade cabo-verdiana assentada principalmente na Marinha de Lugo e muito integrada socialmente naquela área. Nos últimos anos incrementa-se o turismo galego a Cabo Verde. Como gostaria que fossem no futuro as relações culturais e humanas entre Cabo Verde e a Galiza, dois países irmanados, com certeza, pela língua?*

V. D.- Dada a proximidade da língua que nos une eu viria com muita alegria a entrada da Galiza na *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* com estatuto próprio. Também poderíamos reforçar os laços que nos ligam, tendo como pano de fundo o turismo e a cultura. A publicação de obras de autores galegos em Cabo Verde e vice-versa, seria também muito interessante.

M. M.- *Conhece as atividades da Academia Galega da Língua Portuguesa? Como poderiam colaborar a Academia Cabo-verdiana de Letras e a AGLP?*

V. D.- Tenho tido um conhecimento algo indireto da Academia Galega de Língua Portuguesa através de escritores portugueses e galegos. Mas confesso que não tenho conhecimento das suas atividades, nem tive a felicidade de a visitar. Parece-me que uma colaboração pode começar com um contacto mais direto entre os membros das duas academias. Talvez um encontro de poesia, um protocolo de cooperação, uma obra coletiva com textos galegos e cabo-verdianos.

Obrigados pela entrevista e desejamos-lhe muita felicidade e êxitos literários.

Bibliografia de Vera Duarte

POESIA

Amanhã A Madrugada (1993)

O arquipélago da paixão (2001)

Preces e súplicas ou os cânticos da desesperança (2005)

Exercícios poéticos (2010)

De Risos e Lágrimas (2018)

Reinvenção do Mar (2018)

NARRATIVA

A Candidata (2003)

A Matriarca. Uma Estória de Mestiçagens (2017)

ENSAIO

Construindo a utopia (2007)

CRÓNICA

A Palavra e os Días (2013)

GUIA TURÍSTICO

Cabo Verde: um roteiro sentimental, viajando pelas ilhas da Sodade, do Sol e da Morabeza (2013). Em colaboração com Susana Duarte.

MANUEL MIRAGAIA

Manuel Miragaia. Nascido na cidade da Corunha (Galiza). Licenciado em Filosofia pela USC. Professor de Filosofia no Ensino Público. Diploma de Suficiência Investigadora do Programa de Doutoramento em Humanidades *Cultura, Ciência e Comunicação* da UDC. Formador de Docentes em Filosofia para Crianças.

Fez estadias com projetos educativos internacionais. Realizou trabalhos de investigação e inovação educativa. Deu cursos para o professorado e em universidades. Atuou como conferencista e em inúmeros recitais de poesia.

Publicou os livros *Génese e Apocalipse* (poesia), *Manual para escritores e outras sátiras* (narrativa), *Galeguia* (poesia), *O Sentido do Infinito* (poesia) e o ensaio *A realidade portuguesa no pensamento galeguista*.

Articulista desde moço em diversos meios, alcançando os mais de mil artigos publicados. Atualmente colabora no jornal digital galego *Praza Pública*.

**Crónica do II Encontro
de mulheres da lusofonia:
Mulheres, Territórios e Memórias**

Maria Dovigo, académica

Casa da Língua Comum,
Santiago de Compostela,
6, 7, 8 de abril de 2018¹

No seu poema “Tempo e violência” a irlandesa Eavan Boland imagina uma sereia que quer ser humana para poder criar, envelhecer e morrer. *Isto é o que a linguagem nos fez*, languidescer numa gramática de suspiros, diz a sereia do Mar do Norte do poema de Boland. Uma experiência semelhante, verificar o que a linguagem faz das nossas vidas, pode explicar porque quando estudava Filosofia na secundária me resisti tanto a compreender aquilo do mundo das ideias platónico, um mundo que sentia cristalizado e mudo. Em aquela resistência também havia algo de saudade do movimento e da ligação constante, daquele *viver na torrente da universal reciprocidade* da feliz expressão do filósofo Martin Buber, saudade que continuo a sentir quando uso palavras em que não ressoam nem a luz do dia nem as mãos da minha mãe nem o som das árvores quando sopra o nordê. E havia muito, claro, da representação social das mulheres como sujeitos sem história, as muitas versões do eterno feminino em que, como a sereia do poema, não podemos sentir calor nem tornarmo-nos velhas, medidas como somos sempre em relação a padrões que com violência detêm os nossos corpos e as nossas experiências.

Eis-me agora na encruzilhada de habitar uma língua entre a desterritorialização e a necessidade de criar rede entre pessoas de diferentes territórios, na esperança de que comunicar com outras mulheres em língua portuguesa seja um caminho para a nossa sobrevivência como comunidade no mundo. Esperançada também na necessidade de me verbalizar como sujeito histórico, no meio de processos que vêm de longe no tempo e no espaço e nos

¹ Crónica publicada no *Portal Galego da Língua*, em 27 de abril de 2018.

que não me demito de ser parte ativa. Esperançada também na convicção de termos, como mulheres galegas, um discurso único dentro do espaço internacional da língua portuguesa, em grande parte por construir, porque não é se não no encontro e no diálogo que um discurso assim se pode verbalizar. Num evento promovido pela UMAR sobre *Feminismo anticolonial*, Área Mouzinho, da Ondjango Feminista de Angola, dizia-nos de Luanda que na África que não é anglófona é difícil criar solidariedade. Existem outros internacionalismos feministas, eu quero um internacionalismo centrado no espaço linguístico, de comunicação e conhecimento, da língua portuguesa, e na herança histórica e imaginária das nossas múltiplas comunidades e pertenças, até porque penso que as línguas e direitos nem são nem devem ser culturalmente neutros nem socialmente cegos.

Estas e outras motivações levaram-nos a organizar por segundo ano, desta vez em Santiago de Compostela, o *II Encontro de Mulheres da Lusofonia*, numa parceria entre a AGLP, a Pró-AGLP e a UMAR-*União de Mulheres Alternativa e Resposta*. Com o enquadramento geral *mulheres, territórios, memórias*, começamos em Vilar de Santos o mapeamento dos temas que interessam às mulheres dos muito variados territórios aos que chega a língua portuguesa como língua materna, língua segunda, língua de herança ou simplesmente como língua para a comunicação internacional. Desta vez tivemos o apoio institucional da secretária executiva da CPLP e a presença da diretora geral da instituição, Georgina Benrós de Mello, que nos acompanhou não só na mesa de abertura mas nos painéis e sessões. Também nos apoiou a *Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa dos Observadores Consultivos da CPLP*, da que a AGLP faz parte. Da parte da Comissão contamos com a presença de Mariana Portas de Almeida da *Fundação Gulbenkian*, que partilhou a mesa de abertura com o subdiretor geral de *Relações Exteriores e com a Comunidade Europeia* do governo autónomo, José Lago. Ainda, contamos com o apoio do *Concelho de Santiago de Compostela* que nos recebeu no Paço de Rajoi.

Um dos temas que propusemos este ano foi o de conhecer as diásporas dos países da CPLP na Galiza. Sendo uma das recomendações do Instituto Internacional da Língua Portuguesa o da valorização destas comunidades no espaço da língua portuguesa, é para mim lógico ir ao seu encontro. Na Casa da Língua Comum, sede da Academia Galega da Língua Portuguesa, Jéssica



Receção das participantes nos Paços do Concelho

Azevedo deu-nos o testemunho do seu percurso vital entre a Goiânia, Cee, León e Compostela, e o sinal do significado que o encontro com o reintegracionismo teve na sua vida: o de poder usar outra vez o português e sentir-se valorizada por isso. Do testemunho de Sónia Mendes, filha de cabo-verdianos em Burela, e a sua exposição sobre a mobilidade social, ficou-nos para a reflexão até que ponto o racismo se pode sobrepor a qualquer ideia de comunidade linguística.

Contamos também com dous relatos do papel das mulheres na resistência. O da Teresa Sales, do projeto *Memória e Feminismos* da UMAR, e o da jornalista Diana Andringa, que nos falou sobre o papel das mulheres na resistência timorense, que conheceu de perto quando fez o seu documentário *Timor Leste: o sonho do crocodilo* (2002). Dos dous testemunhos tiramos muita reflexão sobre a distância entre os factos históricos e os relatos, sobre a naturalização da secundarização das mulheres no registo dos segundos, sobre aquilo que pode ser o *herói*, ficção tão central nos discursos nacionais, e o papel das mulheres nos movimentos coletivos emancipatórios.

Outro tema que nos pareceu necessário focar neste Encontro e que está bem longe de ter ficado esgotado é o das prisões e a democracia. Há anos ouvi

um professor dizer que as prisões em Portugal podiam ser um laboratório de lusofonia. Considerando a proporção de presos com nacionalidade de algum país africano de língua oficial portuguesa (com nacionalidade, mas não necessariamente nascidos), o repto do professor parece mesmo necessário. Desta volta as intervenções foram sobre dous projetos com paralelismos e diferenças, o *Projeto-Cárcere da Crunha* e o *Museu do Aljube-Resistência e Liberdade de Lisboa*. Os dous são projetos que partem da cidadania para a recuperação da memória da repressão das ditaduras fascistas em ambas as cidades. Mariola Mourelo, para além de dar-nos a conhecer a história e o presente do projeto, deixou-nos a evocação de Concepción Arenal e a demonstração de como o feminismo é o motor de outros movimentos. Luís Farinha, diretor do Museu do Aljube, trouxe-nos um vivíssimo relato dos inícios da ditadura portuguesa, da repressão e das histórias de vida das *peçoas deserddadas pela ditadura, herdeiros do liberalismo e a luta pelos direitos humanos* que passaram pelo do Aljube, prisão política em Lisboa desde 1928 até 1965.

Na *Casa das Mulheres Xohana Torres* o painel *Feminismos em Composte-la* permitiu-nos conhecer um panorama do que se faz e do que se pensa nas associações e no Concelho. Para fechar o Encontro tivemos um último painel sobre feminismos no espaço lusófono, com a participação por videoconferência de Nzira de Deus da *Fórum-Mulher* de Moçambique, da Isabel Hariett Gavião da *Ondjango Feminista* de Angola, e da Manuela Tavares da UMAR. Falamos da terra, dos direitos das comunidades, dos saberes, da exploração, das barreiras culturais para a emancipação das mulheres... experimentamos ao vivo as analogias das vivências das mulheres em tão diversos territórios.

Houve ainda duas sessões na Livraria Lila de Lilith. A primeira um cine-debate sobre o documentário *Era uma vez um arrastão* com a presença da Diana Andringa, uma das suas realizadoras, e a moderação da antropóloga Luzia Oca, em que falamos do racismo na sociedade portuguesa e não só. E a sessão de poesia com a Iolanda Aldrei, Concha Rousia, Cruz Martínez, Jorgete Teixeira, Rosanegra, Teresa Moure e eu própria.

A desumanização, a reificação, a privação da complexidade da identidade de cada indivíduo molda em grande medida a maneira em que se constrói a nossa vida coletiva, a nossa economia e mesmo as relações interpessoais. Quem pode neste mundo realizar aquele *torna-te no que és* de Píndaro?

O universalismo e todas as reciclagens da ideia, até o cosmopolitismo ou mesmo a ideia de lusofonia para alguns, pode ser instrumento de domínio e neutralização de projetos políticos que se opõem às várias formas de opressão. Muito discurso de igualdade é na prática de violenta uniformização, e as galegas sabemos duplamente disso, por galegas e por mulheres. Ser cidadão do mundo é privilégio de poucos e ainda menos de poucas. Por aí abaixo há uma complexa hierarquia da *humanitas* baseada na identificação, classificação e hierarquização de diferenças. Não há como ignorar, não há como evitar que toda esta pluralidade de olhares sobre a condição humana que conheço através das que falam a mesma língua que eu mexam com os meus conceitos do território e da memória, do ancestral e do presente, e que privilegie, sobre qualquer função do narrar, a história catártica, o reconhecimento do trauma e a cura pela palavra que também fazemos neste Encontro.

Queremos diversificar o entendimento da lusofonia na Galiza e não só para além do linguístico e do cultural, falar de racismo, da pluralidade de narrativas sobre a migração, de feminismos urbanos e feminismos rurais, de economia(s), da degradação do território e os direitos das comunidades, dos saberes ancestrais, queremos saber questionar as estruturas de poder e opressão, descobrir outros significados do reintegracionismo, dar referentes sociais e culturais internacionais em português à sociedade galega, porque o feminismo, como bem se pratica na UMAR, é questão de direitos e também de cultura. E propiciar a construção de um discurso soberano, não reativo, dentro da sociedade galega, com estes diálogos em português além as nossas diversas fronteiras, políticas, imaginárias e emocionais. Algo assim como a construção do inédito viável de Paulo Freire. E assim eu gosto de viver como mulher galega, sujeito histórico no tempo e no espaço, complexa, possível e, sobretudo, inédita. E assim desejo também a sociedade galega, tão complexa e inédita quanto a sua história e a sua língua lhe permitem.

VII Jornadas galego-portuguesas de Pitões das Júnias

Maria Dovigo, académica
e Manuel Barbosa, académico
e responsável do grupo de trabalho
Desperta do teu Sono

Montalegre,
26-27 de maio de 2018¹

Por sétimo ano consecutivo celebraram-se em Pitões das Júnias (Montalegre) as Jornadas galego-portuguesas de Pitões das Júnias, organizadas pelo grupo de trabalho *Desperta do Teu Sono*, a *Academia Galega da Língua Portuguesa* e a *Junta de freguesia de Pitões das Júnias*. As jornadas propõem-se como um diálogo sobre as origens celtas do território feito desde a interdisciplinaridade e no contexto do diálogo luso-galaico.

Nesta edição de 2018 o etnoarqueólogo Marcial Tenreiro deu-nos um abundante repertório de exemplos sobre a transmissão e transformação dos mitos celtas na tradição popular e na literatura profana medieval na palestra *Mouras, melusinas, deusas. Algumas supervivências no folclore*. A professora de Filosofia Luísa Borges, com *Para uma arqueologia poética da Finisterra galaico-portuguesa* falou-nos das formas de sobrevivência da tradição druídica na tradição poética galaico-portuguesa, com exemplos das cantigas medievais, e nos autores portugueses Bernardim Ribeiro, Fernando Pessoa e Teixeira de Pascoaes. O matemático Manuel Dias Regueiro deu-nos uma visão das migrações no espaço à volta do oceano Atlântico através dos mapas genéticos na palestra *Identidade genética atlântica e doenças típicas dos celtas*.

¹ As fotografias estão tomadas do sítio da Câmara Municipal de Montalegre:
https://www.cm-montalegre.pt/pages/819?news_id=4003



Prof.ª Luisa Borges, investigadora, bardo da Assembleia da Tradição Druídica Lusitana.

O fotógrafo José Goris apresentou a sua exposição Gallaecia, um passado mágico, relatando o seu processo de criação, que partiu da pergunta inicial sobre a origem dos nossos devanceiros e que o levou a percorrer o país fotografando as histórias que as pedras contam.



A académica Maria Dovigo e o fotógrafo José Goris

O programa das Jornadas incluiu o concerto da banda transmontana de música tradicional Matabixo e a visita às mamoas do Planalto da Mourela e Outeiro de Cavaladre, acompanhada pelo Padre Fontes e pelo arqueólogo David Pérez López.

Foram também apresentadas as *Atas das IV, V e VI Jornadas*, edição de *Desperta do Teu Sono* e da *Academia Galega da Língua Portuguesa* que contou com o apoio da *Università di Bologna*. Do conjunto do volume podemos retirar a interdisciplinaridade que é um dos mais marcados sinais de identidade destas Jornadas: estudos literários, arqueologia, linguística, história da arte, filosofia... e também criação artística.

Sendo assistente habitual às Jornadas posso dar testemunho de como elas servem para nos situarmos, não só em relação ao estado atual dos estudos célticos nas diferentes áreas de conhecimento dos palestrantes, mas em relação ao sentido do celtismo no século XXI. Esta reflexão é feita numa aldeia, Pitões das Júnias, que resiste à desertificação do interior com a estrutura da consciência daquilo a que dá continuidade. O exercício de reconstrução da memória do território é um exercício de soberania que permite enxergar o futuro para o interior, da atual comunidade autónoma da Galiza ou da República Portuguesa, condicionados pela articulação territorial centralista e ameaçados pela desertificação humana. É uma das grandes aprendizagens da reflexão sobre a celticidade que praticamos anualmente nas Jornadas de Pitões: pela origem sabemos a orientação e o rumo, construímos relações internacionais, reivindicamos a variedade cultural, questionamos o centralismo e o modelo *urbs* do que Roma é paradigma, modelo centralista, imperialista e extrativista, e vindicamos um modelo de organização territorial sem centro radial, refletimos sobre a civilização agrária e os povos indígenas.

As Jornadas valem pelas palestras e também pelo convívio, não só entre os participantes, mas com toda a aldeia. Valem também pelas atividades derivadas delas, como o Magusto celta. São um exercício e um exemplo do cuidado, em todo o espectro da palavra na nossa língua, das relações entre galaicos e entre galaicos e lusitanos, como nota José Manuel Barbosa no prólogo das Atas. Como testemunhou o professor Francesco Benozzo, participante nas V e VI Jornadas, no seu texto *O olhar dos promontórios remotos*, este lugar é idóneo para contemplarmos e compreendermos com altura, literal e simbólica, camadas

de processos históricos em andamento e simultâneos. A beleza do lugar, nota o Barbosa, tem todo o protagonismo nestas Jornadas, reflexão que recolho como eco do verso de Diaz Castro *a beleza feriu-nos para sempre* e também da máxima da beleza como esplendor da verdade.



Participantes das Jornadas.

A segunda pessoa pela esquerda é a Presidente da Junta de Freguesia, Lúcia Jorge.

Mudança de narrativa na Galiza

Concha Rousia, académica

Cabo Verde,
19-21 de abril de 2018

Intervenção da académica Concha Rousia no *VIII Encontro de Escritores de Língua Portuguesa* na Praia (Cabo Verde), de 19 a 21 de abril de 2018, organizado pela UCCLA-*União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa*.

O conceito de narrativa será entendido aqui como o conjunto de histórias a ter em conta à hora de definir o que na Galiza somos do ponto de vista linguístico. As mudanças no jeito de considerar o que somos, e o que não, têm repercussões tanto na escrita como na oralidade, que não são bem a mesma cousa.

Claramente, fala e escrita são diferentes; mesmo que estabeleçamos que a palavra falada precedeu a palavra escrita num sentido histórico, e mesmo que esta foi baseada naquela, não são o mesmo. Haverá que ter também em conta que a escrita não é ouvida mas sim vista, com tudo o que isso implica no mundo ocidental, no que a visão está considerada por cima dos outros sentidos; podemos falar de uma espécie de *oculocentrismo* tal como se pode ver (e repararemos mesmo aqui no uso do termo *ver*) em frases como: *Se não o vejo não o creio, Vi-o com os meus próprios olhos, insightful* (que tem visão interior), *visão de futuro*, etc. e *também curto de vista, cego*, ...

A escrita potencia a expansão da informação, que usando só da nossa memória seria limitada, permitindo a incorporação da dimensão temporal, onde as pessoas podem determinar o tipo de organização que vão dar à informação e

às experiências e podem também, com efeito, produzir relatos marcadamente diferentes dos eventos. Por esta razão a narrativa privilegia a escrita sobre a oralidade, e por tanto uma mudança de narrativa tem necessariamente que provir do campo da escrita. Então conseguiremos uma mudança de narrativa linguística do que é ou não é a língua na Galiza na medida em que formos capazes de o fazer no âmbito da escrita, quer dizer, na medida em que formos capazes de que se *veja* com os olhos.

Vejamos então, quando e como aparece a necessidade de uma mudança de narrativa. Nos seres humanos surge mal-estar quando as histórias nas que, eles e outros, narram as suas experiências não representam suficientemente bem a experiência vivida, ficando sem narrar aspetos que são importantes mas que de ser incluídos na narração iriam contradizer a narrativa dominante dentro da qual se fazem os discursos. Há dous conceitos essenciais a ter em conta: o conceito de *poder* e o conceito de *conhecimento*, que devem ser considerados inseparáveis.

As instituições detentoras do poder político na Galiza, levam muitos anos escrevendo o discurso de o galego ser uma língua diferente do português; o que vai ser fulcral à hora de elaborar a escrita da língua da Galiza. Se galego é concebido como diferente de português, o que se vai fazer é trabalhar na sua diferenciação. E por esse motivo se escolheu a ortografia do castelhano. Se se tivesse escolhido a ortografia histórica da nossa língua seria difícil manter o discurso de galego e português serem diferentes. É o que foi escolhido para criar diferença e usado posteriormente como argumento de diferença. Mas como esse discurso não é satisfatório para dar conta da sensação que as pessoas têm à hora de avaliar a sua língua, não fica livre de críticas; porque como bem diz o filólogo José Martinho Montero Santalha: *mesmo que grafemos galinha em vez de galinha não devemos esquecer que nos estamos a referir com o mesmo nome ao mesmo animal, é isso que faz a língua da Galiza e o português ser uma e a mesma língua*. Mas isso que Montero Santalha afirma é o que com frequência se esquece, e se esquece porque se percebe antes essa diferença (*visível*), seja esta real ou fabricada.

Ora bem, o discurso de *galego* língua diferente do *português* mostra-se incapaz à hora de dar conta das experiências vividas pelas pessoas, que vêm como podem compreender português, não só escrito mas também falado, e portanto o discurso não termina nunca de ser completamente aceite, e a insatisfação com ele nasce no momento mesmo do nascimento do próprio

discurso. À medida que o tempo vai passando e esse discurso de *galego oficial* se vai fazendo mais poderoso, a insatisfação e o mal-estar pela realidade linguística vivida por diversos sectores da sociedade galega, que veem negada a sua experiência, vai aumentando progressivamente. Esse discurso dominante vai conseguir impor-se apenas pelo poder das instituições que o defendem.

Mas se o galego é diferente do português como poder ser que duas pessoas falando uma em galego e a outra em português possam manter uma conversa com total intercompreensão? Ou também, como uma pessoa galega, sem nunca ter estudado português, pode ler com assombrosa facilidade um texto escrito nessa língua? E mesmo quando não houver intercompreensão, pelo deterioro das falas na Galiza pela convivência invasiva do castelhano ao longo dos séculos, mesmo aí continuaria a ser a mesma língua; pois como bem afirma o académico Evanildo Bechara, o que faz uma língua ser é a sua gramática. Ora bem, essas experiências de familiaridade com o português não produzem dados linguísticos relevantes, dado que contradizem o discurso dominante desde o que analisamos a nossa realidade linguística, esses dados passam a ser desconsiderados; e na medida em que o número de experiências que a pessoa tenha que descartar vão em aumento, o seu mal-estar *linguístico* vai também aumen-tar, ainda sem a pessoa saber bem por quê. Esse mal-estar é sem qualquer dúvida o responsável pela altíssima percentagem de falantes que se passam ao castelhano. Mais de um 30 % de perda de falantes em pouco mais de 30 anos de modelo de língua oficial com escrita grafada com a ortografia do castelhano.

O poder, como muito bem explica Michel Foucault, subjuga os indivíduos convertendo-os no que este autor denomina *corpos dóceis*, a serem conduzidos a atividades que sustentam a proliferação de formas de conhecimento globais e unitárias. No caso que estamos analisando, a narrativa linguística que na Galiza nos dita o que é e o que não é a língua, o poder tenta levar-nos a aceitar como único conhecimento válido o de que o galego é uma língua diferente do português. Os meios utilizados para atingir essa meta são os clássicos de prémio e castigo, ou aceitável e não aceitável. Quer isto dizer que se vai premiar todo aquele que trabalhe na proliferação do discurso dominante e se vai castigar, mesmo com a exclusão do grupo, por ser inaceitável, que é a pior forma de castigo social, a toda a pessoa que tente contradizer esse discurso. E assim é como o *Reintegracionismo* passa a ter que sobreviver nas margens do sistema.

Se falarmos de poder temos à vez que falar de conhecimento porque são inseparáveis; a pessoa que domina uma área de conhecimento retém o poder sobre essa área; e também, a pessoa que tem o poder sobre uma área, controla o conhecimento nela.

No campo da narrativa linguística na Galiza a norma que tentaram impor é a norma da *Real Academia Galega*. Mas apesar dos esforços dos organismos de poder para impor um discurso sobre o que é a língua na Galiza, o certo é que na realidade a cada vez mais pessoas se mostram insatisfeitas com esse discurso chamado *oficial*.

Chegando deste modo ao limite da necessidade de construir uma narrativa alternativa. A superioridade de um texto frente a outro emana da capacidade desse texto de render múltiplas interpretações; de modo que seja capaz de atuar como guia que ajuda ao leitor a obter sentido próprio daquilo que lê, neste sentido o texto atua mais como virtual do que real. Isto quer dizer que de um texto se poderiam extrair muitos textos diferentes, dependendo de quem o ler.

Devemos, antes de mais introduzir as formas de conhecimentos subjugados:

Temos em primeiro lugar aquele constituído pelos conhecimentos eruditos que foram descartados dos registos dos acontecimentos da história por discordarem do discurso dominante. A literatura vai ser a chave neste ponto.

A lista é ampla, Assim temos, o Pe. Feijóo, o Pe. Sarmiento, B. Vicetto, Marcial Valadares, P.^e López Ferreiro, Garcia de Olhóqui, Garcia Pereira, o Marquês de Figueroa, F. Vaamonde Lores, F. Anhom, J.M. Pintos, E. Pondal, M. Murguia e a própria Rosalia de Castro. Depois temos Victoriano Taibo, R. Cabanilhas, C. Emílio Ferreiro, A. Noriega Varela, Á. Zebreiro, A. Gil, M. Lugris Freire, F. Bouça-Brei, F.L. Cuevilhas, A. Iglésia Alvarinho, A. Couceiro Freijomil, Francisco Tettamancy, Leandro Carré Alvarelos, E. Carré Aldão, Julio Camba, V. Fernandes Flores. E dos não galegos: J.J. Nunes, Menéndez Pidal, Leite de Vasconcelos, Lindley-Cintra, José Agostinho, Margot Sponer, Sampaio Bruno, Luciana Stegagno Picchio, Maria Helena Mira Mateus; e também E. Alarcos Llorach, Koldo Mitxelena. Nos anos 20 teríamos autores como Vicente Risco, Antom Vilar Ponte, Rafael Dieste, Evaristo Correa Calderón, Roberto Blanco Torres, e Johan Carbalheira. Manuel Rodrigues Lapa, Otero Pedraio, Álvaro das Casas, João Vicente Biqueira, Fuco G. Gomes, Ricardo Flores, Daniel R. Castelão, o historiador espanhol Sánchez Albornoz. Ernesto Guerra da Cal,

Valentim Paz-Andrade, Álvaro Cunqueiro, Agostinho da Silva, Carvalho Calero, Joan Coromines, Jenaro Marínhas del Valhe, Issac Alonso Estraviz, Carlos Durão, J. M. Montero Santalha, Leodegário A. De Azevedo Filho, Gladstone Chaves de Melo, Silvio Elias, Evanildo Bechara, Eugenio Coseriu, António Gil Hernández, Maria do Carmo Henríquez Salido, Ângelo Cristóvão Angueira, Xavier Vilhar Trilho, Iolanda Aldrei, José Luís Fontenla, Luís Gonçales Blasco, V. R. Fagim, J. L. Valinha, Ernesto Vasquez Souza, Teresa Moure, Chrys Chrystello, Mário Herrero Valeiro, Celso Álvarez Cáccamo; e alguns mais que de certo se nos esquecem.

E temos uma segunda forma de conhecimentos subjugados, são aqueles aos que Foucault se referiu como *locais populares* ou *indígenas*. Este tipo de conhecimentos sobrevive apenas nas margens da sociedade e não gozam do suficiente reconhecimento.

Foucault sugere que será através da recuperação destes conhecimentos autónomos, e da sua união com os conhecimentos eruditos, que os conhecimentos subjugados conseguirão a sua insurreição contra o efeito do conhecimento dominante que se acha vestido de *verdadeiro* com seu discurso institucional. Quando isso acontece nasce, ou aparece, uma história alternativa.

Como uma superestrutura que vincula este conhecimento que denominamos *erudito* e o conhecimento *indígena* ou autónomo, surge na Galiza o movimento cívico, tentando articular vias de comunicação entre estas duas formas de conhecimento, com o fim de fazer visível esta realidade linguística, e sejam reconhecidos os direitos dos cidadãos que têm uma visão da língua não coincidente com o discurso dominante. Aqui incluiremos todas as organizações do *Movimento Reintegracionista* ou *Movimento Lusófono Galego*, para fazer uma crítica efetiva ao conhecimento dominante. Essa crítica efetiva consegue-se de um modo indiscutível com a criação da *Academia Galega da Língua Portuguesa* (AGLP) em 2008. A AGLP, a diferença de outras academias de Língua, não nasce para premiar os conhecimentos eruditos que já são muito valorizados pela sociedade na que nasce essa Academia; não, a AGLP nasce para dar voz a conhecimentos que, longe de serem valorizados, estão sendo subjugados pelo poder estabelecido, nesses conhecimentos incluem-se tanto os eruditos (na literatura) como os indígenas. A aparição da AGLP faz real a crítica efetiva a esse conhecimento dominante estabelecido sobre a Língua na Galiza,

e portanto uma nova narrativa, que satisfaça esta nova informação que agora a sociedade tem, faz-se imprescindível.

A AGLP é fruto da constância e o esforço da cidadania, e do poder da produção literária pró-lusista. A AGLP não só afirma que o *galego* não é diferente do *português*, contradizendo a premissa central do discurso da RAG, senão que se afirma que se deve chamar *português*. O dia seis de outubro de 2008, com a inauguração da AGLP, consegue-se finalmente fazer chegar à cidadania, em maior ou menor medida, o reconhecimento da existência de elementos linguísticos, que sendo reais, não podem ser explicados pelo discurso *oficial* sobre a língua.

A partir do momento em que o novo discurso teve o seu efeito, o velho discurso ficou obsoleto; a partir desse momento vai começar a proliferação de discursos narrativos para tentar explicar esses novos dados.

Esse surgimento de novos discursos é o passo mais importante para a geração de significado, porque destes novos discursos e da sua adequação e aceitação dependerá o efeito na sociedade. O prognóstico era que, à medida que a AGLP fosse capaz de orientar o apoio do Governo para os novos discursos, estaria guiando a direção da mudança da narrativa linguística.

E tal e como a hipótese antecipava, na Galiza, a narrativa do que é a nossa língua, foi mudando progressivamente chegando em 2014 a aprovação no Parlamento Galego, da *Lei Paz-Andrade*. A *Lei de 24 de março*, por unanimidade dos deputados do *Parlamento da Galiza*; tendo conseguido o apoio popular necessário. A *Lei Paz Andrade* no seu articulado dita que *os poderes públicos galegos promoverão o conhecimento da língua portuguesa e das culturas lusófonas para aprofundar nos vínculos históricos que unem a Galiza com os países e comunidades de língua portuguesa, e pelo caráter estratégico que para a Galiza têm as relações económicas e sociais no quadro da Euro-região Galiza-Norte de Portugal*. O Governo Galego incorporará progressivamente a aprendizagem da língua portuguesa nos centros de ensino da Galiza.

Na lógica da mudança de narrativa, motivo deste estudo, esse seria um discurso intermédio que vai na direção adequada de fomentar a cada dia mais a confluência e identificação de galego com português.

Agora é tempo de esperar a que o ensino de português se vá incrementando pouquinho a pouco no sistema educativo galego para ver como isso vai modificar a narrativa da conceção de língua na Galiza. Cabe antecipar que, com maior conhecimento do português padrão europeu, a cada dia mais e mais pessoas abraçarão o discurso de *galego igual a português*; ou mesmo o de *português igual a língua da Galiza*; contudo o mais importante neste momento é conseguir a universalização do ensino de português padrão nos centros de ensino da Galiza. Quando isso acontecer será uma questão de tempo para os galegos e galegas perceberem que, de facto, parafraseando o saudoso poeta Ernesto Guerra Da Cal: *A língua portuguesa é o nosso lar, perdido e reencontrado*.

Referências

- Bateson, Gregory (1972). *Steps to an ecology of mind*. New York. Ballantine Books.
- Chafe, Wallace (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In D. R.
- Bruner, Jerome (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge. MA, Harvard University Press.
- Durão, Carlos (2008). *Síntese do reintegracionismo contemporâneo*. Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa. Santiago de Compostela. Tórculo Artes Gráficas.
- Gil Hernández, Antonio (2006). *Temas de linguística política*. Crunha. Associação de Amizade Galiza-Portugal.
- Foucault, Michel (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*. New York. Pantheon Books.
- Foucault, Michel (1979). *Discipline and punish: The birth of the prison*. Middlesex. Peregrine Books.
- Foucault, Michel (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings*. New York. Pantheon Books.
- Khun, Thomas (1972). *Structure of the scientific revolutions*. Seg. Ed., Chicago. University of Chicago Press.
- Stubbs, Michael (1980). *Language and literacy: The sociolinguistics of reading and writing*. London. Routledge. Kegan Paul.
- White, Michael, M., & Epson, David (1990). *Narrative means to Therapeutic Ends*. New York – London. W.W. Norton & Company.

Galego, porta aberta para o mundo

Cursos de verão da USC

Teresa Moure, professora da USC. Académica

Santiago de Compostela,
26-29 de junho de 2018

O curso *Galego, porta aberta para o mundo*, curso de verão da Universidade de Santiago de Compostela que contou com a colaboração da AGLP, tencionou abrir o debate entre diferentes agentes sociais, políticos e culturais para analisar a hipótese de promoção da língua à luz da *Lei Paz Andrade*.

As políticas ensaiadas para a promoção da língua galega não têm produzido resultados satisfatórios. A língua vive uma situação crítica, especialmente pela falta de uso entre falantes jovens. Por outro lado o facto de vivermos em tempos em que o termo nação suscita controvérsias como símbolo de identidade coletiva dá outro contexto à estratégia de desenvolver as possibilidades internacionais da língua. Como destacou a diretora do curso, a Prof.^a Teresa Moure, na inauguração, é necessário construir um espaço de debate para recuperar a função social da Universidade e reivindicar a neutralidade do debate académico e científico. A estratégia reintegracionista é, principalmente, uma arma para deter a morte do galego que os últimos dados sociolinguísticos auguram.

As sessões abordaram temas muito variados e abrangentes:

- 1.- os grupos políticos e a *Lei Paz Andrade*;
- 2.- os preconceitos, habitualmente esgrimidos na tradição académica vinculada à normativa gráfica ILG-RAG, sobre o carácter quer estrangeiro quer elitista do reintegracionismo;
- 3.- o português no ensino;
- 4.- as vantagens que as empresas encontram para a sua expansão com os países de língua portuguesa;

- 5.- as mulheres e a língua;
- 6.- a política das editoras em relação à norma;
- 7.- o futuro da língua em cifras;
- 8.- o papel do audiovisual na aproximação galego-portuguesa;
- 9.- o manifesto *O fim do Apartheid*.

No decorrer do curso também se fez uma apresentação da participação galega na Cátedra UNESCO de Multilinguismo, uma das iniciativas de trabalho da AGLP. O curso contou também com a presença de dous palestrantes de nacionalidade portuguesa, Joana Magalhães, residente na Corunha, e Marco Neves, autor de vários livros sobre as relações entre o galego e o português, que falaram sobre como a Galiza é vista no exterior e sobre diferenças que na nação vizinha podem apreciar-se entre a cultura galega e o resto do estado. Também houve espaço para o recital de poesia *Em carne viva* com quatro poetas que escrevem em galego internacional, a projeção do documentário *Porta para o exterior* e outras sessões práticas.

A diretora, Teresa Moure, e a secretária do curso, Sabela Fernández, salientaram nas suas conclusões que existe consenso entre os agentes sociais mais diversos e todas as ideologias políticas sobre a necessidade de reforçarmos os vínculos históricos e culturais entre Galiza e Portugal e sobre os benefícios económicos e humanos que reportaria essa opção. Existe igualmente consenso sobre o papel central da língua para que estes objetivos sejam cumpridos. Os partidários de que galego e português são variedades da mesma língua e os que questionam essa unidade ou não se pronunciam acham que o conhecimento do português é necessário e útil para a população galega e mesmo contribui para aprimorar a qualidade duma língua afetada de problemas de transmissão. Todos os indicadores sociolinguísticos recolhidos em pesquisas de diferentes especialidades e objetivos e promovidos pelas instituições alertam sobre o perigo de morte que ameaça à língua galega.

Nesse contexto, a estratégia do galego internacional pretende ser uma ferramenta útil para deter o processo e para devolver prestígio à nossa língua. Aceitar uma normativa internacional liga o passado com o futuro, o nosso território e a nossa cultura com outras perceções da realidade. A sociedade galega, cujos indivíduos têm diferentes posicionamentos ideológicos e diversas

atitudes sobre a língua, tende a contemplar o galego como uma riqueza. As pessoas mais jovens interessadas no conhecimento de línguas para aumentar os seus contactos contemplam a normativa internacional como uma vantagem e uma oportunidade.

Pela sua parte, os participantes destacaram nos seus comentários como o curso contribuiu para a construção de pensamento crítico, para tomar conhecimento de outros pontos de vista, para superar o pensamento único, para tomar consciência dos preconceitos sobre o reintegracionismo e, enfim, para desfrutar dum tempo de esperança.



Mesa Redonda, em 29 de junho de 2018, *Os grupos políticos e a Lei Paz Andrade*.

Moderador Ângelo Cristóvão, da AGLP, e participam María Antón (PP),

Concepción Burgo (PSOE), Luca Chao (En Marea) e Olalla Rodil (BNG).

https://www.youtube.com/playlist?list=PLG_IIDUS_fxq9yC5ojKwWyBpeSRP6VDjx

VIII Festival *Português Perto*

Xico Paradelo

Ourense,

12, 13 de março de 2018

12 **11:00** **OPSI O GALEGO COMO OPORTUNIDADE COMPETITIVA E PRIVILEGIADA**
CON GRACIELA LOIS
AULA 1.1. DA FACULDADE DE EMPRESARIAS E TURISMO

15 **13:00** **"A MÚSICA PORTUGUESA A GOSTAR DELA PRÓPIA"**
PRESENTACIÓN DO PROXECTO POR TÁNGO PEREIRA
NA AULA 0.0 DO EDIFICIO DE FACULTADES

16 **15:00** **HISTORIAS CONTADAS**
CON SOPHIA MAUL E ANELINO GONZALEZ
NA SALA EMILIA PARDO BAZÁN DO EDIFICIO DE FACULTADES

16 **18:00** **ORRADOIRO DE BAILE**
CON CELINA DA PEDRADE


17:00 **VENRESPIRAR**
CON CELINA DA PEDRADE, PANDERETEIRAS REBULIR E MÁIS SORPRESAS...
NA SALA EMILIA PARDO BAZÁN DO EDIFICIO DE FACULTADES


DO 12 AO 23 DE MARZO
MOSTRA "AS CANTIGAS DE SANTA MARÍA. ARTE MEDIEVAL"
NA BIBLIOTECA DA BIBLIOTECA ESCOLAR DE CASTRO

8 de MARZO 2018

PORTUGUÊS PERTO
AQUELAS NOSSAS MÚSICAS

Vice-reitoria do
Campus de Ourense
Universidade de Vigo


Campus de Aígo



De 12 a 23 de março decorreu em Ourense a VIII EDIÇÃO DO FESTIVAL *Português Perto. Aquelas nossas músicas*, organizado pela Vice-Reitoria do Campus de Ourense-Universidade de Vigo em colaboração com a Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa (Pró-AGLP), a Associação Galega da Língua (AGAL) e a AC. Algaravía.

Começou com o OPS *O galego como oportunidade competitiva e privilegiada* que ministrou a professora Graciela Lois para um grupo de alunas e alunos de Empresariais e Turismo. Foi na segunda-feira 12 de março, às 11h00, na Sala 1.1 da Faculdade de Ciências Empresariais e Turismo do Campus de Ourense.

Outra das atividades com que participa a AGAL foi a exposição *As Cantigas de Santa Maria. Arte Bdieval*, que pôde visitar-se na Biblioteca Rosalia de Castro. Trata-se de uma exposição itinerante de banda desenhada, desenvolvida por BDBanda em colaboração com a *Associação Galega da Língua* (AGAL). Oferece uma aproximação inédita às *Cantigas* porquanto explora a sua vinculação com a BD. A mostra analisa como nas *Cantigas*, para além da importância musical, constituem um *exemplo pioneiro da nona arte*. São dez painéis a toda a cor nos quais se analisam de modo didático alguns dos recursos próprios da banda desenhada utilizados nas *Cantigas*: a composição de página, a representação do tempo ou a integração de texto de desenhos. Na exposição também se dá informação sobre o contexto histórico, a língua e a elaboração dos códices medievais.

O *Português Perto* nasceu para aproximar do público universitário e, em geral, do ourensano da cultura lusófona de modo a perceberem a Lusofonia como o habitat próprio da cultura galega. O *Português Perto* mostra aquele nosso mundo linguístico e cultural; evidencia que as galegas e os galegos podemos desfrutar da produção artística, musical ou cultural do Brasil, de Angola, Portugal, Moçambique, Cabo Verde... interatuar com mais de 230 milhões de pessoas. O público pode ver como a Galiza tem horizonte cultural e linguístico muito amplo, para além dos preconceitos e das fronteiras. Pessoas e realidades que falam a nossa língua com diferentes musicalidades, cores, sabores e formas. Uma viagem através da língua portuguesa e da sua música redescobre a Galiza através do Brasil, Angola, Portugal...

(Da notícia publicada no PGLíngua em 5 de Março de 2018)

Jenaro Marinhos del Valle

Isaac Alonso Estraviz,
Vicepresidente da AGLP em 2018

Fundación Vicente Risco
Amarante,
2 de maio de 2015

No ano 2015 a asociación portuguesa A Cultura que nos une e a Fundación Vicente Risco, organizaram uma mesa redonda em Amarante para o dia 2 de maio de 2015. Pola parte galega iriam Pilar Garcia Negro, Luís Martínez-Risco Davinha (da Fundación), Enrique Monteagudo e Jesus Alonso Montero. Por parte do reintegracionismo ia ir Antón Gil Hernández, que depois se negou porque viu que ia perder o tempo tendo em conta os assistentes. Falaram comigo e eu aceitei. Em princípio pensei que podia escolher o tema, e eu queria falar do relacionamento epistolar entre galegos e portugueses, tema que tenho bastante conhecido polos autores que tenho estudado e tratado. Mas disseram-me que o tema era falar de *Jenaro Marinhos del Valle*. Aceitei e prometim-me a mim mesmo de falar só de Jenaro e não suscitar problema algum. O tema era Jenaro Marinhos del Valle centrando-me no poemário *Invenção do mar*, que acabava de sair a lume.

Como sempre que estou em Portugal, ou em zonas galegas sesseantes, empreguei o sesseio na minha intervenção. Eu fui o primeiro que teve que intervir. Falei durante quince minutos. Depois de mim falou Pilar Garcia Negro e começou dizendo que o jeito meu de falar não era galego, que os galegos não falavam assim. Ela divagou e falou sobre o papel do BNG a respeito da língua. Depois Luís Martínez-Risco Davinha falou brevemente sobre o relacionamento entre galegos e portugueses. Monteagudo disse que gostaria de falar sobre Carvalho Calero mas deixou isso de lado e esteve divagando de tudo. Por último falou Alonso Montero que começou dando-me os parabéns por me ter cingido ao tema. Divagou também durante os minutos que lhe correspondiam.



A Academia Galega da Língua Portuguesa, pela pessoa do então vice-presidente, Isaac Alonso Estraviz, participou na primeira edição do encontro *Cultura que une*, realizado na vila portuguesa de Amarante no dia 07 de maio de 2015.

Ao final pediram debate. Tomei eu a palavra e disse-lhe a Pilar que os seguidores do nacionalismo de que se orgulhava não eram tão nacionalistas porque não foram capazes de prescindir de uma letra exclusiva do castelhano como era o ñ. Isto irritou-a muito. Com respeito ao emprego do sêsseio (que não era como falavam os galegos), contei-lhes que uma vez estivera num bar em Fisterra e, ao ver como falavam, gravei a conversa e um dia pus a gravação aos meus alunos de galego, pedindo-lhes que estivessem muito atentos pois ao final tinham que me dizer de onde eram os falantes. Afinal perguntei (os alunos eram de Ourense) e a resposta unânime foi *de Lisboa!* Voltei novamente insistindo no dito anteriormente e a resposta foi a mesma.

Foi um debate muito acalorado. Mas Monteagudo, Alonso Montero e Pilar, insistiam em que os galegos ao chegarem a Vila Nova de Cerveira já não percebiam os portugueses ao falarem. No público estava a mulher do Monteagudo que me disse que eu saía da temática. O público estava muito interessado e ao final entreguei-lhes alguns exemplares de *Invenção do mar* e exemplares de outros livros galegos. Afinal veu-se queixar a mim Marica do

Campo porque atacara Pilar e não Alonso Montero. Polo dito já se vê como a minha resposta foi: Alonso Montero reconheceu o que eu dissera e Pilar me atacara. Antes de finalizar o ato Pilar falou uns cinco minutos com sotaque português.

Como nota simpática vale lembrar que, tempo depois, Monteagudo tirou-me da foto da mesa redonda e deu a notícia em internet começando por Pilar, Martínez-Risco, ele, Alonso Montero *e outros*. Riscou-me da foto e apagou o meu nome. Como se vê mais baixo não pôde cair.

O meu texto, como se pode ver a continuação, consistiu em relacionar *Invenção do mar* de Jenaro com textos de autores portugueses aos que citava e imitava e uma ortografia quase totalmente idêntica à portuguesa.

Eis o texto:

O homem

Jenaro Marinhas del Valle nasce o 25 de novembro de 1908 na Crunha e morre o 23 de dezembro de 1999. Foi tesoureiro das Irmandades da Fala. Estudou bacharelato na cidade natal e iniciou os estudos de Filosofia na Universidade de Santiago de Compostela. Abandonou estes e fez os de Empresariais. Terminada a sua formação exerceu toda a sua vida como contabilista.

Tanto seu pai como ele se criaram num ambiente cultural, comprometidos ambos com a cultura e a literatura. Seu pai era já galeguista antes da fundação das Irmandades. Relacionava-se com todas as personagens da cultura corunhesa e o filho nasce e cresce nesse ambiente cultural e galeguista.

A cidade da Crunha era naquela altura um fervidoiro de cultura e de inquietações galeguistas, farol e guia de um renascimento em todos os sentidos da palavra. Vilar Ponte cria as primeiras IRMANDADES DA FALA, gémen do futuro Partido Galeguista. A ela acudiam de todas as partes pessoas como Otero Pedraio, Castelao etcétera, para aprender e ensinar. Por iniciativa dos emigrantes de Cuba é nela onde se acaba de criar a Academia Galega com as perspectivas de lhe dar à nossa língua e cultura projeções internacionais. Lá estavam *A Nossa Terra*, *Lar*, e depois foi para ela *NÓS* fundada em Ourense por Vicente Risco.

O nosso protagonista via deambular pelas ruas da Crunha, entre outros, a Manuel Murguia, Eduardo Pondal, Emília Pardo Bazán, Francisco Te-ttamancy Gaston, Eugénio Carré Aldao, Eugénio e Leandro Carré Alvarelos, Manuel Lugris Freire, César e Florêncio Vaamonde Lores, Eládio Rodríguez González, Antão e Ramão Vilar Ponte, Manuel Banet Fontenla, João Vicente Biqueira, Alfredo e Arturo Somoça, Ângelo del Castilho, Urbano Lugris, Emílio Pita, Luís Seoane, Cebreiro e tantos e tantos pró-homens do galeguismo. Foi cofundador e presidente da *Mocidade Galeguista* da Crunha.

Ele, como Otero Pedraio, Ben-Cho-Shey, Isaac Díaz Pardo, e outros muitos, estavam por cima de tudo, alheios a ideias fechadas e partidistas. Nas suas amizades o único que se tinha em conta era se amavam Galiza e demonstravam interesse pela sua cultura e sua língua. Este era o bilhete de identidade das pessoas com as quais se relacionavam. Resulta interessantíssimo o que lhes vai contando a Rabunhal Corgo e José Monterroso Devesa na entrevista que lhe fizeram publicada na revista *Agália* 1989.

Diz-nos, falando da Irmandade:

... a Irmandade gozou de vida próspera porque ali coincidiam todos quantos alimentavam um sentimento galeguista, qualquer que fosse o seu ideário político, social ou religioso (*Agália* 1989: 205).

Um bocado mais para à frente:

... para formar parte da Irmandade não se exigia mais que galeguismo e em todo o demais cada quem tinha liberdade de aderir ao que quisesse, sempre que não contrariasse a essência galeguista. (*ibidem*: 209).

A língua era para ele essencial. Não concebe um galeguismo falando outra língua que não seja a galega:

Eu não admito que possa haver galeguismo com o espanhol como língua, da mesma maneira que o espanholismo não admite outra língua que a castelhana e se diz admitir o catalão, o basco e o galego como línguas espanholas é de boca para fora, enquanto pode eliminá-las não deixa de fazê-lo. (*ibidem*: 210).

Marinhas foi um patriota integral. O seu nacionalismo está presente em tudo: quando fala, quando escreve, quando pensa. É sempre autêntico:

Teatro e nacionalismo marcham colhidos da mão, juntos se elevam e somem-se juntos. Claro que não falo aqui de nacionalismo meramente político, mas de nacionalismo integral e popular. (*ibidem*: 211).

É integral quando escreve. Queixa-se de que lhe mudaram a grafia a vocábulos no texto de entrada na Academia. E falando dos académicos e da Academia chega a afirmar:

Entre os académicos impera o critério tão antiacadémico de que o melhor galego é o falado polos mais incultos. (*ibidem*: 211).

Os clássicos portugueses foram os mestres que me lecionaram para escrever em galego, quem os leia com atenção comprovará que são menos lusos que galegos. Camões é um poeta tão galego como pode sê-lo Anhão, Curros ou Rosalia (*ibidem*: 230).

Nomeado membro numerário da Real Academia Galega no 1978, em 1990 — depois da morte de Ricardo Carvalho Calero, com quem lhe unia uma grande amizade — renuncia à cadeira que ocupava por desconformidade com o rumo da instituição.

Não se me oculta que aderir ao reintegracionismo contribui a encontrar-se com muitas portas fechadas, mas não tenciono aldrabar a nenhuma e como nunca pretendi alcançar sinecura de Poderes Públicos nem subsídio de condesa ricalhoa, sou livre e escrevo a ditado exclusivo do integral nacionalismo galego que professo (*ibidem*: 231).

Ninguém que tenha tratado a Jenaro Marinhos duvida que fosse um patriota integral. Quem o sintetizou muito bem e que eu assumo plenamente, foi Joel R. Gomes na homenagem que a AGAL lhe fez o 19 de junho de 1992, publicado esse mesmo ano na revista *Agália*. Diz o amigo Joel:

Porque Jenaro Marinhos demonstra ser um homem comprometido com a literatura, arte na qual trabalhou nos seus diferentes campos até nos dar a conhecer poesia, teatro, narrativa e ensaio/investigação. Uma trintena de obras às quais se devem somar duas novelas e outra produção, esperemos por pouco tempo: comprometido com o teatro, como o demonstra o *cópus* constituído pela sua obra de criação dramática e investigação em redor do mundo da dramaturgia, para além de publicar um teatro adaptado às necessidades da

realidade dos grupos; comprometido com a língua, pois só em galego estão os seus contributos; e comprometido com o país, como demonstrou sobejamente na sua função e presença pessoal e artística (*Agália* 1992: 484-485).

Linguisticamente optou para o galego por uma ortografia consoante com as utilizadas nas línguas românicas e não perdeu o tempo em dedicar-se a desfigurar palavras ou pôr-lhes um mendinho aqui e outro acolá. Lexicalmente procurou empregar um galego culto, nobre, sem renunciar às raízes vernáculas. E foi ainda mais alá dedicando-se à brincadeira de inventar, a partir de prefixos e sufixos próprios da língua, novos vocábulos, a maioria muito acertadamente.

Jenaro Marinhas homem bom e generoso, culto, alegre, social, tolerante, apaixonado pela sua pátria e pela sua cultura, respeitoso de todos e amigo leal dos amigos, é um modelo a imitar por todos nós.

A obra

Jenaro Marinhas é um leitor apaixonado dos clássicos portugueses, leitura que se vai notar na sua obra literária. Como autor teatral, entregou a Ângelo Casal uma peça teatral que se perdeu ao ser assassinado o editor. O seu discurso de entrada na Academia versa sobre *A importância do público na revelación teatral*. Publica em 1965 *A revolta e outras farsas* e *Ramo Cativo* em 1990. Em poesia *Lembrando a Manuel António* (1979) e em narrativa *A vida escura* (1987), reeditada pela mesma editora em 2009. *Obra dramática completa*, Espiral maior 2006; *Amarga memória*, Espiral maior 2008.

Invenção do mar

Esta obra foi editada pela AGLP, no 2014, com um Prefácio de Pablo G. Mariñas e um “Epílogo” de António Gil Hernández. No Prefácio diz Pablo G. Mariñas (2014: 19).

Há de ler-se esta magna obra integrando-a no contexto da cultura e da língua galego-portuguesa, que ele [Jenaro] viveu desde criança, como tronco comum duma linhagem e como lar de amor e liberdade. A minha Pátria – gostava dizer, parafraseando a Pessoa – é a língua galego-portuguesa, a *ilha extraviada que buscamos*.

Acrescenta Pablo G. Mariñas (*ibidem*) que o próprio Jenaro Marinhas, na década de 1980, transcreveu o poemário para galego reintegrado, segundo a denominada norma AGAL.

O título evoca o poemário de Jorge de Lima (1952), *Invenção de Orfeu*. Não parece que Jenaro Marinhos conhecesse o poemário de Gerardo Melo Mourão (1997), do mesmo título.

A obra consta de 88 sonetos decassílabos, a maioria em rima clássica (ABBA). O “Ofertório”, contudo, é um soneto de versos brancos, sem rima, cuja intenção, manifesta, persegue não sacrificar à forma o conteúdo. Jenaro Marinhos grande dramaturgo, era ante todo poeta. Aqui cita a Gama e Magalhães. Nesste livro segue a linha marcada por *Os Lusíadas*, que também seguira no seu dia Pondal n’*Os Eoas*. Nele, além de Camões e Pondal, Jenaro tem presente António Nobre, Antero de Quental, Gil Vicente, Afonso o Sábio, Eça de Queiroz, Jorge de Lima, Pessoa e Teixeira de Pascoaes, que tanto influi nos homens da Geração Nós.

Começa com uma epígrafe de Camões: *Antes querem ao mar aventurar-se que nas naus inimigas entregar-se* (p. 33). Antes do soneto 9 cita um poema de Francisco Sá de Miranda *Os que mais sabem do mar fogem de ouvir as sereias* (do poema “Cerra a serpente os ouvidos”) (p.49), que continua Jenaro Marinhos com três versos. No soneto 19, v. 5, copia de Camões a expressão sórdidos galegos (p. 61). Antes do soneto 24 outra epígrafe: *Hei de fazer parte do Mar!* (de António Nobre, Só, poema “António”, que explica com três versos seus (p.67). Cita-o novamente no soneto 25, no qual compara as suas vidas: *Que desgraça nascer em Portugal | clamou António no seu dessassego | maior desgraça, António, é ser galego* (p.70). No soneto 26 emprega uma expressão tomada do escritor português Alberto D’Oliveira: *que aldraba em alcantis de Índia imprevista* (p.71). No soneto 29, p. 74, cita os dois mais importantes navegantes portugueses: *Se não é mar de Magalhães e Gama ...*

Antes do poema 31 coloca a epígrafe: *As margens | e o rio, somos nós. | Quem nos leva à foz? | ... | somos onde vamos | nós nos tripulamos*, tomados do poema “Arras” do poemário *Breve história do mundo* (p. 129), de Carlos Nejar (Luís Carlos Verzone Nejar, Porto Alegre, 1939). Eu tomo-o do “Epílogo” de António Gil Hernández. Antes do soneto 46, outra epígrafe esta vez de Afonso O Sábio: *Ca mais me pago do mar | que de ser cavaleiro | ca eu fui já marinheiro* (Cantiga de escarnho) p. 95. No soneto 56 cita novamente o Eça e Camões (p. 107) como salvadores do galego.

Antes do soneto 59 coloca outra epígrafe, desta vez do poema “Ângulo” do poemário *Indícios de Oiro* (1937), de Mário de Sá Carneiro: *Aonde irei neste*

sem-fim perdido | *Neste mar oco de certezas mortas?* (p. 111). Antes do soneto 72 coloca uma epígrafe de Pessoa: *Que costa é que as ondas contam | e se não pode encontrar | por mais naus que haja no mar?* Tomado de “Calma”, terceiro poema de *Os tempos* (p. 127). A epígrafe anterior ao soneto 83 é do *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente: *–Ó da barca! | –Que me queres? | –Quereis-me passar além | –quem eres tu? | –não sou ninguém.* (p. 141)

Como acabamos de ver, Jenaro Marinhos não estava só intimamente familiarizado com os clássicos portugueses, senão que mostra uma capacidade de os fazer seus e ampliá-los à sua vontade.

Referências

- Henrique Manuel Rabunhal Corgo e José M^a Monterroso Devesa (1989): “Jenaro Marinhos del Valle: Testemunha de uma lealdade” in *Agália*, núm. 18, pp. 197-241.
- Joel R. Rodrigues “Umha leitura do teatro de Jenaro Mariñas del Valle” in *Agália*, num. 32, pp. 471-486.
- António Gil Hernández (2014), “Epílogo: As epígrafes do sonetário *Invenção do Mar*”, Padrão (Galiza), Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa, pp. 161-209,
- Pablo G. Mariñas, “À maneira de apresentação” in Jenaro Marinhos del Valle (2014): *Invenção do mar*, Padrão (Galiza), Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa, pp. 17-29.

Publicações

Não me consta

(pensamento débil sobre *Os Passos da Procura* de Celso Álvarez Cáccamo)

2018

Mário J. Herrero Valeiro

Família, obra, morte, memória. Passado. Percurso. Procura. A obra de vinte anos. Ou de toda uma vida. A obra, no seu sentido radical. No único sentido em que a palavra *obra* faz sentido. Isto é, a vida. Ou, para nos entendermos: a obra de uma vida. Família, perda, irmã, mãe, pai. E tentar compreender os porquês de tudo. Compreender a procura. O seu sentido. A sua inutilidade talvez. Sempre uma casa. Uma cancela. A areia. As pessoas que ficam na distância. Os distantes. Sempre uma casa. Sempre a morte. Como escreve o Celso: *Cada casa contém a infância dos cadáveres*. E talvez tudo fica reduzido a isso. A uma guerra. A uma guerra contra o esquecimento. Contra a destruição da memória. A uma guerra, enfim, contra toda a forma de supremacismo. De classe, étnico, nacional, religioso... Porque o supremacismo não é apenas a neutralização do outro. É, sobretudo, a destruição da memória do outro. Da sua humanidade. A memória, maldita às vezes, insuportável, cruel, lacerante até, é a última arma a perder. Sem ela, sempre perderemos a guerra.

É esta, acho, uma cruenta guerra contra os “Não me consta”. Página 93: *Não me consta que nos cárceres haja ninguém por pensar*. Não te metas em política, menino. Não me consta que haja presos políticos. Não me consta que o vosso destino seja o desterro ou o silêncio. Não me consta, não.

Para quem, como eu, observa os livros como uma maravilha fugaz, como um fetiche que só faz sentido quando ainda não existe materialmente, e que, logo, mantém o seu hipnótico encanto apenas nas primeiras horas, talvez nos primeiros dias depois de tomar forma física, *Os Passos da Procura*, obra de uma vida, é a maravilha por excelência, esse objeto digno de ver, de admirar.

De tocar e de cheirar. Um objeto para observar. O fetiche que eu desejava ver materializado desde há anos, muitos anos. Demasiados. Tenho ficheiros informáticos com poemas deste livro de há mais de uma década. Esperava este livro com maior desejo mesmo do que os meus próprios e já esquecidos fetiches. A obra de uma vida. Uma poesia reunida. Vários livros, em realidade. Uma obra completa e, também, um percurso através da inconstância. Da dúvida constante. Da inconsistência. Como escreveu, algures, Paul Celan, *nas inconsistências, apoiar-se*. Na dúvida. Na inconstância. No medo infinito a ver a obra acabada. O livro que sempre parece que vai nascer. E não nasce. Expressão perfeita de uma personalidade. Já nem esperava ter o fetiche entre as minhas mãos. Mas nasceu. Livros raros. De gente rara. Gente que se empenha em escrever com letras raras imaginando um país raro, uma cultura rara, uma língua rara, alheia ao mercantilismo e à cultura dirigida, subsidiada. Pessoas que se empenham em escrever, século após século, sobre alguns universais. Como se fossem filósofos. Ou antes, lembrando Alain Badiou, como se ocupassem, sem querer, o lugar dos filósofos. Como se... Tentando, simplesmente, compreender. Gente insana. Gente que quebra a sintaxe. Que escreve sonetos ou concebe poemas demorados, que conta as sílabas ou que rebenta a semântica. Gente que errou a época para viver. Onde vai já a Idade dos Poetas? *Os Passos da Procura* evoca, penso, essa Idade perdida, porque, para além de poesia de alta qualidade no estético, é também uma *obra de pensamento*, aquela para a qual, pelas palavras de Badiou, *o poema é, no lugar mesmo em que a filosofia se enfraquece, o lugar da língua onde se exerce uma proposição sobre o ser e sobre o tempo*. O poeta é aqui, sim, um sujeito de pensamento, um sujeito de razão, e não um mero esteta, um fanático, um publicista ou um artista da maquilhagem sobre uma corda bamba sujeita por um político profissional num dos seus extremos e por um capitalista no outro.

Família, morte, memória. Passado. Percurso. Procura.

Da família, elemento fulcral de uma parte do livro, pouco devo falar. Eu não posso compreender essa família de que o Celso escreve. Quero dizer, não posso compreender a sua conceção da família. Eles e elas habitam um outro universo. Nem sequer paralelo àquele que eu vivi. Àquele que eu vivo. São tão diferentes as casas do Celso, os corredores, os quartos, as cidades e a memória, os objetos mesmo, que decidi não compreender o seu sentido. Fica apenas, e isso é muito, isso é tudo, desfrutar das suas palavras, da sua complexa sintaxe, na

delicadeza extrema de uma estética, da sinceridade violentamente despida de uma proposta ética. Não me consta que a família exista mais além da presença da morte. E a morte pode ser lida de tantas formas... A família como vida. A família como morte. Ou como máfia. Como um funeral perpétuo, como naquele filme descarnado do Abel Ferrara. A família como brutal metáfora da pátria, como nos Panero, fotografia hiper-realista da criminal Espanha, essa que agora estoura. A família como hipotético projeto de um país que não foi. Que já não será. Ou, talvez, a família como uma fugaz festa, banal e formosamente efêmera, como qualquer ato da nossa vida. A cada pessoa, a sua experiência. Como diz o Celso, *cada família é um entranhável erro diferente da história*. E, acrescento eu, um erro que não nos deixam escolher, sendo este um dos mais certos tópicos da humanidade.

E quero acabar já executando uma mínima perversão dos poemas do Celso, que é o único que sei fazer, e nem demasiado bem. Procuremos. Procuremos sempre. Procuremos objetos inscritos que nunca irão ocupar de paz os dias longos, demasiado longos, de nós, os desamparados. Os anónimos. O Celso solicita o anonimato. Eu exijo o anonimato. Para que uma maravilha, como este livro, possa ser assinado por qualquer pessoa. Porque eu desejei ter escrito alguns dos seus poemas. Porque invejo profundamente a proposta sintática, a estritamente linguística, mas também essa que remonta ao seu significado original no grego clássico: a sintaxe é a ordem da batalha. Este livro é um objeto para a nossa guerra. Para a nossa sobrevivência. Não me consta que este livro esteja proibido. Mas deveria.

E, enquanto ainda nos permitam o direito de reunião, reunamo-nos. Aqui, neste ato bélico que hoje desenvolvemos, ou no desterro. Melhor sempre no desterro, nesse em que mora o Avelino Abilheira, autor também deste livro. A manter a consciência das poucas cousas reais. Das escassas verdades. Como a dor. A dor é real. Finalmente, isso é tudo. A dor é verdade. A dor é a verdade. Cada casa contém a infância dos cadáveres e a morte não se mascara com perfume. Mascaramos a vida com poesia e a vida sempre nos deixa despidos. Repugnantemente despidos. Como se fôssemos poetas. Como se fôssemos. Novamente, como se... Porque quase tudo na vida é como se...

Armem-se de valor e leiam *Os Passos da Procura*. É a verdade. É real. E leiam, também, as entrevistas feitas ao autor no Portal Galego da Língua, pelo Ernesto Vázquez Souza, e no Praça Pública, pela Montse Penas. Será esse um exercício muito mais proveitoso, para compreender tanto o autor como o livro, do que ter lido este mínimo e débil texto. Com certeza. Consta-me a vacuidade das minhas palavras.

Não me consta, porém, que nas ruas durmam os desamparados. Não me consta, direi, que nós sejamos os desamparados. Não me consta, direi, que nós sejamos os desterrados, os expulsos. O êxodo. E, sim, nisso consiste a vida. Como diz o Celso nessa entrevista do Portal Galego da Língua: *a vida consiste apenas [n]uma sucessão de expulsões dos berços, das casas, de todo o tipo de côncavas nações pequenas, sempre à procura de sei lá o quê. E se não é fisicamente, é por dentro, no processo de ir deixando peles ou cadáveres de nós próprios no interior de nós.*

Nem me consta que nós sejamos nós. Consta-me, sim, que o primeiro cadáver que deixamos no caminho é o nosso. Isso é verdade. Leio: *É verdade a solidão. / É verdade o corpo nu / frente ao espelho. / Frente ao espelho, o corpo nu / é verdade.* Como se fôssemos poetas. Despidos. Corpos nus. Sempre frente a um espelho. Sempre em guerra.

Celso Álvarez Cácamo (2018), Os passos da procura, Compostela, Através.

Tempo fósil

Pilar Pallarés

2018

Roi Vales da Oliveira

Acho-me mergulhado em sentimentos vários para redigir uma recensão do poemário, aliás ré-premiado, *Tempo fósil*, de Pilar Pallarés; por um lado, a amizade que de velho lhe tenho; por outro, os derivados do lirismo que acho nestes seus poemas intensos e vários e até contraditórios.

Para além disso, suspeito fundadamente que bastantes dos poemas progridem sobre trilhas crípticas em que a poeta urde experiências muito pessoais e reivindicações nacionalitárias. Suspeito.

Começo por examinar o título sobre a pauta dos significados comuns (de dicionário) dos vocábulos que o integram e que, em conjunto, resumem o conteúdo e mesmo a conformação do livro; segundo o *Dicionário estraviz.org*:

tempo: Meio indefinido e homogéneo no qual se desenvolvem os acontecimentos sucessivos.- Parte da du-ração ocupada por acontecimentos.- [...] Dilação, prazo.

fósil [fóssil]: PALEONT. Todo resto ou vestígio de animais ou vegetais de épocas passadas, que aparecem con-servados nas rochas cuja formação foi contemporânea deles.- FIG. Pessoa velha ou antiquada.

As contradições evidenciam-se e mesmo arreigam no título¹: entre *fluência* (mesmo *élan vital*) e *obsolescência* (esclerose até à desintegração), que transferido ao campo da *conscientia* nacional mudo em *fugit inexorabile tempus mas scripta æterna manent*. Tal parece ser o duplo intento de Pilar.

¹ Alba Cid faz um inteligente comentário a *Tempo fósil* na Rádio Galega:

Audiatur. online: <http://www.crtvg.es/rg/destacados/chamando-a-terra-chamando-a-terra-do-dia-09-06-2018-3795385>

Careceria de sentido (a meu ver) ficar no facto de o livro apenas arrancar e mesmo tratar da destruição da casa familiar; ou da fragilidade física da poeta, que insinua o desenho gráfico (ELEMENTAL/MANUEL MARTÍNEZ), ao reproduzir parte de um debuxo de esqueleto humano na capa e contracapa interiores.

A meu ver, a dedicatória à filha, Lucía, à esposa, Ana, do coirmão, Víctor, convida a privilegiar no poemário a perspetivação familiar, a qual escapule ao leitor/a normal. Eis mais uma contradição ou, antes, dificuldade para aprofundar devidamente nos sentidos e no objetivo dos poemas.

O poema “Tres gatas” diz-se dedicado A Carlos Pereira², sem dúvida pessoa bem estimada por Pilar, mas que em razão das atividades (me) lança a campos e âmbitos tanto próximos quanto afastados no tempo e no espaço, aliás, ínsitos nos textos. Tenta-me achá-los e percorrê-los demoradamente, mas não é momento nem lugar. Porém, sim saliento o facto de a poeta reunir nessa pág. 17 a testemunha esvaecente de três gatas perante a demolição da casa por cujos entulhos gaveia a ausência ... *porque saben que nin elas nin eu regresaremos*.

Preside o poemário uma citação do romance *Ancho Mar dos Sargazos* (*Wide Sargasso Sea*, 1966³), da anglocaribenha Jean Rhys, pseudónimo de Ella Gwendolyn Rees Williams (Roseau, Dominica, 1890-Exeter, 1979:

-As persoas morren sempre dúas veces; unha de verdade e outra cando os demais se inteiran.

-Dúas como mínimo, as que teñen sorte.

Esta epígrafe⁴ fornece apoio temático à obra, mas não só; o leitor está legitimado a considerá-la resumo do seu sentido e até breve enunciado da

² É pessoa multiface: historiador, investigador, poeta, etc.

Videatur online <https://www.aelg.gal/centro-documentacion/autores-as/carlos-pereira>

³ Há traduções para português, *Vasto Mar de Sargãos*, Lisboa, Bertrand, 2009; para castelhano, *Ancho mar de los Sargazos*, Madrid, Cátedra, 1998; e para galego *Ancho Mar de Argazo*, Vigo, Xerais, 2007.

⁴ Vale-me a segunda aceção de *epígrafe* no *Dicionário Aulete* online: *Liter. Título, frase, texto etc., no início de um livro, conto, capítulo, poema, para lhe dar apoio temático, ou resumir-lhe o sentido ou a motivação.*

Acho que a citação pôde estar tomada da p. 124 de *Ancho Mar* de Argazo (Vigo, Xerais) em tradução de Manuel Forcadela. Eis o contexto:

- Moi ben, pero pregunta a pregunta. A túa nai vive?
- Non. Está morta. Morreu.
- Cando.
- Non hai moito.
- Daquela por que me dixeches que morrera cando ti eras unha nena.

motivação que induziu a poeta a elaborá-la. Assim sendo, a epígrafe apresenta, como tema dominante, a *morte*, ou, antes, o *morrer*, o certo e o percebido por terceiros que mal acabam por tomar consciência dele; na segunda parte da epígrafe, insinua-se um terceiro *morrer*, o que o esquecimento soterra infortunado para a maioria das pessoas. Entendo os três *morreres*, as três *mortes ativas* (sic) como eco antitético, deforme das três *vidas* manriquenhas que diz a copla 35: *a vida terrenal, a vida eternal e a vida da fama*.

A meu ver, a epígrafe acarreta mais duas informações valiosas, aplicáveis a *Tempo fósil*, que ajudariam a entender melhor o seu sentido: as relativas à pessoa da Jean Rhys e à sua obra, centralizada em *Vasto Mar de Sargãos*. Ao caso, Leonardo Petersen Lamha (2016), na resenha a “*Vasto Mar de Sargãos*, ou a história de (Bertha) Antoinette Mason”, assevera⁵:

[...] Ao reler *Jane Eyre*, de Charlotte Brönte, [Jean Rhys] soube que precisaria escrever a história de Bertha, a primeira e secreta esposa caribenha de Edward Rochester, trancafiada no sótão por ter enlouquecido. Que Antoinette Cowsay, em seu processo de ser renomeada para Bertha Mason por seu marido, pudesse contar a própria história nos próprios termos – esse foi o grande desafio da vida literária de Rhys. Durante a composição do romance, que durou duas décadas, a primeira dificuldade foi que a voz que havia inicialmente encontrado para Bertha/Antoinette soava *louca demais*. Antoinette não poderia falar com essa voz, cuja loucura teria que ter sido o *resultado* de um processo e não uma causa.

Como complemento desta notícia, que não entendo marginal ao poemário da Pilar Pallarés, remeto ao texto de Mestrado em Estudos de Tradução de Naylane Araújo Matos (2018), *A representação da personagem Antoinette em Wide Sargasso Sea (Jean Rhys, 1966) e na sua tradução brasileira (Léa Viveiros de Castro? 2012): uma crítica feminista pós-colonial*. Vid. também desta autora o artigo “A tradução brasileira de *Wide Sargasso Sea*, de Jean Rhys” in *Revista Letras Raras* (2018) online. Também online de Jayne Lendrum (2003), *From Antoinette to Bertha: the process of ‘colonising’ within the marriage in Rhys’s Wide Sargasso Sea*.

- Porque iso foi o que me dixeron a min e porque é certo. Morreu cando eu era unha nena.

Sempre hai dúas mortes. A verdadeira e aquela outra que a xente coñece.

- *Dúas polo menos – dixeron eu – para os afortunados.*

Por outro lado, surpreendeu-me a quantidade de entradas sobre esta frase no buscador Google, mas todas ficam na primeira parte: *There are always two deaths, the real one and the one people know about*.

⁵ Vid. online: <https://www.rocco.com.br/blog/sobre-vasto-mar-de-sargacos-de-jean-rhys/>

É no primeiro poema, acho, que os poetas enunciam o *tema* ou *tópico* do livro⁶, enquanto os seguintes constituem o *rema* ou *comento* do *rema*. Assim sendo, é o poema primeiro que fixa o tema de *Tempo fósil*, aliás, sugerido na epígrafe: o duplo morrer (*ruína da razón* e [a palavra nascida] *busca regresar*), e o terceiro ([*busca*] *romper o cerco*) [...] *o incendio da memoria / mentres se parte o esternón da casa*). Nos seguintes a poeta fornece *informações* quer *remáticas* quer *temáticas* (que nesta resenha não há hipótese de especificar) até culminar e encerrar solemente o poemário com um texto que, a meu ver, intensifica e corrige o anunciado no primeiro; percebo-o como o *grande finale* da *Sinfonia núm. 2 Ressurrection* de Gustav Mahler⁷, por exemplo. Eis o poema final de *Tempo fósil* e os versos finais, do próprio Mahler⁸, que encerram o quinto andamento da sinfonia citada:

<p>A BIQUEIRA dunha bota de xigante. Fíbelas e correaxes e debaixo, alentando, os ósos. Perdoa, pai, que aínda non me deteña: sigo sen ollar atrás. Unha forza antihumana preme, distende, abate, rompe contra os cartílagos, múdame e íspeme. Sentes en ti a friaxe da xeada? Ou como se retira, alancando, a humidade de marzo? Este é un falso ceu.</p>	<p>[...] O que foi criado Deve perecer O que pereceu deve ressuscitar! Não trema mais! Prepara-te para viver! Ó dor, que penetra tudo De ti fui separado! Ó morte, que conquistaste tudo, Agora foste conquistada! Com asas que ganhei, Na dura batalha do amor,</p>
---	---

⁶ Vid. online definições breves e esclarecedoras destes conceitos em Leandro Santos de Azevedo (2012), “Tópico-Comentário / Tema-Rema: comparações” in *Cadernos do CNLF* Vol. XVI, núm. 04, t. 3. pp. 2703-

⁷ Aud. online: https://www.youtube.com/watch?v=R09_5qTnHPg. Em 2011, no Royal Albert Hall, de Londres, dirige Gustavo Dudamel a jovem orquestra Simón Bolívar, da Venezuela.

Martim Vasques da Cunha comenta a sinfonia mahlerana em um artigo que intitula “A derrota da morte” (in *Dicta & Contradicta*, 14 de fevereiro de 2011, online <http://www.dicta.com.br/a-derrota-da-morte/>).

⁸ Para encerrar a sinfonia Mahler acrescenta uns versos que canta o coro, e que complementam o poema *Auferstehen* (*Luz Primordial* ou *Ressurreição*), de Friedrich Klopstock, integrado no quarto andamento.

Friedrich Klopstock, poeta alemão [1724-1803], autor do poema épico acerca da vida de Cristo, intitulado *Der Messias*, a cuja composição dedicou cerca de trinta anos. São, igualmente, da sua autoria a obra *Oden*, com a qual alcançou um extraordinário sucesso, e a trilogia dramática baseada no herói lendário Arminio, que representou uma tentativa de criação de um novo teatro alemão.

É considerado como um precursor do Romantismo, antecipando-se na escolha de temas patrióticos para as suas odes. Vid. online [https://www.infopedia.pt/\\$friedrich-klopstock](https://www.infopedia.pt/$friedrich-klopstock)

<p>O de antes derrubouse ao fallaren as trabes. Fai ruído entre o cascallo, xeme como un espello esnaquizado que perdeu o azul. <i>Río Chan, río Chan</i> — como unha pequena serpe baixo as lousas, como unha arteria que cava no profundo até ti e enche de sangue a boca.</p>	<p>Alçarei voo Para a luz que nenhum olho penetrou! Morrerei para poder vivir. Ressuscitará, sim, Meu corazón ressuscitará en un instante! Tudo o que sofreste, Te levará a Deus!</p>
---	---

O paralelo parecerá desmesurado e até enganoso, mas comprove-se: leiam pausadamente o poema mentres escutam o citado quinto andamento. A seguir, com o mesmo fundo musical confrontem-se o poema de Pilar e os versos do próprio Mahler cuja tradução para português transcrevi parcialmente no referido andamento.

Onde é que vejo esperançadora a mensagem final de *Tempo fósil*, paradoxalmente esperançadora? Justamente no apelo ao *rio Chan, serpeartéria* ... Um poema precedente liga rio Chan a elementos não negativos: *o bosque polo que avanza, arfando / baixo, un mínimo regato ao que chaman río Chan* (p. 31).

Sem dúvida não é a invocação à eternidade nem a profissão de fé expressas no texto de Mahler. Pilar, a meu ver, alicerça a esperança na contradição da existência fraca que ‘não olha para atrás’, à maneira da ‘humidade de março que se retira alancando’ (p. 46), ou pela acumulação de *oximoros* no poema em prosa “TAN LONXE non está o mar ...” (p. 31):

<p>TAN LONXE non está o mar. Se fose un can, podería ventalo talvez detrás dos montes, alén do lugar que fica sepultado, onde labraron xeracións de avós.</p>
<p>Nos solpores pódese ouvir, ao lonxe, o tren. Mais este é un val choído. Outeiros doces que esvaecen na choiva; o lombo do Pai Xalo, que por veces semella un bispo xacente coa tiara carcomida polas brétemas; o bosque polo que avanza, arfando baixo, un mínimo regato ao que chaman río Chan.</p>
<p>[...]</p>
<p>Xardín primeiro. Cara o <i>far west</i> do val, que sobrevoan as rapaces, un cuadrángulo onde medran flores inútiles, sostidas só pola beleza, continxencia pura. Non serven para carrexaren</p>

leite, nin agua. Non dan calor no leito, non pagan nada. <i>Un excedente para pragresaren / noutra forma de vida.</i> Un soño que roubaron os pais.
Todo para durar. Tan pouco.

Insisto: ainda que pareça sem muito sentido a minha proposta de confrontação de ambos os poemas, basta procurar em *Tempo fósil* como é que é descrito e qualificado *morte*, em contraste com *vida*. Acho-o na evidência dos versos iniciais do penúltimo poema: *Cortesía da morte, / a vida, / cunha semente de tempo xermolando dentro* (p. 44). Parece que a poeta está a avocar a passagem do evangelho de João 12, 24: *Em verdade, em verdade vos digo: se o grão de trigo, caído na terra, não morrer, fica só; se morrer, produz muito fruto.*

Seja como for, a poeta parece reconhecer que do *morrer* surge o *viver*. Não resisto a tentação de percorrer o poemário e confrontar os *morte / morrer* e os *vida / viver*. Além dos já citados:

VIDA	MORTE
	con gatos que se deron á morte en atopelo (p. 12)
mentres a vida se desfraga ao lonxe (p. 16)	Enxoval de morte. (p. 19)
Aquí o non-tempo (para a non-vida). (p. 37)	(... que por sostéresme / algures te sostés / na morte) (p. 28)
sobre o que a vida ha ir sedimentando (p. 39)	luz dunha estrela morta. (p. 29)
	Un niño / nunha ponla, entre morte e morte. (p. 31)
	NON HOUBO BARCA, mais estou na morte. (p. 35)

As ocorrências de *vida* são escassas; as de *morte*, mais numerosas, algumas são acompanhadas por elementos que o contradizem, como *enxoval* (roupa de noiva e de recém-nascido), *luz + estrela* (claridade), *ninho* (abrigo, refúgio) + *ponla* (rebento). Uma análise mais pormenorizada confirmaria esta apreciação.

Aqui deixo esta resenha, proposta de análise pormenorizada de poemário rico e difícil ... ou serena e brutalmente translúcido.

Pilar Pallarés (2018), *Tempo fósil*, Compostela, Chan da Pólvora.

O Livro Branco

Alexandre Brea

2018

José António Lozano

Uma invocação do equilíbrio.

Correm turvas as águas deste rio,
que as do Céu e as do monte as enturbaram;
os campos florecidos se secaram,
intratável se fez o vale, e frio.

Passou o verão, passou o ardente estio,
úas cousas por outras se trocaram;
os fementidos Fados já deixaram
do mundo o regimento, ou desvario.

Tem o tempo sua ordem já sabida;
o mundo, não; mas anda tão confuso,
que parece que dele Deus se esquece.

Casos, opiniões, natura e uso
fazem que nos pareça desta vida
que não há nela mais que o que parece.

Luís de Camões

A palavra poética corresponde-se com a reivindicação originária da linguagem. Não uma perspetiva instrumental que se estende como domínio do ser e do mundo mas uma primeira oração que se abre desde a condição misteriosa da origem.

Tal é a ação inicial que abre *O livro branco* de Alexandre Brea Rodríguez, uma ação que é verbo, palavra originária cindida e enigmática porque até os grandes sábios se sabem perdidos.

E esta perda e sabedoria originária abrem o drama vital que se exprime como uma iniciação progressiva, em três atos, como a narrativa clássica de uma vida humana: um momento de apresentação dos problemas e enigmas da existência: *A Origem*, uma sequência que desenvolve as problemáticas e os paradoxos que surgem na origem: *A Viagem*, e um desfecho, que supõe a resolução dos conflitos, problemas e paradoxos, surgidos: *O Regresso*.

Estamos portanto perante uma poesia que remarca o seu sentido iniciático, entendendo-o como a aprendizagem da vida em diferentes camadas e subtilidades, mas que é sobretudo um conhecimento de si.

Para além de uma consideração meramente ornamental ou esteticista da criação, Alexandre mostra-nos a experiência poética e a vocação de estilo enfiadas em três círculos concêntricos: *o eu, a comunidade humana e a natureza*. Interdependência que constitui o nó do drama e cujo princípio e fim se tecem, até formalmente, poema a poema, enlaçando o último verso de um com o primeiro do seguinte.

E o movimento deste drama é a restauração do equilíbrio... mas voltaremos a isso.

Falava da abertura e podemos dizer também da fenda da verdade originária, do momento auto-contemplativo, espelho de Narciso, da origem.

Refletir puro e inconsciente de si que é quebrado pela alteração que supõe o namoro e a morte da imagem projetada. A amada, a jovem cujo espelho se quebra, distorcendo a imagem idílica. Como uma pedra atirada ao estanque da auto-contemplação no outro, revelando a diferença. A distância e a perda, justamente como consciência, pois:

*Oxalá não tivesse quebrado o reflexo
oxalá tivesse ficado para sempre
do meu lado do espelho...*

E assim a reflexão se torna consciência da separação e dinâmica de *processos irreversíveis*. E aqui se nós põe a questão de como amor e morte são as duas caras

de uma mesma realidade, envolvendo um aparente segredo, que procuramos em vão, como se um avaro nos tentasse esconder a chave do mundo, e o nosso anelo, a nossa busca intensa e desesperada do saber só fossem a evidência de um erro fundamental: o saber como fuga do mundo, a maneira em que procuramos encher o vazio dessa fenda originária sem apreciá-la e sem contemplá-la.

Mas de esse drama surgem os equívocos e erros necessários, o erro próprio que constrói a ópera, a obra em movimento, a dança, na medida em que soubermos tatear não a busca de um lugar, de um topos, onde situar-nos, como no poleiro, mas de compor uma correlação e uma harmonia, um bailado sobre a pele do mundo sem superstições e mistificações.

Mas n'A *origem* assinala-se o feixe de elementos que coexistem, a Metamorfose, como a *putrefactio alquímica*, como metáfora da transmutação das substâncias e das vivências e as memórias, da morte como abono da própria vida através dos elementos, o Golem como a metáfora da unidade do ser individual carregado do *pathos* de certa derrota ancestral mas impregnada de beleza, de certa vocação de unidade mas incompleta ainda, como uma tentativa e uma unicidade mais ampla que é recolhida no poema Panteísmo, onde a transmutação se opera correspondendo-se com o sentido autêntico da identidade:

*Eu sou esta cidade...
os meninos que jogam nos parques
as casas abandonadas
derrotadas pela natureza

sou o marido infiel
a mulher maltratada
o mendigo sujo da indiferença alheia
sou ele mais que nenhum outro.*

*Sou o carvalho no outono,
o castro sepultado debaixo do tempo.*

*Mas sou também o invasor,
sem ele nada teria sentido.
... Sabes?*

*Amo profundamente este mundo
em todas as suas expressões.*

*Assim, amo tanto o meu inimigo como me odeio a mim mesmo...
Morro continuamente em todas as minhas formas
mas nasço também incansável
é assim que perduro
Desde sempre
Para sempre.*

Chegamos assim à Opus Magnum e aos poemas finais da primeira parte que se revela como a consecução de uma nova identidade mas que se bem se restaura num nível íntimo assumindo as polaridades e os contrários como fundamentos da própria existência, invoca a dimensão comunitária, a necessidade de resgatar a memória do povo, a sua épica no fim de criar um elemento redentor do passado, como um relâmpago que alumia, súbito, a noite de uma indígena livre, metáfora da natureza selvagem, do nosso ser mais profundo e real, irredento, que morre sem medo e vive sem medo. A mulher originária e original no centro do mistério:

Câmbio de ritmo: a viagem e o regresso.

*A viagem já começou há muito tempo
pois no princípio era o fim e tudo estava dito
no primeiro movimento da dança
E tudo volta a repetir-se
a mesma velha história de amor e morte
a indígena de cabelos pretos
e olhos infinitos
pois há um tempo para nascer e para morrer
mas não compreendemos
o sexo
e não compreendemos
a morte
mas há tantas relações!
Desculpai que seja tão explícito e pedagógico
mas é urgente dizer a verdade
a até o poeta se cansa dos rodeios.
E sabes:
é tão bom morrer cada noite
quando tudo está escrito desde o princípio*

*De que tens medo, meu filho...
não morrer...isso sim seria terrível!
A viagem já começou e os círculos se fecham
mas:
— quando é que chegamos?
Essa não é uma boa pergunta
porque sempre estamos chegando e partindo
Escuta bem, meu amigo
ao livro branco
ao livro infinito
do tempo e do espaço
ao aqui e ao agora
do que vai e do que vem
do que surge do teu próprio coração
um cosmos ou mil ou um milhão
Não mentem os sábios
não têm nada que perder...nem que ganhar
permite-me que ria às escâncaras
quando falo de ganhar e perder
Um velho jogo para parvos
e, pode que um pouco inocentes
Realmente vivem num teatro fazendo um papel
mas desconhecem o diretor e o guionista
e nem sequer são conscientes que fazem um papel
uma má obra de teatro
é preciso atuar bem, com consciência
e rir muito muito
sim, sei Alexandre, que por debaixo do Pico Sacro
estão os mouros a jogar ao xadrez
e eles cavalgam sobre o Zero
falo a sério e tu...houve um dia que soubeste disso
O Zero é sunyata
a mulher grávida
melhor dito, uma mãe hindu grávida
que não é o mesmo.
O ser que não cabe em si*

*que engendra
e da à luz
um zero à esquerda
pura perda dos contáveis
inútil
como Lao Tse
e assim podemos regressar
ao paradoxo
e já estamos em casa novamente
especialmente jubilosos
realmente o caminho apenas se segue a si mesmo
e invocamos o equilíbrio
o que propriamente seria desdramatizar
e isso está bem
sempre que não expulsem aos cómicos
pois queremos compartilhar a nossa felicidade
Meu querido, Alexandre, há algo branco e afiado
no fundo do tempo
quicá envolto num tecido
ou numa seda azul
estamos aprendendo a falar uma linguagem desconhecida
quer dizer, estamos aprendendo a falar
e aprendendo a caminhar
perdidos como todos os grandes sábios
e somos felizes de compartilhar
o infinito e o zero
e também um vinho
ou um livro branco
em qualquer esquina do nosso país.*

Texto lido na *Livraria Sisargas* (Crunha) na apresentação do livro o 16 de fevereiro de 2018.

Alexandre Brea (2018), *O Livro Branco*, Lisboa, Livros de Ontem.

**Sobre Fomento de
la instrucción gallega (2002)**

Xosé Manuel Malheiro

2002

Agil-Ulfo

Não é por acaso que dê conta, infelizmente sumária, de *Fomento de la instrucción gallega* (Vigo, Ir indo, 2002), edição ao cuidado e coordenada por Xosé M. Malheiro, dada a minha relação e mesmo ligação sentimental com Bandeira e com a sua gente.

Integram o livro *Fomento de la instrucción gallega* (Vigo, Ir indo, 2002) artigos de diversos autores. Tratam temas referentes ao lugar ou vila de Bandeira e mormente, como o título bem assinala, ao processo de criação da *Escuela laica* por pessoas que se viram na necessidade de emigrar às Américas.

Todo aquele esforço foi banido pelo franquismo triunfante, mas recobrado, nenhuma medida pela *Asociación Cultural Vista Alegre*, bem ativa hoje em organizar cursos de diversos géneros, exposições e mesmo festas da tradição popular, como o Magosto.

Nesta breve resenha apenas transcrevo o índice que amostra a riqueza dos assuntos estudados e sobretudo a vida social e cívica da zona mercê do esforço dos emigrados, que acrescento com algum excerto ou citação de cada artigo:

Alberto Maceira Balboa (“Presentación”) (pp. 7-9). Dela saliento a seguinte notícia:

Ramón Otero [de Moalde, emigrante na Argentina, comprometeu-se a “reunir os cartos para facerlle un manto novo á Virxe das Ermitas”; de volta à Argentina] púxose en contacto con José María López, un home que nacera na Bandeira, que emigrara a Buenos Aires e que tivera a oportunidade de formarse nunha escola puramente laica ó mesmo tempo que traballaba. [...]” (p. 8)

José María López levou a D. Ramón Otero e outros conterrâneos ó porto de Buenos Aires a ver chegar os nosos irmáns galegos. Fixolle ver que, paseniño, ían desembarcando dúas ringleiras. Unha para os que sabían ler e escribir e outra para os que non. Achegáronse á fila dos analfabetos e observaron que viñan fartos de coñecer os mandamentos [...]

Isto non pode ser, díxolle José María López a Ramón Otero. Na conciencia deste periodista petaba o deber e tamén o patriotismo de facer algo por cambiar o espírito conservador e ruteneiro existente nas prácticas primitivas da educación nos comezos de século. [...]

[...] O día 11 de marzo de 1909 levantam a 1.^a acta Ramón Otero e o periodista José María López, seguidos dun grupo de conterrâneos, coa finalidade de fundar na Bandeira unha escola laica, convencidos de que esta representaría o adianto e a cultura para esta terra.

Xosé Neira Vilas (“A prensa dos emigrantes e o ensino”) (pp. 11-12):

Tal condición [de quase escravos], engadida ás dificultades para expresárense en castelán, facía que se lles tivese por seres inferiores. En moitas aldeas de Galicia, onde non había escola, o que sabía algo de letras e números alfabetizaba os veciños. Tal solidaridade existía tamén na emigración. E así foi como moitos chegaron, cando menos, a ler os nomes das rúas, ler a prensa e escribir algunha carta à familia.

De facto não era infrequente que imigrantes, saídos da Galiza com essas eivas, chegassem a situar-se na sociedade como pessoas bem preparadas e com influência nos seus conterrâneos, segundo se noticia nesta obra.

Martín F. Vizoso (“Xornalismo e emigración en Deza e Trasdeza”) (pp.: 13-23). O autor lembra que havia 268 *publicacións rexistradas como ‘prensa da emigración galega’*, mas delas 200 estaban *radicadas nos países americanos* e assinala que eram *instrumento de solidaridade* e de *defesa dos intereses e [...] prestixio da Terra*. Essa imprensa (*El Deza, El Eco, Céltiga, Galicia ...*), centrada nas comarcas doe Deça e Trás-Deça, exercia labor de *Educación e instrucción*, atendia à *Reivindicación social*, informava da *Conflitividade social ...*, dos *Vínculos coa terra*, de *A vida na colonia*. Contudo, acho mais interessante a noticia sobre *Algúns ilustres xornalistas*, como Adolfo Víctor Calveiro Couto, Manuel González Iglesias, Jesús Iglesias Surribas, Adrián Troitiño e outros.

María Seijas Montero (“A vida nas terras de Deza e Trasdeza a principios do século XX” (pp. 25-37) assinala no inicio do artigo que entre os meados do séc. XIX e principios do séc. XX as mudanzas suportadas pelas persoas

se producen nun ámbito político no que vai destacar o descubrimento de Galicia como unha unidade diferente doutros pobos e a elaboración dunha corrente que trata de defender ese diferencialismo [...] para além do] proceso de consolidación das organizacións obreiras [...]

A seguir, analiza, referida à comarca do Deça, *A poboación, A economía e A sociedade*.

Antón Costa Rico (“O ensino primario na Galicia de entreséculos: entre a inercia e o cambio”) (pp. 39-45) indica que

Fomento de la Instrucción da Bandeira [...] non nacía só para combater as máis grosas carencias e inercias e non viña contentarse tampouco coa simple creación de escolas. [...] existía para propoñer horizontes de cambio pedagóxico [...]

Especifica essa inovação na *libertad del pensamiento*, na emancipação do neno *por medio de la enseñanza racional y científica* inculcando-lhe *el afán de conocer las injusticias, a fin de construir un mundo más justo*.

Herminio Barreiro Rodríguez (“As correntes rexeneracionistas de principios de século en *Fomento de la Instrucción Gallega*”) (pp. 47-50):

Unha actitude rexeneracionista, republicana e laica. Velai a trindade ideolóxica, política e moral da colectividade da Bandeira, dos xestores da revista *Fomento de la Instrucción Gallega*, órgano da Sociedade *Pro Escuela en Bandeira* ... Xosé Manuel Malheiro, autor de *A escola da Bandeira*. Unha nova escola en Galicia, 1909-1936 [...] Súa é esta iniciativa colectiva e plural da recuperación histórica e, a un tempo, de xusta homenaxe. E Vicente Peña [...] leva feitas numerosísimas achegas encamiñadas á reconstrución dese emocionante capítulo case asulagado [...] da nosa historia máis recente.

Interessantes são os comentários a alguns conteúdos das revistas, *Fomento* ... e *Lux*, cuja edição fac-similar ocupa mais da metade do livro, e às atividades da sociedade *Pro-Escuela en Bandeira* (PEB).

Xosé M. Núñez Seixas (“Da rexeneración da Bandeira: notas sobre a emigración, asociacionismo e mobilización sociopotítica”) (pp. 51-66): A sociedade *Pro-Escuela en Bandeira* (PEB), de cariz claramente esquerdista e laico dende as súas orixes, en relación com outras radicadas mormente na Argentina. De facto PEB adopta unha denominación parroquial mais, en realidade aglutinou a naturais das freguesías de Moalde, Chapa, Santirso, Lamela e Cervaña, pertencentes en teoría ó Concello de Silleda, mas os líderes da sociedade da Bandeira negáronse sistematicamente à unificación com a entidade *Hijos de Silleda*. Contudo, mantiveram com estes boas relacións e mais com outras entidades de emigrados de Deza e Trasdeza, de inequívoca orientación progresista e integradas na *Federación de Sociedades Galegas*.

Manuel Iglesias Rodríguez (“Os emigrantes e a transformación social na Comarca de Deza (1910-1936) (pp. 67-86). É artigo esclarecedor do realizado (e padecido) pelos emigrados da comarca no primeiro terzo do séc. XX: Agrarismo e luta anticaciquil, ditadura de Primo, II República, emigrantes e movimento operário, repressão franquista. Das informações dadas talvez surpreenda que *Pro-Escuelas en Bandeira* decidisse fechar a escola no fim do ano escolar 1933-1934 ó considerar que os obxectivos cos que foi aberta (*ensino laico*) xa os vén cumprindo o Estado. Contudo,

Non queren desprenderse do edificio, senón “que sirvan como casas do Pobo, donde se poidanrealizar xuntanzas, conferencias e canto se relazoe co melloramento de Galiza”. Esta decisión conta co beneplácito do Grupo Galeguista de Abades, co que mantén “estreita e cordialísima relación”, que se ofrece “a coidar da biblioteca e organizar unha clases nocturnas de cultura galega, teatro, etc.”

José Manuel Malheiro Gutiérrez (“Unha escola laica para os nenos e nenas do campo”) (pp. 87-97). Do artigo, que merece comentários por extenso, apenas cito como resumo pertinente:

[...] outra cuestión [...] é o rexeitamento destes emigrantes cara á función posibilista do ensino, asumida como un “mal necesario” por moitas outras sociedades de instrucción: as escolas de *Hijos de Silleda*, *Pro-Escuela en Bandeira* e *Unión del Partido de Lalín* non foron concibidas, en principio, como centros de preparación para futuros emigrantes con destino ás Américas,

senón para futuros cidadáns, capaces de desenvolver o seu potencial humano en Galicia, na propia terra e afastar a alternativa do éxodo rural cara ós centros urbanos ou á migración.

O problema estrutural da sociedade galega, identificado en parte coa necesidade de desenvolvemento económico, non podía contemplarse á marxe dunha profunda reforma do sistema educativo. Só mediante a educación dos máis novos [...] podería rematar definitivamente a sangría migratoria.

Essa, mais do que problema, eiva grave continua a gravitar na Galiza contra as persoas que continuam a ver-se obrigadas a emigrar ou a ficar na Terra com trabalhos de miséria. Infelizmente, por agora e cada vez mais, o José Manuel vaticina no fim do artigo: por culpa da ditadura franquista (e da sua continuidade atual?) *Perdeuse para sempre unha oportunidade na que se depositaron non poucos sacrificios, ilusiões e esperanzas.*

Alfonso Conde Miguélez (*Fomento de la Instrucción Gallega* [FIG] e o seu ideario pedagóxico”) (pp. 99-109):

O posicionamento de FIG é ofrecer unha educación independente do control dos grupos de poder; unha educación liberadora e de calidade, que lle posibilite ó educando as condicións necesarias para triunfar na vida, eleve o seu nivel moral e intelectual e contribúa a forxar unha sociedade máis xusta. Parece claro a identificación do papel da educación como motor do cambio social [e político!].

Esta mesma necesidade de afrontar o cambio social a través da educación témolo nos institucionistas e en Ferrer i Guardia. Débese empezar pola escola primaria, xa desde a máis tenra infancia¹ para así forxar homes que sexan os sólidos piares da pretendida reforma social [e política!].

¹ Permito-me a liberdade de assinalar o seguinte: Justamente foi essa (e aínda é) a manobra do ILG, do seu diretor e colaboradores para instaurar a súa conceção do “galego”, “lengua española”. Os “cursiños” para mestras e mestres procuravam (e procuram) que “desde a máis tenra infancia” as novas persoas galegas, nenas e nenos, identifiquem a “lingua de Galicia” con as formas mutantes que o Instituto de la Lengua Gallega (1971) e na actualidade a Real Academia Galega argalham para o “galego” que a “Xunta de Galicia” impoë no ensino e nos média. Inculcado na mentes infantis esse “galego”, dificilmente já pessoas adultas serão capazes nem sequer de entender que a sua língua é tão extensa e útil como a castelhana, “lengua nacional del reino del bourbon”.

Quintín Álvarez Núñez (“A dimensión organizativa da *Escuela de Instrucción Primaria y de Comercio da Bandeira*”) (pp. 111-130). Explica o autor:

O deseño organizativo desta escola apóiase nun credo pedagóxico progresista que recolle significativas *influencias* das correntes educativas máis modernas e innovadoras existentes naquel momento, tanto en España como no estranxeiro: Ferrer i Guardia e a *Escuela Moderna*; a *Institución Libre de Enseñanza* con autores, como Joaquín Costa, Giner de los Ríos, Bartolomé Cossío, etc.; o movemento Escola Nova; Pestalozzi; Froebel; Montessori, etc., todo ese conxunto de influencias configura unhas formulacións educativas valentes, reformistas e axeitadas á realidade do mundo rural onde se pretenden desenvolver. Queríase promover o cambio social a través da difusión da educación e da cultura para lograr a formación de cidadáns libres, críticos, sen dogmatismos e ben formados tanto a nivel persoal como profesional.

Seguem as edicións fac-similares do mensáreo *Fomento de la Instrucción Gallega*, do núm. 2 ao 21 (1909-1911), e do núm 1 de *Lux* (1913).

Merece a pena a lectura dos artigos acima (quase) comentados, mas sobretudo a das publicacións fac-similarizadas.

AA. VV. (2002), *Fomento de la Instrucción Gallega*, editor Xosé Manuel Malheiro, Vigo, Ir indo.

***Dos vidas y un exilio.
Ramón de Valenzuela y
María Victoria Villaverde.
Estudio y Antología***

Carmen Mejía Ruiz

2011

Agil-Ulfo

O matrimonio Ramón, de Bandeira (Silheda), e María Victoria, de Vila Garcia da Arouça, mereceu a atención, análise e comentários da equipa de investigadoras que dirige a Prof.^a Carmen Mejía Ruiz. O resultado é o libro *Dos vidas y un exilio. Ramón de Valenzuela y María Victoria Villaverde. Estudio y Antología* (Madrid, Editorial Complutense, 2011), publicado em castelhano, de que, à partida, cumpre dizer que é pormenorizada e cuidadosamente exhaustivo.

A Prof.^a Carmen Mejía Ruiz, doutora en Filología Románica, é profesora titular de Filología Románica na Universidad Complutense (Madrid) e directora da revista *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos*. Entre outras muitas actividades, saliento a súa pertenza ao *Instituto de Investigaciones Feministas* de la Universidad Complutense¹.

A só lectura do “Índice” evidencia o rigor e profundidade da investigación levada adiante pola Prof.^a Mejía e a súa equipa. Como mostra desse labor cito algun excerto de cada artigo.

A Prof.^a Carmen Mejía, “Presentación: Crónica de una ilusión” (pp. 11-16):

Mariví acudía, siempre puntualmente, a la celebración del Día das Letras Galegas” en la Facultad de Filología, allí la conocí, hacia 1997. Coincidíamos, también, en la Galería Sargadelos, cuando Inés Canosa estaba al frente de la misma, o en el Ateneo de Madrid, donde fuimos invitadas en distintas ocasiones por Carmina Nóvoa. (p. 11)

¹ Vid. o currículo completo da Professora e das colaboradores no libro online: <https://es.linkedin.com/in/carmen-mej%C3%ADa-ruiz-62474141>

No puedo concluir esta crónica sin agradecer a aquellas personas e Instituciones que han hecho posible esta ilusión [de publicar o estudo sobre o matrimonio Mariví-Ramón]. Debo empezar reconociendo a Isabel García Piqueras [...] su imprescindible aportación, pues la mayoría de los “anejos documentales” están en el libro gracias a su ayuda técnica. (p. 15)

A Professora estende o agradecimento a *don Xesús Alonso Montero por apoiar esta iniciativa* (pp. 15-16), às suas colaboradoras na elaboração do estudo, ao *profesor José Antonio Nieto, director general de la Editorial Complutense*, a *Anxo Lorenzo, secretario xeral de Política Lingüística de la Consellería de Educación y Ordenación Universitaria de la Xunta de Galicia*² e a outras persoas mais, dentre as quais cito *don Ramón Akal* [por] *sus autorizaciones para la reproducción de los textos en la Antología*. (p. 16)

A Prof.^a María Jesús Piñeiro³ estabelece o contexto em que vale situar a produção literária, e ainda mais, do matrimónio Valenzuela:

Hubo muchos factores que demarcaron las distintas formas de exilio de las dos Españas, que, en realidad, eran múltiples Españas. Así, no solo existía una división bélica de vencedores y vencidos, y una división de exiliados interiores y exteriores; los motivos para exiliarse fueron, a su vez, diversos. (p. 18)

A autora refere obras de autores (Max Aub, José Blanco Amor, Ramón J. Sender, Lluís Ferrán de Pol, Xosé Manuel Martínez Oca, Manuel Veiga), que apresentam situações várias de exiliados. Ao caso, de *Non agardei por ningún* (1957), de Ramón de Valenzuela [RdeV], comenta:

[...] La picardía y la farsa se mezclan en una novela autobiográfica, escrita desde la distancia geográfica y temporal, considerada “a grande novela galega sobre a guerra” (Thompson, 2009) escrita por uno de los representantes de más peso del llamado exilio gallego en Argentina (Núñez Seixas y Farías, 2009). (p. 19)

Vale assinalar o facto de a autora mencionar escritoras no exílio (pp. 22-23).

² Não entendo que os estudos sobre pessoas galeguistas, em particular, sobre Ramón de Valenzuela, que publicou quase toda a sua obra mais consistente em idioma galego, sejam dadas a lume em castelhano, sobretudo porque a edição foi subsidiada pela Xunta de Galicia, em particular pela (Secretaría Xeral de Política Lingüística e pela Dirección Xeral do Libro, Bibliotecas e Arquivos.

³ “Introducción: La narrativa del exilio en el entorno peninsular” (pp. 17-23).

A Prof.^a María Victoria Navas⁴ faz um demorado percorrido pela vida e atividades de RdeV e, com ele, de Mariví, que distribui em etapas: 1. Primeira, na Galiza e España até 1939.- 2. Etapa francesa (1939-1949).- 3. Etapa argentina (agosto de 1949-outubro de 1966).- 4. El regreso a España (1966-1980/2017). No início desta secção a autora recolhe os álias do RdeV:

[...] Ramón de Valenzuela, Ramón Valenzuela, [...] Ramón da Viña, Pepe dos Cestos, Pínfano, Xan de Deza, Ramón Tresdeze de Abades, Ramón Trasdeza de Abades, Ramón Tresdeza, [...] (p. 25)

Esteve sempre ligado à sua terra também na obra literária:

[...] tanto nesta novela [Era tempo de apandar (1980)], como la anterior [Non agardei por ningún (1957)], como sus cuentos, tienen en gran parte, como telón de fondo, donde se mueven los personajes, la tierra gallega, los campos de Trasdeza, de R. Valenzuela, las gentes de Bandeira donde la comunidad, agradecida, en 2008, le dedicó una calle y además descubrió una placa en su casa natal de A Viña. (p. 58)

A Prof.^a Ana Acuña⁵ distribui a obra jornalística do matrimónio Valenzuela em duas secções:

1. A de RdeV: articulista y orador (pp.79-93), que abrange as subsecções:

1.1. Pseudónimos y lengua(s) de su corpus productivo. (a/ Colaboraciones de preguerra: *Razón* (1933) y *A Nosa Terra* (1935).- b/ Colaboraciones durante la Guerra Civil: *Nueva Galicia* (> *Galicia*).- c/ Escritos periodísticos de posguerra: *Opinión Gallega*, *A Nosa Terra*, *Galicia emigrante*, *Adiante*, *Galicia*, *Signo*).

2. A de María Victoria Villaverde: articulista y directora (pp. 93-101), que comprende:

2.1. Colaboradora y directora de la prensa en el exilio: em *A Fouce* (1944) “A muller galega no rexurdir da Patria”; em *Galicia* (entre 1960 e 1965). María Victoria sucede a Arturo Cuadrado na direção de *Galicia*. Já diretora publica, em 31-VIII-1964, “Inminentes juicios contra antifranquistas” ao qual seguiram, em diversos números, informações sobre a situação da Galiza.

⁴ Ramón de Valenzuela (1914-1980) y María Victoria Villaverde (1922-[2017]) [MVV]: un viaje de ida y vuelta (pp. 25-77). Incluem-se numerosos “Anejos documentales”.

⁵ “Obra periodística de Ramón de Valenzuela [articulista y orador] y de María Victoria Villaverde [articulista y directora] (pp. 79-115). Incluem-se bastantes “Anejos documentales”.

2.2. Recuperadora de memorias propias y ajenas. Adverte Ana Acuña:

Incluimos bajo este epígrafe aquellos artículos de María Victoria Villaverde aparecidos en publicaciones periódicas y libros de homenajes en los que la autora recuerda y recupera momentos, tiempos y figuras vinculadas a su propia peripecia vital. (p. 99)

Cito apenas os títulos: “Panorámica de Buenos Aires” (1995), “Tobío, querido amigo, galego exemplar” (2001), “O teatro do exilio e da emigración: Galicia en escena” (2006), “Mulleres” (2009), “Laxeiro amigo” (2009), “Carta” no libro de homenagem a X. Alonso Montero *Ex toto corde* (2009).

A Prof.^a María Asunción Canal⁶, no inicio do seu texto, recorda a importancia de *Galicia emigrante*, revista fundada por Luís Seoane, para RdeV e Mariví, e o testemunho de Fernando Valenzuela Villaverde, fillo do matrimonio Valenzuela:

Había que escribir, e o primeiro foron contos, os que ouviamos unha e outra vez asombrados a carón da chaminé, porque contar historias era o seu xeito de ser e porque así podía falarnos todas as noites en galego (p. 145)

María Asunción passa a analizar, em várias secções, o conto *O Naranxo* (1974):

1. [...] “Temas y *teimas*”, materializadas nos personagens protagonistas

tienen en común sus obsesiones, que a pesar de ser muy distintas entre sí son las que dan unidad al conjunto de historias que constituyen este libro” (p. 148)

São histórias de loucos *O Naranxo*, que abre o livro, e *Manuel dos Cans*, que o encerra, e entre elas outras dez, quer sobre mitos e tradições populares, quer sobre a hostilidade do mundo.

2. “La importancia de los espacios en *O Naranxo*”, centrados na casa familiar e Lalim, Cira, Medelo, Bandeira, Mânduas, Abades ... (pp. 150-155)

3. *O Naranxo* [1955] e *O Ciclón* [1956], estudo comparado de ambos os contos (pp. 156-159).

A Prof.^a Begoña Regueiro⁷ analisa cuidadosamente as duas novelas do RdeV, que distribui nas seguintes subsecções:

⁶ “La narrativa breve en el exilio bonaerense: RdeV y los relatos de *O Naranxo* (1955-1974) [...]” (pp. 143-163), com uns breves “Anejos documentales”.

⁷ “La novelística de RdeV: *Non agardei por ninguén* (1957) y *Era tempo de apandar* (1980) [...]” (pp. 165-193), com um só “anejo documental”.

1. “Presentación de las obras” (pp. 166-169), após uma breve introdução cujo final diz:

Sea como fuere, por su cercanía en el tiempo de la redacción a los hechos, por el testimonio directo y claro, y por la calidad literaria, ambas obras resultan un legado valiosísimo para la recuperación de la memoria histórica gallega, para la visión objetiva de una época de una época que ha sido distorsionada por la censura o la mitificación de los héroes y para la revalorización de un escritor de la talla de Ramón de Valenzuela. (p.166)

No fim da subsecção citada diz-se:

Así pues, las dos obras [...] se ubican en una misma línea de tiempo, que va avanzando, y presentan un mismo estilo y un mismo punto de vista. Más aún, comparten personajes y hay elementos intertextuales que configuran un mismo entorno físico y personal para las dos. Sin embargo, la complejidad estructural y narrativa que el autor alcanza en Era tempo de apandar evidencia el lapso que separa la redacción de las obras.

2. “Análisis comparativo de las obras” (pp. 169-188), abrange as subsecções:

2.1. “La temática: La Guerra Civil española, la Posguerra y la Segunda Guerra Mundial: entre el miedo y la esperanza”. (pp. 169-179).

2.2. “Los personajes” (pp. 179-184).

2.3. “Estructura: espacio y tiempo” (pp. 184-188).

3. “Conclusiones” (pp. 188-189), de que saliento:

Además, nos encontramos ante un escritor. Uno de verdad que juega con el tiempo y mezcla pasados con presentes para indicar al lector dónde debe fijarse; que controla el lenguaje y las técnicas y que aún diálogo con narración para dar agilidad y frescura al texto. (p. 189)

A secção sexta do livro está dedicada a María Victoria Villaverde [MVV] e em particular ao seu *Tres tiempos y la esperanza* (1962)⁸. Estende-se às subsecções:

1. Carmen Mejía, “Los exilios de MVV” (pp. 196-207) ficam resumidos no parágrafo seguinte e ampliados no tratamento ulterior dos elementos *casa* e *mar*:

⁸ “MVV: Tres tiempos y la esperanza (1962)” [...] (pp.195-241). Incluem-se diversas reproduções fac-similares.

[...] dos elementos “la casa” [: espacio protector, pp. 198-200] y “el mar” [: camino de salvación, pp. 200-207] son elementos configuradores de las vivencias de MVV. Los tiempos de Tres tiempos y la esperanza son los de la infancia con la proclamación de la república, la adolescencia con el descubrimiento del dolor a causa de la guerra, se la persecución y del refugio; del exilio en Francia, del despertar al amor y de la separación; del exilio familiar en Argentina y del reencuentro amoroso en Galicia, para retornar, de nuevo, al exilio Argentino. Una vida llena de movimiento con la esperanza siempre a cuestas (p. 198)

2. Ana Acuña estuda “La narrativa de la memoria. Ediciones y para textos de *Tres tiempos y la esperanza*” (pp. 208-221) sob diferentes perspectivas que desenvolve em sucesivos parágrafos: “Entre la novela autobiográfica y la autobiografía” (pp. 210-211).- “Representaciones de la memoria y del trauma en tres tiempos: lugares de la memoria y huellas espectrales”:

a/ “La República” (p. 211).

b/ “La Guerra Civil (la necesaria huida)” (p. 212).

c/ “La Posguerra: exilio y retorno” (pp. 213-214).

“El retorno y sus retóricas” (pp. 214-215).

3. Carmen Mejía, “Epistolario inédito: una clave para la recepción de *Tres tiempos y la esperanza*” (pp. 222-231), comenta cartas, recibidas por MMV, de Roberto Villanueva, de Leandro Pita Romero, de María del Carmen, esposa de Luís Tobío, de Eduardo Blanco Amor, de Francismo Lamas, todas reproducidas fac-similarmente (pp. 233-241).

Carmen Mejía⁹, sobre o teatro galego e em galego no exílio, detém-se nalguns temas pertinentes (“El teatro de la diáspora”, pp. 243-245; “El teatro del exilio en Buenos aires”, pp. 245-246; “El Teatro Popular Gallego”, pp. 246-249), antes de tratar dous referidos ao matrimonio Valenzuela:

1. RdeV y MMV Villaverde: traductores y actores (pp. 249-253), em particular, de *La camisa* de Lauro Olmo: traducción y representación.

2. Nesta subsecção “*As bágoas do demo* (1964-1994): un reto” (pp. 253-267) a Prof.^a Mejía Ruiz atende a “Noticias sobre la representación” (pp. 253-

⁹ “RdeV y el teatro gallego en Argentina [...]” (pp. 243-267), com bastantes “Anejos documentales” (pp. 269-287).

254); “Autocrítica inédita” (pp. 254-256). É sob esta epígrafe que “La obra: una lectura” (pp. 256-267) reproduz bastantes dos diálogos da obra para concluir:

Con esta obra Ramón de Valenzuela nos presenta las contradicciones sociales del entorno gallego, y con el estreno de la misma, en 1964, se cierra el periodo del teatro de la diáspora, del exilio y de la emigración. En este momento el galleguismo de ultramar comenzaba a acallarse y la lucha, como observa Vieites [...] “pasaba ao interior”. (pp. 266-267)

Desta secção cabe salientar os abundantes “Anejos documentales” (pp. 269-287)

María Jesús Piñeiro, na secção “Bibliografía”, recolle “I. Fuentes primarias. II. Obras de creación de RdeV y de MVV. III. Textos periodísticos de RdeV y de MVV [...]. IV. Otras fuentes. V. Bibliografía de referencia”. (pp. 289-305)

Acaba o libro com um “Índice de reproducciones” e o “*Curriculum vitae* de los autores”, na realidade, das autoras. Completa-se por um CD bem apresentado e ilustrativo.

À parte menciono a participación de Xesús Alonso Montero no volume como autor do “Prólogo” (pp. 7-9) e editor de um *Informe* [clandestino] *sobre Galicia: política y cultura* (julio y agosto de 1965), redigido por RdeV, “antiguo dirigente galleguista, hoy militante del P[artido] C[omunista de] E[spaña]” (pp. 117-141). O texto ofrece interese especial, porquanto dá uma versão das circunstâncias, ditatoriais, por que naqueles anos (1960-1970) decorriam a política e a sociedade española.

Em suma, cumpre reconhecere e valorizar muito positivamente a investigación das professoras sobre o matrimonio RdeV e MMV e as suas obras literárias junto de actividades bem diversas.

AA. VV. (2011), *Dos vidas y un exilio*. Ramón de Valenzuela y María Victoria Villaverde. Estudio y Antología. Editora Carmen Mejía Ruiz, Madrid, Editorial Complutense.

***Totalitarismo del mercado.
El mercado capitalista
como ser supremo***

Franz Hinkelammert

2018

Luís G. Soto

Um professor de Costa Rica, Gustavo Hernández Castro, que entre março e junho de 2017 estava a fazer uma estadia de investigação doutoral na Universidade de Santiago de Compostela, deu-me a conhecer a obra de Franz Hinkelammert. Soube que é um dos pensadores mais conceituados de América Latina. Nasceu e formou-se em Alemanha, como economista e teólogo. Depois foi professor universitário em Chile de 1963 a 1973. Após o golpe de estado perpetrado por Pinochet, estabeleceu-se em Costa Rica, onde desenvolveu uma frutífera carreira filosófica, e não só. É um dos fundadores, com Hugo Assmann e Pablo Richard, do *Departamento Ecuménico de Investigaciones*, núcleo da teologia da libertação e a opção pelos pobres. O seu pensamento incide sobre a atualidade, local e global, esboçando linhas alternativas, críticas com o neoliberalismo e o pós-modernismo.

Entre os seus livros cabe mencionar: *Dialéctica del desarrollo desigual* (1970), *Las armas ideológicas de la muerte* (1977), *Crítica a la razón utópica* (1984), *Democracia y totalitarismo* (1987), *Cultura de la Esperanza y Sociedad sin Exclusión* (1995), *El grito del sujeto* (1998), *El nihilismo al desnudo: los tiempos de la globalización* (2001), *Asalto al Poder Mundial y la Violencia Sagrada del Imperio* (2003) y *Crítica de la razón mítica* (2008).

Pouco tempo depois, com essa bagagem informativa, encontrei e li este livro de Franz Hinkelammert, que me pareceu inovador e sugestivo, útil e frutífero para a discussão filosófica. Movido por este impulso, escrevi uma resenha para a revista *Agora Papeles de Filosofía*, que aparece no n.º 37-2 (2018). Mas, pensei

que talvez seria interessante apresentar o livro também, e especificamente, no mundo lusófono. Daí, esta nova entrega.

Sob esse título de *Totalitarismo do mercado. O mercado capitalista como ser supremo*, Juan José Bautista Segalés, autor do “Prólogo” (pp. 5-13), reúne uma seleção de textos do filósofo alemão Franz Hinkelammert (Emsdetten, 1931), que desenvolveu a sua obra na América do Sul, designadamente em Chile, entre 1963-1973, e posteriormente em Costa Rica. Em nossa opinião, trata-se de uma boa seleção, porque quase não há reiteraões temáticas e os textos se complementam entre si. O título escolhido proporciona uma noção geral do teor do livro, ainda que diz pouco (e menos o subtítulo) de seu conteúdo concreto, que apresenta o próprio Hinkelammert.

Na “Introdução” (pp. 15-23), o filósofo traz à luz um conceito que dá conta de boa parte de sua reflexão: “termidor”. Em concordância com Crane Brinton (*The Anatomy of Revolution*, Vintage Books, New York, 1965), que o aplica às revoluções inglesa, norte-americana (designadamente, EUA), francesa e russa, denomina termidor ao momento em que uma revolução se converte em ortodoxia, estabelecendo uma dogmática na qual aparece invertido o projeto revolucionário. Nessa linha, Hinkelammert versará sobre o termidor do cristianismo (cap. II) e o da revolução inglesa, na filosofia política de John Locke (cap. III). Nos restantes capítulos, que como esses ele apresenta sinteticamente, versará: sobre a crítica da religião, segundo o contributo de Marx e do cristianismo (cap. I); sobre a globalização: esvaziamento dos direitos, mecanismo de funcionamento, crise e alternativas (caps. IV, V e VI); sobre plenitude e escassez (cap. VII) e sobre o assassinato do irmão (cap. VIII).

No cap. I (pp. 25-54), que leva por título “A primazia do ser humano no conflito com a idolatria: crítica da religião, a teologia profana e a práxis humanista”, Hinkelammert oferece uma sugestiva análise sobre a crítica da religião segundo Marx, e o seu consequente imperativo categórico, bem como da proposta social do Papa Francisco, mostrando a compatibilidade, inclusive no terreno dos fundamentos e não só no da prática, entre, pelo menos, algum marxismo e algum cristianismo. Para Hinkelammert, da crítica marxiana da religião não se segue o ateísmo senão que fica um lugar vazio, o de Deus, que o próprio Deus, entendido desde a teologia da libertação, poderia ocupar. O imperativo categórico marxiano toma a forma de Kant, mas submetendo à

crítica o seu conteúdo, renovado em termos de autorrealização do ser humano, consequentes com a rejeição da submissão da humanidade a qualquer ídolo, celestial ou terreal. Neste ponto, viria a confluência com o cristianismo propugnado por Francisco.

“O termidor do cristianismo como origem da ortodoxia cristã: as raízes cristãs do capitalismo e da Modernidade”, o cap. II (pp. 55-103), começa com a exposição daquelas propostas doutrinárias que o termidor vai inverter: a teologia da dívida e o salário, tal como se encontram na moral evangélica, e a crítica de São Paulo à lei, a sua impugnação que Hinkelammert entende, e estende, para além do judaísmo, abrangendo a lei (e o ordenamento) vigente do Império Romano e atingindo qualquer lei, considerada cárcere do corpo. Santo Anselmo é tomado como o expoente da inversão, com a sua reformulação da dívida, tanto no plano teológico na maneira de entender a morte de Cristo no quadro das relações entre Deus e a Humanidade, como no plano moral da justiça da satisfação das dívidas económicas interpessoais. Santo Anselmo realiza uma mutação teórica (pois na prática, permanece fiel ao espírito cristão), que prepara o estabelecimento da ortodoxia na modernidade: o cristianismo burocratiza-se e mercantiliza-se, vale descrever assim a sua sintonia com o estado e o mercado, de modo similar a como na Antiguidade foi assimilado, “imperializado” diz Hinkelammert (p. 101), por Constantino e o Império Romano.

No cap. III, “O investimento dos direitos humanos: o caso de Locke e os termidores da Modernidade” (pp. 105-141), Hinkelammert indaga e explora a inversão dos direitos humanos nas suas próprias raízes: a Revolução Gloriosa inglesa de 1668 e, como expressão sua, a filosofia política de Locke, em concreto o *Segundo tratado do governo civil*, publicado em 1690. Mostra como o estado natural, e de direitos, entronca com o estado de guerra, no qual os outros, carentes de direitos, aparecem como não humanos: como feras a exterminar. Daí, segundo Locke, a legitimidade da escravatura e da expropriação aplicadas aos selvagens, como por exemplo, as populações africanas e os povos indígenas de Norte-américa. Dito seja de passagem, segundo Hinkelammert, Locke inclusive teria investido a sua fortuna, como depois Voltaire, no comércio de escravos (p. 108). O método de Locke teria passado, na modernidade e pós-modernidade, à lógica do mercado e do estado. A inversão dos direitos, isto é, a apelação a estes para justificar a sua exclusão, encontrar-se-ia tanto na doutrina

e a prática económica do neoliberalismo, por exemplo na formulação de Hayek, como nas ideologias e ações bélicas do imperialismo, por exemplo nas intervenções da OTAN em Jugoslávia, designadamente, na guerra de Kosovo.

O cap. IV (pp. 143-163), intitulado “O esvaziamento dos direitos humanos na estratégia da globalização (a perspectiva de uma alternativa)”, arranca com uma reflexão sobre a crise económica de começos do século XXI, no contexto europeu, comparando a possível resposta com a política económica implementada na Europa destruída ao final da Segunda Guerra Mundial (dívida, investimento, impostos, orientação da despesa, meios de comunicação, etc.). Uma atuação semelhante, reclamada inclusive por alguns dirigentes económicos, é descartada, ainda que os reptos são de similar envergadura e a eles teria que ser somada a crise ecológica. Hinkelammert, antes de caracterizar a estratégia da globalização, assinala as suas raízes no termidor da Revolução Francesa, quando o projeto ilustrado de emancipação humana expansiva (escravos, mulheres, trabalhadores) fica apesado na lei. Como alternativa à globalização e a eliminação dos direitos humanos da vida humana, indica o ressurgir em América Latina dos esforços em pró da emancipação humana.

No cap. V, “Os mecanismos de funcionamento, a eficiência e a banalização do mundo” (pp. 165-180), Hinkelammert indaga na história da contabilidade, o seu aparecimento e o seu desenvolvimento como origem e matriz, mecanismo de funcionamento, do cálculo de eficiência e utilidade própria, tanto pessoal como da empresa e o capital. A contabilidade tem como pressuposto e como consequência que tudo é calculável: tudo pode, e deve, ser submetido ao cálculo. Tudo: da natureza até às pessoas. Relaciona este mecanismo, os seus pressupostos e as suas consequências, com a filosofia contemporânea e com a banalização da linguagem, e, em linha com o capítulo anterior, assinala alternativas, em particular através da razão mítica, procurando outra relação com o outro e os outros, que plasma na exigência “eu sou, se tu és” (p. 180).

O cap. VI, “A rebelião dos limites, a crise da dívida, o esvaziamento da democracia, o atual genocídio económico-social e o horizonte atual de possíveis alternativas” (pp. 181-201), aborda outra vez a crise económica e as ameaças globais, sendo uma delas a própria dinâmica da globalização. Desta vez, ao tratar a crise da dívida em termos semelhantes, incide no esvaziamento da democracia e sobre o deixar morrer como forma de assassinato, inclusive

genocídio, perpetrado pelo “laissez-faire” e a “mão invisível”. As perspectivas alternativas passam por América Latina, que sofreu dantes estas políticas, e olham para a Grécia.

No cap. VII, “Plenitude e escassez: quem não quer o céu na terra, produz o inferno” (pp. 203-225), Hinkelammert aprofunda na sua proposta ética e política, começando pela distinção entre plenitude e escassez como orientações da ação, entendendo a plenitude como aspiração e materialização do bem comum que se ergue como alternativa à gestão da escassez por meio do cálculo de utilidades. Dita plenitude conectaria com a realização, segundo a mensagem evangélica, do reino de Deus, isto é, a instauração do céu na terra, tarefa controvertida e combatida secularmente, que no século XIX é retomada, em termos poéticos e políticos, por Heine e Marx, pelo humanismo da práxis. Hinkelammert combate a rejeição da ética do compartilhar e do amor ao próximo levada a feito pelas burocracias empresariais e os seus ideólogos, opondo, a seguir, seguindo a Hildegard von Bingen, a utilidade do ser humano à utilidade do cálculo, isto é, o bom ao útil. Tudo isso conduz a propor a autorrealização do ser humano através da afirmação do outro (a humanidade e o cosmos): “que o outro viva, é condição de possibilidade de minha vida” (p. 220). Isto implica excluir o assassinato como meio de autorrealização. A partir daí, o nosso autor formula um “postulado da razão prática: assassinato é suicídio” (p. 220). Com enorme e frutífero percurso e desenvolvimento ético e político, relativo ao próximo e ao mundo (a natureza).

No cap. VIII, e último, “O assassinato do irmão como assassinato fundador. A crítica da religião como dimensão imprescindível da crítica da ideologia” (pp. 227-267), Hinkelammert prossegue a reflexão ético-política, indo de Marx, para começar, a Marx, para concluir: de sua crítica da religião até a sua posição a respeito do assassinato do irmão. Revisa a tradição judia, onde, em sua opinião, o assassinato do irmão aparece como assassinato fundador e contrasta-a com a visão de Freud do judaísmo (e, depois, o cristianismo) que coloca no princípio a fábula da horda primitiva e o assassinato do pai. Crítico com esta visão, Hinkelammert resitua o assassinato do irmão no fundamento da religião judia. Nela, afunda as suas raízes da crítica ao assassinato do irmão segundo a moral evangélica, que centra em dois pontos: o perdão das dívidas impagáveis e o princípio de justiça do salário. A este respeito, retoma a crítica de São Paulo à lei, assinalando que “faz falta julgar qualquer aplicação da lei

baixo a consideração de se se trata possivelmente de uma ação que fomenta em nome da lei o assassinato do irmão” (p. 242). A pontualização é importante, porque então não se trata de abolir a lei, como até aqui parecia indicar o nosso autor, mas de submetê-la a esse critério. Desde este ângulo, foca a crítica à visão (a ideologia) neoliberal, a sua religião do mercado e da sociedade, nas vozes de Hayek e Popper, concluindo com a interpretação do assassinato do irmão no pensamento de Marx.

Vários, pois, são os pontos de interesse que concita a leitura deste livro, em que se encontram teologia e filosofia viradas sobre a economia política do nosso tempo e mundo globais. À renovação das perspectivas sobre essas problemáticas, há que somar o ângulo com que se contemplam e revisam as posições e contributos de numerosos filósofos, como por exemplo, além dos citados, Nietzsche e Wittgenstein. Em nossa opinião, Hinkelammert fornece pensamento e suscita a reflexão e o debate, com formulações decididas e controvertidas.

Franz Hinkelammert (2018), *Totalitarismo del mercado. El mercado capitalista como ser supremo*. Ciudad de México, Akal.

***Políticas linguísticas
em português***

2018

Maria Dovigo

Segundo declaram os coordenadores na introdução, o presente volume pretende fazer o balanço das políticas linguísticas nos diferentes países de língua oficial portuguesa considerando os quarenta anos passados desde 1975 sobre as independências que, no linguístico, “mudaram a centenária bipolaridade luso-brasileira para uma multipolaridade de maioria africana” (p. 11). O âmbito dos estudos cinge-se às políticas internas dos oito países da CPLP, de um território autónomo, Macau, e às políticas externas de língua portuguesa. Explicitam-se ainda na introdução outras questões de princípio: o predomínio de uma perspetiva ecolinguística, a atenção às polémicas em relação ao termo “lusofonia” como motivo da escolha do título e o foco na educação como atual “braço armado” da política linguística, em substituição do exército. O livro divide-se em quatro blocos que refletem o perfil funcional da língua portuguesa nos diferentes territórios em que é oficial: língua materna (Brasil, Portugal e São Tomé e Príncipe), língua veicular maioritária (Angola, Moçambique), língua minoritária (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau e Timor-Leste) e, por último, um bloco dedicado às políticas brasileiras de promoção do português e às políticas portuguesas para as comunidades portuguesas no exterior.

Para termos uma visão mais global de um livro tão abrangente pomos de relevo alguns temas transversais que se destacam:

A questão do padrão linguístico

Marcos Bagno no seu artigo sobre o Brasil defende a necessidade de uma política explícita do ensino do português brasileiro e não de um inexistente

“português internacional”. Fundamenta a sua opinião no facto de o português do Brasil e o português de Portugal serem línguas diferentes, argumentação para o que o “galego” resulta útil como referência comparativa. Dedica grande parte do seu artigo à demonstração desta diferença. Segundo a tese de Bagno a pretensa unidade da língua portuguesa é um “objeto ideológico”, útil às classes abastadas do Brasil, herdeiras duma sociedade escravocrata que sujeitam “os medos de falar da imensa maioria da população brasileira, mestiça e pouco letrada” (p. 38).

Nos artigos sobre vários países africanos faz-se referência à falta de estudos sobre os padrões vernaculares do português, estudos imprescindíveis, segundo os investigadores, para que a escolarização cumpra a sua função de maneira eficiente. Assim acontece em São Tomé e Príncipe, onde o português se consolidou como língua veicular durante o século XX e se converteu na L1 dos são-tomenses no período pós-independência, caso único entre as antigas colónias portuguesas em África, e em Angola, onde na atualidade as populações das periferias urbanas estão a retornar para as zonas rurais devido ao final da guerra civil. Este processo, ligado à escolarização, está a acelerar o processo de mudança linguística para o português, o que torna urgentes os estudos académicos quer sobre o “português vernacular de Angola” quer sobre as línguas nacionais que criem as condições para a promoção do bilinguismo e permitam travar a perda da diversidade linguística.

O papel da escola

As dificuldades para consolidar o sistema educativo também estão relacionadas com a ineficácia e desorientação das políticas linguísticas em diversos territórios. São apontadas as deficiências na formação científica e pedagógica dos professores de português em São Tomé e Príncipe ou a falta de professores qualificados na Guiné-Bissau. Neste último caso refere-se o impacto que a baixa qualificação em português tem na vida democrática do país. Sendo o português língua de uma minoria reduzida, a maioria da população não participa no funcionamento do estado. Refere-se no artigo sobre Timor-Leste que sendo esta uma das mais jovens nações do mundo, está a construir simultaneamente e de zero o sistema educativo e as políticas linguísticas.

O artigo sobre Cabo Verde foca-se no facto de que sendo o crioulo a L1 desde as origens do arquipélago e depois de tantos anos de independência continua a haver falta de políticas diferenciadas para a valorização e o desenvolvimento do português e do crioulo, que garantam, pelo desenvolvimento da consciência linguística que o ensino formal permite, que a população seja verdadeiramente competente nas duas línguas. Segundo a autora, é necessário que a L1 seja língua formal no sistema educativo e que se promovam usos informais do português. É na extensa e numerosa diáspora cabo-verdiana, concretamente em Portugal e nos Estados Unidos, que têm sido feitas experiências da inclusão do crioulo no ensino formal.

Em Portugal as mudanças na política linguística nas últimas duas décadas são resposta à elevada percentagem de estudantes migrantes que não têm o português como L1. Segundo o autor do artigo, o princípio de respeito pela cultura de origem não tem reflexo na prática, onde se aplica a “integração da assimilação”, considerando que apenas existem medidas de difusão da língua portuguesa e não das línguas das comunidades dos alunos migrantes. Só nos últimos anos o poder económico da China abriu uma exceção nestas políticas com a inclusão do mandarim em algumas escolas.

A diversidade linguística

Outra questão fulcral das políticas linguísticas é de que maneira a planificação linguística é útil para a afirmação dos jovens estados em dous sentidos: a coesão interior e a integração em diversos blocos geopolíticos. É motivo de reflexão como as políticas linguísticas não se alteraram no substancial no período pós-independência nos países africanos de língua oficial portuguesa. A manutenção do português como única língua com estatuto formal para a escola e a administração prendeu-se com várias razões: a estigmatização dos crioulos e das “línguas nacionais” como línguas da população rural, a herança da administração colonial (como exemplo podemos referir as reformas do primeiro terço do século XX em Angola, em que a legislação segregacionista dividiu a população entre assimilados e indígenas, sendo o domínio do português condição indispensável para ser assimilado), o facto de o português desempenhar o papel de língua de “coesão nacional” e de arma de combate ao tribalismo e ao regionalismo em Moçambique ou a função do português como principal traço identitário dos timorenses no período da ocupação indonésia.

De modo geral, as línguas ex-coloniais foram tidas como politicamente neutras no período pós-independência. Refere-se no caso de Moçambique que na atualidade o modelo estado-nação monolíngue da Revolução Francesa está a ser posto em causa e emergem propostas de estados pluralistas que considerem o multilinguismo e multiculturalismo como recursos. A Renascença Africana (2000) e a Declaração de Asmara são marcos na construção deste paradigma que defende o desenvolvimento do continente africano pelo resgate das línguas africanas e o reconhecimento oficial dos poderes e saberes tradicionais. Mas estas mudanças no paradigma não estão a ter uma aplicação prática e Moçambique continua sem um documento oficial que explane a sua política linguística. No caso de Angola só em 2011 se criou um enquadramento jurídico para as quase quarenta “línguas nacionais” com o Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana (ELNOA). No caso da Guiné-Bissau sublinha-se como a questão linguística é fulcral na construção da democracia, pelo que é urgente estudar as línguas étnicas e acabar com a política do *laissez-faire*, como também tem defendido o atual diretor do IILP, Incanha Intumbu¹. Já no caso de Timor-Leste refere-se que vários autores que se referem a Timor-Leste como exemplo de quebra do paradigma de fazer políticas linguísticas aliando língua e identidade que vigorou no século XX em favor de políticas linguísticas que procurem a proteção de interesses locais no ecossistema linguístico global.

Política internacional(-ista) da língua portuguesa.

Em “Políticas de difusão do português”, já no quarto bloco, Edleise Mendes refere que no cenário atual de apelos ao potencial do português como língua internacional só Brasil e Portugal é que desenvolveram políticas externas para a língua, e sempre com ações independentes. Até agora os países com variedades não dominantes têm desempenhado um papel secundário na gestão da língua portuguesa. Considerando que as políticas para o português impactam nas outras línguas do espaço da CPLP (mais ou menos trezentas e trinta), a abertura e o acolhimento ao multilinguismo e à diversidade cultural deveriam estar no centro das políticas linguísticas. Citando Gilvan Müller de Oliveira, “A maior parte das políticas linguísticas são realizadas sob outros nomes, embutidas dentro de outras políticas, de modo que podem não ser imediatamente

¹ Vid. No artigo “Guiné-Bissau: um ‘retalho’ de línguas e culturas” (2004), Incanha Intumbo defende a necessidade guineenses, cabo-verdianos e senegaleses pensarem em conjunto o Kriol (<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel66/IncanhaIntumbo.pdf>, acedido em 24 / 10 / 2020).

identificáveis” (213). No histórico da ação exterior do Brasil desde a década de 40 do século XX destaca as descontinuidades e a função do Celpe-Bras como mecanismo de política linguística. Considerando a importância do português, junto com o espanhol, na integração latino-americana, refere a necessidade da mudança de perfil do professor de LE, que deve ser preparado como agente de interculturalidade. Refere ainda dois novos contextos: o português como língua de herança, reclamação dos brasileiros no exterior a partir de 2010, e os programas para estudantes com predomínio de formandos de países de língua oficial portuguesa, um reforço nas relações de cooperação no eixo sul-sul. Dá notícia das mudanças em relação ao espanhol como LE, que agora é optativo no Brasil, no contexto de desconstrução das políticas de cooperação no espaço latino-americano. Nas ações do IILP o Brasil está presente mas com certo comportamento de distanciamento a tudo o que é gerido de modo multilateral. Como propostas para o futuro refere: cooperação sul-sul, multilateralismo, formação de professores, desenvolvimento de currículos e referenciais e expansão do Celpe-Bras. Também defende a necessidade de uma política linguística para as universidades (internacionalização universitária).

Menção à parte merece o artigo que aborda as políticas linguísticas para as diásporas portuguesas, que denuncia que estas não têm em conta a diversidade contextual das comunidades portuguesas no exterior (é de importante referir que 20% dos portugueses vive fora do país em que nasceu, sem contar os descendentes das diásporas portuguesas) e que são feitas com uma visão da diáspora como uma “comunidade imaginada” homogénea, unida por uma língua unificadora.

Consideramos que a grande mais-valia deste volume é a sua autoria coletiva. Cada artigo está escrito por um investigador originário ou com experiência no território que aborda, o que permite ao leitor construir uma visão ao mesmo tempo panorâmica e pluricêntrica das políticas linguísticas em português, adentrar-se nas lógicas locais, nos processos históricos e nas ideias linguísticas de cada território em que o português goza de proteção especial como língua oficial e tirar conclusões sobre os motivos dos acertos e fracassos das políticas linguísticas no espaço da língua portuguesa. O mais marcante na conclusão da leitura é a enorme variedade contextual do português. A descrição, sincrónica e diacrónica, das muito variadas paisagens linguísticas nas que o português

está presente é um conhecimento imprescindível para os que optamos por uma estratégia internacionalista para a língua da Galiza, para construirmos de consciente maneira informada o nosso contributo, em forma de reflexão e de ação, à comunidade dos falantes de português.

AA. VV. (2018), Políticas linguísticas em português, Coordenação de Paulo Feytor Pinto e Sílvia Melo-Pfeifer, Lisboa, Lidel-Edições Técnicas, 2018

*Boletim da
Academia Galega
da Língua Portuguesa*

Catálogo

Título	Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa
Editor	Padrão (Galiza): Academia Galega da Língua Portuguesa, 2008 -
Periodicidade	Anual
Início/fim	N.º 1 (2008) -
Notas	Textos em português
ISSN	1888-8763
Depósito Legal	C-2345/2008
Classificação	009(05) 303(05)
Matéria	Ciências humanas - publicações periódicas Ciências sociais - publicações periódicas



O utilizador pode copiar, distribuir, exibir e executar a obra* sob as seguintes condições:

- Ⓐ **Atribuição.** O utilizador deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente
- Ⓒ **Uso Não Comercial.** Não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
- Ⓓ **Vedada a Criação de Obras Derivadas.** Não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.

* Para cada reutilização ou distribuição, deverá deixar claro para outros os termos da licença desta obra.

* Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que obtenha permissão por parte do autor.

Esta licença não limita de forma alguma os direitos legais e morais dos autores.

© Os(as) autores(as), 2016 (dos textos).

© Academia Galega da Língua Portuguesa, 2016 (desta edição).

O conteúdo dos textos e as permissões para citações são da inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa

Apresentação

O *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa* anuncia a chamada de colaborações para o seu undécimo volume, previsto para o fim do ano 2019. O *Boletim* é uma publicação científica de periodicidade anual, editada pela AGLP, centrada na investigação e teorização no âmbito das ciências sociais e humanas, com ênfase na pesquisa referente à Galiza, às comunidades galegas e ao conjunto da Lusofonia.

Cronograma para o Vol. XII

Colaborações: Até 31 de dezembro de 2019
Decisões editoriais: janeiro/fevereiro 2020
Edição e acabamento: março/junho de 2020

Envio de propostas

Os artigos devem ser originais e redigidos em Português a teor do Acordo Ortográfico, ratificado. Enviar-se-ão em arquivo electrónico (formato compatível com Microsoft Word) até 31 de dezembro a: pro@aglp.org

Devem cumprir-se as seguintes especificações:

Página de título e subtítulo com o nome do(s) autor(es), afiliação académica atual, bem como endereço postal e electrónico; os autores indicarão até sete palavras-chave (em português e inglês); resumo (em português e inglês) de 100-150 palavras; texto principal de entre 3.000 e 7.000 palavras para os Estudos, organizado com uma hierarquia clara de títulos e subtítulos (máximo três níveis); referências inseridas no texto (autor, a-nopágina), ex.: (Moreno, 2006:19-23); sendo estritamente necessárias, notas ao pé, não devendo incluir-se nenhuma referência bibliográfica; as tabelas, figuras, desenhos e ilustrações (originais), com contraste e qualidade apropriados, estarão claramente identificadas e numerar-se-ão consecutivamente; apartado de Referências bibliográficas (ver exemplos a seguir) depois do texto; breve (até 5 linhas) síntese biográfica em folha separada; o texto não deve conter formatações especiais, sublinhados ou negritos; contendo caracteres especiais (fontes fonéticas, históricas, etc.), deve enviar-se o arquivo com a fonte correspondente; os textos que não cumpram as especificações supracitadas serão devolvidos aos seus autores.

Apontamentos legais

Os autores serão sempre titulares dos direitos legais dos seus textos; os autores são responsáveis pelas autorizações para a reprodução de citações, ilustrações, etc. Aplicar-se-ão os termos da licença Creative Commons (by-nc-nd 3.0).

Normas de publicação

Resenhas

A revista incluirá uma seção com resenhas de publicações relevantes; os textos, redigidos de forma clara e concisa, conterão entre 1.000 e 2.000 palavras, a enviar ao endereço electrónico supracitado. Não se aceitarão resenhas de obras inéditas.

Sistema de referências bibliográficas

As referências devem seguir a seguinte formatação:

Em monografias e similares: Sobrenome e Prenome do autor ou autores (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro; Ex.: Suevos, Paulo; Lopes, Manuel (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro.

Mais de três autores: Sobrenome e Prenome seguindo de: *et al.* Ex.: Suevos, Paulo; *et al.* (1998). *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro.

Entidades coletivas: Nome da entidade (ano). *Título* (em itálico). Local: editora. Ex.: Xunta de Galicia (1998). *Estatísticas*. Santiago: Xunta de Galicia, Presidencia.

Autor (editor) da obra difere do autor do capítulo: Sobrenome e Prenome do autor da parte (ano). Título da parte. Sobrenome e Prenome do autor (editor) da obra, responsabilidade [seja ed., dir., org., etc.], *Título da obra* (em itálico). Local: Editora, pág. inicial-pág. final da parte. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Marco teórico. Lopes, Manuel, ed., *Manual de estilo*. Lugo: Perímetro, pp. 12-34.

Revistas e jornais: Sobrenome e prenome (ano). Título do artigo. Título da revista/jornal (em itálico), volume e/ou número, página inicial-final do artigo. Ex.: Suevos, Paulo (1998). Introdução ao estilo. *Revista de Letras*, vol. 1, n.º 1, pp. 23-35. No caso de artigos sem autor explícito, colocar nome da revista/jornal.

Para teses e outros trabalhos académicos: Sobrenome e Prenome (ano). *Título* (em itálico) [tipo de trabalho]. Local: Instituição. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Teoria do estilo* [memória de licenciatura]. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Filologia.

Para documentos em-linha: mesmos critérios que edição impressa, acrescentando [em-linha], seguido do título, disponibilidade e data de consulta no fim. Ex.: Suevos, Paulo (1998). *Manual de estilo* [em linha]. Lugo: Perímetro. Disponível em [consult. 03/05/07]: <<http://www.perimetro.net/estilo.pdf>>.

ESTUDOS

Extraterritorialidade literária e minorização linguística. Uma reflexão valenciana (e II)	<i>Josep J. Conill</i>	13-31
A ASPGP e a procura da inovação pedagógica do ensino na Galiza desde 1978	<i>José Paz Rodrigues</i>	33-59
Ética, paideia e anagogia. Algumas questões essenciais sobre a iniciação filosófica	<i>José Antonio Lozano</i>	61-76
Mais algumas etimologias	<i>Higinio Martins Esteves</i>	77-98
Johan Vicente Viqueira e a Comunidade Lusófona da Galiza (e II)	<i>António Gil Hernández</i>	99-134

